



PENSATA | REVISTA DOS ALUNOS DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFESP

V.1 N.3 | DEZEMBRO DE 2012

DOSSIÊ: A UNIVERSIDADE
E O NOSSO TEMPO

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA PENSATA

ANDREI CHIKHANI MASSA | BRUNA SCARAMBONI | CAUÊ C. MARTINS | DÉBORA FARIA | FERNANDO SANTANA | GABRIELA MURUÁ
KARINE ASSUMPÇÃO | KÁTIA LOPES | LUCAS B. JARDIM | MICHELE CORRÊA DE CASTRO | RAFAEL FREITAS | VALDIR LEMOS RIOS



004

EDITORIAL

DOSSIÊ: A UNIVERSIDADE E O NOSSO TEMPO

006

UNIVERSIDADE E ÉTICA.

FRANKLIN LEOPOLDO E SILVA

016

REFÊNS NA CIDADELA INIMIGA: A RELAÇÃO UNIVERSIDADE-MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA.

HENRIQUE T. NOVAES

042

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL (1980-2011): SOB A PRESSÃO DO TACÃO DE FERRO.

ANTÔNIO DE PÁDUA BOSI

055

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CARÁTER DE CLASSE DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: DESIGUALDADE ESCOLAR E CONDIÇÕES DE ACESSO.

DAVISSON CANGUSSU DE SOUZA

072

INCRÍVEIS LEGADOS DA "REFORMA UNIVERSITÁRIA" DE 1968.

LALO WATANABE MINTO E CÉSAR AUGUSTO MINTO

090

OS CATEDRÁTICOS DA USP E O GOVERNADOR JÂNIO QUADROS.

LIDIANE S. RODRIGUES

108

SOBRE O ANONIMATO DOS PARECERES NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE FOMENTO À PESQUISA: A ERRADICAÇÃO NECESSÁRIA DE UMA INSTITUIÇÃO ARCAICA. UMA EXPERIÊNCIA DE USO DAS FERRAMENTAS DA LEI 12527 (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA).

RAÚL BURGOS

D

ARTIGOS

145

CONSTRUINDO UM WEBSITE: DILEMAS E DESAFIOS DESTE FAZER ETNOGRÁFICO COM PESQUISADORES DE COMUNIDADES MULÇUMANAS.

FRANCIROSY CAMPOS BARBOSA FERREIRA

159

"SE A MENTE ADOECE O CORPO PADECE": REFLEXÕES SOBRE DOR E SOFRIMENTO A PARTIR DAS NOÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE CORPO E PESSOA.

CLARA ZEFERINO GARCIA

173

A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NA PROVÍNCIA DA CATALUNHA (ESPANHA) E NO BRASIL: CLIVAGENS E CONSENSOS.

RODRIGO ALBERTO TOLEDO

A

DEBATE

202

ELIAS, FREUD E A CIÊNCIA DO HOMEM.

BERNARD LAHIRE

D

ENTREVISTA

213

ENTREVISTA COM BERNARD LAHIRE.

E

RESENHA

228

"DO MARXISMO AOS PÓS-MARXISMO?" DE GÖRAN THERBORN.

CAMILA MASSARO DE GÓES

237

METRÓPOLE, CINEMA, IMAGINÁRIO SOCIAL: "SÃO PAULO CIDADE AZUL" DE ANDREA BARBOSA.

CAROLINE GOMES LEME

R

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Reitor: Walter Manna Albertoni

Vice-reitor: Ricardo Luiz Smith

ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS / CAMPUS DE GUARULHOS

Diretor: Marcos Cezar de Freitas

Vice-diretor: Glaydson José da Silva

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Cynthia Andersen Sarti

Vice-coordenadora: Gabriela Nunes Ferreira

PENSATA Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP <i>Campus</i> de Guarulhos. Vol. 2, n. 1, ano 2. 2012. Semestral. ISSN: 2237-678X
--

Comissão Editorial Executiva

Andrei Chikhani Massa, Bruna Scaramboni, Cauê C. Martins, Débora Faria, Fernando Santana, Gabriela Muruá, Karine Assumpção, Kátia Lopes, Lucas B. Jardim, Michele Corrêa de Castro, Rafael Freitas, Valdir Lemos Rios

Conselho Editorial

Adrian Gurza Lavalle (USP), Adriano Codato (UFPR), Alberto Groisman (UFSC), Alvaro Bianchi (Unicamp), Andréia Galvão (Unicamp), Anita Simis (Unesp), Bernardo Ricupero (USP), Bernardo Sorj Iudcovsky (UFRJ), Bruno Wilhelm Speck (Unicamp), Célia Tolentino (Unesp), Cornelia Eckert (UFRGS), Cynthia Sarti (UNIFESP), Dagoberto José Fonseca (Unesp), Edmundo Peggion (Unesp), Flávio Rocha de Oliveira (UNIFESP), Heloisa Dias Bezerra (UFG), João José Reis (UFBA), José Paulo Martins Junior (UNIRIO), Juri Yuriy Castelfranchi (UFMG), Laura Moutinho (USP), Lucila Scavone (Unesp), Luiz Antonio Machado da Silva (UFRJ), Luiz Henrique de Toledo (UFSCar), Márcio Bilharinho Naves (Unicamp), Marco Aurélio Nogueira (Unesp), Maria Fernanda Lombardi Fernandes (UNIFESP), Melvina Araújo (UNIFESP), Milton Lahuerta (Unesp), Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp), Peter Fry (UFRJ), Renato Athias (UFPE), Renato Sztutman (USP), Revalino de Freitas (UFG), Rogério Baptistini Mendes (FESPSP), Rosana Baeninger (Unicamp) e Sergio Adorno (USP)

Apoio

Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo (FapUNIFESP)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP

Design Gráfico

Fábio Pontes Rachid

Webmaster

Eduardo Palazzo

Endereço Pensata

<http://www.unifesp.br/revistas/pensata/>

Contato: pensata@unifesp.br

Editorial

Fernando Santana e Michele C. de Castro

É com grande satisfação e contentamento que chegamos à terceira edição da **Pensata** – Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp. Um periódico acadêmico, ainda recente em seu meio, que tem trabalhado intensamente para sua consolidação e inserção progressiva na ponta das publicações de pesquisas em Ciências Sociais no Brasil.

Visando o alcance de tais objetivos, a interdisciplinaridade tornou-se nossa principal orientação editorial. Incentivar a publicação de trabalhos que não tenham a preocupação de se autoflagelar em subdisciplinas das Ciências Sociais – reflexo da alta especialização, fortemente incitada como necessária para a validade científica – parece-nos algo hoje cada vez mais cabível e profícuo para análises e interpretações dos mais diversos fenômenos sociais que o mundo contemporâneo nos apresenta incessantemente.

No entanto, a interdisciplinaridade pode, às vezes, não ser suficiente para expressar e permitir posturas reflexivas acerca desses mesmos fenômenos sociais, sendo, de certo modo, limitada cognitivamente para dar respostas a dilemas e problemas fundamentais que perpassam o nosso cotidiano, como as que se cristalizam e se acirram com cada vez mais intensidade na universidade brasileira e no seu *modus operandi*. Dessa lacuna e limitação deixada por algumas vertentes da reflexão científica, a crítica insurge-se com alto potencial questionador e transformador. Pensando nisso, é que elaboramos, para a presente edição, um dossiê interdisciplinar de cunho crítico, intitulado “**A Universidade e o Nosso Tempo**”.

Nosso principal intuito com esta compilação temática acerca da universidade brasileira foi trazer problematizações comprometidas com a compreensão e reflexão das mudanças nas universidades públicas brasileiras de um ponto de vista histórico, intelectual e estrutural. A partir desta chave, e visando maior envergadura e fôlego intelectual, convidamos um grupo de docentes para tal tarefa, que se mostraram solícitos, interessados e otimistas com a proposta.

Todos os convidados contribuíram de maneira categórica com temáticas relevantes e instigantes. Dentre elas, o leitor poderá se debruçar sobre as políticas para o ensino superior, que se remontam ao contexto da ditadura militar, e a persistência do legado das mesmas nas décadas de 1990 e 2000; o papel que vem assumindo a universidade, como organização corporativa, onde se privilegia o aspecto técnico-administrativo; as condições de acesso-permanência; as lutas travadas rumo à democratização da mesma; a precarização do trabalho docente, que se vincula às relações de trabalho postas de maneira

mais incisiva nos anos 90; a lógica do produtivismo; as condições históricas que posicionaram a esquerda universitária na defensiva; a tentativa de uma relação mais estreita entre universidade e movimentos sociais, resgatando a Reforma de Córdoba e o ciclo amplo de contrarreforma universitária na América Latina; as dimensões da disputa por autonomia universitária, com destaque para a experiência da FFCL-USP (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo) no período de 1934 a 1970; e o questionamento a respeito do anonimato dos pareceristas como princípio das entidades públicas de fomento à pesquisa.

Os autores, responsáveis pela concretização deste dossiê foram: Lalo Watanabe Minto (Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UNESP - Campus de Marília) e César Augusto Minto (Docente da Faculdade de Educação da USP), Franklin Leopoldo e Silva (Docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP), Davisson Cangussu de Souza (Docente da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da UNIFESP), Antônio de Pádua Bosi (Docente Associado da UNIOESTE-PR), Henrique Tahan Novaes (Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UNESP - Campus de Marília), Lidiane S. Rodrigues (Doutora em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP) e Raúl Burgos (Docente do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC). Agradecemos enormemente estes professores e pesquisadores pelo empenho em contribuir com a novata **Pensata**, fornecendo-nos exemplares e contemporâneas problematizações sobre o tema e, enfim, colaborando com nosso propósito de produção de uma revista acadêmica pregada às constantes reviravoltas da realidade.

Além do dossiê, a presente edição da **Pensata** publica outros três artigos e duas resenhas de livros recém editados. Destacamos, também, uma entrevista e uma transcrição de conferência do sociólogo francês Bernard Lahire, realizada em 2011 na UNIFESP.

Expressamos agradecimentos a todos os pesquisadores e estudantes de pós-graduação que colaboraram com o envio de seus artigos para esta terceira edição, independentemente da publicação de seus trabalhos; somos gratos também às editoras, pelo fornecimento dos livros que foram resenhados; e, principalmente, a todos os leitores que esperamos alcançar.

Continuamos acreditando na importância de uma revista como a **Pensata** para o desenvolvimento das Ciências Sociais. A divulgação de trabalhos de pesquisadores e pós-graduandos torna possível a ampliação do campo e, decorrentemente, das reflexões e dos saberes sobre o mundo e a sociedade em que vivemos.

Universidade e Ética

Franklin Leopoldo e Silva¹

Resumo: Em um mundo marcado pela impessoalidade e a funcionalidade das relações sociais – em que os indivíduos são cada vez menos “sujeitos livres”, responsáveis por suas ações, e cada vez mais reprodutores de um pensamento único e homogêneo – a universidade, que tende a reproduzir as formas de relação que prevalecem na sociedade, vem perdendo seu caráter de instituição social produtora da diferença, do autêntico progresso e avanço político. No lugar, esta instituição adquire um aspecto de organização corporativa, na qual se privilegia a formalidade e a competência técnica- administrativa. Refletindo sobre os vínculos necessários entre universidade e sociedade, concebidos como uma ligação viva entre conhecimento e formação, ou seja, entre a informação científica e tecnológica e a “formação do discernimento”, não nos deparamos hoje com uma universidade ética e politicamente necessária, mas sim com uma universidade *logicamente* necessária, que se impõe e se justifica a partir de interesses hegemônicos. Assim, neste artigo, partimos de certa constatação negativa no que diz respeito à liberdade dos indivíduos e à autonomia das instituições, para apontarmos o surgimento da *resistência* como uma atitude daqueles que constroem e defendem esses valores, remando contra a maré da passividade e da regressão política, e defendendo o projeto intelectual, educacional, ético e político de uma *universidade democrática*.

Palavras chave: universidade, ética, resistência, universidade democrática.

Abstract: In a world marked by impersonality and functional social relations – in which individuals are becoming less “free”, responsible for their actions, and increasingly reproducers of a single and homogenous thought – the university, which tends to reproduce the forms of relations that prevail in our society, is losing its character of social institution that produces difference, authentic progress and political development. Instead, it is progressively taking the form of a corporative organization, where formality and technical-administrative competence are privileged.

When one considers the necessary ties between university and society, conceived as a living bond between knowledge and formation, in other words, between scientific-technological information and the “formation of discernment”, we are not facing today an ethical and politically necessary university, but a *logically* necessary university, which imposes and justifies itself from the point of view of hegemonic interests. Therefore, this article reflects over a somewhat negative assertion regarding individual freedom and institutional autonomy. This way, we can observe the emergence of a *resistance* attitude that should be taken by those who build and defend these values, going against passivity and political regression, defending thus the intellectual, educational, ethical and political project of a *democratic university*.

Keywords: university, ethics, resistance, democratic university.

Todas as reivindicações de autonomia que ocorreram na história poderiam talvez ser resumidas, de maneira simples e esquemática, como sendo a recusa, por parte do sujeito que pensa, de pensar qualquer objeto ou assunto da forma como outros os pensa e

¹ Professor titular do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP).

assumir, sempre e inteiramente, a tarefa de pensar, seja o que for, do modo como ele, o próprio sujeito, entende que deva ser pensado. Isso vale principalmente para uma situação onde nos contrapomos ao poder. Este nos induz a pensar como ele, poder, e nos marcos instituídos por ele. Mas devemos pensar por nós mesmos, o que não é um imperativo abstrato, mas algo concreto que precisa ser reafirmado em cada circunstância, em cada pensamento, em cada decisão e, assim, em cada gesto de nossa conduta.

Na atualidade isto não é fácil. Os controles que atuam sobre nós apontam na direção de um pensamento único e homogêneo, e isto devido ao pequeno alcance da latitude da representação que somos capazes de fazer de nós mesmos e da realidade, notadamente quando se trata da sociedade. Na esfera da política, em que o pensamento deveria se exercer com liberdade, é justamente onde tendemos a acompanhar as ideias que nos são impostas com artifícios de violência concebidos e aplicados de modo a passarem despercebidos. Esta característica de nossa situação pode ser considerada a tal ponto dominante que nem conseguimos mais dar as razões de nossas opções, supondo que ainda as façamos. Talvez isto demonstre o grau de perfeição a que chegaram as armadilhas do sistema: mesmo quando nos opomos, não conseguimos fazê-lo a partir de uma justificação na qual transparecesse a autenticidade de nossa escolha no sentido da “invenção da liberdade”.

Esta perda de autonomia não é sentida como enfraquecimento da subjetividade, porque o sujeito contemporâneo, descentrado e fragmentado, reduziu-se a uma soma de comportamentos induzidos por circunstâncias extrínsecas – somatória que é simplesmente assumida como o Eu que temos possibilidade de encarnar. Não sentimos aí a falta nem o desejo de algo mais, a não ser no âmbito do que ampliaria esta espécie de funcionalidade psíquica, ou a ausência de singularidade e de consciência histórica de si. As imagens de si que se vão compondo desta maneira acentuam o caráter de simulacro de sujeito, de indivíduo e de cidadão.

No caso da universidade as coisas não poderiam se passar de outra maneira. Pensamos a universidade por via de uma imagem institucionalmente consolidada que responde às exigências de um poder cada vez mais totalizante, e que atua não apenas sobre o que fazemos, mas também no que diz respeito ao que somos. Esta totalização de aspectos resulta numa redução da personalidade que torna mais fácil o controle e a gestão das pessoas. Esta é uma das razões pelas quais se dá o encontro entre dominante e dominado, sem que o aspecto violento da relação se torne visível, embutido que está numa espécie de acordo tácito que produz impessoalidade e mostra apenas as características funcionais da relação. Mesmo os eventuais lances de autoritarismo e prepotência,

perpetrados pelos tiranetes de plantão, acabam por se dissolverem nas malhas de um sistema anônimo cada vez mais presente e abrangente na sua operacionalidade. Em outras palavras, chegamos ao ponto em que relações humanas já não são identificáveis, nem mesmo nos conflitos, o que diminui de forma significativa a possibilidade de responsabilização de fato nos casos de opressão e injustiça.

Não é difícil entender este quadro nas suas linhas mais gerais e nas suas consequências mais pregnantes. A deterioração das relações humanas e a ascendência das marcas de impessoalidade e funcionalidade devem-se à ausência de ética e de política na constituição dos vínculos sociais. É claro que o fator humano não desapareceu: ainda não somos uma organização de robôs, mas, pelo menos em princípio, uma sociedade humana, o que causa irritação em muitos de nossos “semelhantes” que repudiam a semelhança. Mas não podemos escapar disto: se perdermos a humanidade, será humanamente que a teremos perdido. Se mergulharmos na barbárie total, a ponto de nem mesmo percebermos isto, o naufrágio terá sido um gesto humano, tributário do que nos habituamos a chamar de progresso da civilização. O ser humano parece ter assumido para si a tarefa de se desumanizar: será isto um paradoxo? Ou não estará o fenômeno entranhado no próprio processo de constituição da cultura, isto é, nas matrizes e nas linhas fundamentais de desenvolvimento, sobretudo, da razão moderna? Não seria o caso, contudo, de entender este desenvolvimento num sentido puramente objetivo, ao modo de uma teleologia histórica. Nos níveis concretos, a história é ação subjetiva, coordenada a partir de intenções e projetos de indivíduos, de grupos e de classes, e a universalização crescente não nos deve fazer esquecer a singularidade dos agentes políticos.

A universidade tende a reproduzir as formas de relação que prevalecem na sociedade, já que esta é uma das maneiras pela qual exerce seu papel de reprodução da própria estrutura social. A justificativa de sua existência está dada neste duplo jogo de reprodução de si mesma e reprodução do contexto em que se insere. Sabemos que nem sempre foi assim, mas a possibilidade de uma interferência transformadora na sociedade é, para nós, passado histórico, ocasião já distante e quase impossível de reaparecer. O que ocorre é, na verdade, bem simples: o país deve se adaptar ao seu tempo, a universidade deve se adaptar ao país e, portanto, aqueles que estão dentro da instituição e aqueles que nela desejam entrar devem se adaptar o mais completamente possível aos modelos triunfantes, cuja unidade é bem nítida, apesar de variantes aparentes. Esta adaptação geral é parte da estratégia justificadora da racionalidade vigente na universidade, que, por sua vez, é cada vez mais a adaptação às exigências de mercado e do processo global.

Estamos falando das relações entre universidade e sociedade pelo lado que se poderia denominar de perverso: a sintonia entre os processos de deterioração ético-política e de perda de densidade institucional do país e da universidade, algo que ocorre também de outras formas e em outros ritmos, em países de tradição bem mais respeitável do que a nossa, no que diz respeito à instituição universitária. No plano ou no império dos fatos, estamos em regime de coerência: tal o país, tal a universidade, apesar das tentativas de fazer da instituição universitária algo produtor de diferença e de um autêntico progresso, no sentido de um avanço político, projetos que, bem ou mal, surgiram em circunstâncias do passado, como nos primeiros tempos da USP e em 1968, e foram vencidos pelo poder e pela história. Não se tem a universidade ética e politicamente necessária; o que se tem é a universidade logicamente necessária, aquela que o poder pode impor e justificar a partir dos interesses hegemônicos.

Em 1997, Edgar Morin e Sami Naïr, ao elaborarem um livro deliberadamente escrito a partir da diferença de visões de mundo e de lógicas do pensamento, escreveram na Introdução: “Estamos num período politicamente regressivo (a política reduzida à economia) e mentalmente regressivo (as ideias fragmentárias e gregárias). (...) Temos de reanimar tanto o pensamento crítico quanto a imaginação política.” (*Uma Política de Civilização*, Instituto Piaget, 1997). Não seria ocioso notar que o reducionismo que atinge a política deriva de uma indigência ética, o que não é surpreendente, já que todo reducionismo supõe um empobrecimento da representação de si, dos outros e do mundo. Estas frases são verdadeiras no plano do diagnóstico, mas talvez possam ser lidas de modo ingênuo no que concerne à intenção. A regressão política não é um episódio acidental, mas corresponde a um projeto político de despolitização e de administração técnica da vida. A regressão mental está inscrita na dicotomia que se estabeleceu na modernidade entre o progresso dos meios e o desprezo dos fins e, portanto, é algo constitutivo da época histórica.

Isto diz respeito à universidade na medida em que a regressão ética, política e mental conduz ao enaltecimento das certezas, e o culto destas ao dogmatismo, ao autoritarismo e ao totalitarismo, numa sequência natural e necessária. Não é paradoxal que a universidade não seja o lugar da certeza, se ela nasceu e deve viver do repúdio ao dogmatismo autoritário. O saber só confere poder quando, paralisando o processo de busca que lhe seria inerente, consolida-se na imposição de dogmas que se fazem passar por verdades. Toda e qualquer verdade só é de fato demonstrada se resiste à prova da instabilidade, da dúvida e do falseamento. Assim, a busca do conhecimento é contrária, em sua essência, à certeza definitiva, isto é, algo em que não se necessita mais pensar. Supondo que o pensamento anteceda a ação, dispensar o pensamento é a melhor maneira

de agir cegamente. Ora, não é difícil perceber que, postas desta maneira, as questões referentes ao dogmatismo, ao autoritarismo e ao totalitarismo que se segue não estão restritas ao âmbito cognitivo, mas pertencem antes à esfera da reflexão ética. Não é por falta de competência que se chega a tais atitudes; é antes por excesso de competência técnica e falta de discernimento ético.

Quando estes dois aspectos não se articulam, mas se opõem, o resultado é um esvaziamento da própria substância institucional, o que pode conviver muito bem com o aprimoramento formal da universidade como organização, devido à ampliação e à intensificação dos mecanismos de controle, a pretexto da eficácia administrativa.

A questão é justamente esta, que tende a ser cada vez menos compreendida quanto mais a *eficácia* dos dispositivos produz resultados aparentes que podem ser bastante sedutores: a universidade não deveria ser definida como um fato corporativo, como uma organização que dependa exclusivamente de estratégias de gestão de seus “recursos” materiais e humanos. A universidade deveria ser vista como um *valor* instituído, ou seja, como a invenção de um modo de vida cujas finalidades são o conhecimento e a formação, ou melhor, uma síntese destes dois elementos de modo a que um não possa ser concebido ou desenvolvido sem o outro. Na verdade, quando se chega a uma situação em que o conhecimento e o discernimento, a informação e a formação podem ser comparadas entre si porque já se separaram, e esta separação estaria historicamente consolidada, então talvez já se esteja trilhando um caminho irreversível. Pois a simples possibilidade – realizada – de considerar que a informação científica e tecnológica nada tem a ver com a “formação do discernimento”, e que só se associam acidentalmente, já significa a falência da instituição universitária. E, no entanto, é o que podemos observar inclusive nas áreas de Humanidades, nas quais se poderia, ou se deveria pressupor alguma resistência a este caminho.

Este fracasso, ou este “naufrágio” como já foi denominado, conta com expectadores e participantes. Já Florestan Fernandes, num extraordinário texto crítico sobre a universidade², definia a instituição como um conglomerado de escolas e de pessoas, sem vínculos orgânicos e sem projeto comum. As escolas se servem da organização institucional para defender interesses, por vezes até alheios à própria universidade, e oriundos do mercado, subordinando-se assim à lógica do capitalismo financeiro, como se a pesquisa científica fosse investimento econômico em que o mérito e o valor teórico da investigação se mede pela expectativa de resultados no plano da mercantilização. A ligação entre as

² FERNANDES, F. **O problema da universidade**. São Paulo: Jornal da Senzala, 1:8-9, jan., 1968. (Sugestão de referência bibliográfica adicionada pela comissão editorial da Pensata).

peças é extrínseca, competitiva e violenta, acobertada pela ideia distorcida de “profissionalização” que transforma o professor e o pesquisador num administrador da própria carreira e num investidor em si mesmo, como já notou com muito mais propriedade Paulo Arantes³. Tendo em vista estas características que tendem a se acentuar, não há como ainda crer na possibilidade de considerar a universidade como um valor instituído. Consequentemente, o teor organizacional se amplia aceleradamente como a nova ideia de universidade e a única compatível com a injunção da modernização, concebida e aplicada como um conjunto de estratégias eficazes para que as mudanças de ordem funcional permitam a conservação e a reprodução da universidade no lugar que lhe foi atribuído pelos poderes externos e que os poderes internos tratam zelosamente de preservar.

Esta ligação da universidade com poderes externos – nem é necessário lembrar – nada tem a ver com os vínculos necessários entre universidade e sociedade. De acordo com a indissociabilidade entre conhecimento e formação, a lógica da investigação e da transmissão de conhecimento possui conexões com os processos sociais reais, isto é, não se trata de vínculos entre instituição universitária e sociedade como instâncias conceituais, mas sim de uma ligação viva entre a produção do conhecimento e o ritmo do devir social, seja do ponto de vista das possibilidades de transformação, seja na perspectiva da imobilização e estagnação do movimento histórico em determinadas circunstâncias. É neste sentido que o divórcio entre conhecimento e formação torna o conhecimento abstrato e a atividade universitária algo como um ciclo neurótico de repetição de gestos sem significação fora da própria estrutura formal que os define em si e para si mesmos. Evidentemente, todos sabemos que seria um grande equívoco entender a autonomia como a situação em que a universidade giraria em torno de si mesma. Esta seria uma independência formal que se confundiria com a subserviência real às intenções e interesses do poder. A autonomia formal representa, portanto, a fragilidade decorrente do isolamento. A defesa da universidade está na compreensão correta e autêntica de sua relação com a sociedade, na criação e sustentação de vínculos fortes que passam pela diferença, pela pluralidade e pela independência, uma vez que deveria ser óbvio que o pensamento só pode ser socialmente produtivo se for independente. Não se pode, assim, confundir a relação entre universidade e sociedade com a alguma “função” que a instituição desempenharia por delegação da sociedade – o que seria, no caso, dos poderes oficiais ou não oficiais que se exercem na sociedade. Atuar desta maneira seria entrar em acordo com a proposta de uma universidade organizacional e funcional, e submeter-se a parâmetros que excluem da conduta acadêmica

³ ARANTES, P. Cruz Costa, Bento Prado Jr. E o problema da filosofia no Brasil – Uma digressão. In Arantes, P. ET al (org) **A filosofia e seu ensino**. São Paulo: EDUC, 1993. p.23-66 (Sugestão de referência bibliográfica adicionada pela comissão editorial da Pensata).

qualquer apelo à invenção, à imaginação, à liberdade, enfim, para ficar com a ideia de que a universidade é uma linha de montagem de coisas, conceitos e pessoas, uma fábrica raciocinante onde o pensamento não tem lugar, excluindo assim, da vida acadêmica precisamente aquilo que pode entrar em tensão com o que ela possa eventualmente possuir de limitador.

A universidade e tudo que nela se faz – ensino, pesquisa e extensão – possuem lugares históricos e sociais cuja demarcação deve ser objeto de reflexão crítica que lhes aprofunde o sentido e o alcance. A universidade não seria fiel à sua autonomia institucional nem à liberdade de pensamento que lhe é intrínseca se simplesmente aceitasse o lugar que lhe teria saído demarcado por instâncias de poder e mesmo pela “sociedade”, em sentido abstrato. Este *lugar* deve ser continuamente repensado para esclarecer as possibilidades e limites que aí estão postos, mas que não devem ser aceitos porque impostos; devem ser *reconhecidos* na sua legitimação intelectual, ética e política. Neste sentido a universidade está continuamente construindo seu lugar na sociedade e frente a ela, antes de tudo por via da liberdade de pensamento. Seria de muito pouco interesse para a sociedade uma universidade que se limitasse a reiterar o que lhe vem de fora, na forma de demandas e pressões, e que não tivesse a capacidade de reinventar maneiras de se enfrentar as questões humanas.

O cenário em que vivemos encoraja a passividade, e os poderes a premiam com benesses aparentes porque lhes interessa que os acordos sejam feitos antes da elaboração de consensos, isto é, antes da passagem pelo debate verdadeiramente pluralista. Interessa aos poderes de todos os tipos – organismos diretores, governos, partidos, grupos organizados – que a universidade se vincule a propostas e projetos, inclusive de mudança, por via de simples adesão, o que significa cassar, na prática, a autonomia e a liberdade. Talvez esteja no traço narcísico que nos define a todos o fato de que não discuto a liberdade do outro quando estou de acordo com ele, mas deixo de considerar sua liberdade, ou passo a considerá-la um erro, quando ele discorda de mim. E é claro que este traço é exacerbado no exercício do poder, ou então, como tática para que se possa vir a exercê-lo. Sendo assim, diante dos outros, enquanto indivíduos e sujeitos, e diante da inércia objetiva das instituições, deparo-me com dificuldades por vezes insuperáveis no que concerne à efetividade da liberdade e da autonomia.

Essas dificuldades fazem com que expressões como “liberdade de pensamento” e “autonomia” soem como abstrações ou devaneios iluministas. E há, sem dúvida, motivos para se pensar assim. Não se pode, sobretudo na época em que vivemos, conceber a liberdade e a autonomia sem passar pela negatividade, isto é, pela tremenda dificuldade,

que pode chegar à impossibilidade, de fato, de exercê-las realmente. Por isso devemos entender que a essa negatividade que atravessa a liberdade dos indivíduos e a autonomia das instituições deve corresponder a *resistência* como atitude basicamente presente na conduta de indivíduos e instituições para quem o exercício da liberdade e da autonomia é muito mais uma *questão* do que uma realidade espontaneamente vivida. É por isso que, como dissemos há pouco, elas têm de ser construídas, numa elaboração individual e coletiva que, em nossos dias, passa, essencialmente, pela resistência.

Qual o teor que se pode atribuir a esta “resistência”? Certamente não pensamos em resistir como modo de defender a universidade que temos – assim como quando defendemos a democracia, isto não significa defender a democracia que temos, e que para muitos de nós está bem longe daquela que queremos. Para voltar então à distinção já feita: resistimos para defender um *valor* e não o *fato*. Não gostaria que esta distinção fosse entendida como dicotômica ou como um dualismo irreduzível, que transformaria o fato em realidade única e o valor num ideal inatingível. Pelo contrário, a resistência significa o esforço para estabelecer, ao menos com princípio regulador, uma relação de imanência entre o fato e o valor; isto é, para que possamos visar uma situação em que a realidade estabelecida do fato não entrasse em contradição com o valor. Dito de outra maneira, a resistência é a tentativa de evitar que a estimativa do valor dependa unicamente da realidade estabelecida do fato. Pois isto seria o mesmo que se conformar à pequena política, resignando-se à identidade entre fato e valor, como quando se diz que *esta* democracia é a que temos e que criticá-la em nome daquela que queremos seria o mesmo que recusá-la, numa atitude contrária à democracia enquanto tal.

Reencontramos a distinção entre fato e valor também porque a defesa da universidade como fato seria a simples resignação ao que existe, sublimado ou naturalizado, em todo caso aceito na sua integralidade; e a defesa da universidade como valor instituído seria, não o enaltecimento de um ideal, mas a preservação de um projeto intelectual, educacional, ético e político, cuja possibilidade estaria em princípio inscrita na liberdade exercida como resistência. Adoto aqui, de forma ampliada, o significado de resistência tal como definido por Alfredo Bosi no livro “Literatura e Resistência” publicado em 2002. Trata-se de uma atitude ética, relativa, portanto, a valores, mas na qual está inscrita a realidade daquilo que se pretende dotado de valor.

Quando falamos, pois, em *universidade democrática*, projetamos um valor inscrito num fato ou numa realidade, enfim, algo que se tornará efetivo pela vontade política livremente manifestada. A transformação que se pretende não é simples, e as dificuldades não são somente devidas aos obstáculos representados pelas forças conservadoras a quem

não interessa a democratização da instituição. Os obstáculos estão presentes, mais diretamente, na própria consecução do objetivo e na preservação da democracia por aqueles mesmos que a propõem e que podem vir a fazer com que se torne real. Pois, neste caso, transformação não significa mudança de forma: a rigor não se deveria aplicar à democracia o termo *forma*, que designa, habitualmente, a estrutura cristalizada de alguma coisa que teria atingido o seu fim. Deveria ser evidente que a fixidez formal não pode ser um atributo coerente da democracia, regime que por essência implica movimento, mudança e até mesmo instabilidade, risco e incerteza. Caberia aqui mencionar a relação, essencial na vida democrática concreta, entre liberdade e responsabilidade ou, no mesmo sentido, individualidade e coletividade. Esta relação deve estar necessariamente presente e atuante na constituição política da instituição ou, dito de outro modo, no caráter permanentemente instituinte de uma democracia real. A inclinação para definirmos a democracia como *forma* está provavelmente associada ao caráter *formal* da democracia em que vivemos. Diferentemente de uma forma ou de um fato, que tendem para a fixidez e cristalização, o valor é algo a que se precisa estar permanentemente atento, para que não venha a decair, precisamente, para o estatuto de forma ou fato. O que seria a *regressão política* de que falam Morin e Naïr: a redução da política à economia; a tradução da vida política (bios) ou da práxis para a sistematização técnica do mundo administrado. Neste sentido, a universidade democrática teria de ser necessariamente uma instituição em que a responsabilidade ética e política fossem a preocupação dominante.

A cristalização institucional que produziu a universidade organizacional *impede* a participação livre e responsável; mas também *dispensa* os indivíduos de assumirem liberdade e responsabilidade perante si mesmos e os outros, isto é perante a instituição e diante da repercussão social da atividade universitária. Em outras palavras, prescinde da política e, no que diz respeito à dimensão ética da vida institucional, considera-se suficiente a formalização de códigos e preceitos deontológicos. Como a ética está separada da política, juízos de valor podem ser feitos levando em conta unicamente algo como o *princípio de realidade institucional*, o que não inclui qualquer tipo de reflexão acerca do dever-ser. A ética, na sua verdadeira acepção, passa a ser vista como algo anódino, supérfluo e talvez perturbador da ordem factual considerada como excludente de qualquer outra. A universidade funcional e organizacional é também unidimensional.

Referências bibliográficas

BOSI, A. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (p.304).

MORIN, E. e NAÏR, S. **Uma Política de Civilização**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

Reféns na cidadela inimiga: a relação Universidade-Movimentos Sociais na América LatinaHenrique T. Novaes¹

Resumo: Este artigo aborda as contingências históricas recentes que colocaram a esquerda universitária na defensiva e, ao mesmo tempo, as tentativas de aproximação de alguns pesquisadores-extensionistas com os movimentos sociais. Para situar o debate da relação universidade-movimentos sociais em perspectiva histórica, resgatamos a Reforma de Córdoba, os ensinamentos dos clássicos latino-americanos e realizamos um panorama da reforma e do longo ciclo da contrarreforma educacional na América Latina. No que se refere a relação universidade-movimentos sociais, privilegiamos a análise das experiências nos campos da habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas por acreditar que estas experiências trazem avanços em termos de autogestão, desmercantilização, relação intelectuais-movimentos sociais, etc. Mas nem por isso estão isentas de contradições.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Universidade, América Latina.

Abstract: This article discusses the recent historical contingencies that placed the university left on the defensive and, simultaneously, the attempts of approach of some researchers-extensionists with social movements. To put in historical perspective the discussion of the relation between universities and social movements in historical perspective, we rescued the Córdoba reform (argentine university reform of 1918), the teachings of Latin American classic authors, and we produced an overview about the Reform and the long cycle of educational counter-reform in Latin America. Regarding the relation between universities and social movements, we focus on the analysis of experiences in the fields of popular habitation, agroecology and recovered factories, once we believe that these experiences bring advances in self-management, decommodification, intellectual-social movements, etc. However, these are by no means free of contradictions.

Keywords: Social Movements, University, Latin America.

Introdução

A planície está repleta de brotos novos. Somente os cimos estão desnudos e estéreis, calvos e improdutivos, apenas cobertos da relva anêmica de uma pobre cultura acadêmica.

É a crise da universidade. Crise de professores e crise de ideias. Uma reforma limitada para acabar com as listas de presença ou para extirpar um professor inepto ou estúpido seria uma reforma superficial. As raízes do mal continuariam vivas. E rapidamente renasceria este descontentamento, esta agitação, este afã de correção, que toca epidermicamente o problema sem desflorá-lo e sem penetrá-lo (Mariátegui, 2007 [1928]).

Pelo menos o delineamento de um novo tipo de universidade e o patamar de um novo estilo de comunicação da universidade com a sociedade global irão nascer sob a égide de um padrão de conhecimento promissora e crítico, não conformista, aberto à inovação. Resta saber se este componente, insignificante no cenário brasileiro do século 19, conseguirá

¹ Docente da FFC – Unesp – Marília. hetanov@yahoo.com.br

prevalecer sobre os elementos irracionais ou imprevisíveis da atual situação (Florestan Fernandes, 2004 [1974]).

A contrarrevolução mundial tem criado inúmeras contingências para a esquerda universitária, principalmente para aquela interessada na criação de uma educação para além do capital, ou, de forma mais ampla, numa sociedade para além do capital. Para contextualizar brevemente esse problema, poderíamos fazer a seguinte pergunta: qual o “impacto” do novo regime de acumulação – chamado por David Harvey de “acumulação flexível” – sobre a universidade, e vice-versa.

A readequação da universidade pública a esta nova etapa do capitalismo pode ser esboçada nas seguintes tendências, que iremos apontar, mas não iremos desenvolver:

- “Choques de gestão” ou uma nova onda de transplante das teorias de administração de empresas para o Estado;
- Ofensiva da “inovação” (crescimento da agenda de pesquisa das corporações e não dos movimentos sociais; crescimento das patentes em Universidades Públicas; crescimento das consultorias para corporações);
- Crescimento dos cursos de extensão caros e para executivos de corporações, empresas de médio porte, difusão do empreendedorismo, etc;
- Ensino de conteúdo conservador, escanteamento do marxismo e defenestramento de professores críticos;
- Crescimento dos cursos de educação à distância, verdadeiras fábricas digitais de diplomas;
- Controle dos órgãos estaduais e federais e das secretarias por representantes das corporações educacionais;
- Punição pedagógica dos indignados e criminalização do movimento estudantil;
- Terceirização da vigilância, limpeza, motoristas, etc;
- Financeirização da previdência, etc².

Este artigo pretende refletir sobre as dificuldades que a esquerda da comunidade de pesquisa enfrentou no final do século XX e enfrentará neste novo milênio. Em geral integrada por pesquisadores sem prestígio e sem recursos, com artigos negados nas revistas e, inclusive, sofrendo perseguições, a esquerda universitária enfrentou inúmeros obstáculos para construir projetos alternativos. Observaremos que o contexto defensivo – em que a própria sobrevivência do pesquisador-extensionista está em xeque – cria

² Sobre estes temas, ver Minto (2011 e 2012), Oliveira (2010), Dagnino (2002), Leher (2008), Novaes (2012).

contingências para a realização de um trabalho com sentido social, não alienado. Este contexto defensivo não impossibilitou, mas certamente restringiu a atuação de determinados grupos de pesquisadores-extensionistas que estão na dianteira de uma relação virtuosa entre universidade e movimentos sociais. Antes de mergulhar neste debate, optamos por realizar um panorama da Reforma de Córdoba, os ensinamentos dos clássicos latino-americanos que refletiram sobre a Universidade (J. Mariátegui, J. Mella, F. Fernandes, dentre outros), além de uma síntese sobre a Reforma e a Contrarreforma Educacional no século XX.

A Reforma de Córdoba, os ensinamentos dos clássicos latino-americanos, um panorama da reforma e da contrarreforma educacional

José Mariátegui (2008), quando escreveu as palavras citadas na epígrafe deste artigo, sustentava a inviabilidade da transformação universitária fora dos marcos de uma revolução proletária. Florestan Fernandes também vislumbrava uma universidade que produzisse “conhecimento promissora e crítico, não conformista, aberto à inovação” dentro dos marcos de uma transformação radical.

Leher (2008) destaca outro clássico do pensamento latino-americano: Aníbal Ponce e sua contribuição para o debate sobre educação e luta de classes. Na passagem a seguir, Leher descreve a originalidade de Ponce e o diálogo que ele travou com os ensinamentos da Reforma de Córdoba:

Certamente, seu clássico livro **Educação e luta de classes** foi fruto de seu engajamento nessas lutas. Não que Ponce avaliasse que o processo cordobense pudesse alterar substantivamente a educação; ao contrário, como Mella, sustentava que a educação emancipatória dependeria da luta contra o capitalismo e, por isso, a defesa da luta de classes. Entretanto, inovou ao propugnar que a revolução requeria que se considerasse a *educação como parte da estratégia política*, por isso o engajamento dos reformadores nas lutas anti-imperialistas e, *ao mesmo tempo*, nas jornadas universitárias (Leher, 2008, p. 56 – grifo nosso).

Se os reformadores não tivessem se engajado nas lutas “dentro” da universidade, provavelmente cairiam numa visão “passiva” da educação, em que esta sempre permaneceria a reboque da potencial revolução social. Julio Antonio Mella, abordando o tema por outro ângulo, é enfático ao retratar os limites da Reforma de Córdoba. Para ele, o desafio último da Reforma poderia ser dado pela seguinte encruzilhada: universidade para a ascensão social das classes médias propugnada pelas vertentes liberal, democrática e laica da reforma ou universidade vinculada à revolução anticapitalista, propugnada pela vertente

socialista. Mella afirmava que o problema último consiste na pergunta “para quem servir? Aos exploradores ou aos explorados?” (Kohan, 2002).

Ainda seguindo os rastros de Mella: “Nada se resolve em fazer da universidade um centro tecnicamente perfeito se a massa estudantil, que provém dos colégios religiosos ou dos colégios laicos privados, tem já formada uma mentalidade burguesa, e não científica, da universidade”.

Ainda que se buscasse um maior envolvimento com a classe trabalhadora, é preciso destacar que grande parte dos jovens dirigentes da reforma provinha de famílias patricias e de uma primeira geração de argentinos, filhos de imigrantes europeus, que constituíram as “classes médias” cubana, chilena, uruguaia, venezuelana. etc. Eles carregavam um certo paternalismo, iluminismo e fariseísmo. Num momento histórico no qual o povo tinha acesso muito limitado à universidade, o máximo que os reformistas conseguiram realizar foi a tentativa de dar as mãos aos trabalhadores. Já nas Universidades Populares, os trabalhadores ganharam, também em termos relativos, parcelas crescentes de controle sobre seu destino.³

Muitos historiadores usam o ano de 1966 como sendo o “princípio da destruição da educação pública argentina”. Não sabemos se os estudantes e professores de 1966 estavam iniciando uma nova fase do país, mas seguramente aprofundaram o processo de renovação da educação superior. No entanto, com a intervenção, “se perdeu o espírito Exatas”, se perdeu o caráter público da universidade, se perdeu a noção de país ou o compromisso “moral” de trabalhar para a construção da Argentina. Para Sadosky: “Desde 1956 e durante uma década, se deu um modelo de universidade na UBA com um projeto científico e de um nível acadêmico que não se voltou a produzir”; “para os que não viveram esse momento é difícil de entender, mas nem sequer se recuperaram até a atualidade os níveis do ano de 1966” (Morero *et al.*, 1996, p. 27).

Em 1973, a Argentina vivenciou uma “curta primavera democrática” (Caldelari, 2008). A partir de 1976, o povo argentino sofre seu mais duro golpe: uma ditadura militar sangrenta que exterminou os quadros da esquerda, principalmente os comunistas, jogou no exílio outros tantos, desindustrializou o país, aumentou a concentração de renda, rebaixou os direitos trabalhistas, esgarçou o tecido social etc.

Mas, para aqueles que acreditavam que a história das rupturas e retrocessos havia se encerrado, os governos neoliberais de Alfonsín e, principalmente, Menem – que, aliás, junto com o ministro Cavallo estudou em Córdoba –, aprofundaram o neoliberalismo. No

³As universidades populares foram criadas principalmente no Peru e em Cuba, mas também, em menor medida, em outros países, como reflexo direto das reformas das duas primeiras décadas do século XX. Sobre isso, ver Pericás (2006).

Brasil, o capitalismo sob hegemonia financeira aprofundou a ruptura ocasionada pelo regime militar.⁴

As reformas do ensino superior trataram de acabar com o pouco que restava de interesse público nas universidades latino-americanas. Em poucas linhas, é nos anos 1990 que elas levaram à privatização direta e indireta dessas universidades (Minto, 2011)⁵.

Entre 1976 e 1983 na Argentina, houve a limitação da entrada de alunos, pagamento de taxas e deslocamento da pesquisa para centros não universitários (Caldelari, 2008). “La ‘contrarreforma’ neoliberal secuestró la potestad de la reforma universitaria”, conclui Gentili (2008, p. 42).

Para sermos mais precisos, conforme vimos nas linhas anteriores, 1966 iniciou a ruptura histórica da ciência argentina, 1976 deu mais energia à ruptura, e a contrarreforma dos anos 1990 aprofundou o retrocesso histórico. Dos golpes para cá, assistimos a cenas de completo abandono da questão nacional e do sentido público dado à universidade na América Latina. Processos de privatização direta e indireta via mercantilização do ensino público ou proliferação de universidades privadas “reais ou virtuais” comprometidas com a acumulação de capital e a reprodução de teorias conservadoras se tornam hegemônicos.

Ganharam força os pós-modernos, predomina o carreirismo, a apatia dos professores, o “publicar ou morrer”. Há uma degeneração das carreiras públicas, precarização dos professores contratados e terceirização de muitos funcionários, intensificação do trabalho docente, ampliação de pesquisas pouco relacionadas com as grandes questões nacionais. Formação de alunos alienados que “querem subir na vida”, termo contemporâneo do “onde se vai buscar tão somente um meio de ganhar a vida”, utilizado pelos reformistas. Vigência do socialismo de cátedra – pouco interessado num papel mais “ativo” no que se refere à relação da universidade com os movimentos sociais. Projetos de extensão caça-níqueis – em geral voltados para funcionários de grandes corporações, mercado financeiro etc. – são promovidos por professores pequeno-burgueses que querem pequenas parcelas de prestígio. Em poucas palavras, vimos o avanço da barbárie dentro e fora dos muros da universidade.

⁴Nas palavras de Schwarz (2007), que compara o neoliberalismo com o longo período que vai até os anos 1970: “Quando escrevia os seus extraordinários artigos abolicionistas, Joaquim Nabuco tinha claro o laço entre escravidão, latifúndio e degradações ligadas à dependência pessoal, no campo e na cidade. Nas palavras incisivas do próprio Nabuco, era um quadro que diminuía o valor de nosso título de cidadão. Desde então, até a crise do nacional-desenvolvimentismo, nos anos 1970, a transformação dos excluídos em assalariados rurais, operários e cidadãos fez parte do ideário progressista. Sobre tudo através da industrialização e da reforma agrária, que prometiam reformar o país, acabando com a liga de mandonismo, miséria, clientelismo subcidadania etc., que nos separavam da modernidade. Com a globalização essas expectativas passaram por uma redefinição drástica. Para desconcerto geral da esquerda, a modernização agora se tornava excludente e reiterava a marginalização e a desagregação social em grande escala. Para quem não sabia, o progresso do capital e o progresso da sociedade podiam não coincidir”.

⁵ Não deixa de ser curioso notar que há uma mudança de significado do termo reforma ao longo do tempo. Nos anos 1990, o termo foi apropriado e ganhou um novo significado, dado pelos governos de direita que subiram ao poder. Sobre isso, ver Behring e Boschetti (2006).

Com exceção do período da revolução incompleta de 1930-1964, quando o Complexo Público de Ensino Superior e Pesquisa apontava para outros objetivos, predominou na universidade a visão de ascensão social. De forma cristalina, o escritor Lima Barreto delineou o papel da universidade no Brasil do início do século XX, mas que serve muito bem para retratar o que predomina na universidade no pós-1964 e, principalmente, no pós-1990. Em **Os bruzundangas** ele escreverá: “O ensino superior fascina todos (...) Os seus títulos, como sabeis, dão tantos privilégios, tantas regalias, que pobres e ricos correm para ele. Mas só são três espécies que suscitam esse entusiasmo: o de médico, o de advogado e o de engenheiro”.

Sobre a marcha produtivista-quantitativista que invadiu as universidades públicas, simbolizada no dilema “publicar ou morrer”, independentemente do conteúdo dos artigos, das repetições, da irrelevância, uma parcela da comunidade científica vem se indignando. Recentemente, Ozaí da Silva (2009) escreveu o artigo “Produtivismo no campo acadêmico: o engodo dos números”. Ele faz comparações entre Charlie Chaplin em **Tempos modernos**, trabalhando louca e insensatamente para produzir, e a academia, que, num ritmo frenético, expele artigos um atrás do outro. De acordo com esse pesquisador, estamos num ritmo de produção taylorista-fordista. Os números nada dizem sobre os efeitos perversos da corrida pelo Lattes, ou melhor, pelo latticínio.⁶ Para esse autor,

os números nos enganam, nos dão a sensação de que estamos na direção certa, que tivemos ‘progresso’. Parece lógico que devamos nos alegrar pelos índices positivos, os quais geram um certo deslumbramento institucional e manchetes em jornais. O intelectual é crítico, autocrítico, incomodado, angustiado e comprometido.

E cita Said, para quem

A ameaça específica ao intelectual hoje, seja no Ocidente, seja no âmbito não ocidental, não é a academia, nem os subúrbios, nem o comercialismo estarecedor do jornalismo e das editoras, mas antes uma atitude que vou chamar de profissionalismo. Por profissionalismo eu entendo pensar no trabalho do intelectual como alguma coisa que você faz para ganhar a vida, entre nove da manhã e cinco da tarde, com um olho no relógio e outro no que é considerado um comportamento apropriado, profissional – não entornar o caldo, não sair dos paradigmas ou limites aceitos, tornando-se, assim, comercializável e, acima de tudo, apresentável e, portanto, não controverso, apolítico e “objetivo” (Said, 2005, p. 78).

Russel Jacoby, no seu livro **Os últimos intelectuais**, retratou a decadência do pensamento crítico nos EUA. Russel contrasta dialeticamente a independência dos

⁶Sobre isso, ver também as críticas de Siqueira (2009) e as inúmeras revistas que saíram no ano de 2009.

intelectuais estadunidenses do início do século XX com os professores da segunda metade do século XX, em busca de sobrevivência, aposentadoria, vida estável e férias. Para ele, chegamos a um ponto em que os professores se afastam de textos polêmicos, da crítica radical, estando a criatividade cerceada pelo produtivismo, sendo a universidade apenas uma espécie da trampolim para a ascensão social.

O retrato de Jacoby pode ser parcialmente “transplantado” para os dias de hoje. Ao mesmo tempo em que impera o produtivismo, a universidade pública vem se transformando numa grande empresa de consultoria para empreendedores, consultores e funcionários de grandes corporações, principalmente as multinacionais. Se é verdade que mais de 90% dos recursos das três universidades paulistas, por exemplo, ainda vêm dos fundos públicos, também é verdade que a cada ano os cursos de extensão vêm ganhando terreno como uma forma visível de “complementação” salarial que há muito deixou de ser complementação, passando a ser o salário “principal”.

Para alguns intelectuais, estamos vivendo a miséria da teoria. Netto (2002) denomina com o nome de “novo irracionalismo” a tendência que “dissemina simultaneamente seja a recusa a qualquer sistematização teórica mais inclusiva, seja a preocupação com a formação de uma cultura humanista capaz de envolver mais que as expressões imediatistas das conjunturas”. E, muito acertadamente, chama a atenção: “entre o novo irracionalismo e a cultura acadêmica hoje dominante, mormente dos meios acadêmicos, existem vínculos e conexões que merecem análise mais atenta”⁷.

Gentili (2008) acredita que a universidade, na segunda metade do século XX, sofreu uma intensa segmentação e diferenciação. Ela se transformou num arquipélago de instituições com sentidos, estruturas e resultados extremamente diversos, e que coube aos governos neoliberais fragmentar as lutas populares ou pulverizar os movimentos de resistência.

Mas alguns setores da universidade tentam se reerguer. Além dos casos aqui analisados, nos anos mais recentes, principalmente com a ascensão de governos populares na Venezuela, Bolívia e Equador, entraram em cena novamente as bandeiras e utopias libertárias, socialistas, humanistas e democráticas que inspiraram os movimentos emancipatórios dos séculos XIX e XX. No entanto, tal como observa Gentili (2008), essas iniciativas parecem, no mínimo, dispersas, tênues e, em alguns momentos, insignificantes.

Mesmo reconhecendo a enorme concentração de renda, a fragmentação e dispersão das lutas operárias, o distanciamento das lutas dos professores da luta de outros movimentos sociais, a indiferença da sociedade em relação às demandas da universidade e

⁷Para uma crítica a este novo irracionalismo, ver também Pinassi (2009) e Minto (2011).

vice-versa, Gentili (2008) acredita que as universidades podem ajudar a imaginar alternativas, além de recuperar e inventar utopias.

Mas não nos esqueçamos de que a universidade pública faz parte do Estado. Mesmo comportando algumas especificidades, a caracterização de Lima Barreto, em “Três gênios de Secretaria”, da monotonia do trabalho no Estado pode valer também para a universidade pública, cada vez mais absorvida pelos professores-consultores, de um lado, e pelos apáticos, de outro. Será que as palavras abaixo valeriam para os apáticos, professores que seguem dando a mesma aula há mais de 30 anos e vendo o tempo passar?

A burocracia (...) é das criações sociais aquela que mais atrozmente tende a anular a alma, a inteligência e os influxos naturais e físicos ao indivíduo (...) É um expressivo documento de seleção inversa que caracteriza toda a nossa sociedade burguesa, permitindo no seu campo especial, com a anulação dos melhores da inteligência, de saber, de caráter e criação, [...]

Mariátegui (2008) refletiu sobre a Universidade de São Marcos no início do século XX e encontrou algo parecido ao que foi narrado por Lima Barreto. Reproduzimos nas linhas abaixo um trecho do texto de Mariátegui:

Nossos catedráticos parecem sem contato, sem comunicação com a atualidade europeia e americana. Parecem viver à margem dos novos tempos. Parecem ignorar seus teóricos, seus pensadores e seus críticos. Talvez alguns se achem mais ou menos bem-inteirados, mais ou menos bem-informados. Mas, neste caso, a investigação não suscita neles inquietação. Neste caso, a atualidade mundial deixa-os indiferentes. Neste caso, a juventude tem sempre o direito de acusá-los de insensibilidade e de impermeabilidade.

Nossos catedráticos não se preocupam ostensivamente senão da literatura de seu curso. Seu voo mental geralmente não vai além dos âmbitos rotineiros de sua cátedra. São homens tubulares, como diria Victor Maúrtua; não são homens panorâmicos. Não existe, entre eles, nenhum revolucionário, nenhum renovador. Todos são conservadores definidos ou conservadores potenciais, reacionários ativos ou reacionários latentes que, em política doméstica, suspiram impotente e nostalgicamente pela velha ordem das coisas. Mediocres mentalidades de advogados, cunhadas nos alvéolos ideológicos do civilismo; temperamentos burocráticos, sem asas e sem vértebras, organicamente apoucados, acomodaticios e folgados; espíritos de classe média, vulgares pedantes, limitados e vazios, sem grandes ambições nem grandes ideais, forjados para o ambiente burguês de uma posição na Corte Suprema, de uma plenipotência ou de um alto cargo consultivo numa grande empresa capitalista. Estes intelectuais sem alta filiação ideológica, enamorados de tendências aristocráticas e de doutrinas de elite, afeiçoados a reformas minúsculas e a diminutos ideais burocráticos, estes advogados, clientes e comensais do civilismo e da plutocracia, têm um estigma pior que o do analfabetismo, têm o estigma da mediocridade (Mariátegui, 2007).⁸

⁸ Para a contextualização das ideias de Mariátegui, ver os artigos selecionados por Pericás (2007) e a introdução feita por esse pesquisador.

Para Gentili (2008), não se trata de repetir as palavras de ordem, as bandeiras e propostas da Reforma de Córdoba com 90 anos de atraso, mas “por el contrario, se trata de reconocer, en la radicalidad de ese movimiento, los aportes que el mismo nos ha legado y la necesidad de reformularlo en virtud de una especificidad histórica que actualiza esta herencia en el marco de una nueva coyuntura” (Gentili, 2008, p. 46).

Para esse pesquisador, há um potencial poder de desestabilização da universidade e esta pode ajudar a produzir e difundir o conhecimento socialmente necessário para compreender e transformar o mundo em que vivemos (Gentili, 2008, p. 48).

Leher (2008) é mais preciso ao dizer que sobraram apenas alguns “nichos de pensamento crítico” que estão sintonizados com as demandas de uma sociedade para além do capital. Para argumentar sobre isso, ele retoma as lutas da Unam-México e do Chile, encabeçadas pelos estudantes de segundo grau.

As ideias de Córdoba estão presentes nas jornadas de 1968 notadamente no México, foram lembradas no Cordobazode 1969, quando a universidade apoiou as lutas dos trabalhadores (Novaes, 2009), são lembradas pela esquerda latino-americana, não só universitária, e até hoje os professores críticos reivindicam como atuais os grandes eixos das lutas de Córdoba.

Para Gentili (2008), deve haver uma “articulación de los movimientos de resistencia, del intercambio y la cooperación nacional e internacional y de la difusión más amplia y generalizada de las nuevas ideas que subsidian los procesos de construcción de una nueva sociedad” (Gentili, 2008, p. 45).⁹

Reféns na cidadela inimiga: a relação dos pesquisadores-extensionistas com alguns movimentos sociais

Como sabemos, o Complexo Público de Ensino Superior e Pesquisa latino-americano é cheio de contradições. Tal como procuramos mostrar em nosso livro (Novaes, 2012), a universidade pública não é monolítica, mas também não é plural. Encontramos grupos de pesquisadores, extensionistas e professores “orgânicos” que tentam renascer das cinzas, apoiando das mais variadas formas as lutas de inúmeros movimentos sociais que surgiram no final do século XX. Acreditamos que esses são hoje os “brotos novos” que

⁹ Para nós, a questão da não neutralidade da ciência e do determinismo tecnológico ou não são abordadas ou são subestimadas por Gentili e Leher. Ou por falha na crítica ou por divisão de trabalho entre pesquisadores, ambos estão mais preocupados com as questões das ciências sociais, a mercantilização da educação e a contrarreforma do ensino superior.

Mariátegui observou no seu momento histórico ou os novos focos de resistência diante do avanço da barbárie social.

Há um vasto leque de pesquisadores de “esquerda”, bem heterogêneo, tal como na Reforma de Córdoba, que vai desde extensionistas que querem uma universidade com maiores vínculos com a comunidade, mas que não dialogam com o marxismo, passando por teóricos do desenvolvimento situados mais à esquerda do espectro neoliberal, até os sobreviventes “socialistas de cátedra”, que são ridicularizados a todo momento por uma utopia que “não mais existe”. Ainda nesse leque temos os pesquisadores “orgânicos”, que, lutando nas brechas da universidade pública ou junto a movimentos sociais, estão ajudando a criar cursos contra-hegemônicos ou universidades “paralelas” que atendam aos anseios seculares do povo latino-americano. Na nossa pesquisa, encontramos professores e pesquisadores-extensionistas que podem ser “classificados” nesse vasto leque¹⁰.

Nesta seção, trataremos das potencialidades, ensinamentos, semelhanças e diferenças entre os pesquisadores-extensionistas da agroecologia, da habitação popular e das FRs abordados no livro **Reatando um fio interrompido** – a relação universidade-movimentos sociais na América Latina (Novaes, 2012).

Muito embora comportem gradações, podemos dizer que há pontos de convergência entre os pesquisadores-extensionistas que se envolveram com os movimentos sociais em questão.

Apesar de não dialogarem entre si, podemos extrair pontos de contato no que se refere à: a) crítica à propriedade dos meios de produção (o retorno do “caracol à sua concha”; b) a participação do trabalhador nos movimentos sociais, na “sociedade” e na construção da autogestão ou de um novo “desenvolvimento”; c) a necessidade de desmercantilizar a sociedade (“o mundo não é uma mercadoria”) ou produzir bens e serviços voltados para a satisfação das necessidades humanas; d) o papel do povo ou da luta de classes como motor da transformação social; mas principalmente e) a crítica tecnológica elaborada no campo de atuação desses pesquisadores, que abrange a crítica à

¹⁰Não poderemos abordar neste artigo a criação de cursos para os movimentos sociais em universidades públicas. Para ficar apenas no Sudeste, através dos recursos do Pronera (Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária), poderíamos citar a criação do curso de Pedagogia da Terra, na UFSCAR e UFMG, financiado pelos recursos do (Pronera). Ainda na Ufscar, temos um Mestrado em Agroecologia; na UFES temos um curso de especialização em Economia Política para assentados, coordenado pelos professores Reinaldo Carcanholo, Paulo Nakatani e Marício Sabadini. Na UNESP de Presidente Prudente, um de Geografia para assentados, coordenado pelo professor Bernardo Mançano Fernandes. No ano de 2009, a Unesco assinou convênio com a Unesp para a criação da cátedra “Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial”. Na UNICAMP, temos um curso de especialização em Agroecologia, outro também de agroecologia para “técnicos” (ensino médio) coordenado pela professora Sônia Bergamasco. Ainda na Unicamp mas sem recursos do Pronera, podemos destacar o curso de especialização “Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina”. Como escola autônoma, devemos destacar a ENFF (Escola Nacional Florestan Fernandes), do MST. Sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, ver Lima Filho (2011). Falta ainda uma pesquisa que realize um “inventário” destes e outros cursos que não destacamos, suas contradições, conquistas e limites.

tecnologia convencional, a necessidade de uma tecnologia alternativa e de uma nova assistência “técnica”.

Isso não significa dizer que não haja contradições e especificidades dentro das análises e propostas dos pesquisadores-extensionistas. Esses pontos de convergência aparecem de uma forma muito tímida ou pouco elaborada em alguns casos e bastante desenvolvida em outros. O filtro e a combinação das críticas elaboradas em cada campo poderão trazer frutos para uma crítica radical da C&T.

Começamos pelos casos que não “deram certo”: o aquecedor a gás, no caso da relação entre o professor Perondi (UFRGS) e a Geralcoop, não vingou. Nessa fábrica, os trabalhadores continuam produzindo principalmente fogões a lenha. Na FaSinPatZanón, o azulejo autolimpante rendeu frutos de pesquisa na UBA, porém até esta data não resultou em nenhuma inovação para a fábrica. Aqui, os trabalhadores permanecem produzindo azulejos e porcelanato.

Na relação Universidade de Buenos Aires-Zanón, o objetivo da UBA é aplicar um recobrimento que seja autolimpante. Ainda não conseguiram atingir a quantidade desejada de bactérias mortas, mas continuam a pesquisa. Isso já dura quatro anos. Sobre a utilidade social do produto, os pesquisadores envolvidos disseram que pode haver uma em função de ser um produto utilizado principalmente em escolas públicas e hospitais. Eles preferem que seja dirigido a um “mercado social” (compras do Estado: salas de pronto-socorro, escolas, restaurantes, ONGs etc.).

No entanto, os pesquisadores entrevistados advertiram que o produto é usado no Japão para fins mercadológicos (vidro de carros etc.). De qualquer forma, projetos de interesse “social” ainda são uma espécie de agulha no palheiro cientificista chamado UBA.

No caso da relação dos engenheiros da Universidade de Comahue (UnCo) com a FaSinPatZanón, os trabalhadores salientam que esta foi imprescindível na restauração da produção, na reorganização do processo de trabalho – isso para não falar na melhoria da qualidade dos azulejos e no papel imprescindível dos alunos na arrecadação de alimentos, nas passeatas etc.

No caso do Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (Inti-Argentina), a criação de uma linha de extensão tecnológica da área de Economia Social reflete uma leve abertura de um instituto cujo objetivo sempre foi assessorar empresas privadas, iniciativa tomada por um presidente bastante “especial” – Enrique Martínez – a partir da pressão dos movimentos sociais por um outro tipo de Estado¹¹.

¹¹Para saber mais sobre o debate da extensão dentro de um viés crítico, ver Dagnino (2010) e Fraga (2012).

Ao criar essa linha de atuação, o INTI incorpora um novo público como alvo de prestação de serviços: as fábricas recuperadas e cooperativas populares que, após a crise de 2001, se tornam cada vez mais presentes no cenário político argentino.

Apesar de reconhecermos que o simples fato de o INTI inserir o componente tecnológico na política de geração de trabalho e renda argentina é um avanço, ainda há um longo caminho a se percorrer. A partir das entrevistas que realizamos, foi possível perceber contradições na instituição. Essas contradições podem ser vistas no conflito que aparece entre aqueles que buscam a “melhor” tecnologia (tecnologia de ponta) e os setores do Inti que apoiaram os movimentos sociais. Além disso, prevalece na instituição uma cultura de transferência “paternalista” de tecnologia, que pode inibir a adoção de um enfoque tecnológico para inclusão social na macropolítica do plano “*manos a la obra*”, comprometendo a consecução de suas metas, sobretudo a de inclusão social.

Ao retratar o movimento da Arquitetura Nova e um de seus herdeiros, o Grupo Usina, tentamos destacar o papel que podem desempenhar profissionais envolvidos com questões tecnológicas, como os arquitetos, para desnaturalizar a tecnologia convencional, o mito do progresso, bem como o papel dos intelectuais médios na criação de uma sociedade emancipada.

Seja no diálogo com os movimentos sociais, seja nas salas de aula, os partidários da Arquitetura Nova e mais recentemente os membros da Usina procuraram e procuram evitar uma prática alienada deles mesmos e dos futuros arquitetos.

No caso da Arquitetura Nova, ao incentivar esses novos profissionais a pautarem suas decisões de projeto a partir da consciência de seu papel como agente de produção e transformação da realidade, tentando unificar teoria crítica e prática transformadora, os intelectuais da Arquitetura Nova deram um “exemplo” que merece ser incorporado por aqueles hoje envolvidos com a tecnologia social. A atuação junto aos mutirões, ao Movimento Sem Terra e Sem Teto e na produção conjunta de tecnologias com características autogestionárias parecem ser então alguns dos desafios a se enfrentar.

Para os seguidores da Arquitetura Nova, especialmente no caso analisado – do Coletivo Usina –, o espaço de trabalho orientado para o auxílio à emancipação dos movimentos sociais nos traz embriões de uma atividade com sentido social, desalienada. Como uma espécie de refúgio, ao estar em pleno contato com os movimentos sociais, a vida desses profissionais ganha um maior sentido, mesmo rodeados pelo mar de obras contrárias aos seus valores (*shoppings*, condomínios etc.), “salários” atrasados, dificuldades imensas de locomoção em São Paulo etc. Retornaremos a esse ponto mais adiante.

Algo parecido pode ser visto na Experiência de Residência e Especialização promovida pelas universidades conveniadas ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), principalmente nos depoimentos dos alunos que fizeram os cursos¹².

Há diferenças e semelhanças nítidas, em muitos casos, e pouco nítidas, na minoria dos casos, entre os grupos de pesquisa que assessoraram os movimentos sociais e dentro dos “campos” específicos de fábricas recuperadas, agroecologia e habitação popular.

Começemos pelas Fábricas Recuperadas. O professor Perondi destacou que a engenharia da UFRGS é um espaço relativamente pequeno e forma de sete a oito doutores por ano. No entanto, não temos como comparar a estrutura que o professor Rodriguez Lupo tem na UnCo e a infraestrutura da UFRGS em termos de laboratórios, equipe, financiamento. Por ironia da história, foi justamente na universidade que não tinha infraestrutura “adequada” que tivemos uma relação mais frutífera entre a universidade e as fábricas recuperadas.

Devemos notar também que na UFRGS há um maior interesse pelas publicações do que na Universidade de Comahue (UnCo), em parte por Lupo ser professor da graduação, mas também por não estar contaminado pelo “produtivismo”.

De qualquer forma, a relação do professor Perondi com a Geralcoop serviu para aparelhar um laboratório que não existia e está sendo usado para vários projetos. Além disso, resultou em alguns artigos do grupo, um certo aprendizado e um pequeno contato com a realidade da Economia Solidária. No entanto, esse contato não criou uma trajetória de relação do grupo com as Fábricas Recuperadas.

Perondi não atribui um papel estratégico para os movimentos sociais ou para a Economia Solidária, colocando sua fala mais no terreno da “distribuição de renda”, da necessidade de um “mercado interno de consumo”, “cidadania”, “pacto social”, tendo dado destaque para o “mercado interno” como grande problema, falta de renda para as pessoas poderem consumir e gastar, manter um padrão de vida digno, com educação e renda justa.

No que se refere ao financiamento dos projetos, observou que “achar que o movimento social vai poder financiar os projetos é irreal”. Os empresários pagam ou recorrem ao Estado. No entanto, como ressaltam algumas pesquisas, principalmente a da Pintec-IBGE, a relação universidade-empresa não foi considerada estratégica pelos empresários, ocupando apenas o 11º lugar no *ranking* de problemas brasileiros. Enquanto isso, para a Economia Solidária ou para os movimentos sociais em geral, é urgente e imprescindível a conformação de um sistema de P&D que atenda suas demandas.

¹²Sobre isso, ver Molina (2009).

No caso da UnCo, tivemos uma circunstância extremamente particular: o apoio do secretário de Extensão, a pressão de alguns setores universitários pró-Zanón, a pressão da Fábrica Zanón, a repercussão internacional etc.

No caso UFRJ, há uma política de extensão muita mais forte do que a encontrada nos outros. No entanto, por ironia do destino, o professor José Ricardo Tauile faleceu no ano de 2008. Mais recentemente, Flávio Chedid Henriques, um dos alunos que assessorou a Cooparj, está tentando revitalizar o projeto de apoio às FRs.

No campo da agroecologia, talvez por termos nos defrontado com diferentes grupos de pesquisadores-extensionistas, observamos uma maior pluralidade de visões sobre os temas aqui abordados. Observamos que há diferentes projetos em disputa no campo da agroecologia, que podem alimentar uma espécie de “capitalismo verde”, um “desenvolvimento rural sustentável” (que não seria propriamente nem o capitalismo verde nem uma vertente socialista) e um que efetivamente pode contribuir para a luta socialista.

A combinação das análises dos autores, bem como as críticas veladas ou explícitas feitas “dentro” do campo podem trazer ensinamentos potencialmente favoráveis. De qualquer forma, pode-se depreender que as correntes hegemônicas da agroecologia não falam em classes sociais, exploração do trabalho, superação do modo de produção capitalista etc. O debate em alguns momentos toca nessas questões, mas pende para a agenda ecológica desconectada de uma crítica da economia política mais profunda, voltada para a transcendência do trabalho alienado. Para nós, esta poderia ser uma boa contribuição teórica para a construção de uma sociedade para além do capital. Uma constatação parecida com a nossa foi observada por Wilon Mazzala Neto em sua dissertação de mestrado (2009) e em seu TCC de especialização em Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina (2008).

Dentre os autores analisados, Altieri é o mais conservador, o que não significa que não tenha trazido elementos importantes para o debate. Gutierrez faz críticas importantes à tecnologia convencional, ao tipo de extensão rural que se implementou no Brasil, à necessidade de mudanças na formação do profissional que atende os movimentos sociais. Dos grupos analisados, Caporal e Costabeber, os pesquisadores-extensionistas da UFSM e Pinheiro Machado fazem críticas mais ácidas à tecnologia e ao modo de produção capitalista, em especial Pinheiro Machado. Ele é o único declaradamente socialista; os demais gravitam num leque bastante amplo em torno da temática do “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento rural sustentável”, “desenvolvimento do campo” etc. Mais uma vez, isso não significa dizer que a teoria de Caporal e Costabeber não tenha uma positividade.

Acreditamos que o perigo que a agroecologia corre é a de ser a nova “moda”, tal como ocorreu com o “desenvolvimento sustentável”, em que tudo muda para que permaneça como está. O canto da sereia agroecológica tem atraído muitos alunos e professores, mas acreditamos que a crítica que vem sendo desenvolvida é incompleta e limitada.

O leque de possibilidades da agroecologia nos levou a acreditar que há um vasto leque que vai da defesa de “De nichos de mercado à ruptura sistêmica”, justamente para mostrar para o leitor a pluralidade nessa área. Talvez a principal ambivalência da agroecologia é ser a nova “salvação da lavoura” que reforçaria uma espécie de “capitalismo verde” ou ser a “salvação da lavoura” para os movimentos sociais, ao esboçar uma teoria de C&T, uma nova metodologia e um “novo desenvolvimento” que ajude a construir uma sociedade para além do capital.

Tal como coloca Altieri, “o desenvolvimento e a difusão de tecnologias agroecológicas, a promoção da agricultura sustentável exigem mudanças nas agendas das pesquisas, bem como políticas agrárias e sistemas econômicos abrangendo mercados”, preços e, além disso, incentivos governamentais (Altieri, 2005), as “condições gerais de produção” colocadas por Marx.

Para nós, os defensores da “Revolução Verde” não podem e não querem reconhecer o fato de que os fatores limitantes desse modelo são somente os sintomas de um distúrbio mais sistêmico, inerente aos desequilíbrios dentro do agroecossistema. Por outro lado, os enfoques que percebem o problema da sustentabilidade somente como um desafio tecnológico da produção não conseguem chegar às razões fundamentais da não sustentabilidade dos sistemas agrícolas (Altieri, 2005). E reforça:

É crucial que os cientistas envolvidos na busca por tecnologias agrícolas sustentáveis se preocupem com quem, finalmente, se beneficiará com elas. Isso exige que eles reconheçam a importância do fator político quando as questões científicas básicas são colocadas em discussão, e não somente quando as tecnologias são distribuídas à sociedade. Assim, o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido são questões-chave que precisam ser levantadas, caso se queira fazer surgir uma agricultura socialmente justa. Quando tais questões são examinadas, temas como posse da terra, mão de obra, tecnologia adequada, saúde pública, política de pesquisas etc., sem dúvida emergirão (Altieri, 2004).

Altieri sinaliza uma questão importante, mas acreditamos que não dá conta de respondê-la, provavelmente em função da sua visão de mundo liberal. Além disso, por estar há muito tempo nos EUA, o “protagonismo” das ONGs lhe leva a um certo localismo, pois ele cai no debate do desenvolvimento local e ao onguismo como “motores” da mudança.

Altieri também é mais condescendente que Guterres na questão da propriedade da terra. Ao não politizar a questão da propriedade, ele abre o leque dos sujeitos da transformação social, que poderia ser conduzida por qualquer tipo de “ator” social. Segundo esse autor, pode haver a conversão do manejo convencional para o manejo agroecológico nas “médias e grandes propriedades”, como se todos os produtores, harmonicamente e sem questionar o sistema, convivessem.

Caporal e Costabeber, Pinheiro Machado e Moreira fazem algumas advertências à agroecologia. Lembremos que para Caporal e Costabeber “nenhum produto será verdadeiramente ‘ecológico’ se a sua produção estiver sendo realizada às custas da exploração da mão de obra”. Tal ideia nos parece importantíssima.

Pinheiro Machado também faz algumas ponderações. Em carta enviada ele inicia de forma enfática: “Cuidado. [A agroecologia] É zona de águas turvas... inclusive servindo, sutilmente, para desviar a atenção dos movimentos sociais de seu foco fundamental, que é a luta por uma sociedade socialista” (Pinheiro Machado, 2009). E complementa:

Claro que a luta pelo socialismo passa por uma produção limpa e para todo o povo, o que essa gente citada jamais fala [teóricos da agroecologia na sua vertente hegemônica]. E essa técnica nós estamos começando a dominar, porque o socialismo que queremos, o real, o verdadeiro, há de corrigir os erros cometidos pelos da experiência vivida, e um dos aspectos fundamentais é, precisamente, contrapor-se à lógica da Revolução Verde na produção de alimentos e matérias-primas (Pinheiro Machado, 2009).

Moreira (2009) adverte que, ao adicionarmos o novo qualitativo da sustentabilidade à concepção dominante, corremos o risco de a questão da agricultura familiar – agora “sustentável” – continuar carregando seus elementos conservadores, ao não se constituir como um questionamento da ordem social.

Para Moreira, “essa concepção, ao colocar a solução do problema no campo da ciência e da técnica, passa a visão ideológica de que a solução técnica carrega consigo o progresso social” (Moreira, 1998, p. 193). Se pudéssemos reformular a frase de Moreira diríamos que, para sermos mais precisos, essa concepção, ao colocar a solução do problema única e exclusivamente no campo da ciência e da técnica, passa a visão ideológica de que a solução técnica carrega consigo o progresso social, uma espécie de determinismo tecnológico às avessas, em que a “tecnologia resolve tudo”.

Falta aos teóricos da agroecologia algo que nos parece imprescindível: o debate da autogestão em sentido amplo, o debate da desmercantilização, uma teoria mais profunda das classes sociais e da exploração no sistema capitalista, além de uma crítica totalizante à tecnologia que vá além das suas particularidades no caso da agroindústria ou do “rural”.

Será que a agroecologia vinculada à luta de classes com bases autogestionárias poderia trilhar os caminhos rumo a uma sociedade produtora de alimentos saudáveis, voltados para a satisfação das necessidades humanas, sem classes sociais e governada pelos produtores livremente associados? Nos parece que sim, mas para isso o debate precisaria ir para além do “desenvolvimento sustentável”, principalmente na vertente que se assemelha ao “capitalismo verde”.¹³ Para Theis e Meneghel (2006):

(...) o discurso da sustentabilidade tem servido antes de filtro, de expediente para escamotear a natureza dos problemas ambientais. Em vez de revelar, a linguagem do desenvolvimento sustentável tem encoberto as causas concretas da crise ecológica, ocultando as conexões objetivas entre a lógica e dinâmica do processo de acumulação capitalista e seus impactos específicos sobre o meio ambiente, invertendo substância e aparência (Theis e Meneghel, 2006).

De qualquer forma, há uma semelhança entre o debate da autogestão e da agroecologia no campo e o debate da autogestão na habitação popular. Para Arantes, não é por acaso que essa discussão sobre “tecnologia social” surja com tanta força na agricultura e habitação, quando os trabalhadores tentam se apropriar dos meios de produção. Para ele, tanto em uma quanto na outra há “pouco capital fixo e são ‘manufaturas’ cujo atraso relativo é uma vantagem para o seu domínio pelos trabalhadores – contudo são atividades fundamentais para a vida e para o socialismo” (Arantes, 2009).

De todos os grupos que vêm assessorando os movimentos sociais analisados por nós, o que mais traz transformações radicais na teoria e na prática dessa relação é o grupo Usina, um grupo de arquitetos, cientistas sociais que assessora lutas por habitação e criação de equipamentos públicos.

Percebemos que está nascendo uma nova relação universidade-movimentos sociais que traz como elemento principal o socialismo autogestionário. Roberto Schwarz (2002), no posfácio do livro de Pedro Arantes, levanta como hipótese para a riqueza da crítica totalizante da arquitetura justamente o fato de ela estar numa região de fronteira de diversos “campos”: estético, técnico, econômico etc.

Na Usina a crítica é mais robusta, talvez a mais completa das que analisamos até o momento, não só na compreensão da necessidade de superação da sociedade de classes, da criação de uma sociedade para além do capital, do papel da autogestão, da desmercantilização. Ele retoma a crítica da Arquitetura Nova, debate o papel do arquiteto na superação da sociedade de classes, além da crítica das forças produtivas.

¹³ Para o debate do desenvolvimento e desenvolvimento “insustentável”, ver Mészáros (1987), Sevá Filho (2002 e 2008), Bonente (2009), Novaes e Fraga (2010).

A Usina é herdeira da crítica das forças produtivas de Sérgio Ferro, Paulo Freire, Marx e Engels, de alguns anarquistas e de pensadores mais recentes, mas sem deixar de desenvolver ou aprofundar as críticas desses intelectuais.

Para os membros da Usina “nosso fim é o socialismo, mas o que fazer antes...?” Na medida do possível, acreditamos que estão arquitetando e praticando uma revolução, para usar um termo da área. Na medida em que pensam para além da habitação, seja através da criação de novos territórios, novos bairros, novos coletivos, para além do movimento temático: moradia, negros etc., estão atuando na construção de embriões de autogestão e pensando a complexidade de uma transformação radical: “que o coletivo arquitetado seja ao mesmo tempo de espaço de produção, consumo, educação, estética não alienantes”.

Evidentemente que o Grupo Usina só consegue criar enclaves no mar do sistema produtor de mercadorias, tentando criar práticas que levem a um grau crescente de controle da produção e reprodução social.

Em outras palavras, podemos dizer que eles tentam articular a totalidade ou complexidade da realidade latino-americana, especialmente da construção civil e do planejamento urbano brasileiro e suas conexões com o capitalismo financeirizado. Não se trata apenas do problema da casa. Eles buscam uma economia política do trabalhador: o problema dos trabalhadores brasileiros não é apenas moradia inadequada, mas também trabalho degradante e com baixa remuneração, lazer fetichizado, educação para o consumismo, saúde mercantilizada, transporte público ineficiente etc.

E, para finalizar, segundo informações obtidas no sítio do coletivo:

só há prática radical se o intelectual estiver de fato ao lado do povo, buscando soluções coletivas para as coisas mais prosaicas (abrigar-se) às mais altas do espírito (a discussão sobre arte, socialismo etc.). A produção da arquitetura nesse contexto quer, por isso, restituir-se não apenas como “teto”, mas como produção coletiva do espaço, livre, como arte. Experiências desse tipo só se multiplicariam, de fato, na transição revolucionária. Por enquanto, são laboratórios que precisam ser cuidadosamente trabalhados e analisados (Grupo Usina, s/d).

Encontrar outros grupos de assessoria no campo da arquitetura parecidos com a Usina, ao menos no Brasil, é como tentar encontrar uma agulha no palheiro. Dentre as “agulhas no palheiro” da área de Arquitetura e Urbanismo, poderíamos citar, no terreno das assessorias “fora” da universidade, a Peabiru. Nas universidades públicas, Akemilno e Shimbo (UFSCar) tentam colocar a universidade a serviço do povo. Reginaldo Ronconi e João Marcos Lopes coordenam o Canteiro Experimental da USP – respectivamente, de São Paulo e São Carlos –, tentando imprimir novas marcas aos projetos de ensino, pesquisa e

extensão em arquitetura. Certamente há divergências e semelhanças entre esses grupos que não poderemos abordar neste livro.

Tal como procuramos explicitar, todos os grupos se inserem num contexto de retrocesso histórico caracterizado pela contrarreforma do Estado, em particular na universidade pública, que resultou na desagregação da universidade, na criminalização dos movimentos sociais etc., criando inúmeras contingências para os pesquisadores-extensionistas e os movimentos sociais. Para Pinassi:

as classes trabalhadoras foram e continuam sendo tão profundamente golpeadas e alijadas de uma autêntica percepção de classe dominada que, principalmente em situações de crise mais profunda, seu horizonte ideológico manifesta-se muito mais em função do contingenciamento histórico que de sua mais que necessária potencialidade revolucionária (Pinassi, 2009, p. 34).

Acreditamos que os pesquisadores-extensionistas estão na defensiva, vivendo como reféns na cidadela inimiga, sem dinheiro, perseguidos, com pouco poder para implementar estratégias de pesquisa, ensino e extensão mais frutíferas para os movimentos sociais, muitas vezes tendo seus artigos e propostas de pesquisa negados nas instituições de fomento.

Os pesquisadores-extensionistas que estão reatando seus laços com os movimentos sociais encontram inúmeros desafios. A necessidade de se enxergar a totalidade do problema a ser resolvido pode ser verificada numa breve comparação entre os limites e possibilidades da emancipação dos trabalhadores do Movimento Sem Terra, de Fábricas Recuperadas e Sem Teto/Mutirões.

Ainda que imerso no sistema produtor de mercadorias e tendendo a degenerar suas características autogestionárias, no Movimento Sem Terra o trabalhador pode vislumbrar uma alternativa mais ampla de transformação social. Nele pode haver um maior controle sobre a própria vida: controle da terra pelo povo, da casa, construída através do trabalho coletivo, e o trabalho que pode transcender a alienação.

Algumas Fábricas Recuperadas vêm acenando para a superação do trabalho alienado (Novaes, 2007). No entanto, sua margem de manobra em relação ao Movimento Sem Terra – que pode se utilizar da agroecologia em detrimento da produção de alimentos envenenados por agrotóxicos – e ao Movimento Sem Teto ou de autoconstrução – que pode produzir um valor de uso, a casa onde se irá morar – é menor.

Observando mutirões paulistas, Arantes (2002) aponta que o mutirão autogerido não é apenas uma alternativa para os sem-teto, mas um espaço para a experimentação do que pode vir a ser um desenho emancipado.

Como salienta Sérgio Ferro, o fato da construção ser um processo mais simples que o industrial a torna um laboratório para os trabalhadores exercitarem o controle da produção e se prepararem para transformações de natureza emancipadora.

Mas a contradição dos mutirões autogeridos é que eles constroem um valor de uso: casas que conseguem escapar do espaço de produção e consumo de mercadorias. No entanto, ainda não conseguiram engendrar formas de se emancipar do trabalho assalariado, seja porque esses homens e mulheres trabalham numa fábrica, onde vendem sua força de trabalho, seja porque trabalham no mercado informal fazendo bicos, ou porque estão desempregados.

No Brasil, os mutirões sofreram fortes reveses. Cabe a pergunta: como prolongar a organização para depois da conquista da terra, do financiamento e da construção? Pois, ao término das obras, há uma regressão visível da organização popular (Arantes, 2002).

Se os mutirões não constituírem uma “qualidade arquitetônica” própria, na qual se encontre engenho e criação, continuarão presos ao reino das necessidades, com trabalhadores empilhando blocos sem produzir algo gratificante. A autogestão será, assim, amarga: apenas uma forma barata de fazer habitações (Arantes, 2002).

Considerações finais

Ainda que com graus crescentes de controle sobre o próprio trabalho, permanece como desafio para esses movimentos sociais e para os intelectuais que lhes assessoram inventar numa escala mais ampla o trabalho intelectual desalienante (Lima Filho, 2011).

É difícil dizer que a universidade pública, no contexto da contrarreforma da educação, seja um espaço para o florescimento do pensamento crítico e totalizante, da união entre teoria e prática, da resolução dos problemas dos movimentos sociais, da desmercantilização, etc. Os professores que tentam desencadear esse processo são poucos e estão nitidamente na defensiva. Como reféns na cidadela inimiga, a “esquerda” universitária tenta sobreviver a duras penas num meio que tem hegemonia pós-moderna, sofrendo todo tipo de perseguição, seja nas ciências duras ou nas ciências sociais, mas em alguma medida recuperam as palavras de Ponce citadas nas páginas acima: “propugnar que a revolução requereria que se considerasse a educação como parte da estratégia política, por isso o engajamento dos reformadores nas lutas anti-imperialistas e, ao mesmo tempo, nas jornadas universitárias”.

Acreditamos que o aprendizado das “derrotas” e porque não das vitórias do século XX seguramente iluminam as trilhas para a construção da universidade necessária. Poderíamos então concluir esta seção concordando com Leher:

Córdoba, 90 anos depois? O que fica? Para além dos fundamentos de uma universidade autônoma, cogovernada, pública, gratuita e comprometida com os problemas nacionais, permanecem os ensinamentos de que a universidade verdadeiramente universal, em que caibam todos os povos, requer a luta anticapitalista e anti-imperialista. Isso somente será possível se a educação, enquanto estratégia política, for difundida por universidades populares que articulem a classe trabalhadora e os nichos de pensamento crítico que seguem existindo nas universidades públicas. A união operária, camponesa, estudantil, em todos os níveis, com os trabalhadores da educação, é o novo ponto de partida a que Florestan Fernandes fez referência no momento em que se anunciava um reascento das lutas populares. A melhor homenagem que podemos fazer é levar adiante essa tarefa. Como disse Mella: “Triunfar ou servir de trincheira aos demais. Até depois de nossa morte somos úteis. Nada de nossa obra se perde” (*apud* Kohan, 2002). Nas comemorações dos 90 anos da Reforma Universitária de Córdoba, é importante que uma grande massa da juventude conheça esse extraordinário movimento. E celebre a memória dos mortos com lutas que tornem vivas as suas obras! (Leher, 2008, p. 64)

Referências bibliográficas

ADDOR, F. **Um estudo sobre a Engenharia Industrial e a Economia Solidária no Brasil**. 2004, 76f. Monografia (Graduação). Escola Politécnica, UFRJ: Rio de Janeiro, 2004.

ALMEIDA, A. W. B. **Terras de quilombos, terras indígenas, ‘babaçuais livres’, ‘castanhais do povo’, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UfAM, 2006.

ALTIERI, M. **Agroecologia – as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Fase, 1989.

_____. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

ARANTES, P. F. **Arquitetura Nova – Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos Mutirões**. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. MST usa tecnologia defendida por Sérgio Ferro. **Brasil de Fato**, n. 161, 2006. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/impresso/anteriores/161/cultura/materia.2006-04-06.5718044779>

_____. Qual futuro para o Canteiro Experimental? In: YOSHIOKA, E.; RONCONI, R.; MINTO, F. C. N.; SOUSA, A. F. (orgs). **Canteiro experimental, 10 anos na FAU**. São Paulo: FAU-USP, 2008.

_____. **Carta a Henrique Novaes**. Campinas, Impresso (mimeo), novembro de 2009.

_____. **Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma**. São Paulo, Tese de doutorado, USP, 2010.

ARAÚJO, F. e HENRIQUES, F. **Marchas e Contramarchas de uma Assessoria em uma Cooperativa Autogestionária**. IV Encontro Internacional de Economia Solidária: “Educação, Política e Integração da América Latina”, USP, 2006.

BONENTE, B. **Teodicéia do Desenvolvimento: antecedentes teóricos e pressupostos ontológicos**. São Paulo: PUC, XIV Encontro nacional de Economia Política, CD-Rom, 2009.

BARROS, F. Canteiro experimental da FAU e o canteiro – cooperativa de construção. In: YOSHIOKA, E.; RONCONI, R.; MINTO, F. C. N.; SOUSA, A. F. (orgs). **Canteiro experimental, 10 anos na FAU**. São Paulo: FAU-USP, 2008.

BEHRING, É. BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2004.

BILMES, S.; CANDAL, R. **La FCEyN y las empresas conducidas por sus trabajadores – Ciencia recuperada**. Entrevista no Jornal *Cable*, 28 de novembro de 2006. Disponível em: http://www.fcen.uba.ar/prensa/cable/2006/pdf/Cable_634.pdf

CAPORAL, F. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Dissertação de Mestrado – Programa de Extensão Rural, UFSM, 1991.

_____; COSTABEBER, J. Análise multidimensional da sustentabilidade – uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 3, 2002, p. 70-85.

_____; COSTABEBER, J. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. 3ª ed. Brasília (DF): MDA/SAF/Dater, 2007.

DAGNINO, R. Uma estória sobre Ciência e Tecnologia, ou começando pela extensão universitária. In: DAGNINO, R. (org.) **Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e Política de Ciência e Tecnologia – abordagens alternativas para uma nova América Latina**. João Pessoa: EDUEPB, 2010.

DIAS, R. B. **A trajetória da política científica e tecnológica brasileira: um olhar a partir da análise de política.** Tese de Doutorado, Departamento de Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências, Unicamp, 2009.

FERNANDES, F. Universidade e desenvolvimento. In: IANNI, O. **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERRO, S. Entrevista concedida a Carlos Castelo Branco. **Caros Amigos**, 2001, n. 49, p. 44-45.

_____. Arquitetura e luta de classes: uma entrevista com Sérgio Ferro. Entrevistadora Lelita Benoit. **Revista Crítica Marxista**, n. 15, 2005.

_____. (entrevista). **Arquitetura: uma construção coletiva e livre.** Pedro Fiori Arantes. *Brasil de Fato* n. 161. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/impresso/anteriores/161/cultura/materia.2006-04-06.1810849998>

_____. **Arquitetura e trabalho livre.** São Paulo: CosacNaify, 2006.

_____. Experimentação em arquitetura: práxis crítica e reação conservadora. In: YOSHIOKA, E.; RONCONI, R.; MINTO, F. C. N.; SOUSA, A. F. (orgs). **Canteiro Experimental, 10 anos na FAU.** São Paulo: FAU-USP, 2008.

FRAGA, L. **Extensão e transferência de conhecimento: as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.** Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, DPCT, 2012.

FREITAS, H. **A construção da rede socio-técnica de educação de assentados da Reforma Agrária: o PRONERA.** Tese de Doutorado, UFSCUNB, 2007.

GENTILI, P. “Una vergüenza menos, una libertad más” – La Reforma Universitaria en clave de futuro. In: SADER, E; GENTILI, P; ABOITES, H. (compiladores). **La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después.** 1ª ed. Buenos Aires: Clacso, 2008.

GUTERRES, I. (org.). **Agroecologia militante: contribuições de Ênio Guterres.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HENRIQUES, F. C. **Assessoria a empreendimentos de autogestão.** Universidade Federal do Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

_____. O engenheiro na assessoria a empreendimentos de autogestão. In: SCHMIDT, C.; NOVAES, H. T. **Economia Solidária e transformação social: rumo a uma sociedade para além do capital?** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

HIRAO, F. H.; LAZARINI, K. **O Laboratório de Habitação da Unicamp e a Tecnologia Social – entre a indústria e a manufatura: o pré-moldado na arquitetura de interesse social.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Especialização Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina, Unicamp, 2009.

IANNI, O. O declínio do Brasil-nação. **Revista de Estudos Avançados** 14 (40), São Paulo, 2000, p. 51-58.

INTI. Instituto Nacional de Tecnologia Industrial. Disponível: www.inti.gov.ar.

JACOBY, R. **Os últimos intelectuais.** São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

KOHAN, N. **Ni calco ni copia: ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano.** Buenos Aires: Eudeba, 2002.

KOURY, A. P. **Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre, Sérgio Ferro.** São Paulo: Edusp, 2004.

LEHER, R. Reforma Universitária de Córdoba, noventa anos. Um acontecimento fundacional para a universidade latino-americana. In: SADER, E; GENTILI, P; ABOITES, H. (comp.). **La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después.** – 1a ed. – Buenos Aires: Clacso, 2008.

LIMA BARRETO. **Três gênios de secretaria.** Domínio Público.

LIMA FILHO, P. A. A mão e o sinete: notas introdutórias à questão do controle social na UFFS. In: BATISTA, E. e NOVAES, H. (Org.) **Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI.** Bauru, SP: Canal 6, 2011. p. 359-68.

LOPES, J. M. ; RIZEK, C. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica (Procedimentos Inovadores de Gestão da Produção Habitacional para População de Baixa Renda. Rede de Pesquisa Progest). Rio de Janeiro, **Revista da Finep**, 2005. Disponível em: http://www.habitare.org.br/doc/docs_revista/artigoFinep_usina.pdf

MAZZALA NETO, W. **Agroecologia e tecnologia social – um debate em construção.** Trabalho de Conclusão de Curso – Especialização em Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina, DPCT – Instituto de Geociências Unicamp, 2009.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

MINTO, L. W. **A educação da “miséria”: particularidade capitalista e educação superior no Brasil**. Campinas, Faculdade de Educação, Unicamp, Tese de Doutorado, 2011.

MINTO, L. W. Educação Superior e Movimentos Sociais: sentido histórico e questões atuais. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs). **Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MOLINA, M. *et al.* (orgs.) **Educação do campo e formação profissional – a experiência do Programa Residência Agrária**. Brasília: MDA, 2009.

NEUMANN, P.; DIESEL, V. FROELICH, J.; SILVEIRA, P. GARCIA, J. O projeto piloto do residência agrária da Universidade *Federal de Santa Maria (RS)*. In: MOLINA, M. *et al.* **Educação do campo e formação profissional – a experiência do Programa Residência Agrária**. Brasília: MDA, 2009.

NETTO, J. P. Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade. In: LESSA, S. e PINASSI, M. O. (orgs.) **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 77-102.

NOVAES, H. T. **Reatando um fio interrompido – a relação universidade-movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.

NOVAES, H. T.; SERAFIM, M. P.; DAGNINO, R. Sobrevivendo à tempestade: o papel do Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (Argentina) na assessoria às Fábricas Recuperadas. **Revista Espacios** – Revista Venezolana de Gestión Tecnológica, v. 30 (2), Caracas, 2009, p. 32-45.

OLIVEIRA, M. B.; LACEY, H. Prefácio. In: SHIVA, V. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, M. B. **A estratégia dos bônus: três pressupostos e uma consequência**. Trabalho, Educação e Saúde, 7(3): 419-433, nov. 2009/fev.2010
<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/include/mostrarpdf.cfm?Num=267>

OZAÍ DA SILVA, A. Produtivismo no campo acadêmico: o engodo dos números. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 100, Maringá, setembro de 2009.

PERICÁS, L. Introdução. In: MARIÁTEGUI, J.C. **Mariátegui– Sobre educação** (seleção e tradução de Luiz Bernardo Pericás). São Paulo: Xamã, 2007, p. 39-43.

PINASSI, M. O. **Da miséria ideológica à crise do capital – uma reconciliação histórica.** São Paulo: Boitempo, 2009.

PINHEIRO MACHADO, L. Apresentação. In: CHABOUSSOU, F. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos – novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas – a teoria da trofobiose.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **Correios eletrônicos enviados para Henrique Novaes.** (Diversos) 2009 e 2010.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

SADER, E.; GENTILI, P. ABOITES, H. (orgs). **La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después.**Buenos Aires: Clacso, 2008.

SAID, E. W. **Representação do intelectual: as Conferências Reihit de 1993.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SEVÁ FILHO, A. O. **Tópicos de Energia e Ideologia. Desenvolvimentismo como panacéia? Sustentabilidade como guia de corporações poluidoras?** Indaiatuba (SP), novembro de 2002, I Encontro ANPPAS.

SEVA FILHO, A. O. **Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera, e hidrelétrica nas Amazônias.** I Seminário Nacional sobre Desenvolvimento e Conflitos Ambientais, UFMG, Belo Horizonte, em 03/04/2008. arquivo disponível em www.fem.unicamp.br/~seva

THEIS, I. M. ; MENEGHEL, S. M. Universidade, desenvolvimento e meio ambiente. In: WULF, C.; BRYAN, N. P. (Org.). **Desarrollo sostenible: conceptos y ejemplos de buenas prácticas en Europa y América Latina.**Münster: WaxmannVerlagGmbH, 2006, v. 22, p. 85-97.

USINA. Reforma urbana e autogestão na produção da cidade: história de um ciclo de lutas e desafios para a renovação da sua teoria e prática. In: BENINI, É. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (orgs.) **Gestão Pública e Sociedade – fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária**, vol. II. São Paulo: Outras Expressões, 2012, no prelo.

_____. Luta por moradia e autogestão na América Latina: uma breve reflexão sobre os casos do Uruguai, Brasil, Argentina e Venezuela. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs). **Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

A Precarização do Trabalho Docente nas Universidades Públicas no Brasil (1980-2011): sob a pressão do *Tacão de Ferro*¹

Antônio de Pádua Bosi²

Resumo: Este artigo discute a precarização do trabalho docente nas Universidades Públicas no Brasil. O principal argumento diz respeito à adoção, nas últimas duas décadas, de práticas e de critérios de avaliação do trabalho notadamente produtivistas.

Palavras-chave: Trabalho Docente, Precarização, Universidades Públicas.

Abstract: This article brings a discussion about the precarization of the teaching work in higher education public institutions in Brazil from 1980 to 2011. The main aspect about it is the adoption of exclusively quantitative criteria for evaluating teaching work production and its consequences.

Keywords: Teaching work, Precarization, Public University.

Precarização é um termo recente. Pensado como conceito ligado às mudanças no mundo do trabalho neste último quarto de século, sua estrutura não é lá muito robusta. Em parte, porque “precário” tem sido geralmente utilizado para descrever (mais do que analisar) sentimentos de perda percebidos e relatados por trabalhadores, principalmente através de referências à desconstituição do trabalho com regras estabelecidas e alguma perspectiva de segurança e estabilidade. Neste sentido mais histórico do que sociológico, por precarização tenta-se designar um sentimento de perda relativamente às condições de trabalho numa determinada escala periodizada.

No caso de docentes das universidades públicas, um processo de precarização das relações de trabalho foi percebido ao longo dos anos 90, embora captado como objetivo de estudos apenas na primeira década do século XXI. Nos anais do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), precarização apareceu registrada desde meados da década de 1990 sempre como uma referência aos contratos de trabalhos precários, previstos para docentes temporários. No âmbito das universidades federais esta modalidade de contratação expandiu-se sob a justificativa cínica do represamento de concursos praticado nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, no período de 1994 até 2002. Muitos departamentos chegaram rapidamente a ter metade dos docentes nesta condição. Esta experiência de precarização foi a primeira a ser

¹ Parte das reflexões desenvolvidas neste texto já foi discutida nas revistas *Universidade e Sociedade* (n.38, 2006), *Educação e Sociedade* (v. 28, n. 101, 2007) e *Educere et Educare* (v.5, n. 10, 2010). As ideias aqui apresentadas são resultado de pesquisa (particularmente entrevistas realizadas com docentes de universidades públicas estaduais e federais durante o período de 2008 e 2010, vinculadas à pesquisa “A construção de identidades centradas no trabalho no Brasil contemporâneo”), e de debates acontecidos no cotidiano do trabalho e em espaços do movimento sindical durante os últimos dez anos.

² Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

percebida, talvez porque tenha sido a mais visível, embora não a única e tampouco a mais dramática. Cabe recordar (ainda que de passagem) que a matriz do ensino superior manteve-se privada, congelando, nas décadas de 1990 e 2000, determinado equilíbrio na proporção de 80% das matrículas nas instituições privadas e 20% nas instituições públicas.

Ocorre que a expansão da rede de educação superior pública (sistema federal, sistemas estaduais, instituições estaduais isoladas e institucionais municipais) trouxe consigo milhares de novos cargos docentes sem o tradicional aparato para o trabalho. Quase sempre, o aumento de docentes aconteceu de forma improvisada, alicerçando novas instituições ou adensando antigas por meio de extensões, criando situações bastante precárias para o exercício do trabalho aliadas com planos de carreira e regimes francamente débeis. Uma breve exemplificação pode mostrar o tamanho e natureza de tal expansão.

Até o ano de 1994 (início do governo FHC), o aumento de funções docentes nas IES públicas foi pouco mais que tímido, considerando informações do INEP/MEC. Em 15 anos (1980 até 1994) esta força de trabalho cresceu de 60 mil para 75 mil, algo em torno de 1/4. Nos 15 anos seguintes (entre 1994 e 2009) o número saltou de 75 mil para 123 mil, um acréscimo de 64% (praticamente 2/3). Sublinhado o período de maior crescimento notaremos que está distribuído entre instituições públicas federais e estaduais, com pouco mais de 40% para as últimas (Tabela 1). Em ambos os casos tratou-se da criação de novas instituições (muitas vezes no formato de campus ou de extensões), ou de cursos nas universidades já existentes, todos marcados por infraestrutura precária, improvisada e insuficiente: os relatos registram salas de aula congestionadas, falta de laboratórios e bibliotecas, e rarefeita política de assistência estudantil.

Tabela 1 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES NAS IES PÚBLICAS

Docentes	1980	1985	1989	1994	1998	2003	2004	2007	2009
Docentes IFES	42.010	42.087	43.397	43.556	45.611	47.709	50.337	59.156	72.228
Docentes IEES	14.141	17.392	22.556	25.239	30.621	33.580	35.866	41.709	43.145
Docentes IMES*	4.186	5.020	4.142	6.490	7.560	7.506	7.597	7.963	7.604
Total	60.037	64.449	70.095	75.285	83.738	88.795	93.800	108.828	122.977

* Municipais

Fonte: MEC/INEP – Organização do autor.

Esta tendência, facilmente identificada em linguagem estatística, prosseguiu de modo mais organizado e intenso nas IES públicas federais a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), formalmente

instituído no começo de 2007 e com nítidos resultados nos quatro anos seguintes. Recorrendo ao Reuni, a Universidade Federal Fluminense, por exemplo, entre 2007 e 2012, fez-se uma previsão de crescer aproximadamente 23 mil vagas discentes na graduação e 578 cargos docentes com 40 horas em regime de dedicação exclusiva. Se distribuirmos tais números pelos anos que compõem o período pactuado, encontraremos um aumento anual de 5 mil alunos, com uma contrapartida de pouco mais de uma centena de docentes contratados a cada ano deste período, ou seja, quase 40 alunos por docente. Obviamente esta média decresce quando é somada às vagas e aos docentes já incorporados à instituição, mas a lógica da redistribuição do trabalho eleva a proporção aluno/professor bem acima do índice de 12, que foi mais ou menos estável até 2008. Nesta atmosfera foi se tornando comum verificar *status* distintos entre docentes e “docentes Reuni”, principalmente quando lotados nas novas instituições e/ou novos *campi*, uma distorção intencionalmente provocada pela política de governo, uma vez que a função deste programa reside na ampliação de vagas de graduação, sem preocupação de criar ou de replicar infraestrutura necessária para atividades de pesquisa.

Não é à toa que a sensação de que as coisas pioraram para todos os docentes – e não somente para os temporários - tornou-se tangível para um grande número de professores universitários nos últimos dez anos, atestada principalmente por diversos artigos e proposições na pauta sindical em congressos e encontros do gênero. Os pontos mais atacados por uma espécie de clamor geral foram, além do aumento de aulas, a diversificação das atividades ligadas à docência e à pesquisa, e uma enorme pressão para ser produtivo. Este é outro ponto que também divide os docentes das universidades públicas, senão vejamos.

Volta e meia, não é raro topar com colegas docentes que se surpreendem frente a críticas contra os imperativos da produção e do produtivismo acadêmico. Quase sempre a impressão deixada por estes docentes é a de que se trata de um comportamento rebelde, sustentado no ócio premeditado, na insuficiência intelectual, na vinculação a algum tipo de esquerdismo ou as três coisas juntas. Quando é possível uma conversa amigável, tento argumentar que a subsunção do trabalho docente aos inúmeros parâmetros de desempenho é algo recente, e que deveria ser avaliado com vagar e astúcia porque a negação das balizas ditadas por órgãos estatais (incluídos as agências de fomento a pesquisa) não é exatamente a recusa de se trabalhar. Eis uma tarefa quase sempre inglória, asfixiada por um conservadorismo cego que tende a naturalizar o *status quo* e marginalizar as práticas dissonantes, tratando-as como transgressoras e filiadas a uma modalidade de universidade sob acusação de atrasada, “medieval” e elitista.

Certa vez, falando para um público notadamente hostil aos “passos de tartaruga do trabalho docente”, recordei a rotina de professores que atuaram na década de 1980 nas universidades federais e estaduais (muitas delas ainda sob o formato de fundações) sem a pressão exercida por trenas acadêmicas e científicas. O fato de aqueles docentes ministrarem uma ou duas disciplinas ao ano (contabilizando no máximo 8 horas em sala de aula) causou escândalo e ojeriza, o que ficou ainda mais acentuado quando disse que as turmas não excediam a 20 alunos, que não se publicava na quantidade atual e que dificilmente se encontrava exércitos de bolsistas (na graduação e pós-graduação) a fuçar temas e objetos em busca de *resultados, metas e produtos a serem alcançados*. Embora já existissem linhas de financiamento para pesquisas nutridas por órgãos de fomento como o CNPq, o docente geralmente encontrava apoio e abrigo para suas atividades dentro da própria instituição. Equipamentos, espaço, suporte técnico-administrativo e cobertura para despesas com trabalho de campo dependiam da autorização de seus pares, em suas unidades de trabalho, e retirava recursos do orçamento da própria instituição.

No plano cotidiano do trabalho docente é possível sondar (com certa profundidade, espero) como ensino, pesquisa e extensão tornam-se, cada vez mais, fontes de pressão sobre professores e alunos e cada vez menos atividades criativas que realizam seus agentes. Anteriormente aos anos 80 a pesquisa docente (como parte articulada de seu trabalho) não era regulada por prazos padronizados e nem inteiramente condicionada a induzir resultados que preencheriam diversos periódicos e eventos na forma de publicação. Quase sempre a sala de aula se constituía no principal e mais importante laboratório docente, *uma oficina artesanal onde a formação de novos profissionais não era um objetivo secundário*. A própria CAPES justificava sua denominação de “Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior”, apoiando a capacitação de recursos humanos. Por certo que ao tornar a “produção bibliográfica” docente o centro da avaliação dos programas de pós-graduação converteu a *formação* de homens e mulheres numa atividade acessória. Este tipo de *ethos* afetou sobremaneira os jovens docentes que ingressaram no sistema ao longo dos anos 90, uma vez que eles incorporaram, com menor resistência (e maior naturalidade), a produtividade como um dos principais valores estruturantes da carreira acadêmica.

A CAPES passou a funcionar ao estilo do Banco Mundial, ditando normas e assegurando os rumos e os ritmos de crescimento da pós-graduação no país por meio de uma repartição de recursos perversamente seletiva. Mas o projeto inicial era mais ousado. A visão de governo que atravessou toda a década de 1990 defendia uma concepção para o ensino superior (incluída a pós-graduação) que previa a cobrança de anuidades, a

implantação de instrumentos de avaliação do ensino e da produção científica, e a definição do financiamento público a partir do estabelecimento e cumprimento de metas e desempenho das instituições e programas de pós-graduação. A cobrança de mensalidades sucumbiu, mas não a ambição de privatizar a educação pública superior. Sob o comando da CAPES os docentes foram pressionados a girar os objetivos de seu trabalho para atividades voltadas à captação de recursos extra-orçamentários, à publicação, às consultorias remuneradas, à produção de patentes e à prestação de serviços, principalmente.

Mesmo sem a devida contrapartida financeira, a expansão da pós-graduação foi estimulada de tal modo que dos 27 cursos de mestrado e 11 de doutorado, existentes em 1965, chegou-se a 1.083 cursos de mestrado e 541 de doutorado no ano de 1996. Cálculo realizado pelo INEP indicou que o número de docentes que atuaram em mestrados e doutorados no ano de 1996 praticamente dobrou em 2007, saltando de 27 mil para 50 mil. Tomando como referência o ano de 2008, e considerando que 85% dos docentes que trabalhavam em cursos de pós-graduação *stricto sensu* estavam lotados em instituições públicas, pode-se afirmar que praticamente a metade da força de trabalho instalada nestas instituições atuou também em mestrados e doutorados. Este fato ajuda a explicar porque as aulas se multiplicaram, assim como as orientações e as solicitações para pareceres técnicos e acadêmicos, as consultorias, as viagens para eventos, e intercâmbios internacionais (notadamente impostos). Os docentes se viram forçados a mergulhar em terreno pantanoso sem preparo e repertório para suportar as crescentes cobranças (nem sempre simbólicas) para manterem-se ativos e dentro desta espiral. Contudo, antes de tomar o pulso e explicitar as feições desta nova situação convém indagar sobre sua natureza e objetivos.

Cerca de 40 anos antes desta guinada, o sociólogo estadunidense Wright Mills destacou um processo de proletarianização dos professores universitários e a alienação de seu trabalho. A análise de Wright Mills tomava os professores como parte de uma “nova classe média” que se expandia partilhando uma condição comum, marcada pela retração dos salários, pela rotinização do trabalho e pela aproximação acelerada dos interesses do grande capital. Wright Mills viu que o exercício da educação universitária e de outras profissões perdia a característica de trabalho artesanal, ou seja, esvaía-se progressivamente a autonomia de decisão sobre o que estudar e pesquisar. É preciso salientar que tal realidade analisada não era ainda predominante. O tipo de articulação entre as universidades e os interesses de empresas privadas que solaparia a independência do trabalho docente, direcionando seus esforços de acordo com uma agenda do capital, ainda demoraria algum tempo para ser sedimentado. De qualquer modo, Wright Mills referiu-se ao “tipo ideal” do novo docente: ele seria um “consultor de grandes companhias imobiliárias, de

comissões de arbitragem entre patrões e empregados; montou seu escritório de pesquisas, e vende seus serviços e o prestígio de tradicional imparcialidade da universidade a que pertence” (Mills, 1976, p.152-153).

Se olharmos para a arquitetura geral da economia mundial, enxergaremos a fonte deste tipo de pressão (e sedução) exercida sobre os intelectuais profissionais, habitualmente empregados nas universidades. A formação do capitalismo monopolista, durante toda a primeira metade do século XX, configurou a conexão atual entre ciência (incluído o trabalho docente) e as necessidades do capital, de modo que a produção de tecnologia (pensada como versão aplicada da ciência) tornou-se cada vez mais a finalidade principal nas universidades. O que começou como uma iniciativa de adquirir e reter todas as patentes de determinado ramo produtivo logo nas primeiras décadas do século passado (Lenin relata este processo a partir da indústria do Tabaco) evoluiu rapidamente para uma posição sistemática de estímulo e controle sobre as “inovações tecnológicas”, e que alcançou o espaço de trabalho docente modelando-o segundo esta diretiva. Este processo repercutiu negativamente no mundo do trabalho, degradando profissões e corroendo a autonomia na produção do conhecimento (Braverman, 1974). É uma história bastante conhecida, cujos desdobramentos ainda vibram intensamente e podem ser identificados de maneira típica na percepção que Wright Mills esboçou acerca da universidade estadunidense nos anos 50. Não se tratava, pois, de uma mudança específica à cultura daquele país, mas de um forte alinhamento das instituições de produção de conhecimento ao capitalismo monopolista. Este paradigma formatado nos Estados Unidos seria amplamente disseminado.

Embora possamos localizar ensaios precoces de desenvolvimento de tal modelo no Brasil sob o dístico de “modernização” do ensino superior (Durham, 2005), a importação da experiência norte-americana fez-se travestida de avaliação institucional, com tentativas mais fortemente articuladas desde os anos 80. A ideia de controle sobre as universidades implicava na prática a subordinação do trabalho docente às políticas mais gerais para ciência e tecnologia, induzidas financeiramente a partir do Estado. Um capítulo decisivo desta história encontra síntese esclarecedora na defesa de uma reforma na educação superior levada adiante durante os anos 90. A formulação seguinte pertence a Bresser-Pereira e é emblemática da conjuntura que se compôs desde então.

As universidades norte-americanas, através dos seus departamentos, são incrivelmente competitivas. É a competição entre elas, e não a exigência formal de concursos que garantem a excelência do ensino e da pesquisa. De acordo com o princípio básico de uma administração moderna, o controle se realiza não através da exigência de processos rígidos, mas da

avaliação dos resultados. (...) Além disso, as fundações e o próprio governo tomam conhecimento dessas avaliações, que influenciam suas decisões de concessão de auxílios ao ensino e à pesquisas. Em consequência, as universidades são levadas a uma competição permanente, buscando sempre ter os melhores professores e pesquisadores em seus quadros, exigindo forte carga de trabalho de seus alunos. (Bresser-Pereira, 1995).

O que foi preconizado durante o governo FHC (e de certo modo durante o curto governo Collor) para as universidades públicas atingiu frontalmente o trabalho docente, especialmente no que se refere à sua realização. Ao restringir e reformular o financiamento das universidades, particularmente no que se refere às atividades de pesquisa, submetendo-as ao crivo seletivo da própria burocracia instalada nos órgãos de fomento e nas secretarias afetas à educação superior (ministérios e secretarias de educação e de ciência e tecnologia), cometeu-se uma radical alteração na rotina do trabalho docente, obrigando-o a enquadrar-se em nova lógica que vincula recursos financeiros ao desempenho acadêmico-científico de perfil produtivista.

Assim desaparecem do orçamento das universidades os itens reservados aos investimentos (construções, reformas, modernização de laboratórios etc.), e reduzem-se quase a zero a parcela do custeio que deveria alimentar as atividades de pesquisa e extensão organizadas pelas unidades de trabalho (departamentos, institutos, faculdades etc.). Ao mesmo tempo, as instituições de pesquisa (as universidades públicas em grande maioria) tornam-se dependentes de editais públicos para captar recursos federais e estaduais que antes integravam os orçamentos das universidades. Talvez o exemplo que melhor ilustra esta lógica seja a distribuição de recursos pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), cujos editais definem, anualmente, a seleção de “propostas para apoio financeiro à execução de projetos institucionais de implantação, modernização e recuperação de infraestrutura física de pesquisa nas Instituições Públicas de Ensino Superior e/ou de Pesquisa” (BRASIL, 2010), algo que antes figurava nos orçamentos das IES públicas. Os projetos escolhidos precisam se ligar necessariamente à pós-graduação, e os recursos distribuídos consideram o número de “pesquisadores doutores” lotados em cada instituição, fatores que encolhem significativamente as oportunidades de muitas instituições.

A rigor, o acesso aos recursos públicos que financiam a pesquisa no país encontra-se estruturado neste modelo, e obriga os docentes a submeterem seus projetos ao crivo de editais cada vez mais direcionados e específicos. Neste universo, pouco ou nada adianta propor um tema para a investigação científica que não esteja sintonizado com o escopo do edital. A exceção se resume aos poucos editais universais (ou por grandes áreas), cujos montantes podem espantar inicialmente devido ao valor nominal, mas são de fato raquíticos

se comparados à demanda. Um cálculo ligeiro mostraria, por exemplo, que 8 milhões de reais oferecidos em edital para projetos com duração de dois anos nas áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas seriam rapidamente pulverizados em minguados 400 projetos de 20 mil reais cada. Adicione-se a isto o fato de convivermos com uma distribuição de recursos vinculada aos interesses do mercado (mesmo quando aparecem envolvidos como parte das políticas estratégicas do Estado). A tendência em curso (já bastante sedimentada) é a de favorecer os projetos com apelo no mercado, isto é, aqueles que se voltam para a inovação tecnológica ou outras formas de valorização do capital. Nunca é demais lembrar que este modelo de distribuição de recursos substitui as universidades públicas nas funções de manutenção do ensino e da pesquisa como parte do trabalho docente. Uma vez captados de modo privado, tais recursos geralmente não são socializados, ou seja, laboratórios, computadores, salas, auditórios e equipamentos adquiridos servem exclusivamente aos grupos, núcleos e centros de pesquisa construídos à custa de dinheiro público e em parceria com empresas.

Ademais, o que cabe realçar principalmente nesta forma de definir o financiamento das pesquisas é que ela, tal como está hoje concebida, tende a eliminar (ou reduzir absurdamente) a autonomia e independência de escolha intelectual. Tanto pela indução seletiva de temas, quanto pelos prazos curtos que cadenciam a execução do trabalho docente, dificilmente haveria lugar neste *habitat* para intelectuais que firmaram importantes bases para a ciência atual. Sobre isso, tem razão o economista José Maria Alves da Silva quando observa que os critérios de avaliação vigentes nas universidades brasileiras inviabilizariam iniciativas como a de Charles Darwin, que a contar de sua viagem no *Beagle* “levou” 18 anos até publicar a **Origem das Espécies** (Silva, 2012). Darwin não estaria em má companhia se considerarmos que Karl Marx levou aproximadamente duas décadas até chegar à redação final de **O Capital**. Exemplos mais recentes, próximos do limiar da universidade pública brasileira “reformada”, endossam a curiosidade acerca da sobrevivência de intelectuais cujas carreiras foram tecidas em atmosferas mais solidárias do que competitivas. Florestan Fernandes dificilmente encontraria sustentação para seu trabalho na atualidade. Doutorou-se em 1951, e mesmo dividindo trabalho com poucos docentes em sua área, na Universidade de São Paulo, orientou em torno de uma dezena de trabalhos de pós-graduação até o final da década de 1960. Hoje, este “índice”, de uma defesa a cada dois anos, não é “desejável” como meta para a maior parte dos programas situados nas ciências humanas. Cabe a dúvida sobre se o reconhecido historiador Marc Bloch passaria incólume hoje por alguma universidade pública brasileira com a média de uma orientação de doutorado durante uma década inteira.

Especulações à parte, o *ethos* competitivo defendido por Bresser-Pereira e tantos outros como medida para a excelência da universidade pública brasileira tem provocado consequências negativas, nem sempre legíveis para os próprios docentes. A ampla disseminação de critérios de produtividade para o trabalho intelectual nas IES públicas tem estimulado e facilitado a intensificação das atividades ligadas ao ensino e à pesquisa. Vejamos alguns dos traços mais salientes desta dinâmica. Atuar na pós-graduação *stricto sensu* tem se tornado parte (quase) obrigatória do trabalho docente, o que implica aumentar enormemente suas atribuições, compromissos e expectativas. Aumentam-se as aulas, as orientações e, por consequência, o tempo de preparação. Mas o que certamente vem se convertendo na principal exigência desta nova sociabilidade docente é a capacidade de cada um em divulgar sua produção acadêmico-científica, e este aspecto do trabalho docente tem sido convertido na sua principal medida. Uma rápida olhadela sobre esta situação nos últimos anos permite verificar a evolução deste critério. A quantidade de artigos publicados em periódicos de circulação internacional evoluiu de 24.171 em 2000, para 55.127 em 2008, um crescimento de 128% em menos de uma década. Considerada pelas lentes de uma das mais renomadas trenas científicas, o *Institute for Scientific Information* (ISI), a produção bibliográfica brasileira mostra uma notável evolução a partir da década de 1990 relativamente à América Latina e ao Mundo, acompanhando o crescimento da pós-graduação no país (Tabela 2).

Tabela 2 – Artigos indexados no ISI, 1980-2009

Ano	1981	1992	2002	2008
Brasil	1.884	4.555	11.347	30.415
% em relação a A. Latina	33,40	40,11	43,84	54,56
% em relação ao Mundo	0,44	0,75	1,55	2,63

Fonte: MCT (2009). Organização do autor.

O custo mais evidente da exposição a esta lógica manifesta-se em sentimentos de incapacidade de sobrevivência neste mundo, senão vejamos. Concorrer aos editais de pesquisa passa a ser visto como uma obrigação. Deixar de fazê-lo é quase uma falência pessoal, mas fazê-lo geralmente também o é porque não há espaço para todos. É neste contexto que os recursos distribuídos em editais funcionam como um mecanismo de seleção dos mais aptos. “Ficar de fora” representa um pequeno golpe que, somado a outros supostos fracassos, tende a corroer a autoconfiança e os laços de solidariedade que até então alicerçavam (ou deveriam alicerçar) o trabalho acadêmico. Afinal, ensinar deveria ser sempre uma tarefa coletiva. Não há dúvidas de que esta é uma experiência de exclusão. O

que se vê então são tentativas de dobrar os esforços “fracassados” na expectativa de ver-se inserido no sistema como um docente “produtivo”. Como há o risco (para qualquer sistema de organização do trabalho) de que os trabalhadores se nivelem uns aos outros, alcançando os patamares definidos de produção, a cada rodada onde os desempenhos individuais são avaliados imprimem-se novos limites a serem atingidos e superados. É como um cronômetro taylorista que obriga o aumento da produtividade sem jamais estabilizá-la em algum ponto. Exemplifico. Na década passada, os docentes (e discentes de programas de pós-graduação) habituaram-se a submeter sua produção bibliográfica ao sistema de classificação denominado Qualis-periódicos. Assimiladas as regras do jogo, as diferenças esculpidas pelo sistema diminuíram à medida que a competitividade foi incorporada como valor pela maioria dos docentes (e discentes de programas de pós-graduação). O resultado disso assustou até mesmo o próprio diretor de avaliação da CAPES (2004-2006) que reclamou: “Cada programa de pós-graduação, muitas vezes cada departamento de graduação, quer editar a sua revista. Quem vai ler isto? É óbvio que se você publica artigos que não são lidos é um desastre” (Ribeiro, 2006, p. 42). A gerência do sistema de avaliação viu-se, então, obrigada a redefinir os padrões da competição, elevando os patamares, o que diminuiu proporcionalmente a área dos incluídos. Assim, novos critérios foram criados, como o tempo de duração da publicação para efeitos de medição e o número de citações indexadas das publicações.

Esta rotina de trabalho é vivida como pressão. Cada vez mais a quantidade de trabalho dentro da jornada de 40 horas é aumentada, e o principal álibi que justifica esta prática encerra-se na ideia, bastante disseminada, de que “pensar” é uma atividade insuficiente, ociosa. No contexto atual, o que se espera de um docente com emprego público é que ele seja “produtivo”, correspondendo a “produtivo” a quantidade de “produtos” docentes (aulas, orientações, publicações científicas, projetos financiados, patentes etc.). Respirando nesta atmosfera de competitividade, muitos docentes tendem a naturalizar a competitividade e a escassez de recursos para o seu trabalho, interpretando tal situação como imemorial. Uma vez imerso nessa lógica, um repertório de consequências comuns ao mundo do trabalho, tais como o estresse, o estado permanente de cansaço, a depressão e até o suicídio, passa a soterrar o docente. Isto o afeta a despeito de os direitos sociais ligados à sua função de servidor público oferecerem um tipo de segurança praticamente sem pares no atual mundo do trabalho. Seguidos desapontamentos com seu desempenho acadêmico corroem sua auto-estima. Em relato representativo, um docente avalia tal sentimento: “(...) Quando um jornal não aceita seu *paper*, seu sentimento não é o de que

seu *paper* não foi aceito, mas de você mesmo é que foi rejeitado. (...) Eles olham para você como se você não devesse estar ali” (Méis, 2003, p. 1139).

A esta altura espero que reste claro o quanto a universidade pública brasileira se afastou do modelo de trabalho artesanal, baseado na cooperação, no uso comum dos meios de produção e na autonomia para escolher seu campo de reflexão. Com a argumentação construída aqui tentei mostrar que a precarização do trabalho docente nas universidades públicas certamente é uma experiência complexa, muitas vezes difícil de ser percebida por quem a vivencia, e este é um dos pontos mais sensíveis de todo o problema. A adoção, espontânea ou não, da competitividade como valor estruturante do trabalho docente indica o quanto nos encontramos atolados neste problema. Os sintomas desta experiência (perversa, diga-se de passagem) ganham contornos mais salientes à medida que passamos a ser enquadrados nesta lógica pelos nossos próprios pares, submetidos que somos a inúmeros e sistemáticos processos de avaliação individual que literalmente encharcam nosso cotidiano. Competição e produtividade tornam-se progressivamente valores enraizados no senso comum acadêmico e, não raras vezes, são edificadas com mais rigor do que geralmente sugerem as instâncias superiores como Capes e CNPq.

Olhando tudo isto à distância vê-se que esta situação expressa uma das principais contradições que acompanha o processo de acumulação de capital na atualidade, isto é, o fato de realizar-se extremamente concentrado e apoiado em intensa exploração do trabalho. É neste contexto que devemos compreender porque a precarização do trabalho docente aumentou ao mesmo tempo em que as condições de suporte para suas atividades nunca foram tão formidáveis. Os investimentos em equipamentos e insumos ligados às condições de trabalho docente permaneceram concentrados e distribuídos conforme critérios de eficiência relativamente ao mercado. Até mesmo a aparente elevação de recursos voltados para a pós-graduação seguiu esta tendência e demonstrou um visível encolhimento durante a década de 1990 e boa parte de 2000. No período de 1995 e 2004, os valores despendidos com bolsas pela Capes (corrigidos em relação à inflação daqueles anos) declinaram de 953 milhões de reais para 486 milhões (Helene & Xavier, 2006, p.844). Informações mais recentes sobre os gastos com educação no Brasil não indicam mudanças nesta tendência. No período de 2000 a 2009, os recursos não ultrapassaram a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento do Comércio (OECD), de 6,23%, ficando em 5,55% do PIB. Deste percentual 23 % se referem à educação superior, e 77% ao ensino fundamental e médio (OECD, 2012). Há tempos este quadro se repete, refletindo o quanto o Estado reserva pouco para a educação frente aos compromissos que assume com a remuneração do capital. A informação mais atual sobre esta situação aponta que 47,19%

do orçamento brasileiro para 2012 foram destinados ao pagamento da Dívida Pública. Isto equivale a 1 trilhão de reais, enquanto o valor guardado para educação foi definido em 68 bilhões de reais, algo em torno de 3,18% do orçamento (Fattorelli & Ávila, 2012). Não há muito a comentar sobre esta lógica, senão reconhecer que o trabalho docente está subordinado ao capital de diversas formas, seja por meio dos critérios de produção industrial, do processo de mercantilização da educação ou da instrumentalização crescente de ciência e tecnologia. É assim que o *tacão de ferro* nos alcança.

Neste contexto cabe avaliar se há alguma rota de fuga ou se é preciso simplesmente enfrentar este problema. Pode-se argumentar (e eu o faço) que o retorno ao intelectual artesão é uma idealização que deve servir para projetarmos o tipo de universidade, trabalho docente e relação que pretendemos com a sociedade (Sennett, 2009). Mas sob as pressões constantemente advindas da transformação da educação em serviço/mercadoria, este projeto é pouco viável. Ao tempo de Jack London o *tacão de ferro* representou a violência com que o capital devassava o mundo dos trabalhadores, arrancando-lhes o viço humano e obrigando-lhes ao conformismo. O *tacão de ferro* martela hoje com sutileza, sem precisar necessariamente rasgar a carne e o sangue de quem opõe resistência ao capitalismo. Manejado assim ele simplesmente esmaga a existência autônoma do intelectual, convertendo a cooperação e a solidariedade em valores imprestáveis e sem lugar. Deste modo as alternativas perdem força e são desacreditadas como devaneios, insanidades e aventuras. Eis porque a vitória do *tacão de ferro* em nossos tempos está na manutenção do docente com uma identidade de pesquisador, isolado em *seu* laboratório, colecionando artigos, orientações, patentes, e alheio ao fato de que sua solidão é planejada para que não se perceba como precário. Eis porque também qualquer saída será provisória (portanto precária) se não se fizer acompanhada de toda a classe trabalhadora.

Referências bibliográficas

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

BRESSER-PEREIRA, L.C.. Universidade Competitiva. **Folha de S. Paulo**, 2 abr 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 2 abril 2009.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Chamada Pública MCT/FINEP/CT-INFRA – PROINFRA – 02**, 2010. Disponível em: http://www.finep.gov.br/fundos_setoriais/ct_infra/editais/CHAMADA%20P%C3%9ABLICA%2

[OMCT%20FINEP%20CT-INFRA%20-%20PROINFRA%20-%2002%202010.pdf](#) Acesso em: 14 dez 2012.

DURHAM, Eunice. Educação Superior, Pública e Privada. In SCHWARTZMAN, S.; BROOCK, C. (Org.). **Os Desafios da Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2005. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/7superior.pdf>>. Acesso em: 17 fevereiro de 2012.

FATTORELLI, M.L.; ÁVILA, R. **Os Números da Dívida**. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Numerosdivida.pdf>>. Acesso em 23 ago.2012.

HELENE, A.F.; XAVIER, G.F.. Financial support of graduate programs in Brazil: quo vadis?. **Braz J Med Biol Res**, Ribeirão Preto, v. 39, n.7, jul. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bjmbr/v39n7/6091.pdf>>. Acesso em 7 out. 2008.

MÉIS, L. et al. The growing competition en Brazilian science: rites of passage, stress and burnout. **Brazilian Journal Medical and Biological Research**, Ribeirão Preto, n. 36, p. 1135-1141, 2003.

MILLS, C.W. **A Nova Classe Média**. 2º ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

OECD. **Education at a Glance 2012: Country Notes - Brazil**. 10 set. 2012. Disponível em: <<http://www.oecd.org/brazil/EAG2012%20-%20Country%20note%20-%20Brazil.pdf>> Acesso em 17 set. 2012.

RIBEIRO, R.J. Entrevista. **Revista ADUSP**, São Paulo, n. 36, p. 36-51, jan. 2006.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, J.M.A. Faltam metas de produtividade aos docentes das universidades públicas? In **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/70282-a-quem-as-universidades-estao-servindo.shtml>>. Acesso em 7 outubro de 2012.

Considerações sobre o caráter de classe da estrutura universitária brasileira: desigualdade escolar e condições de acesso

Davisson Cangussu de Souza¹

Resumo: O texto busca fazer uma análise da universidade brasileira, com foco em sua situação histórica atual. Para tanto, busca relacionar o sistema universitário com o sistema de ensino como um todo, explicitando seus vínculos com a estrutura de relações de classes. Para sustentar os argumentos centrais são analisados alguns dados de acesso à escolarização em geral e ao ensino superior em particular. Também é feita uma análise das políticas educacionais recentes, tais como o Reuni, o Prouni e a política de cotas. Por fim, é feita uma reflexão sobre as lutas que vem sendo travadas em busca de sua democratização.

Palavras-chave: Ensino Superior no Brasil, Universidade e classes sociais, Políticas educacionais, Governo Federal, Escolarização e acesso à universidade.

Abstract: The text aims to analyze the Brazilian university, with a focus on their current historical situation. Therefore, it seeks to link the university system to the education system, highlighting its links with the structure of class relations. To support the central arguments some data from access to education in general and higher education in particular are analyzed. The recent education policies are analyzed, such as Reuni, Prouni and quota racial policy. Finally, there is a reflection on the struggles that have been waged in pursuit of its democratization.

Keywords: Higher Education in Brazil, University and social classes, Educational policies, Federal Government, Schooling and university access.

Considerações iniciais

O objetivo deste texto é apresentar algumas considerações sobre o caráter de classe do ensino superior no Brasil, com foco em sua forma de expressão atual.² O texto está dividido em quatro partes. Na primeira, será feita uma análise acerca da relação entre universidade e sociedade, explicitando o vínculo entre o ensino superior e as relações de classe no seio da sociedade capitalista. No segundo item, serão apresentadas algumas questões para pensar o vínculo da universidade com a reprodução das classes sociais no país, a partir da análise do acesso aos diferentes níveis de ensino. Na terceira parte, será feita uma reflexão sobre as principais políticas recentes para o ensino superior, problematizando algumas de suas contradições. Na quarta parte, será feito um balanço crítico do ensino superior no Brasil atual e uma análise das lutas e desafios para a ampliação do acesso ao ensino superior no país.

¹ Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp-campus Guarulhos). Correio eletrônico: davisson.souza@unifesp.br.

² Agradeço ao Professor Daniel Vázquez (Unifesp-Guarulhos) pelas observações feitas a este texto.

1. Universidade e sociedade

A relação entre universidade e sociedade é um aspecto da relação mais geral entre educação e sociedade. Em **Escola e democracia**, Dermeval Saviani (2009) classifica as teorias educacionais em dois grupos: as teorias não-críticas e as teorias crítico-reprodutivistas. A diferença central entre ambas está na presença ou ausência da “criticidade”, definida pelo autor como “saber-se condicionada objetivamente”, o que resulta em conferir autonomia ou dependência a um dos dois pólos da contradição educação-sociedade. Entre as primeiras, Saviani destaca o Ensino Tradicional, a Escola Nova e a Escola Tecnicista. A idéia geral é que na relação entre educação e sociedade, a primeira teria autonomia para modificar a segunda. Esta noção é cara ao pensamento liberal, que costuma apresentar as relações educacionais como independente das relações de classe, já que a educação passaria a ser oferecida de maneira “igual e para todos” (pública, gratuita, universal e laica). Além de ser considerada como neutra do ponto de vista das ideologias, o liberalismo político considera a educação como “redentora” da sociedade: um instrumento da democratização, um fator de combate à marginalidade, um mecanismo de equalização e mobilização social, um meio de desenvolvimento social e de progresso social e econômico.

A expectativa da educação como fator determinante da sociedade foi expressa de diferentes maneiras pelas teorias sociais e educacionais clássicas. Para Durkheim (1978, 2008), o desenvolvimento das especializações na divisão do trabalho social teria contribuído para o crescimento de um individualismo exacerbado. Segundo o autor, esta crise somente seria superada por uma “educação moral” com bases científicas que criasse os alicerces da solidariedade social exigidos pela sociedade moderna. Weber (1967) chama a atenção em seu clássico **Ciência como vocação** para a necessidade de separação entre ciência e política. Para o autor, a educação (tal como a pesquisa científica) deveria buscar um método que garantisse a neutralidade axiológica, ou seja, o afastamento dos julgamentos de valor (e vale dizer, das ideologias) por parte de professores e cientistas. Dewey (1959), em **Democracia e educação**, sustenta que a educação seria o principal meio de democratização da sociedade. Partindo de uma concepção de sujeito ativo, o autor explicita que a democratização das relações pedagógicas está na base da democratização das relações sociais e políticas como um todo. Mannheim (1967) argumenta que a educação é o principal meio para a democratização da sociedade. Segundo o autor, para combater tanto o liberalismo econômico (por conta de suas crises cíclicas) como o fascismo e o comunismo (que considerava regimes autoritários), seria necessário desenvolver a educação como uma “técnica social” de controle, colocando sua finalidade em função do desenvolvimento de uma

“democracia militante”. Schultz (1967), em **O valor econômico da educação**, argumenta que a educação deve ser vista como um “capital humano”, já que se trata de um investimento que traz um importante retorno para o desenvolvimento, constituindo-se como instrumento de equalização social e progresso econômico.

Em suma, é importante reter até aqui que, de acordo com a concepção liberal de educação, a universidade (que está no topo dos diferentes níveis do sistema de ensino) deve ser vista como o principal meio para o progresso, principalmente pelo fato de somar à função de formação, comum a toda instituição de ensino, a pesquisa científica e, portanto, o desenvolvimento tecnológico do país. Não foi à toa que Theodore Schultz e Arthur Lewis, cujos trabalhos defendiam respectivamente que a educação e a indústria seriam o principal meio do progresso econômico e social, dividiram o prêmio Nobel de 1979, ano marco da ascensão do neoliberalismo nos países capitalistas centrais.

As teorias crítico-reprodutivistas tiveram o mérito de problematizar as bases da concepção liberal burguesa da educação.³ Saviani (2009) chama a atenção para três teorias que podem ser classificadas neste grupo: a teoria da violência simbólica de Pierre Bourdieu e Passeron, a teoria da escola como aparelho ideológico de Estado de Althusser e a teoria da escola dual de Baudelot e Establet. Em **A reprodução**, Bourdieu e Passeron (1975) questionam a noção de que o desempenho escolar estaria relacionado a dons, talentos, aptidões e méritos pessoais. A principal conclusão dos autores é de que, ao contrário de ser um instrumento de mobilidade, a escola é um poderoso meio de conservação social, sendo que a principal função ideológica do sistema de ensino está no ocultamento de sua função objetiva, qual seja, a de reprodução das relações da estrutura de classe (por meio da distribuição desigual de capital econômico, social e cultural), fazendo com que as hierarquias sociais apareçam como hierarquias escolares. Althusser (1999), em **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**, critica o mito da escola única e neutra para defini-la como um aparelho ideológico de Estado necessário para a reprodução das relações de produção. Para o autor, além da inculcação da ideologia burguesa dominante, a escola cumpre um papel fundamental na estrutura de relações de classe, por meio da formação da força de trabalho, distribuindo desigualmente os agentes segundo a função desempenhada na estrutura social (produção, repressão, ideologia e exploração). Por fim, em **A escola capitalista na França**, Baudelot e Establet (1975) partem da análise althusseriana para afirmar que, além da difusão da ideologia dominante, a escola cumpre o papel ideológico de recalçamento da ideologia proletária. Os autores argumentam que o sistema de ensino nas

³ Vale ressaltar que a explicitação da relação entre educação e classes sociais é um elemento fundamental da teoria educacional marxista, tendo sido exposta em diversos fragmentos da obra de Marx e Engels (2004) e entre os educadores russos, como Pistrak (2006), preocupados com a implantação de uma educação com bases socialistas na URSS.

sociedades capitalistas funciona de maneira dual por meio de duas redes, que correspondem à divisão fundamental da sociedade capitalista entre as duas classes principais (burguesia e proletariado). Denomina a primeira de rede PP (rede primária-profissional), voltada para a classe dominada, e a segunda de SS (rede secundária-superior), voltada predominantemente para a classe dominante.

Em síntese, na visão crítico-reprodutivista, a educação teria papel fundamental para a reprodução das relações de classe, por meio: i) da formação da força de trabalho (distribuindo os agentes segundo tarefas destinadas à produção direta ou às atividades intelectuais ligadas ao controle do processo de trabalho e à difusão das ideologias); ii) do doutrinação político e ideológico (por meio da inculcação da ideologia dominante e do recalçamento da ideologia proletária); e iii) da difusão da ideologia de dons e méritos, sustentada na noção de que as desigualdades sociais são decorrentes das desigualdades de aptidões e talentos individuais expressos ao longo da trajetória escolar.

O importante de reter até aqui é que, para as teorias críticas, a universidade, por estar no topo dos níveis de ensino, é o principal meio de reprodução das relações de produção. Assim, o ensino superior teria uma importância estratégica para o capital na defesa de seus interesses de classe, dado que é na universidade que se constrói as bases do conhecimento científico aplicado tecnicamente na indústria (tecnologia), ou seja, é ela quem promove os meios de conhecimento que possibilitam o desenvolvimento das forças produtivas, que é uma necessidade vital para o capitalismo. Ademais, a universidade é um meio fundamental para que a burguesia, como grupo social fundamental, forme as diversas categorias de intelectuais orgânicos (criadores, administradores e divulgadores), responsáveis pelo trabalho de inculcação ideológica nos aparelhos privados de hegemonia que atuam no seio da sociedade civil (Gramsci, 1968). Por fim, o título universitário funciona como uma espécie de medalha de honra ao mérito, especialmente em sociedades cujo acesso ao sistema de ensino superior se dá por meio do exame, tendo papel fundamental na difusão da ideologia meritocrática.

2. Educação, universidade e classes sociais no Brasil

O sistema universitário brasileiro é um caso exemplar quando se quer argumentar acerca do caráter de classe da educação capitalista. Este item tem como objetivo problematizar a estrutura do ensino superior no Brasil, levando em conta seu vínculo com a estrutura social e com o conjunto das relações educacionais no país. Para se fazer uma primeira aproximação ao tema, é necessário destacar duas de suas características

específicas: a cisão entre ensino público e ensino privado e o modelo predominante de acesso por meio do vestibular.

O corte entre ensino público (pu) e privado (pri) é fundamental para entender a desigualdade de acesso à educação no Brasil. Tomando como referência a teoria da escola dual de Baudelot e Establet (1975) descrita anteriormente (rede PP e SS), para analisar as relações educacionais no país devem ser consideradas duas redes: PpuPpri⁴ e SpriSpu. Assim, a trajetória escolar típica da classe operária se dá em duas formas: 1) ensino básico (geralmente interrompido) em escolas públicas (Ppu); 2) ensino profissionalizante de nível técnico em escolas públicas ou superior em faculdades privadas (Ppri ou Spri). A trajetória típica da burguesia e da classe média se dá por meio do ensino básico completo em escolas privadas (Spri) e ensino superior em universidades públicas (Spu).

Em suma, tal como destacamos em outro artigo (Souza, 2010), de um lado, a educação pública no Brasil tem um papel fundamental na (re)produção de sua classe trabalhadora, cuja especificidade está no alto grau de superexploração que somente pode ser mantido por meio da (re)produção (social e escolar) de um amplo contingente de superpopulação relativa que não logra nem mesmo terminar o ensino básico. Mas, por outro lado, a burguesia e a classe média encontram na universidade pública um dos meios mais poderosos de manutenção de sua posição social, sustentados por meio da ideologia da meritocracia, que oculta seus reais interesses de classe: a valorização econômica baseada na diferenciação em relação ao trabalho manual (Saes, 2005).

Sendo o acesso ao ensino superior (e dentro deste, o acesso às melhores universidades, que no caso brasileiro são as públicas) o meio por excelência de conquista dos melhores postos de trabalho, é necessário analisar o outro aspecto que julgamos essencial para entender o modelo universitário no país: o sistema de ingresso predominante por meio do vestibular. Diferentemente de diversos países europeus e da Argentina, onde não existe processo seletivo para entrada na universidade pública, no Brasil a restrição do acesso através do exame vestibular é um modelo sacralizado. A concorrência nos cursos com alta expectativa de retorno salarial em diversas universidades chega a superar o índice de 100 candidatos por vaga.⁵ Outra evidência da presença marcante do vestibular na estrutura universitária está nos cursinhos. Estes se manifestam de forma mercadológica por meio em megaempresas educacionais, que competem entre si a partir dos índices de aprovação nas melhores universidades, mas também como forma de resistência política, em

⁴ Esta rede ainda incluiria a situação SpuSpri, já que parte considerável da classe trabalhadora tem acesso ao ensino somente em faculdades privadas.

⁵ Por exemplo, o processo seletivo para o curso de Medicina da Unifesp, o mais concorrido do país no ano de 2009, apresentou a relação de 164,91 candidatos por vaga.

cursinhos populares e comunitários que buscam garantir algumas poucas vagas para os filhos da classe trabalhadora nas universidades públicas.

Para sustentar o que foi dito até aqui, serão analisados alguns dados educacionais do país. Tomando, por exemplo, o nível de formação da população adulta de 25 a 64 anos, é possível observar que a desigualdade educacional no Brasil é altíssima. Segundo relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2012), no ano de 2010, 59% desta população tem formação inferior ao segundo ciclo do secundário⁶, 30% concluiu o segundo ciclo do secundário e pós-secundário não terciário, e apenas 11% possui o nível terciário (ou seja, o ensino superior). A tabela abaixo compara o desempenho do Brasil com: a média dos países da OCDE; o país de maior desenvolvimento capitalista (EUA); os primeiros colocados em formação terciária (Rússia e Canadá); e os outros dois países capitalistas industrializados da América Latina que possuem uma estrutura social relativamente próxima à brasileira (México e Argentina).

Tabela: Nível de formação da população adulta (25 a 64 anos) em países selecionados (em %)

	Nível de formação inferior ao segundo ciclo do secundário	Nível de formação igual ao segundo ciclo do secundário e pós-secundário não terciário	Nível de formação terciário
Brasil	59	30	11
OCDE	26	44	30
EUA	11	47	42
Rússia	11	34	54
Canadá	12	38	51
México	64	19	17
Argentina	58	28	14

Fonte: Elaboração própria a partir de OCDE (2012).

Pode-se verificar que o país tem quase três vezes menor proporção de adultos com formação no ensino superior que a média da OCDE, quase quatro vezes menos que os EUA e quase cinco vezes menos que a Rússia e o Canadá. Comparando com os outros dois países latino-americanos, a formação superior no Brasil é menor do que na Argentina e no México (embora em relação a este último, tenha menor proporção de adultos no primeiro

⁶ Sendo 45% com ensino fundamental incompleto e 14% com ensino fundamental completo.

nível). Em relação aos 34 países da OCDE, o Brasil ficaria na última posição, e entre os 42 países avaliados, está na frente apenas da África do Sul (5%), da Indonésia (5%) e da China (4%).

Outro dado importante de ser destacado diz respeito aos gastos com educação. De acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)⁷ o investimento público direto em educação anual por estudante aumentou de R\$1.667,00 em 2000 para R\$2.995,00 em 2008⁸, o que representa um aumento de quase 80%. Segundo a nota introdutória do relatório do Inep, “o governo triplicou o orçamento do Ministério da Educação nos últimos oito anos, passando de R\$17,4 bilhões em 2003 para R\$51 bilhões em 2010”.

Quando se considera os diferentes níveis de ensino, cabem algumas observações. O investimento anual por estudante no ensino básico, que era de R\$1.338,00 em 2000, saltou para R\$2.632,00 em 2008, o que representa quase o dobro (96,7%). Por outro lado, o investimento anual por estudante no ensino superior estancou, sofrendo uma pequena oscilação de R\$15.341,00 para R\$14.763 no período de 2000 a 2008, depois de ter diminuído para R\$12.594,00 em 2004. Vale mencionar o principal dado divulgado pelo Ministério da Educação: a razão da educação superior sobre a educação básica diminuiu de 11,1 vezes para 5,6 vezes.

O MEC considera que esta diferença “é muito próximo do patamar da OCDE”. Porém, a comparação internacional revela que o Brasil ainda está muito distante de seus países membros em termos de investimento na educação. Dados da própria OCDE (2012) revelam que no ano de 2009 enquanto a média dos países membros era de US\$9.252,00 de investimento anual por estudante, no Brasil era de US\$2.647,00, ou seja, quase 3,5 vezes inferior. O país ficou bem atrás do primeiro colocado nesse quesito (os Estados Unidos, com investimento de US\$15.912,00), e também dos outros dois países industrializados da América Latina (o México, com US\$2.875,00, e a Argentina, com US\$3.512,00)⁹. Mas o dado que mais chama a atenção é o investimento per capita considerando os diferentes níveis de ensino. Na educação básica, o investimento anual médio por estudante dos países da OCDE é de US\$8.617,00; no Brasil é de US\$2.304,00, ou seja, 3,7 vezes inferior. No ensino superior, porém, enquanto o investimento médio anual por estudante na OCDE é de US\$13.728,00, no Brasil é de US\$11.741,00, ou seja, apenas 15% menor. O país ficou bem atrás dos EUA, que investem US\$11.831,00 por estudante no ensino básico e

⁷ Ver “Orçamento da educação é triplicado e governo investe no ensino básico”. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15186.

⁸ Os dados são corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidos (IPCA).

⁹ É necessário fazer a ressalva que entre os países citados, no Brasil e na Argentina são considerados somente os investimentos públicos em educação.

US\$29.201,00 no ensino superior. Porém, comparado com os outros países selecionados, nota-se uma diferença importante: o Brasil investe pouco menos do que México (US\$2.339,00) e bem menos do que a Argentina (US\$3.296) no ensino básico; mas gasta bem mais no ensino superior do que estes países (que investem respectivamente US\$8.208 e US\$4.579,00). A razão da educação superior sobre a educação básica revela uma diferença substancial na estrutura educacional entre os grupos analisados: 1,59 na OCDE; 2,46 nos EUA; 3,42 no México; 1,38 na Argentina; e 5,09 no Brasil.

Poder-se-ia argumentar que o ensino superior brasileiro é “caro”, embora os números acima mostrem que o país investe menos do que a média dos países da OCDE neste nível de ensino. Nesse sentido, vale a pena citar a porcentagem do PIB gasto com educação. O Brasil teve uma melhoria nesse quesito ao longo do período de 2000 a 2008, saltando de 3,9% para 4,7%. A educação básica correspondeu à quase totalidade deste aumento, tendo passado de 3,2% para 4%, enquanto o ensino superior manteve a porcentagem de 0,7% ao longo do período. A comparação internacional novamente indica o caráter limitado deste avanço. O relatório da OCDE revela que em 2009 o Brasil investiu 5,5% em educação em todos os níveis, bem atrás da média da OCDE (6,2%), dos EUA (7,3%), do México (6,2%) e da Argentina (7%), valendo citar ainda o caso da Coreia (8%), conhecida por seus altos investimentos educacionais.

A meta 12 do atual Plano Nacional de Educação (PNE) é “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 25 anos, assegurando a qualidade da oferta”. Já a meta 20 é: “ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto”. A meta esperada pela Conferência Nacional de Educação (Conae) era de que este valor correspondesse a 10%. O principal argumento para que o investimento previsto pelo PNE fosse considerado insuficiente se deve ao fato de que o país inicia o plano com um patamar ainda muito baixo em termos educacionais¹⁰.

De qualquer forma, é necessário levar em conta que o investimento público no ensino superior é tão mais elevado que o do ensino básico porque boa parte da produção científica no país é feita nas universidades e centros de pesquisas públicos.¹¹ Vejamos alguns dados. As agências de fomento à pesquisa têm um papel fundamental nesse sentido. No estado de São Paulo, é notório o caso da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de

¹⁰ Diversas entidades políticas vêm apoiando os “10% do PIB para a educação”. Em documento da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) lê-se uma série de argumentos em defesa desta bandeira. Ver: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1589236165.pdf>.

¹¹ Isso explica em parte porque, apesar da expansão privatista no ensino superior verificada nas últimas décadas, tal como veremos mais adiante, estas não tenham sido privatizadas, já que possibilitam fornecimento de tecnologia e profissionais a “custo zero” para as empresas, que no caso brasileiro se desresponsabilizam de investir em pesquisa científica.

São Paulo (Fapesp), financiada com 1% da arrecadação estadual na forma de impostos e que em 2010 desembolsou R\$780,3 milhões de reais no apoio à pesquisa.¹² Dados do Projeto de Lei Orçamentária de 2011 do Governo Federal previu um orçamento total de R\$62,5 bilhões para o MEC e R\$7,6 bilhões de reais para o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). Vale ressaltar que, desse total, R\$2,821 bilhões seriam destinados para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$1,184 bilhões para o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), 274 milhões para a Agência Espacial Brasileira, e R\$3,093 bilhões para a pesquisa e a pós-graduação no âmbito da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes)¹³.

Mas, embora se possa fazer a ressalva de que o maior gasto com a educação no ensino superior se explica pelo fato de que no Brasil as universidades sejam as responsáveis pela maior parte da produção científica, este não é o único fator explicativo de tamanha discrepância. Tomemos por exemplo, o salário do professor na rede pública. Em 2012, o MEC fixou o piso nacional dos professores em R\$1.451,00. No ensino superior, um docente com doutorado (Adjunto 1) de uma universidade federal tem o salário bruto inicial de R\$7.627,00, ou seja, mais de cinco vezes superior ao piso da rede básica (vale dizer, uma proporção muito próxima à do investimento em educação em cada um dos níveis).

Com base em dados do investimento no ensino superior, desde a década de 1990, Simon Schwartzman (1996), que foi presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 1994 e 1998, vem argumentando que a universidade pública é elitista (porque é “cara”) para defender o privatismo no ensino superior. Orientado pela concepção neoliberal de educação, que toma como fundamento a racionalidade econômica do mercado competitivo, a proposta do autor, em termos gerais, significa o desmonte do “modelo único” de universidade pública, destinado para poucos privilegiados, por meio da expansão das faculdades particulares. Vale a pena reproduzir as quatro teses fundamentais defendidas por Schwartzman:

Tese 1 – A educação superior brasileira precisa se expandir, e pelo menos duplicar nos próximos anos; Tese 2 – O financiamento público da educação superior pública no Brasil está em seu limite máximo, e o sistema não tem como continuar a se expandir sem se diversificar e estimular a participação do setor privado. As políticas públicas de financiamento à educação superior precisam se ajustar a esta realidade; Tese 3 – O ‘modelo único’ da universidade brasileira não existe na prática, mas serve para justificar um sistema educacional extremamente elitista. A expansão do sistema da educação superior requer sua diferenciação, que precisa ser instituída de

¹² Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2011/06/18/a-caminho-do-cinquenten%C3%A1rio>.

¹³ Cabe mencionar ainda que a proposta orçamentária se baseou na previsão de despesas de R\$1,94 trilhão, dos quais R\$913,9 bilhões se destinariam a despesas primárias e R\$1 trilhão para o pagamento da dívida pública. Disponível em: <http://www.anpei.org.br/imprensa/noticias/orcamento-do-mct-em-2011-pode-atingir-r-7299-bilhoes>.

maneira explícita e conseqüente; Tese 4 – as tentativas de controle formal, burocrático e prévio dos sistemas públicos e privados precisam ser substituídas por mecanismos competitivos, associados a sistemas permanentes de avaliação e desempenho de resultados. O conceito de autonomia universitária deve ser reexaminado nesse contexto (Schwartzman, 1996, s/n).

Os dados que apresentamos não permite afirmar que universidade brasileira seja “cara” em si, já que o investimento por aluno neste nível é menor do que a média da OCDE. Se universidade pública é “elitista” isto não se explica porque é “cara”, mas porque se destina para poucos. Ademais, se o investimento feito no ensino superior é tão maior do que no ensino básico não é porque a universidade pública seja elitista, mas porque o ensino básico tem passado, ao longo das últimas décadas, por um forte processo de precarização e rebaixamento salarial de seus professores, tendência que a criação, em 2007, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) ainda não logrou inverter. Antes de prosseguir nos elementos políticos de nossa análise, vale insistir um pouco mais nos dados de acesso e na avaliação das principais políticas para o ensino superior gestadas nos últimos anos.

3. A expansão privatista e a precarização/diversificação do acesso à universidade pública

A análise dos dados permite afirmar que houve um significativo aumento do acesso ao ensino superior no Brasil nas últimas duas décadas. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) citados por Andrade (2012), entre 1995 e 2009 o acesso ao ensino superior entre os jovens de 18 a 24 anos aumentou de 7% para 19%. Tal como destaca a autora, o atraso escolar é uma das principais formas de restrição da entrada dos jovens desta faixa etária a este nível de ensino. No período destacado, além de o acesso ao ensino superior ter triplicado, o percentual de jovens que não concluíram o ensino fundamental reduziu de 58% para 21%; o dos que concluíram apenas o ensino fundamental aumentou de 23% para 27%; e o dos que concluíram o ensino médio, mas não tiveram acesso no ensino superior subiu de 12% para 33%.

A autora também ressalta diferenças nítidas quando se analisa a relação entre escolarização e renda familiar (classificados em cinco faixas de 1 a 5, a partir da mais pobre). Enquanto o percentual de jovens que não completaram o ensino básico é de 77% na faixa 1 e 15% na faixa 5, o acesso ao ensino superior é de 3% na faixa 1 e 60% na faixa 5. Tomando os mesmos dados de acordo com a cor da pele, e dividindo entre brancos e não-

brancos¹⁴, Andrade chega à conclusão de que houve um aumento mais acentuado da escolarização dos não-brancos entre 1995 e 2009: a porcentagem daqueles que não concluíram o ensino fundamental passou de 48% para 14% entre brancos e de 69% para 28% entre não-brancos; a dos que concluíram apenas o ensino fundamental passou de 26% para 24% entre brancos e 20% para 30% entre não-brancos; a dos que concluíram o ensino médio passou de 15% para 34% entre brancos e de 8% para 31% entre não-brancos; por fim, a daqueles que tiveram acesso ao ensino superior subiu de 11% para 28% entre brancos e de 2% para 11% entre não-brancos. Ou seja, enquanto o crescimento do acesso ao ensino superior foi de 2,5 vezes entre os brancos, o mesmo quintuplicou entre os não-brancos.

Por fim, Andrade chega à conclusão de que entre as duas variáveis, “o efeito da renda é muito mais forte do que o da cor”, já que no ano de 2009 a faixa 1 continha 5% de brancos e 2% de não-brancos e a faixa 5 continha 64% de brancos e 49% de não-brancos. Ou seja, a diferença entre a faixa 1 e a faixa 5 era de 12,7 vezes entre os brancos e de 24,7 vezes entre os não-brancos, embora a diferença fosse de 2,5 vezes entre brancos e não-brancos na faixa 1 e de 1,3 vezes na população da faixa 5. Assim a autora conclui que o “principal determinante no acesso à educação é a renda familiar”, especialmente por conta do “efeito cumulativo devido ao atraso e à evasão escolar”.

Apesar da persistência do caráter de classe (mesmo com a limitação de que o dado citado acima se restringe ao critério de renda) acentuado pelo fator étnico-racial, é perceptível que houve consideráveis avanços quantitativos em termos de acesso ao ensino superior. A análise das principais características dessa evolução, no entanto, permite concluir que este cenário não é tão animador. Vejamos como se dá a evolução do número de estabelecimentos e número de matrículas no ensino público e privado ao longo das últimas décadas.¹⁵ O número de instituições federais de ensino superior (IFES) era de 218 (25,6%) em 1994, tendo saltado para 195 (11,9%) em 2002, e 245 (10,5%), em 2009; já os estabelecimentos privados nos mesmos anos correspondiam, respectivamente, a 633 (74,8%), 1.442 (88,1) e 2.069 (89,5%). Considerando o número de matriculados, a tendência se repete: em 1994, 690 mil (41,6%) nas IFES e 970 mil (58,4%) nos estabelecimentos privados, número que pulou para 1.051 mil (30,2%) e 2.528 (60,8%) em 2002, e 1.351 mil

¹⁴ Essa denominação se justifica estatisticamente pelo fato de que a diferença entre pretos e pardos (negros) não seja significativa. Segundo os dados citados por Lima (2012) de 1999 a 2008 a distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior saltou de 7,5% para 28,3% entre pretos e de 7,9% para 29,4% entre pardos, enquanto entre os brancos saiu de 33,1% para atingir 60,5%.

¹⁵ Os dados a seguir são do Inep. Agradeço a Patrícia Vieira Trópia pela concessão dos dados que serviram de base, apresentados em sua palestra “O ensino superior em disputa no governo Lula: entre o privatismo e a expansão do ensino público” proferida na Unifesp-Guarulhos em 31/03/2011.

(26,4%) e 3.764 mil (73,6%) em 2009. Nota-se primeiramente que o período foi marcado por uma nítida expansão (em números absolutos e relativos) da rede privada de ensino.

Embora este crescimento tenha sido superior durante os dois mandatos de FHC (1995-2002), o governo Lula (2003-2010) não logrou reverter essa lógica; embora tenha havido expansão da rede pública principalmente em seu segundo mandato, o crescimento seguiu sendo maior na rede privada, inclusive com aumento de sua participação relativa no total de estabelecimentos e de matriculados. Porém, durante o período analisado, em números absolutos, foram realizadas 300 mil novas matrículas no ensino público e mais de 700 mil novas matrículas no ensino privado, número que se distancia de qualquer pretensão de combate ao privatismo¹⁶. Segundo dados do Inep citados por Lima (2012) entre os concluintes dos cursos de graduação presencial entre 2002 e 2008, há uma tendência de crescimento do ensino noturno (de 56,5% a 64,2%), em estabelecimentos privados (de 67,3% a 78,3%) e principalmente em centros universitários e faculdades (de 31,9% a 47,2%), o que expressa uma tendência ao decréscimo do ensino diurno, público e em universidades. Os dados demonstram, portanto, o caráter limitado do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades da rede federal de ensino (Reuni) e o maior alcance do Programa Universidade para Todos (Prouni) na criação de vagas que, se do ponto de vista individual, representa o acesso ao diploma universitário, do ponto de vista empresarial significou a salvação financeira das instituições privadas diante da inadimplência, pois como se sabe, as bolsas de estudo são concedidas por meio da isenção fiscal.

Mas além do Reuni e do Prouni, a medida que vem marcando as políticas para o ensino superior são as cotas raciais e, mais recentemente, as cotas para estudantes provenientes das escolas públicas. As cotas raciais se tornaram o principal meio de garantia do acesso dos negros à universidade pública. Embora se trate de uma medida imediata de caráter compensatório com o objetivo de reparação histórica a setores que geralmente ficavam de fora da universidade, sabemos que a política de cotas questiona apenas parcialmente a estrutura universitária e o modelo meritocrático que segue restringindo o acesso à universidade para amplos setores da classe trabalhadora. Vale mencionar ainda que a criação do Sistema Unificado (SiSu) com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) vem provocando certa reação de que o vestibular teria sido suprimido. Ora, o Enem é uma prova que se baseia em um sistema seletivo. Mesmo nos modelos mistos (que inclui o sistema de cotas), a necessidade do exame não fica abolida.

¹⁶ Este e outros aspectos do privatismo no governo Lula são desenvolvidos por Trópia (2009).

Por isso é necessário analisar as cotas raciais sob um duplo aspecto. Por um lado, as cotas tem sido um meio de tocar o que até então parecia intocável: o acesso à universidade pública baseado no mérito (predominantemente alcançado por brancos de classe média provenientes de escolas privadas). Trata-se assim de um importante instrumento de contestação parcial da ideologia meritocrática, embora não elimine a necessidade do exame seletivo como forma de ingresso. Por outro lado, a ideologia da “ação afirmativa” contribui amiúde para a difusão da noção de que é possível uma reparação histórica sem a modificação da estrutura de classes. No cenário atual, a discussão hegemônica em torno das cotas vem se baseando no questionamento da noção de *democracia como universalização* para dar lugar à noção da *democracia como diversificação*. Assim, sendo a sociedade brasileira composta por certa porcentagem de negros, a universidade se torna democrática se apresenta a mesma porcentagem de negros na universidade. O risco de tal raciocínio é que a democratização do perfil por meio das cotas termine por naturalizar a estrutura elitista da universidade brasileira, eximindo seus defensores da bandeira universalista de educação pública para todos. Seu efeito político está na fragmentação das lutas, em que cada categoria social, baseada na noção de equidade e diversidade, busca defender políticas para o próprio setor (os homossexuais para os homossexuais, as mulheres para as mulheres, os negros para os negros etc.), com o respectivo abandono do horizonte classista de busca da igualdade e universalização. Dito isto, exploraremos a seguir algumas questões para pensar o horizonte das lutas presentes na universidade brasileira na atualidade.

4. Universidade e luta de classes no Brasil na conjuntura atual

Na primeira parte deste texto, partiu-se do pressuposto de que não se pode pensar a educação sem inseri-la nas relações de classe predominantes. Constituindo-se como um aparelho ideológico de Estado na reprodução das relações de produção, a educação cumpre este papel: i) difundindo a ideologia dominante e recalando a ascensão da ideologia proletária; ii) formando força de trabalho para as necessidades do capital e os agentes (da produção, da repressão, da ideologia e da exploração) a partir da estratificação do acesso aos diferentes níveis de ensino; e iii) por fim, ocultando seu objetivo de reproduzir a estrutura de classes, fazendo parecer que as hierarquias sociais resultam de hierarquias escolares baseadas em dons e méritos individuais. Nesse sentido, a universidade deixa de ser vista como um instrumento de democratização, desenvolvimento econômico, e mobilidade e equalização social, para se tornar um instrumento de reprodução das relações

de classe. Mas a educação (e a universidade) não é mera reprodutora das relações de classe; ela também é um palco da luta de classes, o que significa dizer que as lutas em seu interior fazem parte da luta pela transformação da sociedade.

As propostas de Marx e Engels (2004) em matéria de educação e ensino estão relacionadas à necessidade de superação do modo de produção capitalista com a construção de uma sociedade comunista. De acordo com Marx e Engels, o fato de que a educação no capitalismo seja essencialmente burguesa não significa que os comunistas devem se abster de atuar neste campo, esperando que a sociedade se transforme para a partir daí construir uma pedagogia marxista. Em um relatório da reunião de delegados da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), consta que Marx apresentou uma dificuldade particular em relação a esta questão: “Por um lado, é necessário modificar as condições sociais para criar um novo sistema de ensino; por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições sociais. Consequentemente, é necessário partir da situação atual”. (Marx, Engels, 2004, p. 107). Para os autores, é necessário que os comunistas atuem na educação como um dos palcos da luta de classes, intervindo no combate ideológico dos pressupostos educacionais burgueses. Configura-se assim um complexo quadro em que se deve distinguir três esferas de análise e de atuação do marxismo no campo educacional: a *teoria educacional marxista*, que possibilita a crítica da educação capitalista; a *teoria pedagógica revolucionária*, que permite intervir nos espaços educacionais criados pela burguesia para a atuação na luta (ideológica) de classes por meio da educação, mas com o horizonte de transformação das condições sociais (e educacionais) da sociedade burguesa; e a *teoria pedagógica socialista*, que busca instaurar um sistema educativo e um método de ensino condizentes com o período de transição revolucionária do socialismo para o comunismo.

Se a educação (e a universidade) é um espaço de luta, torna-se necessário observar o caráter atual de suas lutas. Durante o ano de 2012, o ensino superior foi sacudido por uma histórica greve em que 51 das 52 universidades federais paralisaram suas atividades. Entre as reivindicações estavam a estruturação de um plano de carreiras, a incorporação da retribuição por títulos ao vencimento básico e melhorias das condições de ensino. Outra bandeira que se fez presente ao longo do movimento foi a defesa explícita do aumento das verbas e valorização dos profissionais do ensino (a bandeira dos 10% do PIB na educação). Vale ressaltar que esta greve se iniciou em meio a um contexto de defasagem salarial por conta de uma política desestruturada de reajuste. A categoria não tem uma data-base definida para discussão do dissídio coletivo, um dos mais mecanismos mais elementares da legislação sindical que, se por um lado burocratiza as negociações, restringindo a discussão

de salário a uma data pré-estabelecida, por outro garante a discussão regular da reposição salarial, já que nessas condições tanto governo como as empresas se negam a negociar. Essa lacuna abre espaço para que nem mesmo as perdas ocasionadas pela inflação possam ser recuperadas.

Um dos argumentos veiculados amplamente pelos docentes grevistas das universidades federais é de que muitos profissionais com titulação semelhante (como os técnicos de pesquisa) teriam salário superior ao do docente.¹⁷ Mas, se por um lado esse argumento serve de ponto de partida por uma luta pela valorização dos docentes do ensino superior, por outro distancia a unificação das lutas com os professores da rede básica de ensino (dos quais se distinguem com base na raridade do título de pós-graduação, principalmente de mestrado e doutorado) e dos técnicos educacionais (a partir da distinção em atividade-fim e atividade-meio na educação, que busca reforçar a divisão entre trabalho intelectual e trabalho semi-intelectual para justificar melhores salários e maior poder nas instâncias decisórias da universidade). Ora, se os docentes do ensino superior costumam justificar seus melhores salários pela posse do título, os professores do ensino básico costumam vê-lo como privilegiados. A superação do meritocratismo no meio universitário está na raiz da própria superação do corporativismo sindical. Por fim, vale dizer que a valorização salarial de professores e técnicos educacionais de todos os níveis, a começar pela discussão da defasagem entre o ensino básico e superior pressupõe a superação da ideologia meritocrática, que tem como efeito político apresentar os profissionais da educação dos diferentes níveis como rivais.

Considerações finais

Tal como argumentamos ao longo deste texto, a ampliação do acesso ao ensino superior vem se dando prioritariamente pela lógica privatista e pela expansão restrita e precarizada das universidades públicas. Como se sabe, a qualidade de ensino das instituições privadas na maioria dos casos deixa a desejar. Ademais, o Reuni possibilitou uma expansão limitada da rede federal de ensino, em muitos casos sem condições básicas de funcionamento. Por último, vale mencionar que as cotas têm sido inseridas em um cenário de políticas compensatórias baseadas na concepção de democracia como diversificação do acesso. Apesar dos avanços aparentes, a estrutura universitária brasileira

¹⁷ Assim, mesmo que o plano de carreira dessas áreas não seja a almejada pelos professores grevistas, a sinalização por parte do governo em relação à possibilidade e equiparação salarial foi bem recebida por parte do movimento.

está longe da democratização do acesso, especialmente quando se tem como referência o padrão de qualidade histórico das universidades públicas.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado: notas para uma pesquisa. In: ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

ANDRADE, Cibele Yahn. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. **Revista do Ensino Superior Unicamp**. 31/07.2012. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social>

BAUDELOT, C.; ESTABLET, R. **La escuela capitalista**. Madrid-Espanha: Siglo Veintiuno Editores, 1975.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

DEWEY, John. **Democracia e educação**. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 11ª ed. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Material Escolar, 1978.

DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LIMA, Márcia. Acesso à universidade e mercado de trabalho: o desafio das políticas de inclusão. (pp. 91-91-110). In: MARTINS, Heloisa; COLLADO, Patrícia. **Trabalho e sindicalismo no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Hucitec, 2012.

MANNHEIM, Karl. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, K; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Centauro, 2004.

OCDE. Regards sur l'éducation: les indicateurs de l'OCDE. **Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico**. Éditions OCDE. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2012.fr>

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41ª ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SCHULTZ, Theodor. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

SCHWARTZMAN, Simon. O ensino superior no Brasil: a busca de alternativas. **VII Fórum Nacional – Instituto de Altos Estudos**. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1996. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/alternat.htm>. Acesso em 17/11/2012.

TRÓPIA, Patrícia. O ensino superior em disputa: apoio e alianças de classe à política para o ensino superior no governo Lula. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 9, 2009.

SAES, Décio. Classe média e escola capitalista. **Crítica Marxista**. Cemarx, IFCH, UNICAMP, nº21, 2005.

SOUZA, Davisson C. Cangussu de. Educação e superpopulação relativa: notas sobre a re(produção) escolar no capitalismo brasileiro. In: **Comunicações**. Piracicaba, Ano 17, n. 2, p. 21-31, jul.-dez, 2010. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacao/article/view/209/560>

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações** São Paulo: Editora Cultrix, 1967.

Incríveis legados da “reforma universitária” de 1968Lalo Watanabe Minto¹ e César Augusto Minto²

Resumo: Este artigo analisa aspectos das políticas para o ensino superior brasileiro no período da ditadura civil-militar (1964-1985) e alguns de seus legados, que persistem nas décadas de 1990 e 2000. O texto foi dividido em dois segmentos: no primeiro, aborda-se a “reforma universitária” de 1968 e seu contexto histórico; no segundo, discute-se como algumas características configuram determinada tendência nas políticas para o ensino superior, com traços mantidos até os dias atuais. Por fim, faz-se um balanço dessa incrível continuidade por meio de quatro eixos de análise – 1) Fragmentação da educação e acesso diferenciado a níveis e etapas do ensino; 2) Descaracterização da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; 3) Privatização como política oficial para o ensino superior; 4) Autoritarismo e repressão sistemática nas instituições de ensino superior – e defende-se a necessidade de resistir e contrapor-se ao projeto dominante de política para o ensino superior no Brasil.

Palavras-chave: educação superior; reforma universitária de 1968; políticas de ensino superior privatistas.

Abstract: This article examines aspects of policies for higher education during the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985) and some of its legacies that persist in the decades of 1990 and 2000. The text was divided into two parts: the first one analyses the "university reform" of 1968 and its historical context; the second discusses how some features configure certain trend in policies for higher education, with traces maintained until today. Finally, this amazing continuity is evaluated through four axes of analysis – 1) Fragmentation of education and different access to the levels and stages of teaching; 2) Deformation of the inseparability of teaching, research and extension; 3) Privatization as official policy for higher education; 4) Authoritarianism and systematic repression in institutions of higher education – and it is supported the need to resist and be opposed to the dominant project of policy for higher education in Brazil.

Keywords: higher education; university reform of 1968; privatizing policies for higher education.

A educação superior brasileira está permeada por heranças do período autoritário, em especial do processo de “reforma universitária” dos anos 1960, constituído por um conjunto de documentos legais produzidos no calor do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e dos momentos mais duros da ditadura civil-militar (1964-1985). Neste texto, situamos historicamente essa reforma e, em seguida, ressaltamos traços de sua permanência nas políticas para o ensino superior dos anos de 1990 e 2000. Em um segundo momento, desenvolvemos, por meio de quatro eixos – 1) Fragmentação da educação e acesso diferenciado a níveis e etapas do ensino; 2) Descaracterização da indissociabilidade ensino,

¹ Professor na Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, *campus* de Marília/SP. E-mail: lalo@marilia.unesp.br.

² Professor na Faculdade de Educação e vice-presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp). E-mail: caminto@usp.br.

pesquisa e extensão; 3) Privatização como política oficial para o ensino superior; 4) Autoritarismo e repressão sistemática nas instituições de ensino superior – uma análise que, do ponto de vista crítico, pode melhor caracterizar elementos de continuidade, denotando certa tendência³.

É lícito lembrar, entretanto, que a política educacional não é simplesmente um decalque de opções feitas por governos de cada período, tampouco decorre apenas de atos de vontade de forças dominantes. Trata-se de interesses e projetos que se embatem, representando forças sociais com algum grau de intervenção organizada. Assim, os processos que definem as políticas são conflituosos, ora possibilitando avanços, ora caracterizando retrocessos, qualquer que seja o ponto de vista levado em consideração. Ademais, chamar a atenção para os elementos de continuidade entre as políticas para o ensino superior na ditadura e nos dias atuais não significa pressupor nenhum tipo de linearidade histórica, como se tudo fosse determinado desde o princípio. Significa, ao contrário, considerar as condições históricas – portanto, os conflitos sociais – que lhe tornaram possíveis, bem como os sentidos específicos que as políticas têm no contexto em que foram produzidas.

Em razão do objetivo proposto, os conflitos próprios de cada um dos períodos que constituem esse lapso (dos anos 1960 até os dias atuais) não poderão ser aqui tratados de forma mais detalhada, ficando indicada a necessidade de uma análise mais aprofundada das políticas para o ensino superior nesse período.

A reforma como problema

A necessidade de reforma universitária mobilizou amplos setores da sociedade brasileira nos anos 1960. Na perspectiva dos estudantes, os mais ativos porta-vozes dessa mobilização, a reforma era entendida, dentre outras coisas, como uma maneira de democratizar o acesso ao ensino superior. Numa sociedade desigual e com um sistema educacional bastante seletivo e excludente, é verdade que essa luta não era propriamente por uma reivindicação digamos “popular”, haja vista que apenas uma parcela restrita da população podia almejar chegar ao nível superior de ensino: entre outros motivos porque eram poucos os que tinham cursado o então colegial (hoje ensino médio) e com alguma condição de acesso e permanência no ensino superior. As lutas pela educação, entretanto, adquiriram perfil mais radical na medida em que a própria sociedade brasileira se mobilizava

³ As ideias aqui desenvolvidas foram tratadas anteriormente no artigo “Incrível retrocesso na educação superior”, *Le Monde Diplomatique Brasil* nº 63, p. 25-26. Disponível em: <www.diplomatique.org.br>.

por “reformas de base”⁴ e que se constatava a força do conservadorismo, que impedia ou retardava mudanças sociais no país.

Projetos alternativos de universidade, que tentavam romper com a vigência contumaz das escolas isoladas, também ganharam espaço nesse período. Aquela tradição, que concentrava o poder das universidades nas mãos dos setores ditos “tradicionais”, fora consagrada pela própria experiência da universidade no país, que se constituiu a partir da aglomeração de instituições isoladas já existentes e não a partir de projetos orgânicos de universidade. O principal projeto de universidade com características distintas da tradição brasileira foi o da Universidade da Brasília (UnB).

De fato, a luta pela reforma universitária tornou-se também incômoda aos setores sociais dominantes, em especial quando tangenciou questões essenciais da formação social brasileira, isto é, quando passou a questionar os problemas da educação superior à luz da condição de país capitalista dependente.

Preocupadas em dar respostas à agitação social que tomou conta do Brasil na primeira metade dos anos 1960, as classes dominantes e suas aliadas, as classes dominantes estrangeiras com interesses diretos no país, passaram a se ocupar da construção de um consenso ideológico sobre a reforma que entendiam ser necessária na área da educação. No caso do nível superior de ensino, o objetivo não era modificar a sua estrutura elitista, heterônoma e alheia ou, no mínimo, inoperante diante dos problemas da maioria da população. Foram importantes nessa construção:

[...] os acordos MEC-USAID; os empréstimos e cooperação técnica (“ajuda”) do Banco Mundial; a comissão especial, criada por decreto em fins de 1967 e chefiada pelo general Carlos de Meira Mattos, que produziu o “Relatório Meira Mattos” (1968); o documento *Rumos à reformulação estrutural da universidade brasileira* (“Relatório Atcon”), publicado pelo MEC em 1965; a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), criada no âmbito dos acordos MEC-USAID em 1965; e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), vinculado ao empresariado brasileiro e importante produtor e difusor de ideologias de seu interesse. Além, é claro, do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária (GTRU), criado por decreto em julho de 1968, que condensou, agilizou e foi o responsável por colocar em prática o “consenso privatizante” da contrarreforma da educação superior (MINTO, 2011, p. 172).

Qual foi esse consenso? O de que a universidade brasileira precisava mudar, mas não no sentido apontado por estudantes, professores e segmentos da população mobilizados pela reforma universitária. Tratava-se de modificá-la segundo os propósitos da

⁴ A expressão “reformas de base” foi a denominação do conjunto de bandeiras políticas assumidas pelo governo João Goulart (1961-1964), constituídas pelas reformas: agrária, bancária, fiscal, administrativa, urbana e universitária. Sugerimos a leitura do livro *Jango fala à nação* (FONSECA, 1963).

modernização capitalista conservadora, aqueles que manteriam o país numa rota de desenvolvimento heterônomo, associado aos grandes capitais mundiais.

A partir desse *consenso*, elaborado de cima para baixo, na velha tradição autoritária brasileira, é que se forjou o conjunto de medidas que a ditadura implantou a pretexto de “modernizar” a universidade. Em suma, pretendia-se: a) evitar que a universidade fosse reformada segundo o princípio de atendimento aos interesses do povo, para o que teria de conquistar cada vez mais autonomia e estar dotada de instrumentos e recursos necessários para um empreendimento desse tipo; b) reorganizar a estrutura de ensino e pesquisa científica de modo que se pudesse estar mais próximo aos interesses da indústria e dos setores monopolistas instalados no país; c) criar um “ambiente” universitário – de circulação de ideias e produção de conhecimento – fechado para o questionamento radical do capitalismo brasileiro e de suas consequências sociais (econômicas, políticas, culturais e educacionais); e d) reestruturar as esferas de poder e controle no interior das instituições de ensino superior (IES), de modo a consolidar uma nova identidade para esse nível de ensino.

As áreas estratégicas da contrarreforma da educação superior implantada pela ditadura e em grande parte mantidas ao longo do tempo, apesar da redemocratização do país, foram aqui sistematizadas em quatro eixos, melhor detalhados a seguir.

1) Fragmentação e acesso diferenciado aos níveis e às etapas de ensino

Esse é um traço peculiar à educação brasileira desde os seus primórdios. Esta lógica de fragmentação se expressa, principalmente, na ausência de um tratamento sistêmico entre os níveis educacionais e as diferentes etapas do ensino. E isso tem reflexos nas prerrogativas de acesso à educação. Alguns dados ajudam a vislumbrar essa situação no período da ditadura: em 1960, para cada 100 estudantes matriculados no ensino primário (as primeiras séries do atual ensino fundamental), apenas 1,25% se matricularia no ensino superior. No ano de 1971, esse percentual chegou a 3,29%, sendo relativamente maior, mas ainda bem modesto.

Nota-se, assim, que o sistema escolar funcionava efetivamente como um filtro social. Não porque a área fosse elitista em si mesma, mas porque numa sociedade desigual a escolarização tende a refletir o mesmo perfil social. A fragmentação é, portanto, um dos elementos que definiram o perfil da educação brasileira ao longo da história. As reformas educacionais da ditadura não solucionaram o problema da fragmentação, mas o reforçaram. Sua estratégia foi a de conciliar os mecanismos conservadores da lógica seletiva do sistema

educacional com as pressões dos setores sociais que reivindicavam a democratização do acesso ao ensino superior.

O caráter não sistêmico da educação foi reforçado via um duplo expediente:

I) manter uma rede de ensino de “ponta”, onde se produziria o conhecimento mais avançado, necessário ao projeto desenvolvimentista brasileiro (não mais de base nacional, mas atrelado às corporações transnacionais), a cargo das universidades públicas. A edificação de um sistema de pós-graduação *stricto sensu* foi crucial para a consecução desse objetivo. Seu marco central foi o Parecer nº 977/1965, do então Conselho Federal de Educação (CFE), que definiu diretrizes gerais para a pós-graduação, antes mesmo da reforma universitária, que as incorporou depois (Cf. MINTO, 2011, p. 195).

II) expandir o ensino superior voltado para o atendimento da demanda crescente, com especial estímulo ao setor privado, o que pode ser verificado no quadro a seguir, cujos dados dispensam comentários adicionais. Essa expansão privatizante produziu, por sua vez, dois outros resultados: por um lado, fomentou o surgimento e a expansão de um setor do empresariado brasileiro interessado no potencial econômico (e lucrativo) do *ensino superior*; por outro lado, sedimentou ainda mais o velho padrão de escola superior no país – isolada, focada apenas no ensino, de qualidade precária.

Matrículas em cursos de graduação presencial, por categoria administrativa - Brasil, 1960-2010

Ano	Públicas	%	Privadas	%
1960	51.915	55,7	41.287	44,3
1965	87.587	56,2	68.194	43,8
1970	210.613	49,5	214.865	50,5
1975	410.225	38,2	662.323	61,8
1980	492.232	35,7	885.054	64,3
1985	556.600	40,7	811.009	59,3
1990	578.625	37,6	961.455	62,4
1995	700.540	39,8	1.059.163	60,2
2000	887.026	32,9	1.807.219	67,1
2005	1.192.189	26,8	3.260.967	73,2
2010	1.461.696	26,8	3.987.424	73,2

Fontes: MEC/Inep; IBGE.

Embora a perspectiva de criar um sistema nacional de educação (SNE) esteja em debate, pelo menos, desde os anos 1930, o fato é que no país essa é ainda uma questão

em aberto. Considerada a legislação educacional vigente, o Art. 214 da Constituição Federal de 1988 define que deve ser estabelecido em lei “o plano nacional de educação [PNE], de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação [SNE], em regime de colaboração”, o que significou um avanço, contudo, cabe lembrar que as menções ao SNE e ao “regime de colaboração” continuam ainda sem definição legal, em geral sob a alegação da autonomia das esferas administrativas – União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que se subordina à Lei Maior, só faz referência a sistemas de ensino federal, estaduais e municipais (Art. 8º; Art. 10, I; e Art. 11, I, respectivamente), repetindo que devem ser organizados “em regime de colaboração” e o Art. 4º da Lei nº 10.172/2001 (PNE), que vigorou até 2011, refere-se explicitamente apenas a um sistema nacional *de avaliação* (os diversos exames nacionais em curso no país). Soma-se a essa indefinição, a já histórica destinação insuficiente de recursos para a educação – até hoje, ambas não ocorrem por acaso –, mas talvez sejam em parte corrigidas no próximo PNE que tramita no Senado Federal, o que requer mobilização social e intervenção organizada.

Sem um tratamento sistêmico – o que pressupõe planejamento, autonomia e garantia de recursos e infraestrutura adequados – a educação perde parte importante de seu potencial social. No caso do ensino superior, mantém-se o ciclo vicioso que as políticas educacionais vêm implantando, desde a ditadura. Uma de suas principais consequências é a manutenção de uma lógica que impede que a educação pública tenha um padrão socialmente referendado e de qualidade, nos seus dois níveis e em todas as suas etapas, assim como nas diferentes regiões do país. A constituição de um SNE pressupõe a definição clara de responsabilidades ou do compartilhamento de responsabilidades pelos níveis e etapas educacionais entre as esferas administrativas – União, Estados, Distrito Federal e Municípios –, que são efetivamente autônomas.

2) Descaracterização da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão

O padrão de ensino superior adotado no país, via reforma dos anos 1960, é um ponto polêmico. Sobre a Lei nº 5.540, de 28/11/1968, muitos estudiosos entenderam que a opção feita foi a de organizar esse ensino prioritariamente na forma de universidade, isto é, por meio de instituições que atenderiam ao princípio de indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão (E-P-Ex). O que fomentou a discordância foi o Art. 2º da referida lei, que dizia: “O ensino superior indissociável da pesquisa, será

ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado” (BRASIL, 1969, p. 73). Mas, sem dúvida, foi adotado um padrão híbrido.

Vale dizer, apesar das diferentes interpretações, a política implantada não priorizou nem a indissociabilidade E-P-Ex nem o formato institucional das universidades. Prevaleceu uma lógica dual, como apontado anteriormente, misturando universidades públicas ditas de “excelência” e instituições de ensino sem pesquisa e, quase sempre, privadas – um arranjo autóctone, mas sem referência no próprio país.

Não há dúvida de que essa universidade, apesar de construída para atender aos propósitos regime então prevalente, vem produzindo, sobretudo na esfera das instituições públicas, o que há de mais avançado, quantitativa e qualitativamente, em todas as áreas de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico do país. No entanto, a predominância do teor privatista na política para o ensino superior mostrou que o projeto não era de criar um novo padrão, mas sim de reforçar o velho, modificando-o apenas na medida estritamente necessária aos interesses das classes dominantes. E, por certo, tal estratégia só fica mais visível no decorrer de longo tempo, com risco não pequeno de ser naturalizada.

A sedimentação desse padrão dual de ensino superior deu-se, de forma complementar, com a reconfiguração desse ensino por meio da pós-graduação⁵. A questão fundamental, na ocasião, foi a do deslocamento do financiamento da pesquisa para fora, para instâncias “externas” às instituições universitárias. Assim, uma das três atividades essenciais da universidade – a pesquisa – deixou de ser determinada pela própria instituição, que por conta disso perdeu parte de sua prerrogativa de autonomia.

A eventualidade do ingresso de recursos externos para o financiamento da pesquisa trouxe consigo uma outra lógica de funcionamento da universidade, uma “nova” ética que, num contexto de repressão, parece ter se naturalizado entre os docentes-pesquisadores. A possibilidade de auferir “prestígio” e mesmo de ganhos reais com as atividades realizadas fomentaram a formulação de um tipo de pesquisa afastada das reivindicações populares e mais adequada aos interesses dominantes. Isso criou uma tendência de isolamento que, segundo Florestan Fernandes, “gera uma exclusão dos papéis intelectuais na dinâmica da história, da cultura e da sociedade”. Além do que, origina uma “torre de marfim”, cuja função consiste em acomodar os intelectuais às expectativas de certos papéis sociais e aos “controles societários externos”; o isolamento, assim, funciona como “instrumento de

⁵ Cabe lembrar que no Brasil só há dois níveis educacionais: educação básica (educação infantil, ensinos fundamental e médio) e educação superior (graduação e pós-graduação).

autoneutralização e autocastração, que organiza as atividades intelectuais como formas culturais do pensamento conservador” (FERNANDES, 1977, p. 125).

A universidade foi então reestruturada para funcionar na base do “mínimo esforço”: de um lado, produzir os conhecimentos mínimos necessários e suficientes ao desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro, bem como formar mão de obra especializada; de outro lado, suprir parte da demanda social de acesso ao nível superior, sem, contudo, democratizar aquilo que ele tinha de melhor. Eis a razão pela qual o mesmo processo que levou a constituição da pós-graduação no país também foi o que diversificou e descaracterizou progressivamente as instituições de ensino superior (IES), de modo que elas passassem a proliferar na base de *instituições exclusivas de ensino*, sem qualquer relação com a pesquisa científica.

Corroborando contumaz defesa feita no período da ditadura, entre outros, por Roberto Campos (ministro do Planejamento no governo Castelo Branco), Paulo Renato Souza (ministro da Educação nos dois governos Fernando Henrique Cardoso), alegava que a ênfase no ensino universitário (o da indissociabilidade E-P-Ex) era característico de um modelo de desenvolvimento auto-sustentado, desligado da economia internacional e fadado a desaparecer: “Para mantê-lo, era necessário criar uma pesquisa e tecnologia próprias”. Ainda segundo Paulo Renato, tudo muda com a globalização, o acesso ao conhecimento fica facilitado, pois associações e *joint ventures* se encarregam de prover as empresas de países como o Brasil do know-how que necessitam. O ex-ministro citava a Coreia do Sul, que chegou mesmo a terceirizar a universidade: “seus melhores quadros vão estudar em escolas dos Estados Unidos e da Europa. Faz mais sentido do ponto de vista econômico”. (EXAME, edição nº 614, 17 jul. 1996). Isto é, mesmo finda a ditadura civil-militar, continua em vigor um modelo de dependência exterior digamos “aperfeiçoado”.

Esse é exatamente o figurino utilizado para as reformas do ensino superior nos anos 1990 e 2000. O modelo de universidade formalmente adotado (o da indissociabilidade E-P-Ex) convive com vários tipos de IES, não necessariamente universitárias, que se caracterizam como: particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas⁶. Em geral, com exceção das IES públicas (sobretudo federais e estaduais, pois as municipais se assemelham às privadas), as demais não realizam pesquisas, grande parte delas oferece ensino de qualidade questionável e a quase totalidade delas visa exclusivamente o lucro, com raríssimas exceções.

A escassez de dados oficiais detalhados sobre a categoria administrativa das IES privadas não permite distingui-las entre IES *com* e *sem* fins lucrativos, com exceção do curto

⁶ Ver Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), Art. 20, incisos I a IV.

período entre 1999 e 2009 (por que será?). Neste intervalo, constata-se que as matrículas de graduação presencial públicas cresceram 62%, nas particulares 345%, e nas privadas sem fins lucrativos diminuíram 2%; as matrículas em IES não universitárias⁷ passaram de 31,7% para 46,9% do total, sendo 80,9% nas particulares⁸. Uma explicação possível é a tendência forjada à diversificação das IES.

O quadro esboçado é preocupante e, mais ainda, se considerarmos que, há muito, setores sociais, sobretudo, conservadores têm defendido mais “flexibilização” da indissociabilidade E-P-Ex⁹, sob duas alegações: 1) a diversidade do povo brasileiro, que supostamente demandaria a variedade de modelos; e 2) nem toda formação precisa da pesquisa, curiosamente a função que viabiliza a construção de conhecimento e a mais cara das três¹⁰. A partir do governo Collor essa visão ganha novo *status* de “oficial”, ao mesmo tempo em que se interrompe uma salutar tendência a avanços sociais iniciada com a Constituição Federal de 1988. Nem mesmo a “transição democrática” conseguiu reordenar as prioridades oficiais do governo brasileiro. Vale dizer, parece ter prevalecido o mote “mudar para ficar como está”.

A partir de meados da década de 2000, o governo federal passa a viabilizar duas formas principais de expansão do ensino superior: a) estatal, via ampliação de vagas e criação de novas IES por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni, 2007), que condiciona os recursos ao atendimento de metas nos cursos de graduação presenciais: 18 estudantes por docente e taxa de conclusão média de 90%, dentre outras. Ocorre que a relação 18/1 não se coaduna com o modelo da indissociabilidade E-P-Ex e não se tem notícia de que a taxa citada seja atingida sequer nas melhores universidades mundo afora; e b) privada, via criação do Programa Universidade para Todos (ProUni, 2004-05), que utiliza recursos públicos para comprar vagas “ociosas” de IES privadas, inclusive das com fins lucrativos. Afora isso, registre-se o uso indiscriminado do ensino à distância, sobretudo na formação inicial e de docentes¹¹.

⁷ Segundo a legislação em vigor (Decreto nº 5.773, de 09/05/2006), as IES não universitárias dividem-se em centros universitários e faculdades (Art. 12). Todas as IES particulares, incluindo aí as universidades, fazem parte do Sistema Federal de Ensino.

⁸ Diferentemente da tendência anterior, que compreendeu os dados do Censo entre 1999 e 2009, a Sinopse Estatística da Educação Superior 2010 (Inep) não traz dados que permitam diferenciar as IES privadas.

⁹ Cabe lembrar que sequer nas universidades públicas a indissociabilidade E-P-Ex tem ocorrido de forma equilibrada. Parece-nos que a complexidade do tema merece atenção especial no meio acadêmico.

¹⁰ Atende-se, assim, aos “critérios do mercado”, em duplo sentido: a flexibilização da formação resulta em mão-de-obra precarizada e com custo rebaixado; igualmente, permite a operação mais lucrativa das próprias IES privadas, as grandes responsáveis por esse tipo de formação.

¹¹ O Censo 2010 da Educação Superior (Inep) mostra que 45,8% das matrículas de graduação à distância são de cursos de licenciaturas. No ensino presencial, apenas 17%.

Projetos desse tipo fragilizam ainda mais as condições de funcionamento das instituições. Por um lado, corroboram a tendência de separação IES de ensino e IES de pesquisa, assim como acirram as divisões entre as áreas de conhecimento, sobretudo pela disputa por recursos. Por outro lado, distanciam o país da construção de um efetivo sistema nacional de educação (SNE, menos desigual e mais orgânico e adequado às necessidades regionais). Também pioram as condições de trabalho dos servidores e de estudo dos alunos, ao passo que se reduzem os espaços para contestação institucional, uma vez que boa parte das IES públicas mantém estruturas oligárquicas e anacrônicas, algumas com eleição indireta de dirigentes (reitores e diretores) e composição de órgãos colegiados sem ampla representação dos envolvidos (a USP, por exemplo). Nas privadas, a situação é dramática: em 2010, 48% dos docentes eram horistas, enquanto outros 28% atuavam em tempo parcial.

3) Privatização como política oficial para o ensino superior

A complexa relação entre público e privado confunde-se com a própria história da educação brasileira. Entretanto, a primazia do ensino superior privado no país foi construída durante a ditadura civil-militar. Esta fez da privatização um projeto dominante, utilizando-a, inclusive, para estancar pressões sociais dos “excedentes” no vestibular (aprovados, mas sem garantia de vagas) e da força do movimento estudantil na época. Desde então, fortaleceu-se uma concepção tecnicista de ensino superior que reforçou a separação entre ensino de elite (em parte das IES públicas e das privadas mais tradicionais) e ensino de massas, privado, para atendimento de demandas emergentes, sobretudo, da classe média e setores da classe trabalhadora.

Anos depois, a opção política pela resposta privatista às necessidades de expansão do ensino superior resultou no agravamento das desigualdades nessa área. Tendo, de um lado, uma universidade pública de qualidade reconhecida, mas restrita a poucos, e, de outro lado, uma porção de IES privadas de qualidade duvidosa; esse ensino tornou-se sempre mais desigual, afetando, em especial, as áreas efetivamente menos valorizadas, dentre as quais se destaca a da formação de professores.

Um novo impulso à privatização ocorreu a partir dos anos 1990, no bojo da reestruturação capitalista global, e materializou-se por meio da doutrina da reforma do Estado¹². Tendo a privatização, a terceirização e a publicização como *meios* e a administração pública *gerencial* como *fim*, a reforma do Estado realizou algumas inversões

¹² Consulte os 17 volumes dos Cadernos MARE da Reforma do Estado, Brasília, DF, 1997-98.

conceituais importantes, dentre elas a substituição de *direito* por *serviço*. Essa doutrina aponta claramente para a mercantilização e não só da educação.

As diretrizes da reforma passam a ser positivadas em leis a partir da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, reforçando o caminho da mercantilização dos direitos sociais. A terceirização é a “execução indireta de serviços públicos, mediada por contratos submetidos a licitações supostamente isentas, do que deriva o ingresso de trabalhadores sub-remunerados em atribuições públicas sem o devido concurso”¹³. Já a publicização implica na transferência dos “serviços sociais e científicos” então prestados pelo Estado para o setor público não-estatal; vale dizer, promove a indistinção entre estatal e privado/mercantil à medida que desconsidera os meios e objetivos específicos do processo educativo, ressaltando apenas seus resultados quantitativos¹⁴. E o potencial de adesão a essa reforma pode não ter sido desprezível.

Assim, não por acaso, explicitamente assumida ou não, essa reforma das últimas duas décadas atinge corações e mentes outrora insuspeitos, e passa a orientar também as políticas para a área da educação, em especial as do ensino superior. Neste caso, a empreitada foi energizada pela insuficiência crônica de recursos¹⁵ que resultou, por exemplo, em um grande desequilíbrio entre candidatos e vagas no setor público. Além da privatização propriamente dita, a legislação em vigor permite que IES ditas sem fins lucrativos recebam recursos estatais na forma de: a) subvenção social; b) auxílio; c) contribuição; d) convênio; e) termo de parceria; f) imunidade de impostos; g) imunidade de contribuições sociais; h) isenção; i) incentivo fiscal ao doador; j) voluntariado¹⁶. É notável essa diversidade permissiva.

Essas mudanças tornaram mais complexo o processo de privatização. As metamorfoses do ensino estatal e do ensino privado descaracterizaram algumas divisões estabelecidas, não permitindo hoje uma fácil visualização da fronteira entre o público, o estatal, o privado e o mercantil. Quanto à natureza administrativa, a penetração de mecanismos da lógica privada no interior das IES públicas (via fundações privadas de “apoio”¹⁷, parcerias público-privadas, cursos pagos, cobranças de taxas, convênios com empresas e outros) também fez com que as fronteiras fossem progressivamente se

¹³ Rudi Cassel, “Terceirização no serviço público”, Valor Econômico, 18/7/2012, p. E2.

¹⁴ “Em síntese, a estratégia de publicização visa a aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços, atendendo melhor o cidadão-cliente a um custo menor”. (Cadernos MARE nº 2, Brasília/DF, 1998, p. 12).

¹⁵ Essa insuficiência, inerente às reformas neoliberais hegemônicas nas últimas décadas, tornou-se um problema mundial. Ela atinge até mesmo os países da OCDE e vem comprometendo a identidade institucional das universidades. Sobre isso, ver BRUNO (2012).

¹⁶ Sugerimos ver a “justificação” do Projeto de Lei nº 7.639, de 2010, da deputada Maria do Rosário (PT/RS) e outros. Trata das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES).

¹⁷ A Adusp e o Andes-SN têm denunciado há tempos esse mecanismo. Vale a pena inteirar-se do problema lendo “A apropriação privada da universidade pública: as fundações privadas ditas de apoio” (CORREIA in RAMPINELLI e OURIQUES, 2011).

ocultando. No setor privado, por sua vez, perde-se a especificidade do ensino não empresarial, que cede espaço para as empresas e grupos educacionais¹⁸. Não é lícito ignorar a nocividade social dessa “reengenharia”.

Outras duas tendências atuais reforçam o potencial privatista no ensino superior. São elas: a expansão indiscriminada do ensino à distância como estratégia de “ampliar” o acesso ao nível superior; e a entrada de capital estrangeiro no setor. A primeira revela a expectativa de expandir o ensino *a baixo custo*, estratégia esta que permite a ampliação de vagas (portanto, de venda da mercadoria *ensino*) sem grandes investimentos em infraestrutura e contratação de professores. A segunda envolve um tema que chegou a ser pautado na versão inicial do Projeto de Lei da “reforma universitária” (PL nº 7.200/2006), no primeiro governo Lula, sendo depois retirado nas versões posteriores¹⁹. O intuito era “flexibilizar” o setor, dando maior “liberdade” de atuação aos capitais internacionais e adequando o ensino superior brasileiro às tendências de criação de um mercado global de serviços educacionais, uma das principais agendas da Organização Mundial do Comércio (OMC) desde a definição do Acordo Geral de Tarifas e Serviços (GATS), em vigor desde 1995.

4) Autoritarismo e repressão sistemática nas instituições de ensino superior

O quarto eixo aqui delineado diz respeito ao autoritarismo que permeia – em maior ou menor grau – as políticas para o ensino superior desde os idos da ditadura. O aparato repressivo cumpriu um papel decisivo no desbaratamento das forças sociais que pretendiam encaminhar a reforma da universidade brasileira, servindo também para que as forças conservadoras tomassem para si o projeto de reforma universitária.

A caça e o expurgo de docentes não alinhados com o poder, de um lado, e a repressão indiscriminada e sistemática aos setores organizados de estudantes e técnico-administrativos que ousavam discordar, de outro lado, atuaram em conjunto para fazer prevalecer as forças da modernização capitalista conservadora nas IES. Guardadas as devidas proporções, com métodos bem mais complexos, por conta da sofisticação e sutileza adotadas, essa tônica vige até hoje em algumas instituições, buscando sempre excluir quem questiona o *status quo*.

¹⁸ Alguns estudos sobre a mercantilização do ensino superior têm chamado a atenção para duas dimensões desse processo: de um lado, os distintos projetos de educação superior defendidos pelas classes dominantes, com destaque para a expansão do setor que vem sendo denominado de “nova burguesia de serviços” (Cf. RODRIGUES, 2007); de outro lado, a tendência de concentração de capitais no setor educacional, via criação de grandes grupos (oligopólios) que passam a atuar também no mercado financeiro, abrindo caminho para investimentos estrangeiros (Cf. OLIVEIRA, 2009; CHAVES, 2010).

¹⁹ Devido à não restrição ao capital estrangeiro no mercado editorial brasileiro, este tem sido utilizado como “porta de entrada” para esse capital no ensino superior. Sua principal via é a compra de empresas brasileiras do setor educacional por grandes conglomerados internacionais do ramo editorial. Sobre a atração desses grupos ao mercado editorial no país, ver *Folha de S. Paulo*, Mercado, 03 nov. 2012.

Tratadas como “casos de polícia”, as organizações estudantis, sindicais e docentes foram alvo de medidas como a Lei nº 4.464/1964 (“Lei Suplicy”), que extinguiu a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Decreto-Lei nº 228/1967 (“Decreto Aragão”), que substituiu a Lei Suplicy impondo ainda mais restrições ao movimento estudantil, e sobretudo, o Decreto-Lei nº 477/1969, espécie de AI-5 da educação, que impôs um “código disciplinar” que “previa punições a estudantes, professores e funcionários de estabelecimentos públicos ou privados de ensino que realizassem atividades consideradas subversivas (chamadas ‘infrações disciplinares’) ofensivas ao regime” (MINTO, 2011, p. 176-177)²⁰. Parece-nos que pouco mudou.

No que se refere à pesquisa e produção de conhecimento, uma medida em especial foi muito restritiva. Trata-se do Ato complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969, que buscou eliminar permanentemente do serviço público pesquisadores que tivessem sido atingidos pelos Atos Institucionais do regime. Ou seja, grande parte dos envolvidos em atividades consideradas “subversivas” – em geral, todos os que foram críticos ao regime, independente de suas posições políticas – teriam sido excluídos para sempre da possibilidade de trabalhar nas IES públicas.

Convém lembrar, ainda, que o autoritarismo também se valeu de mecanismos operados numa extensa escala de sutileza, que em contextos de repressão e de abafamento dos conflitos sociais, são progressivamente internalizados, tornando-se com o tempo praticamente naturalizados. A ausência de controle social sobre as IES gerou visões deformadas sobre os problemas da educação superior. Alimentou-se, em particular, a ideia distorcida de que haveria um distanciamento entre tais instituições e a sociedade (reforçando às avessas a tese de que as universidades seriam “torres de marfim”...). Isso foi sendo ideologicamente instrumentalizado pela ditadura e pelos governos que a ela se seguiram, de modo a tornar a universidade alvo de reformas para aproximá-la dos “interesses sociais” (leia-se: do capital).

Duas foram as vertentes principais dessa pretensa crítica: a de que a formação deveria ser determinada pelas demandas do mercado; e a de que os conhecimentos produzidos deveriam favorecer o setor produtivo, secundarizando-se as pesquisas sem rentabilidade garantida e interesse imediato, consideradas “onerosas” aos cofres públicos. Suas razões também são claras:

[...] com pouquíssimos *global players*, o parque científico e tecnológico de nações como o Brasil passou a ser dominado pelas corporações mundiais,

²⁰ Ainda hoje, por exemplo, a USP se vale de um código disciplinar com base no Decreto nº 52.906, de 27/3/1972 (Laudo Natel, governador do Estado de São Paulo), permitindo à administração “eliminar” estudantes que contestam sua estrutura de organização e funcionamento, mostrando claramente como as instituições democráticas não devem proceder.

substitutas das antigas empresas estatais privatizadas. Com o óbvio privilégio que estas corporações dão aos investimentos de produção de conhecimento em seus países-sede, o ensino superior na periferia do capitalismo tardio tem seu papel restringido à formação da mão-de-obra qualificada – ou seja, especializa-se o *ensino* e esquece-se a *pesquisa*. Nesse cenário, o espaço para o atendimento dos interesses comerciais na educação está consagrado. (OLIVEIRA, 2004, p. 85).

Vive-se hoje um recrudescimento do conservadorismo. Em nome de garantir um ambiente propício à perenização de muitas funções privadas às quais as universidades públicas foram sendo submetidas (fundações ditas “de apoio”, convênios com empresas, contratos de terceirização, cursos pagos etc.) a onda conservadora e repressiva se espalha e, de certo modo, se *naturaliza*. As formas de controle constante sobre movimentos sociais organizados, vozes dissonantes e contestadoras, ocultam os fundamentos reais dos problemas educacionais, buscando “resolvê-los” com medidas duras. Não raro, conflitos políticos tornam-se casos de ações judiciais, de tentativa de criminalização, para não dizer do reavivamento de práticas ditatoriais: espionagem, incursões policiais e crescente militarização do espaço físico dos *campi* (cancelas, catracas, câmeras de vigilância)²¹, criando uma tendência torpe de as universidades se parecerem cada vez mais com presídios do que com locais de produção e disseminação de conhecimento.

Reafirmamos: as instituições públicas devem ter comportamento exemplar.

À guisa de conclusão, ainda que provisória...

As reformas conservadoras da educação revelam parte do processo de adequação do Brasil ao capitalismo dependente. Na fisionomia do ensino superior pós-reforma dos anos 1960 predominou crescentemente o caráter privado e privatista. Num duplo sentido: de promover um tipo de formação adequado à expansão da acumulação capitalista (formação de quadros e preparação da força de trabalho) e da transformação progressiva do ensino em serviço/mercadoria, ou seja, funcional ao capital em geral e também aos capitais investidos na área da educação, em especial do ensino superior. Isso teria sido realizado com o aval do conjunto da sociedade?

A expansão privatizante do ensino, fomentada como projeto oficial do governo brasileiro no contexto da ditadura, reduzia o potencial de induzir transformações sociais via educação, criado pelo próprio desenvolvimento capitalista. No limite, inviabilizou-se o próprio projeto de desenvolvimento capitalista autônomo atribuído a certos círculos das cúpulas

²¹ A maior parte também decorre de contratos (terceirizações) com a iniciativa privada.

militares. Foi também uma expansão “flexível”, que estimulou a expansão privada do ensino superior e a concentração da oferta nas áreas consideradas mais interessantes do ponto de vista econômico.

A política educacional implantada durante a ditadura impediu que a educação superior se integrasse com a educação básica e as demais etapas do ensino. E que, assim, pudesse se aproximar daquilo que se reivindicou nos anos 1960 como sendo a “universidade necessária” (Cf. MINTO, 2011, p. 199). Além disso, deu-se um novo sentido – não restrito à orientação jurídico-formal – para a privatização: *privatizar* passou a denotar uma forma de (re) organização permanente do ensino superior nas condições do novo padrão de acumulação capitalista pós-crise dos anos 1960/1970; não se trata apenas da propriedade e do controle administrativo das IES nas mãos do setor privado, mas sim da progressiva penetração da lógica privada em todas as atividades desse nível de ensino. Isso permite que a hegemonia exercida pelo grande capital nacional e internacional também predomine, via “liberalização”, no ensino superior, que se abre para as “forças do mercado”, como comercialização de *serviços* (educação-mercadoria), e para as “forças da acumulação de capital” (mercadoria-educação)²². Nos anos 1990 e 2000 esse novo sentido seria elevado ao seu limite.

No que se refere ao caráter estratégico da produção científica nacional, a universidade perdeu duplamente:

A universidade reformada na perspectiva *usaidiana* deixa de ser essencialmente “coordenadora” passando a ser “ordenadora”, subordinando a atividade intelectual à realidade institucional: agora é a realidade institucional que normatiza a atividade intelectual, conformando um perfil único de pesquisador (LEHER, 2005, p. 138).

O perfil de pesquisador criado pela universidade reformada passou a estar submetido a regras pretensamente acadêmicas, mas não propriamente às necessidades das maiorias sociais. Quando tais regras são ditadas num contexto de repressão dos interesses populares e da perspectiva de um desenvolvimento nacional autônomo, a institucionalidade criada no ensino superior atua no sentido de favorecer os interesses dominantes na sociedade brasileira, ou seja, dos poucos setores de classe que predominaram durante a ditadura e que predominam até os dias atuais.

Os critérios vigentes para a avaliação dos programas de pós-graduação no país, consolidados a partir do final dos anos 1990, denotam uma exacerbação desse processo,

²² Os termos educação-mercadoria e mercadoria-educação são usados por Rodrigues (2007).

haja vista sua lógica quantitativista. Esta induz produtivismo acadêmico²³: os programas são instados a “produzir resultados”, gerando práticas auto-orientadas e pesquisas de relevância eventualmente duvidosa, representando uma perda de autonomia ainda maior das universidades no que se refere às atividades de pesquisa.

Diante dessa herança conservadora e da atual tendência à mercantilização – agravada pela entrada das IES particulares nas bolsas de valores e por práticas como a dos fundos privados de captação de recursos (*endowments*) nas IES públicas – e de sufocamento dos conflitos nas universidades, cabe refletir seriamente sobre a questão: o ensino superior que está sendo forjado corresponde aos anseios da sociedade brasileira? Parece-nos que não, mas as IES precisam discutir essa questão.

Para que cumpram um papel emancipador, é preciso propiciar condições às IES: recursos adequados, pessoal bem formado, autonomia. Indivíduos com formação crítica podem tornar-se protagonistas de sua própria história, individual e coletiva. A pesquisa precisa ser patrocinada e não pode ser submetida a: retornos rápidos, encurtamento dos prazos de formação na graduação e na pós-graduação, enxugamento curricular, submissão aos interesses do mercado e do *tempo* da lucratividade das empresas. Duas características são essenciais à pesquisa: ser autônoma e procurar ter referência no social.

Numa era em que o saber torna-se cada vez mais fluido e fragmentado em todas as áreas, formar profissionais capazes de formular perguntas e respostas originais, antes de ser uma demanda do mundo em que se vive, é uma necessidade da sociedade que se almeja construir. Conhecimentos apenas adaptados a ritmos e forças do mundo atual não bastam. É preciso construir o futuro, fazendo prevalecer o interesse público – sempre. O Estado e o governo brasileiro têm contribuído para isto?

Não é isso que temos visto. A recente greve dos servidores federais na área da educação pode ser tomada como exemplo duplo: 1) de descaso administrativo, que levou a situação a chegar a limites intoleráveis (no caso, a proposta do governo desestruturou a carreira, descaracterizou o regime de trabalho de dedicação exclusiva, feriu a autonomia universitária e sinalizou a retirada de direitos expressos em legislação anterior)²⁴; e 2) de resistência dos trabalhadores organizados em contraposição a situações adversas, o que mostra a possibilidade de construir alternativas às políticas em vigor. É possível resistir.

²³ Segundo Sguissardi e Silva Jr. (2009, p. 46), o “modelo Capes” de avaliação, somado aos critérios de financiamento à pesquisa das agências de fomento (a própria Capes, o CNPq, Fapesp, entre outras) facilitaram a difusão do produtivismo como *ethos* do trabalho docente nas IES públicas, funcionando também como uma espécie de pólo irradiador das reformas recentes no ensino superior. Acrescentam, ainda, que este modelo vem dotando o professor de uma “sociabilidade produtiva”, que é “a nova forma de ser do professor-pesquisador e do cidadão que, com as formas atualizadas de exploração da mais-valia relativa e absoluta, leva o professor-pesquisador à exaustão por vontade própria.” (*idem*, p. 47).

²⁴ Decreto nº 94.664, de 23/07/1987 (PUCRCE). Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10/04/1987.

É urgente reverter o retrocesso que tem significado, em muitos sentidos, a manutenção do modelo adotado desde a ditadura civil-militar para a educação superior no Brasil e que tem vigorado na atualidade. Assim como é imperioso intervir no novo Plano Nacional de Educação ora em tramitação no Senado Federal. O momento é bastante propício, mas é importante lembrar que *organização coletiva* e *intervenção sistemática* são posturas-chave nesse processo. Mãos à obra!

Referências bibliográficas

BRASIL. MEC. INEP. **Ensino superior**: coletânea de legislação básica. Rio de Janeiro, 1969.

BRUNO, Isabelle. **Por que o preço das universidades dispara em todo o mundo?** Le Monde Diplomatique Brasil n° 62, p. 31-32. Disponível em: <www.diplomatique.org.br>. Acesso em: 31 out. 2012.

CHAVES, Vera L. C. **Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação de oligopólios**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 111: 481-500, abr.-jun. 2010.

CORREIA, Ciro T. **A apropriação privada da universidade pública: as fundações privadas ditas de apoio**. In: RAMPINELLI, W. e OURIQUES, N. (Org.). Crítica à razão acadêmica – reflexão sobre a universidade contemporânea. Florianópolis, SC: Editora insular, 2011, p. 109-135.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1977.

FONSECA, Gondin da. **Jango fala à nação**. São Paulo: Editora Fulgor, 1963, Coleção “Universidade do povo”.

LEHER, Roberto. **Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente**. In: FÁVERO, O. (Org.) Democracia e educação em Florestan Fernandes. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: EdUFF, 2005, p. 211-245.

MINTO, César; MINTO, Lalo. **Incrível retrocesso na educação superior**. Le Monde Diplomatique Brasil n° 63, p. 25-26. Disponível em: <www.diplomatique.org.br>.

MINTO, Lalo W. **A educação da “miséria”: particularidade capitalista e educação superior no Brasil.** Tese (Doutorado em Educação). Campinas, SP: Faculdade de Educação da Unicamp, 2011.

OLIVEIRA, Marcos M. de. **Ciência e tecnologia no governo Lula: a inovação do mesmo.** In: NEVES, L. (org.). Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004, p. 73-89.

OLIVEIRA, Romualdo P. **A transformação da educação em mercadoria no Brasil.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 30, n. 108: 739-60. Out. 2009.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR., João dos R. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico.** São Paulo: Xamã, 2009. p. 27-62.

Os catedráticos da USP e o governador Jânio Quadros

Lidiane S. Rodrigues¹

Resumo: O artigo procura realçar dimensões da disputa por autonomia universitária, recuperando a experiência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) entre 1934-1970. Apostando na perspectiva segundo a qual autonomia universitária é resultado de uma produção social, irreduzível a um conjunto de leis e decretos dos poderes executivos, o presente artigo flagra a dinâmica do conflito estabelecido entre professores catedráticos desta instituição com Jânio Quadros, na qualidade de governador do estado de São Paulo, em meados dos anos 1950.

Palavras-chave: Autonomia universitária; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP); Jânio Quadros.

Abstract: The article attentive to dimensions of competition for university autonomy, recovering the experience of the Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), between 1934-1970. Investing in perspective according to which university autonomy is a result of social production, irreducible to a set of laws and decrees of the executive powers, this article catches the dynamics of the conflict between established professors of this institution with Quadros, governor of São Paulo, in the mid-1950s.

Keywords: University autonomy, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP); Jânio Quadros.

Introdução

Apostando na perspectiva segundo a qual autonomia universitária é resultado de uma produção social, irreduzível a um conjunto de leis e decretos dos poderes executivos, o presente artigo flagra a dinâmica de um conflito estabelecido entre professores catedráticos da Universidade de São Paulo com Jânio Quadros, na qualidade de governador do estado de São Paulo, em meados dos anos 1950.

São numerosos os indicadores que se pode adotar, de modo combinado, para aquilatar a estabilidade de uma instituição universitária e o expoente de sua autonomia relativa: sede e edifícios próprios; estruturação de poder interno com princípios imanentes de estabelecimento de hierarquia, instâncias em exercício regular deste poder (Conselhos, Congregações, Comissões); capacidade de refração da intervenção externa em assuntos científicos, administrativos e financeiros; modelos definidos de excelência docente e discente, acompanhados do perfil que a caracteriza - profissões técnicas, áreas humanísticas, ensino e/ou pesquisa; produção de seus próprios quadros. Embora não seja a única instituição a ofertar tal suporte, pode-se afirmar que as universidades estejam a

¹ Doutora em História Social - FFLCH-USP (e-mail para contato: lidianesrgues@gmail.com).

serviço da constituição de uma “comunidade científica” das áreas que as constitui. Adotando uma definição operacional, para o propósito presente, “podemos afirmar que cientistas são aquelas pessoas que têm como grupo de referência seus colegas de profissão e que este grupo de referência forma uma comunidade, a comunidade científica” (SCHWARTZMAN, 1979, p. 14).

A Universidade de São Paulo pode ser entendida como experimento institucional bem sucedido, considerando-se quaisquer dos indicadores acima sugeridos (MOTOYAMA, 2006, p. 17) – incluindo aí o estabelecimento de uma “comunidade científica”, em diversas áreas e com capacidade de ramificação em constructos posteriores, notadamente a Unesp e a Unicamp, como poderia atestar uma prosopografia das primeiras gerações de seus professores (CORRÊA, 2006; GOMES, 2006; SOARES, 2008). As numerosas publicações por ocasião de efemérides celebram-no, produzindo farto material para a pesquisa do gerenciamento simbólico da história institucional. Se ela é matricial no estabelecimento do sistema universitário paulista, seu itinerário não é constituído por uma história linear ou contínua de sucesso na direção da estabilidade e autonomia institucionais.

Projeto e prática

Aos 25 de janeiro de 1934, por meio do decreto estadual nº 6283, Armando Salles Oliveira, interventor federal, valendo-se de suas atribuições, criou a Universidade de São Paulo. Ela nascia, efetivamente, da “efervescência cultural e ideológica da década de 20 e se nutriu do esforço de renovação pedagógica”, tendo como expoentes Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Casassanta e muitos outros (SCHWARTZMAN, 1979, p. 191). Não se dissociava da diferenciação interna às elites paulistanas, anos antes, cindidas entre o Partido republicano Paulista e o Partido Democrático (MICELI, 2001; LIMONGI, 2001; PRADO 1986). O exame minucioso dos textos de combate desse setor ilustrado, cujos valores traduzem-se na ideia de “comunhão paulista” assinala o perfil liberal que presidia as expectativas de compensação no investimento cultural empreendido (CARDOSO, 1982; SILVA, 1999). A criação formal da instituição é catalisada pela derrota sofrida por São Paulo na “revolução constitucionalista de 1932” (SANTOS, MOTA, 2010). Com efeito, os móveis dos educadores e dos mentores, naturalmente, encarnados em cada agente de modos diferenciados, ficaram documentados no discurso de paraninfo de Júlio de Mesquita Filho, dirigido à primeira turma de formandos da FFCL, no que se refira à formação das elites supostamente desinteressadas, no que se refira à recuperação da centralidade de São Paulo e no que se refira à inovação institucional que encampavam:

É dessa escassa trilogia [Direito, Medicina, Engenharia], em que até aqui se resumiu todo o nosso chamado ensino superior, que se devia valer a nação, para procurar atender às prodigiosas dificuldades com que sempre lutou. Em cento e vinte anos de vida politicamente independente, foi tudo quanto os responsáveis pelos nossos destinos se julgaram na obrigação de realizar no terreno da cultura...” (...) “[A FFCL] surgia, assim, como o molde indispensável onde se fundiriam os futuros modeladores da juventude nacional. Nela se formariam os espíritos em condições de criar e praticar uma doutrina educativa que tivesse em vista, acima de tudo, como queria um grande espírito francês, assegurar a seleção de capacidades, alevantar, no verdadeiro sentido da palavra, todos os espíritos, só pensar naquilo que moraliza, que não traz lucro imediato, que leva o olhar a fixar-se alto e longe (MESQUITA FILHO, 1937, p. 200, p. 204).

Em que se pese o sentido das celebrações e discursos nelas ostentados, como peça de combate, em particular no nascedouro das instituições (BONTEMPI JR., 2008) é correto que a viabilização das atividades seguiu rumos imprevistos dos que se encontram aí proclamados. Já foi advertido o quão “temerário” pode redundar o procedimento de “tentar reconstituir um sentido último para a instituição com base nos álibis com que [se] justifica [no] manifesto ou programa de lançamento” (MICELE, 2001, p. 18). A atenção redobrada e minuciosa das práticas assinala que o andamento da instituição, em particular da FFCL-USP, deu-se no desencontro entre os propósitos da elite política mentora e as clientelas que passaram a compor o quadro discente. Ficasse a vida universitária à mercê dos ímpetus da elite, o perfil festivo das aulas e palestras não teriam redundado nas concepções de trabalho intelectual rotinizado, que ganharam corpo quando as classes médias, ligando a ele suas chances de remediação social, adentraram o espaço em tela (LIMONGI, 2001).

O processo de conquista de certo expoente de autonomia não é plenamente inteligível, se considerados apenas os propósitos inaugurais e repostos simbolicamente em solenidades. Como fica patente, a autonomia para os mentores diria mais respeito a São Paulo em relação ao restante da federação do que a Universidade, com relação aos poderes concorrentes do Estado, da política partidária, da Igreja e do mercado. Como observou Franklin Leopoldo e Silva, trata-se de compreender os embates como um “jogo entre poderes”, por meio do qual talvez tenha sido modelado “o perfil da universidade, na sua estrutura e organização, segundo padrões diversos da hierarquia eclesiástica e civil”. Tratam-se de episódios pródigos, pois é nesse conflito que “se revela a *finalidade* e o *caráter específico* da instituição, que se expressarão posteriormente nas reivindicações de autonomia como condição essencial de sua própria existência”. Entendendo, como quer o autor, que a autonomia “não elimina a tensão entre a universidade e o seu contexto (religioso, estatal, social), porque o caráter *politicamente peculiar* do exercício da *liberdade*

acadêmica leva inevitavelmente a conflitos” (SILVA, 2005, p. 89), acompanhar os indicadores sugeridos anteriormente, no percurso da FFCL-USP, oferta interesse para esta exposição.

No que se refere à sede e edifício próprios, para dar início às atividades, ela tomou de empréstimo as dependências da Faculdade de Medicina e da Escola Politécnica. Eram sete cursos, a saber: Química; Ciências (Biologia, Botânica, Mineralogia, Paleontologia e Zoologia); Geografia e História, Ciências Sociais, Letras; Matemática e Física. Ernesto de Souza Campos, nomeado diretor, em 1937, foi o responsável por instalar parte das seções da FFCL no antigo solar do Dr. José Cássio de Macedo Soares, na rua Consolação, nº 76. O edifício logo seria demolido para que se iniciassem as obras da Biblioteca Municipal. Não apenas itinerante, a faculdade tem um percurso de fragmentação de seus cursos por espaços da zona centro-oeste da capital. Assim, em dezembro de 1937, as seções de História Natural (Biologia, Botânica, Mineralogia, Paleontologia e Zoologia) mudam-se para o Palacete Jorge Street, esquina da Alameda Gleite com a Rua Guaianases; a Química se uniria a elas apenas em 1939. Já Matemática e Física, ao saírem da Escola Politécnica, instalaram-se numa casa da Avenida Tiradentes. Os cursos de Letras, Filosofia, Geografia e História instalaram-se no terceiro pavimento da Escola Caetano de Campos, na praça da República. Aí se localizavam também Administração e Biblioteca. Apenas depois de quinze anos de nomadismo, a FFCL-USP se estabeleceu no edifício da Rua Maria Antônia. Vale atentar: ainda assim, nem todos os seus cursos se concentravam ali (FFCL-FFLCH-USP, 2003, p. 10-13). O fim o Estado Novo foi marcado pela nova Lei de Diretrizes e Bases (XAVIER, 1999; CUNHA, 2007), pela regulamentação de novos cursos e essas rotações incidiram sobre a FFCL. Num perímetro expandido, a Vila Buarque se transformava num bairro universitário, tendo ao centro o prédio da Maria Antônia, e nos arredores os cursos de Arquitetura e Ciências Econômicas e Administrativas, recém criados. Os conflitos com os estudantes do Mackenzie, em meio à radicalização política de 1964-1969, a invasão policial e o incêndio do edifício levam à saída mal coordenada das instalações para a Cidade Universitária (SILVA, 2005, p. 91). A transferência para o *campus* Butantã ocorre sem que se tenha concluído sua construção, a locomoção em seu interior é comprometida, as instalações precárias, o transporte, da biblioteca e da documentação administrativa – como tudo que se seguiu ao incêndio da Maria Antônia – improvisado. A cidade abrigava mal seu corpo docente e discente, aulas eram ministradas em “barracões” e, por vezes, inviabilizadas – fosse pela acústica, temperatura ou chuva. Ao longo do tempo, a sociabilidade de antanho, cujo epicentro era o “saguão da Maria Antônia” era substituída pela atomização dos cursos e pela segregação da cidade (MAGNANI, 2005). Vale, contudo,

não perder de vista que a construção do *campus* estava prevista desde 1934, e por décadas alentou-se a “concepção romântica”, da “criação de um espaço que mantivesse, na cidade, as características de uma vida suburbana, onde paz e tranquilidade pudessem estar presentes, de forma a estimular a produção do saber” (CPC, 2005, p. 143). Não sendo recente, a demanda por uma Cidade Universitária não realizava as expectativas de valorização das tarefas universitárias, representada por espaço próprio, reservado a elas – como era a expectativa geral.

No que se refira à estruturação de poder interno, já foi notado que ele traduziu o arranjo mal costurado entre a nova escola e as escolas profissionais e tradicionais. Assim, a FFCL, tida no projeto da “comunhão paulista” como *alma mater* (CARDOSO, 1982), teve suas possibilidades de intervenção nas instâncias de poder institucional limitadas, de modo que reitoria e conselho universitário contaram sempre com o peso mais decisivo de representantes da Medicina, do Direito e da Engenharia (SILVA, 1999). Até que conseguisse estabelecer sua própria Congregação, ficou refém, em numerosas ocasiões, da composição de membros destas escolas naquelas instâncias. Conquistada a Congregação – o que implicava número de catedráticos efetivos difícil de alcançar em pouco tempo –, custou a ter poder de intervenção, como o episódio a seguir ilustra.

De todo modo, essas linhas de força encontram alguma coordenação no início dos anos 1950. A ida para a Maria Antônia, a conquista da Congregação e seus primeiros embates pela afirmação de sua autoridade, a primeira geração de catedráticos brasileiros, ascendendo com o retorno definitivo dos missionários franceses – são indícios de que a instituição se estabilizava. O orgulho indisfarçável de tomar parte nesse processo permeou os agentes. Em aulas inaugurais, tornava-se comum ostentá-lo: “minha presença, hoje, nesta tribuna (...) explica-se, unicamente, pela circunstância casual de ser eu o mais novo dos professores catedráticos de nossa Faculdade” (AZEVEDO, 1946, p. 133); “o professor (...) que vos fala neste momento, aqui se encontra apenas em virtude de uma praxe que já se tornou tradição nesta Faculdade: é ao professor catedrático mais novo que ainda não proferiu sua aula inaugural, que cabe ministrá-la” (PAULA, 1949, p. 157).

A ciência de que, “além de seus eventuais produtos, a atividade científica, em qualquer país, está intimamente relacionada com seu sistema educacional” implica ponderar as “possibilidades de mobilidade social de determinados grupos”, assim como os valores que acompanham grandes processos de transformação economia e social pelos quais o país, porventura, passe” (SCHWARTZMAN, 1979, p. 24). Por este motivo, importa surpreender alguns agentes de um conflito em torno da autonomia universitária. As modalidades de enfrentamento dos mesmos não se desvencilha da fase da carreira em que

se encontram, do feitio de suas disciplinas, do itinerário anterior e das apostas profissionais associadas ao embate. A convergência desses esforços múltiplos e diferenciados concorreu para desfecho relativamente bem sucedido de conjunto e para delimitar o espaço de atuação da política institucional de algumas cátedras da FFCL-USP.

Crônica para uma questão

Durante o governo de Jânio Quadros (1955-1959) numerosas querelas foram estabelecidas em torno do orçamento destinado ao ensino universitário. Na linha de frente de uma delas, estavam Mário Schenberg, João Cruz Costa, Eurípedes Simões de Paula e Florestan Fernandes. Eles protagonizaram conflitos característicos da disputa da FFCL-USP por espaço no interior da universidade, premida, por um lado, pelo governador, e, por outro, pelo Conselho Universitário (Co), dominado pelas escolas tradicionais, suas rivais. Ensejando a assertiva segundo a qual “o desenvolvimento de uma ‘cultura de autonomia universitária’”, tipicamente uspiana, foi forjada ao longo de décadas, suporte sem o qual não se alcançaria “resultados acadêmicos expressivos” (RANIERI, 2005, p. 12), é possível reconstituir esses conflitos, ligando-os à tal conquista e colocando em relevo disputas políticas na base do processo de “racionalização da produção do conhecimento”, cristalizada na instituição em tela e “acoplada a um tecido social que marchava em sentido análogo” (ARRUDA, 2001, p.196).

Florestan Fernandes assume a regência da cadeira de Sociologia I, deixada por Roger Bastide que retornara à França, no ano letivo em que Jânio Quadros assume o governo do Estado de São Paulo. Os colaboradores da cadeira já tinham sido escolhidos em meio à pesquisa sobre relações raciais em São Paulo, sob o patrocínio da Unesco – o destaque de alguns alunos chamava a atenção de Bastide e Florestan. Alguns deles já trabalhavam com o sociólogo, como pesquisadores e professores auxiliares. Assim, Florestan Fernandes indicou Marialice Mencarini Foracchi para auxiliar de ensino, a fim de ocupar a vaga de Fernando Henrique Cardoso, que ele havia nomeado como primeiro assistente. O pedido foi negado.

Florestan Fernandes afirma ter recebido a denegação “com ânimo compreensivo”, acreditando que “a decisão de Vossa Excelência procura atender, com certeza a necessidades mais complexas”. Contudo, lamenta as “consequências, tanto no que respeita à perda assim sofrida pelo pessoal regularmente remunerado da Cadeira, quanto no que concerne aos prejuízos da carreira científica de uma candidata de grande valor intelectual e moral” (FERNANDES, 1977b). E redige um “Relatório sobre a situação do ensino de

Ciências Sociais na Universidade de São Paulo”, tornando-o público, após dirigi-lo ao governador.

Já Mário Schenberg, não recebeu com “ânimo” tão “compreensivo” a lentidão da resposta para a contratação de César Lattes. Pudera. Engenheiro eletricitista formado, aos 21 anos, pela Escola Politécnica (1935) e no ano seguinte em Ciências Matemáticas pela FFCL, ele já tinha sido assistente de Gleb Wataghin na USP; estagiado no Instituto de Física de Roma e na Universidade de Zurique (1938); trabalhado com George Gamow, com bolsa da fundação Guggenheim (1940); estagiado no Instituto de Estudos Avançados de Princeton e no Observatório Astronômico de Yerkes (1940-1942) e trabalhado no Centro de Pesquisas Nucleares da Universidade de Bruxelas (1947-1953). Era, desde 1944, catedrático de mecânica racional, celeste e superior e, nesta ocasião, diretor do departamento de Física (SCHENBERG, 1978). Pediu afastamento sem vencimentos, por dois anos, acusando a USP de descompromissada e decadente em termos de ensino e pesquisa. Em sessão convocada para discutir especialmente o caso, e sua repercussão pública, realizada em 12 de outubro de 1956, o reitor tenta defender a USP, ponto por ponto, contra as alegações do catedrático (RANIERI, 2005, p. 136).

Insuspeitos de solidariedade com Jânio Quadros, eram reitor e vice-reitor, respectivamente, Alípio Corrêa Neto, da Faculdade de Medicina e presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e Eurípedes Simões de Paula, diretor da FFCL-USP, catedrático de História da Civilização Antiga e Medieval. Àquela altura, o primeiro ensaiava demissão, pois o PSB tinha rompido relações com Jânio (RANIERI, 2005, p. 136; HECKER, 1998).

Dando-se por rogado, o governador responde com uma carta endereçada ao reitor, lida na sessão seguinte do Conselho Universitário (Co). Indispondo-se com o reitor e com Schenberg, afirma que “não serão toleradas manifestações daquela natureza”, e que está “decidido a apurar imediatamente a responsabilidade de todo servidor que faça críticas públicas à autoridade hierárquica superior” (RANIERI, 2005, p. 136). Schenberg não havia se calado: advogou publicamente a não submissão dos professores aos caprichos dos homens da política (ROMÃO, 2006, p. 99-101). Um dos Conselheiros chega a supor: “diante do ofício governamental, os professores ficam tolhidos de criticar as autoridades superiores”? O vice-reitor, Eurípedes Simões de Paula, a presidir a sessão, responde, procurando apaziguar, em seu típico tom conciliador, e passa a ler o documento produzido pela Congregação da FFCL, dirigido ao “Povo e ao Governo”, a propósito do caso de Schenberg.

A Congregação entende que o episódio “se articula numa longa sequência de outros, de origem bem anterior à atual administração. A virtude que teve foi a de desencadear

nossa ação, há muito requerida, mas por nós próprios sopitada” (CONGREGAÇÃO, 1956, p. 12-13). A tomada de posição se dá pela autonomia universitária e pela luta por condições que a viabilizem, incluindo nas reivindicações, desde a construção da Cidade Universitária até a ação do Estado com relação à garantia de mercado de trabalho para os bacharéis da FFCL-USP. Na pena dos professores da FFCL-USP, congregados: “a menos que a legislação do Estado garanta aos nossos licenciados um aproveitamento condigno, e não permita que leigos lhes façam concorrência em pé de igualdade, permaneceremos expostos a um duplo perigo: o de não atrair para nossos cursos grande número de elementos altamente aproveitáveis e o de gastar muito dinheiro com [quadros que servirão] empresas particulares” (CONGREGAÇÃO, 1956, p. 20). No que se refira ao intercâmbio político, o teor é inequívoco – a Congregação empenha em alçar-se acima de clivagens político-partidárias, demarcando aí a especificidade de sua intervenção política. “[A Congregação defende como] seu dever elementar manter-se afastada, porque acima, de toda luta político-partidária, para somente cuidar do que lhe compete: o bem e os progressos deste Instituto, juntamente com o da Universidade.” (CONGREGAÇÃO, 1956, p. 12). Aprovado unanimemente pelos membros da Congregação, levado ao Co, o Manifesto foi lido, mas não despertou entusiasmo (RANIERI, 2005, p. 137).

Jânio Quadros solicitou penalidade disciplinar a Schenberg. O reitor comunicou o pedido a Eurípedes Simões de Paula. A Congregação da FFCL instituiu uma comissão processante, composta por Fernando de Azevedo, Antônio Soares Amora e Aroldo de Azevedo, para apurar o delito funcional e a eventual penalidade. No Co, Fernando Henrique Cardoso, primeiro assistente da Cadeira de Sociologia I e representante dos ex-alunos, e Eduardo D’Oliveira França, catedrático de História da Civilização Moderna e representante da Congregação da FFCL-USP, argumentam que não se deveria julgar Schenberg sem ouvi-lo. Mas são vencidos (ROMÃO, 2006, p. 100). Antes que a comissão da Congregação realizasse seu trabalho, o Co deliberou “votar danosa moção de despreço”, “lamentando” que o físico houvesse se “afastado da ética universitária” (SCHÜTZER, 1958, p. 6).

A Congregação da FFCL reage: rechaça a nota do Co e aprova o relatório da comissão processante, que afirmava não haver delito formal que justificasse penalidade, apesar de reconhecer “alguma agressividade” nas entrevistas. Os professores da FFCL-USP entregaram para o governador o relatório que elaboraram, em mãos. Não foram, contudo, bem recebidos.

Jânio Quadros repreendeu Eurípedes Simões de Paula por ser incapaz de manter seus professores em ordem, e pediu seus cargos, de diretor da FFCL e de vice-reitor. Eurípedes devolveu-os, declarando que não importaria “restrições à liberdade de os

professores publicarem suas opiniões”; e que nenhum deles “se prestaria a servir de instrumento para a imposição das restrições recomendadas” (SCHÜTZER, 1958, p. 7). Naturalmente, seguiram-se numerosas manifestações de solidariedade a Eurípedes, valorizando sua dedicação às funções administrativas, criticando o governador. Uma delas, em particular, injuriou o governador.

Vinha de um professor “que, por coincidência, haveria de ser o mais estimado, e sempre à vanguarda, pois é ele o primeiro aluno” da FFCL-USP, “o primeiro douto”, e só poderia mesmo ser o “primeiro punido”: João Cruz Costa. Esse primogênito disse que era “leviano” da parte do governador chamar Eurípedes de incompetente (SCHÜTZER, 1958, p. 9).

Jânio lhe impõe penalidade disciplinar, por ter cometido “delito funcional”. Cruz Costa defende-se, com auxílio de Linneu de Camargo Schützer – bacharel em Direito pelo Largo São Francisco, da turma de 1953, e seu auxiliar de ensino. No “Memorial do impetrante”, elaborado por Schützer, há uma extensa discussão a respeito dos poderes envolvidos no julgamento de infrações, no que se refira a professores universitários. Tratam-se de dilemas indissociáveis da “multiplicidade e variabilidade das fontes normativas, que longe de garantirem a eficácia da legislação de ensino”, revelam ausência de clareza com relação a “medida do controle que [o Estado] exerce sobre a educação superior” – tais como o Congresso Nacional, o Presidente da República, o Ministério da Educação, o antigo Conselho Federal de Educação, o atual Conselho Nacional de Educação, os Conselhos Estaduais e Educação (RANIERI, 2005, p. 12).

Com efeito, Cruz Costa catalisou insatisfações com o governo. Os deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo em 08 de janeiro de 1958 votam uma moção: “[Jânio] trata a [Universidade] de São Paulo – orgulho dos paulistas – como um feitor ignorante e mal educado”, destituído “do belo, eficiente e altruístico espírito universitário” (SCHÜTZER, 1958, p. VIII). Meses depois, a justiça dá ganho de causa a Cruz Costa.

Os conflitos não se desvencilham da proclamada austeridade orçamentária janista: os 3,5% da receita geral do estado, destinados a USP, reduziram-se a 1,5%, entre 1953 e 1957 (SCHÜTZER, 1958, p. XI). São indissociáveis também da polêmica em torno da expansão do ensino superior para o restante do Estado, encampada pelo governador, em permanente tensão e conflito, tanto a Assembleia Legislativa quanto com a USP, cujo papel na chancela aos pedidos de instalação de faculdades ocorria por meio do Conselho Estadual de Educação (composto prioritariamente por seus professores) (CORRÊA, 2006; DIAS, 2010).

Eis aí uma necessidade tangível, suporte da defesa de que despesa com ensino e pesquisa não é gasto, mas investimento. O “Relatório sobre a situação do ensino de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo” foi elaborado por Florestan Fernandes em função das contratações, porém, discute, fundamentalmente, o aproveitamento racional dos talentos, uma das maneiras de fazer render os recursos públicos destinados ao setor. Em suas palavras: Os “jovens com reais aptidões para a carreira científica” não podem ser desperdiçados; contudo, isso exige, “naturalmente subvenções especiais para o custeio da pesquisa e manutenção dos candidatos”; “o Governo não pode pensar em economia, mas deve preparar-se, ao contrário, para aumentar de modo contínuo as dotações financeiras e as equipes de pessoal docente ou de pesquisa” (FERNANDES, 1977b, p. 101). Contudo, face à tarefa de comprimir despesas e impor sua autoridade, Jânio não se sensibiliza e, meses depois, responde: as circunstâncias “não me deixaram alternativa. Cumpri o dever no drama financeiro de São Paulo e continuarei a cumpri-lo, a qualquer custo”².

Interessa assinalar o parentesco do “Manifesto da Congregação” com o “Relatório” de Florestan Fernandes. Há um teor comum, e diz respeito ao uso racional dos recursos. Se for verdade que a cultura humanística e dita desinteressada estava no topo da hierarquia das modalidades de saber no ambiente paulistano, acioná-la, como justificativa para angariar recursos, não era factível. Esta a razão da adoção pragmática do argumento utilitário, sem eliminar a tensão dele com o valor que a cultura humanística, que vai aparecendo aqui e acolá, com dificuldade de se impor diante do enfrentamento do poder e da necessária justificativa da demanda orçamentária. A caracterização, no “Manifesto da Congregação”, de “dois aspectos da cultura” dá testemunho disso e correspondem, não por acaso, à polarização em curso entre a cadeira de Sociologia I e II, qual seja, do lado da primeira, temas ligados a superação do passado, com teor aplicado, “interessado”; e do lado da segunda, a vertente da análise da cultura, com pendor humanista e “desinteressada” (ARRUDA, 2001; PULICI, 2008; PONTES, 1998). Ora, a defesa de orçamento como investimento pressupõe virtuais possibilidades de retorno rentável ao próprio Estado. Daí a ênfase no aproveitamento dos talentos no relatório de Florestan e no “Manifesto da Congregação”, esta ambiguidade. Vale a leitura atenta: “Sem desprezar o valor das produções artísticas e literárias que, pelo contrário, cada dia mais necessárias se tornam à vida do homem civilizado, pode-se, porém, dizer que os últimos cento e cinquenta anos constituem o limiar da era científica do mundo” (CONGREGAÇÃO, 1956, p. 9-10).

Com efeito, a defesa do caráter utilitário acentua-se quando se trata de justificar gastos. No “Manifesto” afirma-se com ênfase: se “lembrarmos que o pensamento

2 Trecho de carta de Jânio Quadros, de 09/10/1956, lida na sessão do Co de 12/10/1956 (RANIERI, 2005, p. 136).

disciplinado, quando se aplica aos dados da observação, é o único fator do progresso material”, torna-se evidente que a Universidade não é “mero luxo de sociedades adiantadas e ricas, mas, pelo contrário, são de importância maior, justamente para os países materialmente ‘sub-desenvolvidos’ e pobres”; e, neles, a instituição ainda se encontra “em fase de ‘instalação’, ou seja, naquela em que a inversão de capitais necessariamente sobrepuja a sua retribuição” (CONGREGAÇÃO, 1956, p. 14). O mesmo, dito de outro modo, por Florestan Fernandes: “Todos sabem que o fomento do ensino científico e da pesquisa científica estão associados, em todos os países, à utilidade que o conhecimento científico possui no controle da natureza e do meio ambiente pelo homem”. Há outras motivações para o trabalho científico. “Entretanto, deve-se ter em conta que as dotações, públicas ou privadas (...) são concedidas, renovadas ou ampliadas porque se espera que as descobertas científicas possam aumentar o bem-estar social, o progresso da civilização e o poder das nações” (FERNANDES, 1977a, p. 85 [1957]).

Em 1959, por meio de uma comissão responsável pela produção de um “Relatório sobre as necessidades urgentes da FFCL” (composta por Florestan Fernandes; Erasmo Garcia Mendes e Walter Shützer), a Congregação se manifestava a este respeito, afirmando: a FFCL tem crescido “por influxos relacionados com o ensino ou com o aumento contínuo da população escolar”. As reformas pelas quais passou tinham por objetivo “eliminar lacunas na formação intelectual dos alunos ou melhorar as condições de seu treinamento científico”, tais como: a criação do quarto ano, do curso de especialização (em 1946), o treino prático na didática de disciplinas especiais (em 1954), o desmembramento em dois cursos diferentes do antigo curso de História e Geografia, bem como de Filosofia e Psicologia (em 1956). Entretanto, ao aumento das atividades docentes não correspondeu o aumento de pessoal estável, sobrecarregando uns e outros, rotinizando a precariedade e os arranjos provisórios. A comissão ofereceu indicadores do crescimento institucional: demanda crescente pelos cursos, intensificação da produção de teses, numerosos concursos de doutoramento, livre-docência e cátedra, colaboração regular em oito periódicos. Trata-se, porém de um “crescimento desordenado de expansão interna”, a despeito de comprovadamente a instituição ser produtiva e “dotada de grande vitalidade”. Em suma, “a ‘crise’ que vem afetando o funcionamento da FFCL deriva da falta de correspondência entre o ritmo de crescimento da população escolar, do ensino, da pesquisa ou da produção intelectual e o ritmo de crescimento dos recursos financeiros, materiais e humanos, postos regularmente à sua disposição” (COMISSÃO DA CONGREGAÇÃO, 1959, p. 5-10).

Chama atenção o desfecho favorável da querela, tanto para João Cruz Costa, absolvido, quanto para Schenberg e Florestan, cujas contratações foram conquistadas. Mas, em particular, a cadeira de Sociologia I, moveu-se com agilidade inédita amealhando aliados no governo que sucedeu Jânio Quadros.

Fernando Henrique Cardoso – que passava crescentemente a desempenhar o “poder temporal” a serviço da Cadeira, dos amigos e aliados, *pari passu* a monopolização do “poder espiritual” por Florestan Fernandes³ – fez render as vantagens da administração de Carvalho Pinto, para áreas de interesse da Sociologia I, cavou postos e recursos⁴, ampliou o raio de relações, rumo à recém instituída Fapesp, angariou e somou recursos materiais e humanos necessários ao Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit) – cuja instauração não se viabilizaria, em termos de suportes financeiro e político, sem seu capital social constituído via familiar e escolar (KEINERT, 2011; ROMÃO, 2006). Ganhava contorno institucional a maturidade intelectual de Florestan Fernandes ao consolidar seu grupo, angariando novos quadros e conferindo a feição plebeia inconfundível (ARRUDA, 2001, p. 201) – orgulhosa de si e bem distante daquela “imagem de atitude ‘desinteressada’ que alguns membros da Cadeira de Sociologia II oferecem de si mesmos, e na qual gostam de ser reconhecidos” (PULICI, 2008, p. 114).

Questão

Schenberg, Eurípedes, Cruz Costa e Florestan estiveram na ponta de lança da luta pela autonomia universitária. São evidentes, entretanto, a convergência com relação ao mesmo propósito e as maneiras por meio das quais se fazem ouvir. Com uma rede social de apoio disponível e diversificada, contando com reputação já gabaritada, Schenberg desafia frontalmente o governador. Com laços de amizade consolidados de longa data, histórico de enfrentamento conjunto que remonta à conflitos com a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, João Cruz Costa e Eurípedes Simões de Paula envolvem-se no conflito, e dele se desvencilham, em função de seus vínculos pessoais (OLIVEIRA, 2012). Outrossim, juntos, multiplicavam o apoio de amigos em comum, numa rede que ligava membros do

3 Em respeito à economia do artigo, remeto a prosopografia detalhada do recrutamento da cadeira de Sociologia I, com ênfase na estratégia seletiva de Florestan Fernandes: RODRIGUES, 2011. Para a caracterização dos poderes: BOURDIEU, 1984.

4 Instituída a Fapesp; criadas as disciplinas de sociologia rural e de teoria e, nesta esteira, o Cesit (1962), o IEB (1962) e o Ceru (1964), por mais que se bata na tecla da diferença de “projetos” que caracterizam o primeiro e o segundo (CALDEIRA, 2002), é rigorosamente impossível não atinar para a coordenação deles, tendo em vista o novelo de amizade e trabalho conjunto que os animam e os desafios que imaginavam ter de enfrentar frente a reforma universitária. Os dados parecem indicar estratégia diversificação nos centros para aquisição de financiamento, *pari passu*, as especializações disciplinares. Cf. “História social de um vencedor nato”, RODRIGUES, 2012, p. 152-173.

Exército aos juristas, cujo conhecimento “técnico” foi de muita valia em numerosos conflitos (RODRIGUES, 2012, p. 57).

Em contrapartida, o caminho do “ânimo compreensivo”, do envolvimento em Comissões e dos laboriosos relatórios, pelo qual optou Florestan Fernandes oferece contraste salutar. De origem modestíssima, destituído do capital social e simbólico que os demais desfrutavam, em meio a uma rede social rarefeita, Florestan Fernandes apostou numa calculada seleção de alunos, na distância cautelosa das bravatas encarnadas pelos outros, no encaminhamento de seu pupilo, Fernando Henrique Cardoso, para atravessar os canais de acesso às benesses da elite paulistana. Rastros e indícios irrefutáveis da ciência que parece ter da dificuldade que o isolamento poderia lhe imprimir consiste na participação em comissões, com adoção constante do papel de presidente ou redator, na profícua produção de relatórios, e, de balanços e mais balanços, cujo volume e tom são de surpreender, considerando tratar-se de um sociólogo com apenas trinta e quatro anos, movimentando-se num circuito profissional ainda acanhado. Seu caso se singulariza também por haver uma afinidade entre os argumentos racionalizantes com relação aos recursos financeiros e humanos e o modelo de prática sociológica que defende. Como sintetizou Maria Arminda do Nascimento Arruda, processa-se uma “sincronia com a racionalização da sua própria conduta”, “para contornar a crise gerada por situações motoras da marginalidade social” (ARRUDA, 2001, p. 319-320). Daí se voltar, constante, mas *cautelosa e justificadamente*, para o âmbito dos poderes federal e estadual. Inimaginável de sua parte declarações de desafio a Jânio, equivalentes às dos demais. É como se tomasse para si próprio, as tarefas de defesa da instituição, demanda que reconhece em todos, muito embora tome distância da *modalidade* de manifestação dos demais, insistindo na racionalização do uso dos recursos e na necessidade de aumento deles. A sedimentação de suas concepções sociológicas não passaram incólumes a isso. “A rotinização do saber sociológico alicerçou-se em normas fixadas ao desenvolvimento da carreira científica, traço novo e distintivo da produção disciplinar”, e Florestan Fernandes é a figura de referência neste processo, ao estabelecer, a divisa “entre reflexões consideradas rigorosas e científicas e aquelas vistas como impressionistas e arbitrárias” (ARRUDA, 2001, p. 204; p. 206). *O arbítrio que rechaçava na prática sociológica também tentava eliminar da vida institucional, no limite, inexistente quando regida por ele.* A aposta nessa modalidade de prática científica moderna tinha suporte também na defesa da organização departamental em detrimento da “liberdade catedrática”:

(...) vários professores se arrogam uma soma de liberdades e de direitos que entrava o funcionamento orgânico dos serviços da escola. Outros tantos

alunos aproveitam-se do relaxamento da disciplina para agir de maneira análoga. Tal situação não pode perdurar, se pretendemos adotar critérios racionais na programação de nossas atividades de ensino e de pesquisa. De outro lado, precisamos cuidar, expressamente, de redefinir, entre professores e alunos, os alvos e os padrões ideais do labor universitário. Corremos o risco de ver a tolerância e a complacência rebaixarem, irremediavelmente, os níveis médios de trabalho de professores e alunos. Realizadas essas três condições, será possível substituir a rotina que produziu tão maus resultados por uma autêntica *política universitária*, de fomento do bom ensino e de incentivo da investigação criadora. (...) Tende-se a (...) definir-se a liberdade dos professores em termos de um individualismo pré e antiuniversitário (FERNANDES, 1966, p. 270-272).

Vistas em contraste, as condições de acesso à cátedra, as posições mais ou menos prestigiadas, ao perfil da rede social de apoio (construída por amigos, alunos, aliados políticos, etc) parecem se articular à modalidade de reivindicação junto ao poder público. No caso em tela, a feliz convergência da diversidade dessas maneiras de reivindicar foi rentável para a instituição. Entretanto, é evidente que as operações de infiltração no governo do Estado seguinte, assim como a investida da equipe da Sociologia I nesta direção deva algo a esta experiência. As conquistas no plano do “capital científico temporal” liderada pelo grupo estão longe de ter beneficiado apenas a ele próprio. Além disso, a crônica confirma a suposição de que as concepções a respeito da “autonomia” resultem das modalidades por meio das quais a instituição logrou defender-se. O perfil social e acadêmico dos protagonistas desses combates torna-se central para tornar o processo inteligível e auscultar os conteúdos cambiantes da noção de autonomia universitária.

Referências bibliográficas

Documentação

AZEVEDO, A. “Aula inaugural” (15/03/1946). In. In. **Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. 1939-1949.** São Paulo: Seção de Publicações, 1953.

COMISSÃO DA CONGREGAÇÃO. “Relatório sobre as necessidades urgentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo”. São Paulo: Seção Gráfica da FFCL-USP, 1959.

CONGREGAÇÃO. “Problemas atuais da Universidade de São Paulo. Manifesto da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ao Povo e ao Governo”. São Paulo: Seção Gráfica da FFCL da USP, 1956.

FERNANDES, F. "A 'crise' das Ciências Sociais em São Paulo" [1957]. In. FERNANDES, F. **A Sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1977a.

_____. "Relatório sobre a situação do ensino de ciências sociais na Universidade de São Paulo", p. 100-101. Encaminhado a Jânio Quadros em 02/04/1956; publicado n' *O Estado de S. Paulo*, em 10/10/1956. In. In. FERNANDES, F. **A Sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1977b.

FFCL-FFLCH-USP. "Faculdade de Filosofia" (1934-2003).

_____. "FFCL: lições pedagógicas de uma crise de crescimento". In. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.

MESQUITA FILHO, J. "Oração de Paraninfo". In. **Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**, 1936. São Paulo: 1937.

PAULA, E. S. "Aula inaugural" (15/03/1949). In. In. **Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. 1939-1949**. São Paulo: Seção de Publicações, 1953.

RANIERI, N. B. S.; TOBA, M. M. (orgs.). **Autonomia universitária na USP: 1934-1969, vol. I**. São Paulo: Edusp, 2005.

SCHENBERG, M. **Depoimento, 1978**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

SCHÜTZER, L. C. "A crise da Universidade de São Paulo". **Memorial do impetrante**. Mandado de Segurança 86.533. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1958.

Bibliografia

ARRUDA, M.A.N. **Metrópole e cultura. São Paulo no meio do século XX**. Bauru: Edusc, 2001.

_____. "A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a 'escola paulista'". In. MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil, v. 2**. São Paulo: Sumaré, 1995.

BONTEMPI Jr., B. "As sessões solenes da Faculdade de Filosofia: rituais da comunidade intelectual uspiana". **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXIV, n. 2, dezembro 2008.

BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Paris: Minuit, 1984.

CALDEIRA, J. R. C. **IEB: origem e significados**. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CARDOSO, I. **A universidade da comunhão paulista**. São Paulo: Cortez, 1982.

CPC. Centro de Preservação Cultural da USP. **Cidades universitárias: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2005.

CORREIA, A. M. M. "Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo. Memória da criação das escolas que vieram a integrar a Unesp." In. **Unesp 30 anos**. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

CUNHA, L. A. **A universidade reformanda. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. São Paulo: Ed. Unesp, 2007, 2ª ed.

DIAS, M. T. "Unesp: criação e reforma". In. MARTINEZ, Anna Maria Corrêa. (org.). **Unesp 30 anos**. São Paulo: Unesp, 2006.

GOMES, E. **O mandarim. História da infância da Unicamp**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2006.

HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável. História da esquerda democrática em São Paulo. (1945-1965)**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

KEINERT, Fábio Cardoso. **Cientistas sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)**. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2011.

LIMONGI, F. "Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo". In.: MICELI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil, v. 1**. São Paulo: Sumaré, 2001.

MAGNANI, J. G. C. "Cidade universitária: patrimônio e identidade". In. Centro de Preservação Cultural da USP. **Cidades universitárias: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2005.

MICELI, S. "Por uma sociologia das ciências sociais". In. MICELI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil, v. 1**. São Paulo: Sumaré, 2001.

MOTOYAMA, S. "O saber na sociedade. a Universidade de São Paulo em três tempos". MOTOYAMA, S. org.). **USP 70 anos. Imagens de uma história vivida**. São Paulo: Edusp, 2006.

OLIVEIRA, F. V. **Fantasmas da tradição**: João Cruz Costa e a cultura filosófica uspiana em formação. Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2012.

PONTES, H. **Destinos mistos**: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PULICI, C. **Entre sociólogos**: versões conflitivas da "condição de sociólogo" na USP dos anos 1950-1960. São Paulo: Edusp, 2008.

PRADO, M. L. C. **A Democracia Ilustrada. O Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)**. São Paulo: Ática, 1986.

RODRIGUES, L. S. **Produção social do marxismo universitário em São Paulo**. Mestres, discípulos e 'Um Seminário'. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 2012.

_____. "O Capital entre um mestre e um discípulo". Anpuh, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300756360_ARQUIVO_EntreMestreeDiscipulos-TextoAnpuh2011.pdf

ROMÃO, W. M. **A experiência do Cesit: sociologia e política acadêmica nos anos 1960**. São Paulo: Humanitas, 2006

SCHWARTZMAN, S. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional / FINEP, 1979.

SANTOS, M. C.; MOTA, A. **São Paulo 1932. Memória, mito e identidade**. São Paulo: Alameda, 2010.

SILVA, F. L. "Universidade, cidade, cidadania". In. Centro de Preservação Cultural da USP. **Cidades universitárias**: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2005.

_____. "A experiência universitária entre dois liberalismos". **Tempo Social**, v. 11, n. 1, 1999.

SOARES, A. G. T. (org.). **O conceito de universidade no projeto da Unicamp / Fausto Castilho**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2008.

XAVIER, Libânia Nacif. **O Brasil como laboratório. Educação e ciências sociais no projeto do centro de pesquisas educacionais.** Bragança Paulista: IFAN/CDAPH, EDUSF, 1999.

Sobre o anonimato dos pareceres nas instituições públicas de fomento à pesquisa: a erradicação necessária de uma instituição arcaica.

Uma experiência de uso das ferramentas da Lei 12527 (Lei de Acesso à Informação Pública)

Raúl Burgos¹

Resumo: O artigo pretende discutir a vigência da instituição do anonimato dos assessores *ad hoc* em processo de solicitação de financiamento nas *entidades públicas de fomento à pesquisa* no novo tempo inaugurado, em 16 de maio de 2012, pela entrada em vigor da Lei 12527, conhecida como Lei de Acesso à Informação Pública. A partir de uma experiência concreta de solicitação de acesso à informação, tentaremos mostrar como a manutenção desta instituição arcaica é incompatível com o novo momento e apontar para alternativas de teor republicano na configuração do novo formato dos processos de avaliação que, necessariamente, deverão se configurar nas instituições públicas.

Palavras-chave: Lei de Acesso a Informação Pública (Lei 12527), revisão por pares anônimos, instituições públicas de fomento à pesquisa.

Abstract: The article intends to discuss the legitimacy of anonymity's implementation of *ad hoc* assessors in process of fund request in the public entities of research promotion in new era, started in May 16 2012, through the new Law n. 12527, known as Public Information Access Law. From a concrete experience of information access request, we will try to show how the maintenance of this archaic institution is incompatible nowadays and point out to alternatives of republican content in the new configuration format of evaluation that, necessarily, must be applied in the public institutions.

Keywords: Public Information Access Law (Law n. 12527), anonymous peer review, public institutions of research promotion.

A análise de mérito acadêmico apontou ausência de contribuição original no trabalho a ser apresentado (...). O autor se limita a listar um conjunto de princípios tão gerais que pouco diferem das palavras de ordem tradicionais dessa tradição teórica. [Autor Anônimo – ou parecerista oculto no anonimato do sistema. Parecer para Processo CAPES AEX 4985/12-5 Brasília, 5 de Junho de 2012]

O modelo de avaliação por pares adotado pelas agências públicas de apoio e fomento à pesquisa no Brasil, caracterizado pelo anonimato dos assessores *ad hoc* (pareceristas) *pode* ter seus dias contados partir de entrada em vigor da Lei 12527, conhecida como Lei de Acesso à Informação Pública (LAI). Veja-se que digo “pode”, porque seguramente, esta consequência inesperada da LAI deverá ter contestação por parte das agências que resistem duramente à mudança do atual sistema de avaliação por pares.

¹ Professor no Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Pretendo argumentar neste artigo a favor da mudança do sistema, adequando seu formato à LAI.

O sistema de avaliação atual tem sido alvo de inúmeras críticas fundadas, principalmente, no fato de que o sistema de assessores anônimos² abre a possibilidade de diversos tipos de arbitrariedades. Por exemplo, sem a intenção de ser exaustivos nas *possibilidades* do sistema:

- a) O parecerista, de posse do currículo do solicitante pode castigá-lo ou favorecê-lo por razões de afinidades ou divergências teóricas, ou por simpatias ou desavenças pessoais.
- b) O parecerista pode castigar ou favorecer certos projetos por razões de concorrências pelas sempre escassas verbas públicas: direcionar os recursos para seu próprio grupo ou grupos afins impedindo o acesso os recursos aos grupos concorrentes, alheios a seu entorno. Isto poderia levar à criação de redes de favorecimentos e “desfavorecimentos” em relação aos recursos públicos³.
- c) O parecerista, pertencente necessariamente a uma corrente de pensamento, se encontra com o poder de julgar não apenas a qualidade técnica de uma proposta, mas a *pertinência* de uma determinada temática, a *cientificidade* de uma abordagem ou ainda a *vitalidade* de uma corrente de pensamento, favorecendo sua própria orientação teórica ou obstaculizando (ao ponto de abolir por inanição) as tendências contrárias.

Sustento a *hipótese* de que este tenha sido o caso em relação às propostas inseridas no campo do pensamento marxista nos últimos 20 anos, especialmente na área de estudos vinculada à Ciência Política, mas, é claro, possivelmente seja válido para diversas correntes de pensamento em diversas áreas, tanto das ciências humanas quanto das ciências naturais ou exatas.

Contudo, poder colocar esta hipótese em contraste com a experiência empírica é impossível no atual sistema de avaliação, como mostraremos. Este fato evidencia o ponto nevrálgico do sistema e a impossibilidade de continuar do modo em que está configurado.

Uma experiência de uso da Lei de Acesso à Informação Pública

No texto da epígrafe deste artigo, o trabalho a que faz referência o parecerista anônimo é uma versão preliminar do artigo de minha autoria denominado “Para una teoría integral de la hegemonía. Una contribución a partir de la experiencia latinoamericana”; a

² Como veremos mais adiante os defensores do sistema afirmam que não se trata de “anonimato” devido ao fato de que alguns funcionários conhecem a identidade dos pareceristas, não sendo, portanto anônimo para as autoridades do sistema.

³ Neste sentido, por exemplo, tem sido denunciado o favorecimento mútuo de núcleos de pesquisa. A esta prática se somaria aquela de autorias coletivas de artigos com o objetivo de inchar currículos de modo de atingir *quantum* de produtividade dos pesquisadores vinculados aos grupos, etc.

tradição à qual o assessor *ad hoc* se refere como “uma coleção de palavras de ordem”, é a tradição marxista. Vejamos o parecer completo.

A análise de mérito acadêmico apontou ausência de contribuição original no trabalho a ser apresentado. Na realidade, seu *paper* quer convencer, ainda que sem muitos argumentos factuais, que “Nadie entre los ‘clásicos’ del socialismo avanzó tanto en la elaboración de esta concepción histórico-crítica más que Gramsci”. As referências citadas no *paper* igualmente não trazem nada de novo a essa antiga discussão entre marxistas.

Na parte final do *paper*, quando se trata de efetivamente discutir a possibilidade de construção do socialismo “a partir de la experiencia latinoamericana”, o autor se limita a listar um conjunto de princípios tão gerais que pouco diferem das palavras de ordem tradicionais dessa tradição teórica. Fica frustrada assim a promessa contida no título do *paper*.

Considerando, ainda, que o CV do candidato não apresenta produção regular em periódicos Qualis (total de seis artigos, apenas um Qualis), não se recomenda a concessão do auxílio. (BRASIL, Parecer do Processo CAPES AEX 4985/12-5, 2012).

O parecer em questão é relativo a um pedido para a CAPES se pronunciar sobre o mérito de um trabalho aprovado para ser apresentado no último congresso da International Political Science Association – IPSA, realizado em Madri, em julho de 2012. Devido à negativa da Capes, o trabalho não pode ser apresentado no Congresso; não obstante, foi aceito pouco tempo depois para sua publicação numa prestigiosa revista argentina, *Realidad Económica*, que imediatamente o colocou no seu sítio e pôde ser consultado a partir de 30 de agosto de 2012, no endereço <http://www.iade.org.ar/modules/noticias/article.php?storyid=3936>⁴.

Contudo, o que revolta neste caso não é o fato do parecerista ter rejeitado o mérito do trabalho, já que de fato, por imperdoável descuido do autor, foi enviada para avaliação uma versão preliminar do trabalho. Embora pudesse pensar-se que o parecerista possivelmente teria sido mais compassivo se o trabalho fosse de um colega da sua rede, não surpreende um parecer negativo. O que torna o parecer um manifesto contra o sistema atual de avaliação são dois elementos de gravidade evidente: a) embora o assessor pudesse ter optado, por exemplo, por indicar a falta de qualidade do artigo com certa “neutralidade axiológica” (no limite, se quisesse ser grosseiro de outra maneira que a exposta, poderia dizer simplesmente “o trabalho é imprestável”) com a qual a situação seria encerrada, a situação de anonimato e o preconceito (não posso afirmar em que ordem) o levaram irresistivelmente a investir contra o paradigma teórico, o qual não passaria de uma coleção de “palavras de ordem”; b) o segundo elemento é de uma ordem de gravidade mais

⁴ A versão em papel do artigo será publicada em dois números sucessivos da revista *Realidad Económica* de próxima aparição.

alarmante e o expressarei de uma forma retórica mais forte: como é possível que a CAPES, envie a um membro da comunidade acadêmica um documento público assinado embaixo por esta instituição pública, com uma afirmação desse teor contra uma das correntes teóricas legítimas das Ciências Sociais? Não sei explicar as razões de tal desmesura, mas é mais do que evidente que há algo de podre no reino do anonimato que não pode perdurar.

O teor manifestamente antimarxista do parecer da CAPES de junho de 2012, necessariamente me lembraria de um outro parecer, de similar teor, de quase exatos 20 anos atrás, proferido pela FAPESP. Naquela ocasião, a solicitação era dirigida à obtenção de uma bolsa de mestrado, mediante um projeto intitulado "Gramsci como pretexto: para pensar a emergência e o fundamento teórico das novas estratégias de transformação social na América Latina: os casos do PT e da FMLN". Vejamos o parecer:

A bibliografia apresentada, quase toda de autores marxistas, demonstra, por parte do postulante, vasto conhecimento, tanto da obra de Gramsci, quanto da de seus comentadores; entretanto, se propõe se financiado pela FAPESP, a, durante um semestre, realizar "nova leitura dos **Cadernos do Cárcere**, desta vez sob a ótica mais clara de delimitação conceitual já realizada no trabalho prévio, visando fundamentar de forma precisa nossa versão da visão gramsciana a respeito do problema". Ora, pela leitura do projeto a "versão da visão gramsciana" a que alude parece suficientemente clara; ou será o projeto apenas um *pretexto* para a discussão política no seio das organizações de esquerda?

Discussões ideológico-organizacionais devem ser desenvolvidas naquelas instituições que, nos regimes democráticos, são para tal vocacionadas: os partidos políticos. Não devem, de forma alguma, ter o apoio financeiro de organismo que tem como finalidade o desenvolvimento da pesquisa científica.

Qualquer semelhança entre os dois pareceres (até no tamanho do texto, 147 singelas palavras o primeiro, 143 o segundo), não deve ser fruto apenas do acaso, mas seguramente consequência de um sistema perverso de avaliação. Tanto o autor, no início do curso de mestrado em Ciência Política quanto a orientadora do trabalho e o Departamento de Ciência Política do IFCH-UNICAMP dirigiram duras críticas ao parecer da FAPESP. Na minha solicitação de reconsideração, de 5 de março de 1993, expressei, entre outras coisas:

É absolutamente indignante que quem supostamente deve julgar sobre a "cientificidade" dos nossos projetos, e que, portanto deve usar e deixar claro e explícito na sua análise uma metodologia científica para o seu julgamento, utilize, além do juízo ideológico que logo veremos um artifício tão pouco científico como uma pergunta retórica para montar logo sobre ela uma conclusão. Se o parecerista sustenta a *hipótese* de que meu projeto é apenas um "pretexto para a discussão política no seio das organizações de esquerda", que demonstre isto, em face aos elementos internos do trabalho

e conforme uma metodologia científica clara e pública, de modo que não fiquem dúvidas acerca do seu suposto (...).

Acredito que é um tema que deveria ser discutido seriamente no meio acadêmico. Estão em jogo várias relações fundamentais para uma sociedade realmente democrática e para a discussão teórica: ciência-ideologia, ciência-política, instituições acadêmicas - instituições políticas, Estado - sociedade civil, etc.; velhas e novas discussões para um projeto democrático de sociedade. Assinalo simplesmente que é de extrema periculosidade para uma institucionalidade democrática se uma premissa como essa é a base de um modelo de instituição científica para uma sociedade democrática: ao longo, seguindo o esquema do clássico poema de Brecht, só será financiado quem estude algum novo microchip. O restante poderá ser enquadrado em alguma forma de "discussões ideológico-organizacionais". (BURGOS. **Solicitação de reconsideração à negativa de apoio à pesquisa**, 1993).

Duas outras cartas da instituição foram enviadas à FAPESP sustentando a petição de uma reavaliação do projeto sob uma ótica propriamente epistemológica e não ideológica: uma delas da Prof^a. Evelina Dagnino, orientadora do projeto, e uma segunda do Chefe do Departamento de Ciência Política do IFCH-UNICAMP, Prof. Armando Boito Jr.

A Prof^a. Evelina Dagnino, em comunicação enviada em 22 de março de 1993, expressou a seguinte crítica na sua solicitação de esclarecimentos dirigida ao Diretor Científico da FAPESP na época, Flávio Fava de Moraes:

Uma decisão de tal natureza, em que o parecerista se arvora em juiz daquilo que é ou deixa de ser pesquisa científica, do que é ou deixa de ser discussão político-partidária, do que deve ser realizado na universidade ou fora dela, não pode se eximir de uma argumentação racional baseada em critérios explícitos e minimamente aceitáveis que definam inclusive o que constitui o conhecimento científico na área da Ciência Política, sob pena de configurar o exercício de discriminação preconceituosa e de censura ideológica. Nesse sentido, considero inaceitável o procedimento adotado pelo parecerista e solicito a V.S. que o projeto seja reexaminado pela FAPESP.

Por considerar que o parecer estabelece um grave precedente que extrapola casos individuais e oferece motivo de preocupação para a comunidade acadêmica como um todo, especialmente para os cientistas políticos, solicitei ao Departamento a que pertenço que se manifestasse a respeito. A carta em anexo expressa essa manifestação. (DAGNINO. **Solicitação de reconsideração enviada à FAPESP**, 1993).

Com efeito, o Departamento de Ciência Política da UNICAMP mediante o Ofício Nº008/93/ DCP, de 23 de março de 1993, assinado pelo seu Chefe, Prof. Armando Boito Jr., expressava a seguinte posição crítica:

O Departamento de Ciência Política da UNICAMP decidiu, em reunião ordinária realizada em 10/3/93, apoiar a demanda encaminhada pela colega Evelina Dagnino, no sentido de que a FAPESP reexamine o pedido de bolsa a que se refere o Processo nº 92/3900-4.

Este é um assunto que, em situação normal, o Departamento não se imiscuiria, deixando que a questão se resolvesse entre a FAPESP e a professora. Ocorre que o Departamento de Ciência Política considerou que essa não é uma situação normal.

O parecerista rejeitou o pedido de bolsa apoiando-se numa afirmação que configura clara discriminação ideológica. Tal fato é inusitado para nós, e entendemos que rompe com a tradição dos pareceres isentos e objetivos da FAPESP. (SÃO PAULO, Ofício Nº008/93/ DCP, 1993).

Diante destas críticas, o assessor da FAPESP, escondido na condição do anonimato, replica de um modo mais virulento ainda:

Quero dizer que reitero o parecer então emitido e repúdio firmemente as afirmações contidas tanto na carta da orientadora como do postulante à bolsa.

Recuso as patrulhas ideológicas que teimam em manter setores de nossa Universidade dentro dos muros do atraso e do obscurantismo. Lamento que alguém, o postulante, que apenas se inicia na carreira científica tenha tanta certeza sobre a falta de seriedade e os preconceitos alheios.

Creio, ao contrario do que diz a orientadora de mestrado do postulante à bolsa, cabe sim aos pareceristas da FAPESP, na medida em que são dinheiros públicos que estão em jogo, emitir julgamentos sobre o que é pesquisa científica e o que é pacotilha ideológica travestida. Não creio como teme a referida senhora que a comunidade acadêmica e especialmente os cientistas políticos devam se preocupar com meu parecer. Deveriam, isso sim, fazê-lo se, em nome de um corporativismo serôdio ou de concepções políticas próprias de regimes totalitários, não se distinguisse, coisa que qualquer merceeiro é capaz de fazer, como nos ensinou já no século passado um autor clássico, o que alguém é daquilo que diz ser, um trabalho de pesquisa em Ciência Política embasado em bibliografia acadêmica de uma discussão política baseada em escritos de ideólogos, propagandistas e panfletários. Creio, senhor diretor que é preciso começar a dizer que o rei vai nu ou melhor que a guarda vermelha tem dentes de papel.

Ao contrário do que pretende o Chefe do Depto. de Ciência Política da UNICAMP, no campo das chamadas ciências humanas é impossível (e certamente, leitor de Max Weber, ele sabe disso) a objetividade no sentido que a palavra tem nas ciências físicas e naturais.

A Professora Evelina Dagnino escreveu ainda uma incisiva resposta ao Diretor Científico da FAPESP, repetindo a solicitação de alguns esclarecimentos técnicos que, inexplicavelmente, nunca foram enviados pela FAPESP (verifiquei esta informação nos documentos enviados ao autor em setembro de 2012) expressando em uma parte fundamental do texto:

Não tenho a intenção de prolongar a discussão com o parecerista, já que os termos do novo parecer, ainda mais estarecedores do que os do primeiro, deixam claro a absoluta impossibilidade de debate acadêmico com seu autor (...). De maneira alguma questioneei o direito e o dever do parecerista da FAPESP de emitir julgamento sobre o que é pesquisa científica. Ao contrário, exatamente porque se trata de *emitir julgamento* e não de expressar opiniões infundadas, é que são necessários critérios claramente

formulados, argumentos racionais e a explicitação dos motivos que fundamentam tais julgamentos. Evidentemente, isso exige um trabalho detido de análise e reflexão além da discussão substantiva do projeto, trabalho esse do qual o parecerista preferiu continuar se eximindo. É exatamente porque “dinheiros públicos estão em jogo” que se esperaria maior empenho e seriedade no julgamento de sua destinação. (DAGNINO, **Resposta à resposta da FAPESP**, 1993).

O pleito com a FAPESP, apesar da gravidade inocultável dos fatos, ficou nesse ponto. Foi indicado um novo assessor que num tom menos ideologicamente apaixonado rejeitou o pedido e nenhuma explicação da FAPESP como instituição, foi dirigida nem à professora orientadora nem ao Departamento de Ciência Política, dando por fechado o processo, em junho de 1993. A “patrulha ideológica” (esse espelho no qual encontrava sua imagem o parecerista oculto) cumpriu seu papel e mais um indesejável marxista tinha sido barrado do financiamento público. A casa ficava em ordem. Como registro público deste debate, publiquei os materiais disponíveis desta discussão como apêndice da dissertação de mestrado resultante da pesquisa.⁵

Como poderia eu saber naquela época que vinte anos mais tarde, em tempos de governos de corte social, de presidenta marxista, ex-guerrilheira, ex-torturada pelo regime militar, etc., a patrulha ideológica antimarxista estaria ainda com o vigor que o parecerista oculto da Capes expressa e a própria Capes aceita enviar sem pestanejar?

Mas as coisas tinham mudado em junho de 2012: em 16 de maio entrou em vigor a Lei 12527 disponibilizando novas ferramentas de alto potencial republicano. Mirando no sistema de avaliação com base no anonimato, decidi testar os instrumentos proporcionados pela LAI. Baseado na hipótese de que o sistema de tomada de decisão em relação às solicitações de apoio de recursos públicos em instituições oficiais, baseado no anonimato eterno dos assessores *ad hoc*, feria necessariamente o espírito e a letra da LAI, em 1º de setembro de 2012 iniciei uma experiência que deveria resultar, pelo menos parcialmente, neste artigo da *Revista Pensata*: ingressei mediante o Serviço de Informações ao Cidadão do Estado de São Paulo a seguinte solicitação de informação pública dirigida à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (protocolo inicial Nº 4813012314):

Solicito cópia integral do processo nº 92/3900-4, incluindo os nomes dos pareceristas em cada etapa do Processo.

⁵ BURGOS, Raúl. **As peripécias de Gramsci entre Gulliver e o Pequeno Polegar. Um estudo sobre os projetos políticos do PT e da FMLN**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - Instituto de Filosofia e Ciência Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p.307-314.

Iniciou-se com isto um valioso processo de interlocução com o Sistema de Informação Pública do Estado de São Paulo (SIC-SP) que exponho a continuação pela sua relevância no tema principal em pauta neste artigo – isto é a batalha pela erradicação da arcaica instituição do anonimato nas instituições públicas de fomento à pesquisa – e como experiência concreta no uso das ferramentas da LAI. Permito-me, propositalmente, reproduzir quase de forma integral (salvo repetições que tentarei evitar) as minhas intervenções no processo, não apenas porque expressam o conteúdo das minhas posições, mas para que sejam usadas por quem quer que seja que tenha sido ofendido pelo sistema de assessores anônimos, com o objetivo de reclamar e exigir explicações.

Primeira resposta da FAPESP à solicitação de informação pública: negação parcial da informação.

Em resposta em tempo legal (vinte dias, extensível a mais dez de forma justificada), e com base no parecer nº 256/2012 assinado pela Procuradora Assessora Ana Paula Carvalho em 19 de setembro de 2012, a FAPESP nega parcialmente, como esperado, o acesso à informação pública: isto é envia a parte conhecida do processo (alguns de cujos elementos apresentei acima), mas nega o acesso à informação relativa à identidade dos pareceristas. Vejamos os argumentos principais do parecer:

Em relação às folhas que contém os nomes dos assessores que emitiram pareceres, entende que estas são sigilosas e não poderão ser fornecidas: “Um dos pilares que rege a análise e seleção dos projetos científicos submetidos na FAPESP é o sistema de avaliação por pares, no qual se preserva o anonimato dos assessores. (...) Ao emitir o parecer, existe uma relação de sigilo recíproco: a FAPESP mantém em sigilo o nome do assessor e, em contrapartida, o assessor se compromete a não revelar sua função no processo específico” (<http://www.fapesp.br/3222>). Esta Fundação, para análise das solicitações de auxílios e bolsas que recebe, adota o *sistema de avaliação por pares*. Esse sistema, adotado pelas mais importantes agências de fomento à pesquisa, consiste no exame da solicitação por um dos pesquisadores da respectiva área de conhecimento, que emite parecer de mérito na condição de *assessor ad hoc*, sem firmar qualquer tipo de vínculo formal com a FAPESP. Tais parecer constituem a base da decisão da FAPESP que, no caso de ser negativa, assegura amplo direito de recurso ao solicitante. Com base na experiência internacional, entende-se o adequado funcionamento desse sistema exige a confidencialidade da identidade do assessor: “é inquestionável que o grau de independência e objetividade das avaliações entre pares é proporcional ao grau de fidedignidade da garantia de sigilo oferecida pela agência quanto à identidade desses assessores”. (SÃO PAULO, Parecer nº 256/2012, 2012).

Já vimos no exemplo exposto acima quanto de “amplo” foi no caso relatado o “amplo direito de recurso ao solicitante”. Valeu de alguma maneira a dura reclamação do Departamento de Ciência Política do IFCH-UNICAMP? Não mereceu nem uma resposta oficial da FAPESP! Nem simples informações técnicas solicitadas forma respondidas pela instituição! No caso do processo nº 92/3900-4, o recurso foi apenas mais uma ocasião para o parecerista oculto expor, de um modo mais grotesco e despujado ainda, sua ira macarthista, lamentavelmente sem nenhum cuidado institucional de parte da FAPESP.

O parecer nº 256/2012 ainda nos lembra de que em 2002, o sistema de avaliação foi questionado por “membro do corpo docente da UNESP”⁶ junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo. Na ocasião, diz a procuradora da FAPESP: “o Promotor Paulo José de Palma, após solicitar informações a esta Fundação quanto ao funcionamento do sistema de avaliação de projetos, concluiu pela legalidade do sigilo do nome do parecerista”. Lamentavelmente faltava ainda, em tempos da ação movida pelo colega da UNESP, a Lei de acesso à informação pública. Mais elementos do parecer nº 256/2012 irão aparecer no texto de recurso apresentado por mim em 1º de outubro de 2012.

Recurso em primeira instância à negativa de acesso à informação pública

Ao Conselho Técnico Administrativo – FAPESP.

Assunto: Recurso ao indeferimento de acesso à informação pública, fundada no parecer nº 256/2012 da Procuradora Assessora Ana Paula Carvalho, resposta à solicitação protocolada pelo requerente com nº 4813012314.

Prezados senhores do Conselho Técnico Administrativo da FAPESP:
Venho solicitar a este colegiado o atendimento integral a minha solicitação de informação pública, negada parcialmente em primeira instância pela FAPESP, segundo expresso na comunicação do Gerente Adjunto do SIC-FAPESP, Edgar Campos Alves de 21 de setembro de 2012, com base no parecer nº 256/2012, acima mencionado. A informação solicitada no pedido inicial de 1º de setembro de 2012 era a seguinte: “cópia integral do processo nº 92/3900-4, incluindo os nomes dos pareceristas em cada etapa do processo”. Desta informação foi indeferida a seção relativa à identidade dos pareceristas em cada parte do processo. (BURGOS, **Recurso em Primeira Instância dirigido ao Conselho Técnico Administrativo da FAPESP**, 2012).

Argumentos críticos à negação da informação solicitada.

⁶ Aproveito aqui, para solicitar que o colega, ou colegas da UNESP autor (es) do processo mencionado pela Procuradora Carvalho possam se comunicar com o autor deste trabalho no endereço de e-mail indicado acima. O mesmo vale para outros colegas e grupos prejudicados pelo sistema do anonimato, na direção de formar um movimento crítico orientado a acabar com a permanência desta instituição arcaica nos órgãos públicos de financiamento e apoio à pesquisa no Brasil.

O parecer nº 256/2012 que indefere a liberação dessa parte da informação, indica no item 3: “em relação às folhas que contém os nomes dos assessores que emitiram pareceres, entende que estas são sigilosas e não poderão ser fornecidas” (SÃO PAULO. Parecer nº 256/2012, 2012) e em seguida fundamenta a negação numa defesa do anonimato dos assessores como base do sistema de avaliação por pares. O fundamento é buscado nos regulamentos da própria FAPESP e em pareceres de 1999 e 2002, todos anteriores à entrada em vigor da Lei 12527.

Não pretendo nesta solicitação de revisão da negativa em questão, estender-me em argumentos críticos ao sistema adotado pela FAPESP. Apenas não deixar de indicar, dada a menção ao tema no parecer, que considero absolutamente correto o sistema de avaliação interpares. Na minha compreensão o errado no sistema adotado pela FAPESP é que o sistema de avaliação se baseie no anonimato dos pareceristas. O anonimato, além de ser estranho ao processo de produção científica, expressão do conhecimento humano pública por excelência, é promotor de inúmeras arbitrariedades dos assessores escudados pelo anonimato e alimenta a criação de feudos alheios à abertura indispensável da pesquisa científica. Os exemplos destas arbitrariedades são inúmeros, muitos deles conhecidos, mostrando claramente a quem queira ver que é falso o argumento que afirma que “o adequado funcionamento desse sistema exige a confidencialidade da identidade do assessor” ou que seja “inquestionável que o grau de independência e objetividade das avaliações entre pares é proporcional ao grau de fidedignidade da garantia de sigilo oferecida pela agência quanto à identidade desses”. (SÃO PAULO. Parecer nº 256/2012, 2012). O fato de o sistema ser permanentemente questionado seja na FAPESP ou em outros órgãos, com base nas arbitrariedades cometidas pela vigência da arcaica instituição do anonimato, é mostra clara de que a tal “inquestionabilidade” é mais uma ilusão ideológica sustentada por costumes atávicos que um fundamento científico do funcionamento do sistema. Somente a transparente e pública circulação das opiniões e identidades, tanto dos solicitantes quanto dos assessores pode produzir, no meu entendimento, ciência e pareceres científicos à altura do desafio científico na contemporaneidade. Contudo, isto é apenas uma opinião pessoal em resposta aos fundamentos teóricos do parecer e não o elemento argumental central do meu recurso, o qual indico a continuação.

1. - A Lei de Acesso à informação pública é utilizada como argumento para o indeferimento do pedido apenas a partir do item 11 do parecer nº 256/2012. E o faz mencionando o art. 7º, § 1º da Lei 12527, onde se especifica que o acesso à informação “não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do

Estado”. (BRASIL, Lei 12527 de 18 de novembro de 2011). Porém não há nenhuma indicação das razões pelas quais a identidade dos assessores de um processo que já completa 20 anos seja “imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

Neste sentido, minha primeira réplica ao indeferimento da solicitação de informação pública: o argumento baseado no art. 7º, § 1º da Lei 12527 não se justifica no parecer dado que nada indica que a informação solicitada seja “imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Lembrando que a Lei 12527 estabelece no seu artigo 23:

Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;

II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;

III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;

V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;

VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;

VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou

VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações. (BRASIL, Lei 12527, 2011).

Repito meu questionamento: em qual dos sentidos expressos no Art. 23 da LAI exposto acima se encaixaria o sigilo em relação à informação solicitada no meu pedido?

2. - Em segundo lugar, o parecer não indica o tipo de sigilo a qual a informação solicitada estaria sujeita. É importante lembrar o estabelecido na Lei 12527 no seu Art. 24 em relação ao grau de sigilo e os prazos de sua vigência:

Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;

II - secreta: 15 (quinze) anos; e

III - reservada: 5 (cinco) anos. (BRASIL, Lei 12527, 2011).

O parecer nº 256/2012 assinado pela Procuradora Assessora Ana Paula Carvalhal nada indica em relação à classificação atual do grau de sigilo da informação solicitada e negada.

Não obstante, dado que a informação produzida vinte anos atrás é negada, o parecer faz supor que o grau de sigilo atribuído seja o de “informação ultrassecreta”, dado que até a informação “secreta” não poderia passar de 15 anos de restrição ao público. Contudo, mais uma vez o texto da LAI indica sobre os graus de sigilo:

Art. 27. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência:

I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades:

- a) Presidente da República;
 - b) Vice-Presidente da República;
 - c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas;
 - d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e
 - e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior;
- (BRASIL, Lei 12527, 2011).

Isto é, não seria de competência da FAPESP classificar qualquer informação como “ultrassecreta”. Sendo assim, havendo passado 20 anos da produção da informação pública solicitada, não se vê qualquer impedimento fundado na lei para indeferir a solicitação dessa informação pública.

Do mesmo modo, não seria simples para qualquer instância argumentar em favor de uma classificação da informação solicitada como “secreta”. Basta lembrar que o § 2º do Art. 24 da Lei 12527 indica que:

As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos (as) serão classificadas como *reservadas* e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição. (BRASIL, Lei 12527, 2011).

Isto é, se a informação que possa colocar em risco a segurança das famílias das máximas autoridades do Estado recebe pela LAI a classificação de “reservadas”, não se explicaria de modo simples a razão do anonimato de um assessor num processo público ser classificado num grau de sigilo mais alto do que “reservado”. Contudo, supondo hipoteticamente uma classificação da informação como “secreta”, dado que o prazo da informação solicitada teria vencido em 2007, não parece ser pertinente a negação da informação solicitada com este argumento.

Pelas razões apontadas acima, solicito a esse Conselho Técnico Administrativo o deferimento da informação solicitada.

Segunda resposta da FAPESP: Resposta ao recurso e novo indeferimento parcial de acesso à informação pública. A tese do “ato jurídico perfeito”.

O Conselho Técnico Administrativo da FAPESP, em reunião de 5 de outubro de 2012 aprovou o indeferimento do recurso baseado num novo parecer da Procuradoria Jurídica da FAPESP. No parecer nº 292/2012, assinado mais uma vez pela Procuradora Assessora Ana Paula Carvalhal em 2 de outubro de 2012 a procuradoria da FAPESP constrói a mencionada tese do “anonimato não anônimo” dos assessores *ad hoc*.

Embora não faça parte das razões do recurso, entendemos importante esclarecer que o “Sistema de Avaliação por pares” adotado pela FAPESP não admite o anonimato. Os pareceres exarados pelos assessores *ad hoc* são devidamente subscritos. Ocorre que as informações relacionadas à identificação do assessor estão disponíveis apenas a determinados servidores desta Fundação que, em razão das funções que desempenham, recebem autorização e assumem o dever de manter o sigilo. (SÃO PAULO, Parecer nº 292/2012, 2012).

Ao mesmo tempo o novo parecer constrói a tese da impossibilidade da quebra de sigilo por constituir “ato jurídico perfeito”, argumento que se tornará central na posição da Procuradora Assessora Ana Paula Carvalhal e da FAPESP:

O dever de manter em sigilo o nome do assessor *ad hoc* decorre de obrigação contratual assumida por esta Fundação. Considerando que o contrato celebrado entre a FAPESP e o assessor *ad hoc* cumpriu todas as exigências legais da época, entendemos que o mesmo configura ato jurídico perfeito, protegido constitucionalmente (art. 5º, XXXVI, CF). (SÃO PAULO, Parecer nº 292/2012, de 2/10/2012).

Numa curiosidade do parecer a procuradora, reconhecendo o que chama de “eventuais, mas raras, inconsistências do sistema”, afirma que “a FAPESP faculta aos proponentes a possibilidade infinita de solicitações de reconsideração”. Já vimos acima como isto não é o que se evidenciou no processo nº 92/3900-4, que a FAPESP deu por finalizado sem sequer acenar para esta “possibilidade infinita” de recursos.

Mais elementos do parecer nº 292/2012 mostraremos no recurso em segunda instância que apresentamos à presidência da FAPESP em 19 de outubro de 2012 e que transcrevemos parcialmente a seguir.

Recurso em segunda instância à negativa de acesso à informação pública.

À Presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

Assunto: Recurso ao *indeferimento de recurso em primeira instância* de solicitação de acesso à informação pública, por parte do Conselho Técnico Administrativo da FAPESP.

Prezado Senhor Presidente da FAPESP, Professor Celso Lafer:

Com base no Art. 19 do Decreto Estadual nº 58052 de 16 de maio de 2012 venho solicitar em grau de recurso em segunda instância o atendimento integral a minha solicitação de informação pública, negada parcialmente pelo Serviço de Informação ao cidadão SIC-FAPESP com fundamento no parecer nº 256/2012 e, apresentado recurso em termos legais, negado também em primeira instância de recurso pelo Conselho Técnico Administrativo – FAPESP com base no parecer nº 292/2012, ratificado pelo CTA da FAPESP na ata da reunião do CTA de 5/10/2012. (BURGOS, **Recurso em Segunda Instância dirigido à Presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo**, 2012).

Argumentos críticos à negação da informação solicitada em grau de recurso em primeira instância.

Em primeiro lugar, devo indicar que reitero nesta solicitação de recurso em segunda instância os termos de minha solicitação de recurso em primeira instância que considero não respondidos pelo parecer nº 292/2012 de 2 de outubro de 2012 assinado pela Procuradora Assessora Ana Paula Carvalhal. No item cinco do parecer nº 292/2012, a procuradora assessora resume corretamente o foco de meus argumentos críticos aos fundamentos da negativa:

O solicitante apresenta Recurso, com base no art. 19 do Decreto Estadual nº 58052/2012, dirigido ao Conselho Técnico-Administrativo desta Fundação (...). Alega, em síntese, não haver razões de “segurança da sociedade e do Estado” que justifiquem a manutenção do sigilo passados mais de 20 anos da produção do documento. Afirma que a matéria não se enquadra em uma das hipóteses do art. 23 da Lei Federal (que permite a classificação dos documentos como informação ultrassecreta, secreta ou reservada). Sustenta que, caso a informação seja classificada como ultrassecreta (sigilo por mais de 20 anos), tal decisão não compete à FAPESP e sim às pessoas especificadas no art. 27 da Lei Federal. Por fim, alega que o art. 2º das disposições transitórias do Decreto Estadual nº 58.052, bem como o art. 39 das disposições transitórias da Lei Federal nº 12.527 não podem ser interpretados de modo a dificultar o acesso à informação. (SÃO PAULO, Parecer nº 292/2012, 2012).

Apesar de resumir adequadamente o foco dos argumentos, o parecer nº 292/2012 deixa de dar resposta satisfatória ao núcleo do problema: isto é o parecer continua a sustentar a necessidade de manutenção do sigilo sem indicar o tipo de sigilo nos termos do

Art. 24 da Lei 12527 e, por tanto, o tempo de caducidade do sigilo da informação que, segundo nossa argumentação, teria vencido e, portanto, não haveria nenhuma razão para o indeferimento da solicitação de informação pública.

Com efeito, face aos argumentos esgrimidos na solicitação de recurso apresentada pelo subscrito em 1º de outubro de 2012, a Procuradora Assessora Ana Paula Carvalhal passa a fundar seu argumento de negação da informação solicitada com base na obrigação da FAPESP de manter o sigilo pelo fato de ter-se estabelecido entre a FAPESP e os pareceristas uma “obrigação contratual” que ao se configurar como “ato jurídico perfeito” exigiria a manutenção do sigilo aparentemente *ad eternum*, pelo que se infere da leitura do parecer, já que o mesmo não atribui a esse sigilo uma classificação que se ajuste ao texto da Lei 12.527. Permita-se-nos trazer excertos do texto do parecer, nos quais a procuradora expõe repetidamente sua tese:

8. O dever de manter em sigilo o nome do assessor *ad hoc* decorre de obrigação contratual assumida por esta Fundação. Considerando que o contrato celebrado entre a FAPESP e o assessor *ad hoc* cumpriu todas as exigências legais da época, entendemos que o mesmo configura ato jurídico perfeito, protegido constitucionalmente (art. 5º, XXXVI, CF) (...).

10. De fato, a legislação que regulamentou o direito de acesso à informação determinou a publicidade dos atos da administração como regra e o sigilo como exceção. No entanto, tal legislação não revogou todas as hipóteses de sigilo admitidas em nosso ordenamento jurídico, não tendo o poder de se sobrepor ao ato jurídico perfeito (direito subjetivo do parecerista a ter seu nome mantido em sigilo por força de obrigação contratual pactuada com esta Fundação) (...).

12. A informação solicitada pelo cidadão (nome dos assessores *ad hoc* que emitiram pareceres em seu processo de solicitação de bolsa) não poderá ser atendida sem que esta Fundação viole a obrigação assumida com o parecerista de manter seu nome em sigilo (...).

15. Logo, considerando que as informações relativas à identidade do assessor *ad hoc*/parecerista são confidenciais por força do Acordo de Confidencialidade, celebrado em momento no qual não havia legislação a restringir tal medida (...). (SÃO PAULO, Parecer nº 292/2012, 2012).

Como individuo não especializado na ciência jurídica, mas em grau de entender o teor da lei, assinalo, nas teses esgrimidas pela procuradora e ratificadas pelo CTA-Fapesp, alguns argumentos que fundamentam o presente recurso:

1. - A FAPESP é uma instituição pública e os processos e documentos elaborados nos marcos da instituição são por força documentos públicos, cujos graus de sigilo, independente do tipo de contrato específico ou normativas especiais da instituição, não podem deixar de responder às normativas estabelecidas pela Lei 12527. O parecer não nos informa o grau de sigilo dessa informação pública, contudo, dado que se trata de

documentos gerados 20 anos atrás, parece atribuir à informação um sigilo de tipo ultrassecreto.

2. - Contudo, como indicamos na nossa solicitação de recurso em primeira instância não parecem configurar-se as condições de um tipo de sigilo que permita uma definição do grau de sigilo máximo, cuja atribuição corresponde às mais altas autoridades da república (Art. 27 da Lei 12.527) quando “imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado” segundo as definições do Art. 23 da mesma lei.

O parecer no seu último item sugere à FAPESP que “enquanto esta Fundação não reavaliar a classificação de seus documentos (...) seja mantida a classificação atual, que reconhece a identidade do parecerista como informação confidencial”, mas sem indicar qual é o grau de sigilo estabelecido para essa “informação confidencial”, fugindo das exigências da Lei 12527 e postulando ao que parece uma duração excepcional do sigilo da informação pública, aparentemente à revelia da lei.

Pelas razões apontadas acima, solicito a essa Presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, o deferimento da informação solicitada.

Terceira resposta da FAPESP à solicitação de informação pública: negação parcial da informação. A tese da identidade do parecerista como “informação pessoal”.

Como resposta ao recurso, o Presidente da FAPESP, Professor Celso Lafer exara a Decisão-PR Nº 01/2012 de 26 de outubro de 2012 onde, além de reafirmar a tese do “ato jurídico perfeito” são construídos novos argumentos em defesa do anonimato. A principal novidade da decisão da presidência da FAPESP será a tese que levará a classificar a identidade dos pareceristas como “informação pessoal” nos termos da Lei 12527. Vejamos o texto do Presidente Celso Lafer:

Com base no art. 19, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 58.052, consultei a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA sobre a classificação da informação solicitada.

A CADA se manifestou pela classificação da informação relativa à identidade dos assessores *ad hoc* como informação pessoal, art. 35, § 1º, do Decreto 58052, tendo seu acesso restrito a partir da designação do assessor pela Diretoria Científica até cinco (5) anos após a morte do assessor *ad hoc*, limitado ao máximo de 100 (100) anos. Tal classificação, inclusive, encontra respaldo internacional.

O Conselho Técnico-Administrativo se reuniu para deliberar sobre a orientação da CADA e decidiu por classificar o nome do assessor *ad hoc* como informação pessoal, nos termos da manifestação da CADA. (SÃO PAULO, Decisão-PR Nº 01/2012, 2012).

A tese de que a identidade do parecerista deva ser entendida como “informação pessoal”, impedindo, portanto, a qualquer mortal acessar a uma informação que é, por natureza pública, é o limite das artimanhas jurídicas possíveis, mas ao mesmo tempo tem a virtude de colocar a nu a impossibilidade de que as agências públicas continuem a manter o sistema atual de anonimato dos assessores. Exporei minha crítica à Decisão-PR Nº 01/2012 da presidência da FAPESP transcrevendo parcialmente o recurso em terceira instância elevado à Corregedoria Geral Administrativa do Estado de São Paulo em 28 de outubro de 2012.

Recurso em terceira instância à negativa de acesso à informação pública.

À Comissão Estadual de Acesso à Informação – CEAI⁷

Assunto: Recurso ao *indeferimento de recurso em segunda instância* de solicitação de acesso à informação pública, por parte da Presidência da FAPESP, assinado pelo seu presidente Prof. Dr. Celso Lafer.

Prezados Senhores da Comissão Estadual de Acesso à Informação – CEAI:

Com base no Art. 19 do Decreto Estadual nº 58052 de 16 de maio de 2012 venho solicitar em grau de recurso em terceira instância o atendimento integral a minha solicitação de informação pública, negada parcialmente pelo Serviço de Informação ao cidadão SIC. Apresentado recurso em termos legais, foi negado também em primeira instância de recurso pelo Conselho Técnico Administrativo. Apresentado recurso em segunda instância em termos legais à Presidência da FAPESP, este também foi negado segundo comunicado pelo Serviço Estadual de Informações ao Cidadão em resposta de 26/10/2012, fundada na Decisão-PR Nº 01/2012 da presidência da FAESP, assinada pelo seu presidente, Prof. Celso Lafer. (BURGOS, **Recurso em Terceira Instância dirigido à Corregedoria Geral Administrativa do Estado de São Paulo – CGA**, 2012).

Argumentos críticos à negação da informação solicitada em grau de recurso em segunda instância por parte da Presidência da FAPESP.

Em sua negativa de acesso à informação pública solicitada, Decisão-PR Nº 01/2012 de 26 de outubro de 2012, o presidente da FAPESP, com base em “manifestação” da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA, (documento sobre o qual o presidente da FAPESP não especifica nenhum dado, embora possivelmente sejam indispensáveis no termos do Art. 28 da Lei 12527 e do Art. 32 do Decreto Estadual nº

⁷ O Recurso foi encaminhado a esta comissão, como indicado pelo SIC-SP, mas seria finalmente julgado pela Corregedoria Geral Administrativa do Estado de São Paulo. Para mais informações sobre as indefinições da instância recursal, ver a parte final deste artigo

58052), completa o argumento que vinha sendo esboçado pela assessoria jurídica da FAPESP, transformando de vez o que era para ser informação pública em “informação pessoal”, isto é, não-pública. Segundo a manifestação da CADA, citada na Decisão- PR Nº 01/2012, “o nome do assessor *ad hoc*” é classificado como “informação pessoal”. Sendo desta forma, os processos, em tese, públicos, tramitados na FAPESP teriam um duplo caráter: público e privado, esta última forma assumida na classificação da identidade do assessor *ad hoc* na qualidade de informação sigilosa no grau de informação pessoal.

Dado que o presidente da FAPESP, afirma que “tal classificação, inclusive, encontra respaldo internacional”, é necessário indicar que o contrário é também verdadeiro, e mais condizente com a era de acesso à informação pública inaugurada com a Lei 12527: os processos de revisão por pares anônimos (*anonymous peer review*) chamado também duplo-cego (utilizado pela FAPESP)⁸ se encontram fortemente criticados justamente pelas consequências perversas do anonimato dos assessores, sendo proposta, crescentemente, sua substituição pelo sistema de avaliação por pares conhecidos como revisão por pares aberta (*open peer review*): num espectro que vai da revista Nature até a União Européia, se encontram experiências com diversos sistemas de avaliação aberta. Mostraremos a seguir algumas consequências desta decisão, altamente deletérias para os processos democráticos de transparência no acesso à informação pública e controle social sobre os órgãos públicos e o consequente uso dos recursos públicos por parte destas instituições.

1. – Vejamos em primeiro lugar algumas formalidades em torno da classificação pelo CADA-SP dos nomes dos assessores *ad hoc* no grau de informação pessoal.

Em primeiro lugar, a menção à classificação do CADA deveria ser acompanhada de informação detalhada e publicada oficialmente nos termos do Art. 28 da Lei 12527 e do Art. 32 do Decreto Estadual nº 58052. Dado que nada informa a Decisão-PR Nº 01/2012 sobre as características do documento classificatório elaborado pelo CADA, nada sabemos sobre esta decisão classificatória. Vejamos as exigências do Decreto Estadual nº 58052:

Artigo 32 - A classificação de sigilo de documentos, dados e informações no âmbito da Administração Pública Estadual deverá ser realizada mediante:

I - publicação oficial, pela autoridade máxima do órgão ou entidade, de tabela de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, que em razão de seu teor e de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade e do Estado ou à proteção da intimidade, da vida privada, da honra e imagem das pessoas, sejam passíveis de restrição de acesso, a partir do momento de sua produção,

⁸ Desconheço se a FAPESP continua a usar sistema *duplo-cego* (penso tenha sido o sistema usado no caso do Processo 92/3900-4). No caso da CAPES, como visto no parecer acima exposto, trata-se de *simples-cego* (se é que esta denominação existe), já que o assessor se encontra de posse do currículo do solicitante, eliminando qualquer ilusão sobre a possibilidade de isenção da avaliação.

II - análise do caso concreto pela autoridade responsável ou agente público competente, e formalização da decisão de classificação, reclassificação ou desclassificação de sigilo, bem como de restrição de acesso à informação pessoal, que conterà, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) assunto sobre o qual versa a informação;
- b) fundamento da classificação, reclassificação ou desclassificação de sigilo, observados os critérios estabelecidos no artigo 31 deste decreto, bem como da restrição de acesso à informação pessoal;
- c) indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no artigo 31 deste decreto, bem como a indicação do prazo mínimo de restrição de acesso à informação pessoal;
- d) identificação da autoridade que a classificou, reclassificou ou desclassificou. (SÃO PAULO. Decreto Nº 58052, 2012).

Não parece estar claro no Decreto Estadual nº 58052, se esta informação detalhada sobre o documento classificatório do CADA deve ser enviada ao requerente de informação pública quando negado o acesso por razões de sigilo da informação. Contudo, no caso dos órgãos dependentes do Poder Executivo Nacional esta informação ao requerente é obrigatória, nos termos do Decreto nº 7724 da presidência, no seu Art. 19:

Art. 19. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará; e

III - possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação, quando for o caso, com indicação da autoridade classificadora que o apreciará.

§1º As razões de negativa de acesso a informação classificada indicarão o fundamento legal da classificação, a autoridade que a classificou e o código de indexação do documento classificado.

Isto é, segundo a interpretação da Presidência da República para o Art. 28 da Lei 12527, a autoridade que nega a informação alegando seu caráter sigiloso está obrigada a enviar ao requerente, entre outros elementos, as “razões da negativa de acesso e seu fundamento legal”, o “código de indexação do documento” e comunicar a “possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação, quando for o caso, com indicação da autoridade classificadora que o apreciará”. (BRASIL, Lei 12527, 2011).

Em torno das “razões da negativa de acesso e seu fundamento legal” da classificação da informação como “informação pessoal”, que é o foco fundamental da sua argumentação, a presidência da FAPESP apenas menciona que a “manifestação” da CADA, teria sido fundada no Art. 35, § 1º do Decreto Estadual nº 58052. A Decisão do presidente da FAPESP nada indica sobre os dados oficiais da decisão do CADA, seu código de

indexação, nem nada menciona sobre a “possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação, quando for o caso, com indicação da autoridade classificadora que o apreciará”.

2. - A partir desta classificação do CADA, o argumento central para o indeferimento da informação solicitada passa a ser o fato de a identidade do parecerista ser “informação pessoal”, protegida por 100 anos de sigilo a partir da sua produção ou cinco anos após a morte do autor do parecer.

Esta decisão do CADA, se aceita e tornada regra, teria consequências desastrosas para o Estado de Direito na constituição do corpo daquilo que seja “informação pública”, na transparência desta informação e, sobretudo, nas possibilidades de controle social sobre as agências públicas como a FAPESP, mas cabível a outras agências como a CAPES, CNPQ, etc., que administram recursos públicos destinados ao financiamento da pesquisa científica. Segundo a Decisão-PR Nº 01/2012 do presidente da FAPESP, esta classificação da identidade dos assessores *ad hoc* como “informação pessoal” valeria claramente para os processos públicos anteriores à publicação da Lei 12527:

Concluo que a legislação de acesso à informação não incide sobre os contratos de confidencialidade, firmados anteriormente a sua publicação, que recebem a proteção de ato jurídico perfeito, impedindo que esta Fundação divulgue os nomes de seus assessores *ad hoc*. (SÃO PAULO, Decisão-PR Nº 01/2012, 2012).

Mas deixa uma porta aberta para a validade do mesmo critério para os processos posteriores à publicação da lei:

Quanto aos contratos celebrados após a vigência da lei, efetivamente apenas os documentos, dados e informações classificados como sigilosos ou pessoais poderão ter seu acesso restringido. (SÃO PAULO, Decisão-PR Nº 01/2012, 2012).

Contudo, se é aceita a classificação do CADA dos nomes dos assessores *ad hoc* como informação pessoal, de fato seria impossível para qualquer mortal ter acesso à informação referente à identidade dos assessores, informação essencial para o processo do controle do uso dos recursos públicos como mostraremos a seguir.

Vejamos finalmente neste ponto, alguns elementos críticos a este posicionamento do CADA, arguido pela presidência da FAPESP.

a).- Segundo a Decisão-PR Nº 01/2012 do Presidente Celso Lafer, o CADA teria baseado a classificação da identidade dos assessores *ad hoc* como “informação pessoal” no

Art. 35, § 1º do Decreto Estadual nº 58052. Vejamos o texto do decreto que repete com pequenas modificações o texto da Lei 12527.

Artigo 35 - O tratamento de documentos, dados e informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º - Os documentos, dados e informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem: (...). (SÃO PAULO. Decreto Nº 58052, 2012).

Lamentavelmente não conhecemos o teor da classificação do CADA, mas dado seu uso oficial pelo presidente da FAPESP para o indeferimento de acesso à informação é necessário indicar que neste uso do Art. 35 o CADA estaria tornando a participação voluntária de um profissional, consciente de estar dando assessoria a um processo público, equivalente a uma questão “relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem”. Em que sentido o conhecimento do nome de um assessor que se pautou pela crítica científica honesta baseada em seus conhecimentos técnicos desrespeitaria a “intimidade, vida privada, honra e imagem” do assessor ao ponto desta informação vital para o controle público deva ser “informação pessoal”?

Suponhamos por um momento que algum dos elementos arrazoados no Art. 35 fosse agredido em relação ao “ato jurídico perfeito” decorrente do contrato (público, diga-se de passagem) entre a FAPESP e o assessor *ad hoc* nos contratos anteriores à publicação da Lei 12527 (veremos mais adiante que ainda este caso trata-se de um cerceamento do direito cidadão ao controle público dos recursos): quais seriam as razões para classificar como “informação pessoal” os nomes dos assessores de órgão públicos em contratos posteriores à entrada em vigor da lei? Isto é, se a decisão do CADA vale tanto para os nomes dos assessores anteriores à data 16 de maio de 2012 quanto para os contratos posteriores a esta data, significa que as agências públicas de apoio à pesquisa se protegem praticamente *ad eternum* do controle público. Isto é evidentemente inadmissível.

b) Na busca de esclarecimentos em torno do acesso à informação pública que estamos solicitando à FAPESP, em 22 de setembro de 2012, ingressamos, com protocolo Nº 00075.000873/2012-91, a seguinte solicitação informação à Controladoria-Geral da União – CGU:

Como fica, em relação à lei 12.527 o segredo da identidade dos pareceristas em instituições públicas como CAPES, CNPq, FAPESP, etc.? É possível, baseado na mencionada lei solicitar o conhecimento da identidade dos pareceristas que produziram pareceres técnicos nos quais se baseiam as decisões das instituições? Qual é o prazo legal máximo para

os órgãos acima mencionados ou qualquer outros manter o segredo da identidade dos pareceristas que atuaram em determinado processo?

A resposta enviada pela Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas da CGU via e-mail datado em 15 de outubro de 2012 constante no arquivo “Resposta_00075000873201291.pdf” assinado pela mencionada secretaria assinala o seguinte:

Prezado senhor Raúl Burgos,
Em atenção ao seu pedido de acesso à informação, esclarecemos que a princípio a identidade de pareceristas não é o tipo de informação que poderia ser classificada como sigilosa, até porque *os pareceres, notas técnicas e outros tipos de manifestações que fundamentam a tomada de decisão ou a edição do ato administrativo são considerados informações públicas*, conforme prevê o *caput* do art.20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação.
De acordo com citado art.20, *o acesso a documento preparatório (no caso os pareceres e notas técnicas) ou informação nele contida (no caso a identificação do parecerista), será assegurado a partir da edição do ato ou decisão*.
Sendo assim, qualquer interessado ao solicitar, com base na Lei de Acesso à Informação, cópia de determinado processo administrativo ou dos documentos preparatórios utilizados como fundamento da tomada de decisão teria acesso, automaticamente, ao nome dos servidores responsáveis pela elaboração das notas técnicas ou pareceres.
Por último, ressaltamos que os esclarecimentos prestados são de ordem geral e abstrata e podem diferir de acordo com as especificidades de pedidos concretos de acesso à informação ou conforme a própria natureza da informação pretendida, que eventualmente pode estar classificada em algum grau de sigilo. (BRASIL. Resposta à solicitação de Informação Pública, protocolo Nº 00075.000873/2012-91, 2012).

Neste sentido, pareceria existir uma dissonância interpretativa entre o Decreto nº 7724 e a decisão, tanto da FAPESP quanto do CADA-SP, em relação ao que seja considerado “informação pública” em relação a um parecer emitido para um processo público, como é o caso do pedido de informação em questão.

c) Do ponto de vista do requerente, funcionário público de uma Universidade Federal, pesquisador na área da Ciência Política, que tem entre um dos seus focos de pesquisa a teoria e a práxis da democracia, participante do processo da Conferência Nacional Sobre Transparência e Controle Social, sinto-me com a obrigação de assinalar o enorme cerceamento dos alcances da política de transparência e controle social que representa a prática de sigilo dos nomes dos assessores *ad hoc* e, muito mais, a mencionada decisão do CADA-SP de classificar os nomes dos assessores como “informação pessoal”.

Para a argumentação desta posição proponho a experiência imaginária de uma pesquisa científica que, focando a questão da distribuição pública republicana dos sempre

limitados recursos públicos parta da hipótese – hipótese já levantada, diga-se de passagem, diversas vezes e de diversos modos –, de que possam existir esquemas de favorecimentos nos órgãos de financiamento da pesquisa entre grupos ou centros de pesquisa que se favorecem mutuamente com pareceres favoráveis recíprocos para assegurar o acesso comum aos recursos públicos e se protegem da competência mediante a rejeição dos projetos dos grupos concorrentes, ou, em outra variante, de possíveis acordos implícitos nos marcos dos profissionais de áreas específicas para a exclusão de determinadas linhas de pensamento por razões ideológicas.

O caminho natural de uma pesquisa legítima deste tipo seria a realização de cruzamentos de informação a partir dos processos públicos dos órgãos de fomento à pesquisa, por exemplo, dos últimos 20 anos: por um lado, entre os projetos aprovados e os nomes dos assessores *ad hoc* (e seus respectivos currículos Lattes) e, por outro lado, entre os projetos indeferidos e seus respectivos assessores *ad hoc*. Com técnicas de redes, poderiam ser estabelecidas correlações que permitiriam indicar a existência ou não de redes objetivas de relações que seriam estudadas sob a hipótese de “redes de favorecimento mútuos” e “redes de não-favorecimentos seletivos”. Este tipo de pesquisa poderia permitir a detecção e correção de possíveis direcionamentos inadequados dos recursos públicos, etc.

Pois bem, este tipo de pesquisa – e o controle público subjacente – seria impossível de ser realizada, pelo público não-estatal, nas condições de sigilo dos nomes dos assessores e, muito menos, em condições nas quais a identidade dos assessores é classificada como “informação pessoal”, situação inadmissível em tempos de Lei de Acesso à Informação Pública e de incentivos à cidadania para o acompanhamento das políticas públicas.

Pelas razões apontadas acima, solicito a essa Comissão Estadual de Acesso à Informação: a) orientar à Fundação de Amparo à pesquisa de São Paulo – FAPESP para o deferimento integral da informação solicitada; b) o envio ao requerente dos documentos oficiais do CADA-SP sobre a classificação dos nomes dos assessores *ad hoc* como “informação pessoal” incluindo o código de indexação do documento classificado e, na hipótese dessa Comissão Estadual de Acesso à Informação manter a classificação, a indicação dos mecanismos e da autoridade à qual se deve recorrer para a solicitação da desclassificação; c) Na medida da sua pertinência nos marcos deste pedido de acesso à informação pública, solicito o pronunciamento dessa comissão sobre a manutenção do sigilo dos nomes dos assessores *ad hoc* nos processos de tomada de decisão da FAPESP em relação às solicitações públicas apresentadas à instituição.

Revisão por pares *aberta*: uma necessidade iniludível.

Neste ponto do texto penso adequado realizar – embora sem a possibilidade de uma discussão intensiva do tema – um brevíssimo resumo do estado da discussão em torno da questão dos modos de revisão por pares, partindo da indicação de algumas referências históricas fundamentais.

Em 1997, a *Electronic Transactions on Artificial Intelligence*, (<http://www.etaij.org>), do *European Coordinating Committee for Artificial Intelligence* lançou um jornal de acesso aberto no qual a revista combinava processos de avaliação aberta e de avaliação fechada. Tratou-se, aparentemente, de uma iniciativa pioneira no início do processo de difusão massiva da Internet.

Em 1999, foi lançado o periódico de acesso aberto *Journal of Medical Internet Research* (<http://www.jmir.org/>) o qual, a partir sua criação, decidiu publicar os nomes dos revisores em cada artigo publicado, modalidade generalizada nas revistas médicas. Também em 1999, o *British Medical Journal* (<http://www.bmj.com>) mudou seu sistema de avaliação por pares para a modalidade de sistema aberto, revelando as identidades dos revisores para os autores. Na página de informação da revista sobre este aspecto se informa⁹:

A BMJ usa revisão por pares aberta. Isto significa que os revisores têm que assinar os seus pareceres, dizendo brevemente quem são e onde trabalham. Pedimos também aos avaliadores que manifestem aos editores quaisquer interesses conflitantes que possam incidir sobre a avaliação dos artigos indicados para dar parecer. Revisão aberta não significa, no entanto, que os autores possam entrar em contato com os comentadores diretamente para discutir seus relatórios; todas as consultas devem ainda ser realizadas através dos editores da revista.

No ano 2000, a plataforma de revistas biomédicas, *Biomed Central* (<http://www.biomedcentral.com/>) aderiu à revisão por pares aberta. A publicação digital indica sobre o seu sistema de revisão:

As revistas de biologia dentro da série BMC operam com o tradicional processo de revisão por pares anônima, enquanto as revistas médicas trabalham com um sistema "aberto" de revisão por pares. Revisão aberta significa que, em primeiro lugar, os nomes dos revisores estão incluídos nos relatórios de avaliação pelos pares e, segundo, que, se o trabalho for publicado, os relatórios são disponibilizados on-line, juntamente com a versão final do manuscrito. O artigo publicado irá fornecer um link para o seu "histórico de pré-publicação" que lista todas as versões do manuscrito,

⁹ Nota do editor: tradução livre realizada pelo autor.

todos os comentários assinados, e todas as respostas aos revisores desde a submissão do manuscrito até sua publicação.

Em 2001, a *European Geosciences Union* lançou a *Atmospheric Chemistry and Physics*, uma revista de acesso aberto, com um processo de publicação em dois estágios. Vejamos as indicações encontradas na página de informações sobre o sistema de revisão (http://www.atmospheric-chemistry-and-physics.net/review/review_process_and_interactive_public_discussion.html):

O acesso inicial de avaliação pelos pares garante a qualidade científica e técnica básica para artigos publicados em ACPD. Uma subsequente discussão interativa e comentários públicos dos árbitros, autores e outros membros da comunidade científica é esperado para melhorar o controle de qualidade para artigos publicados em ACP para além dos limites do tradicional processo fechado de revisão por pares. Nos casos em que não sejam recebidos comentários adicionais por parte da comunidade científica, um processo de revisão no sentido tradicional, mas de uma forma mais transparente, é assegurada antes da publicação de um artigo na ACP.

Em junho de 2006, a revista *Nature* lançou um experimento de revisão por pares *aberto* em paralelo com o sistema fechado, tradicional da revista, e registrou um amplo debate sobre a questão (<http://www.nature.com/nature/peerreview/debate/nature05535.html>). Na página com os primeiros comentários sobre o debate – que envolveu 22 artigos – afirmam os editores:

Apesar do grande interesse na discussão, apenas uma pequena proporção de autores optaram por participar. Houve um significativo nível de interesse pela revisão aberta entre aqueles autores que optaram por publicar seus manuscritos abertamente. Uma pequena maioria dos autores que participaram receberam comentários, mas muito poucos, apesar da circulação na web. A maioria dos comentários não foram tecnicamente substantivos. A experiência sugere que há uma relutância marcada entre os pesquisadores para oferecer comentários abertos. *Nature* e seus editores continuaram a explorar usos participativos da web. Mas pelo menos por agora, não vamos implementar revisão aberta.

As conclusões do debate foram discutidas no editorial do número 444 da *Nature*, de dezembro de 2006. (<http://www.nature.com/nature/journal/v444/n7122/full/444971b.html>), deixando em aberto a possibilidade de uma futura adoção do sistema aberto:

Esta não foi uma experiência controlada, por esta razão, em nenhum sentido é refutada a hipótese de que a revisão aberta possa um dia se tornar uma prática aceita. Mas esta experiência, juntamente com discussões informais com os pesquisadores, sugere que a maioria deles estão muito ocupados e não tem incentivos suficientes para se aventurar a postar avaliações críticas públicas do trabalho dos seus pares no site da *Nature*.

Embora as conclusões do debate levaram à decisão provisória de não adoção do sistema aberto, mostram claramente até que ponto, numa revista privada da dimensão da *Nature*, é sentida a necessidade de encontrar saídas que superem o processo fechado clássico, levando a revista a realizar a experiência citada. O obstáculo principal apontado pela *Nature* para a não adoção, por enquanto, do sistema aberto, foi a baixa adesão voluntária ao novo padrão proposto. Contudo, isto não poderia ser nenhum empecilho para as entidades públicas de apoio e financiamento à pesquisa no Brasil, já que o país conta com um extenso sistema de pesquisadores financiados com dinheiro público em cujos encargos contratuais figura a obrigação de realizar a função de revisores *ad hoc*.

A discussão em tono dos sistemas de avaliação chegou até o jornal *New York Times*, que na sua edição de 23/8/2010, na matéria assinada por Patricia Cohen denominada *Scholars Test Web Alternative to Peer Review* (<http://www.nytimes.com/2010/08/24/arts/24peer.html?pagewanted=all&r=1&>), discute as alternativas que vem sendo produzidas a partir das possibilidades abertas pela Internet.

Arribando a *Terra Brasilis* é obrigatório mencionar a revista *Neurociências* que, a partir do número 17(2) de 2009, começa a experimentar o modo aberto da revisão. Vejamos, pela sua importância política na discussão em pauta, uma citação extensa do editorial deste número da revista intitulado *Revisão Aberta*, assinado pelo Editor Chefe, Gilmar Fernandes do Prado e outros editores (<http://www.revistaneurociencias.com.br/edicoes/2009/RN%2017%2002/editorial%20gilmar.pdf>). Depois de expressar as dificuldades do trabalho dos comitês editoriais para a mediação do processo de revisão e manifestar o baixo retorno para os revisores em relação ao trabalho despendido para a revisão de um artigo, o editorial passa a analisar as mazelas do modelo fechado de revisão por pareceristas anônimos:

O anonimato, por outro lado, conduz a padrões típicos de comportamento de revisores. São pessoas que se utilizam de frases curtas e às vezes contundentes (“...isso é um completo absurdo...”, “... isso não existe...”, “...a metodologia está incorreta...”, “...este artigo não deve ser publicado...”, “...wild speculation, based on faulty logic...” [crítica feita ao trabalho dos ganhadores do Prêmio Nobel de Medicina Paul Nurse e Leland Hartwell]), muitas vezes sem argumento competente para serem sustentadas em debate habitual, sendo somente emitidas pela força do anonimato. É comum que o revisor critique sem apontar as razões ou opções-sugestões. Mas também é comum que seja superficial, observando apenas os aspectos formais do texto, criticando a língua ou linguagem de forma enfática o suficiente para insinuar ou declarar a insuficiência do manuscrito.

O revisor pode ainda estar enviesado pelas próprias ideias e opiniões que tem a respeito daquele tema, ou ainda entender, frente a sua cultura e política acadêmicas, que o tema não é relevante e encaminhar a revisão secundado por concepções ou conhecimento que tenha dos autores desfavorecendo, ou ainda, favorecendo a publicação, conforme consiga ou não influenciar a decisão do Editor.

Com tanta coisa para se fazer e me chega esse artigo! O revisor está trabalhando em seus próprios artigos, respondendo aos editores sobre seus

próprios trabalhos, e na turbulência de seus compromissos lhe é arremessada mais uma tarefa. Pior ainda quando o artigo traz pronta uma pesquisa na qual vem trabalhando há bastante tempo. Vê surpreso que não será mais original o seu trabalho. Não lhe nasceria uma ponta de inveja? Um criticismo eloquente? Uma, ainda que inconsciente, deliberada e humana propensão a atrasar o processo de publicação? Ou ainda, vislumbrar a chance de tratar seus dados e publicar ainda antes do artigo do autor que ora revisa, a depender do momento de sua pesquisa? Não foi assim com David Hilbert e Albert Einstein após o simpósio na Universidade de Göttingen no final de junho de 1915?

E o autor? Pode descuidar-se de vários aspectos na redação de seu trabalho, ou ainda, de fato, faltar com importantes elementos, substanciais à validade da pesquisa. Entretanto, pouco tem a fazer, ante as imposições da revisão. Mudará, acrescentará ou subtrairá elementos que seriam pouco ou nada relevantes ao estudo, para atender caprichos de estilo e fraseamento afeitos àquele do revisor (não se discute, obviamente, os padrões clássicos e necessários à boa redação do trabalho científico), consumindo tempo desnecessário do autor, ocultando-lhe seus verdadeiros padrões.

Há um movimento crescente entre editores, visando a tornar público o processo de revisão. Uma aposta na melhoria do processo, aumento do número de revisores, redução do tempo de revisão, e dentre outras, reconhecimento ao revisor, que passa a produzir um texto formal de revisão a ser publicado naquele periódico juntamente com o artigo revisado, se for decisão do Editor publicá-lo. Ao autor será dada a prerrogativa de revisar ou não o artigo. E o leitor poderá desfrutar dos dados e da crítica viva aos dados e ao texto.

A Revista Neurociências inaugura neste número a Revisão Aberta. Iniciamos este modelo com apenas dois artigos, mas a política do Editor e Junta Editorial é sugerir fortemente aos autores que optem pela Revisão Aberta. A Revista Neurociências ainda visa com esse modelo trazer elementos racionais à composição dos textos, promovendo ampla divulgação e treinamento dos autores, haja visto ser de inegável cunho didático e com alto potencial de treinamento se vivenciar os passos da “via crucis” da publicação. A Revista Neurociências divulgará os parâmetros para tal procedimento em breve, e já está encaminhando instruções aos revisores. Esperamos contar com textos formais e impessoais, erigidos com argumentos e não em impressões ou emoções.

A eloquência do texto exime de comentários.

A discussão em pauta tem sido desenvolvida também em âmbito da pós-graduação. Assinalamos apenas o caso da dissertação de Juliano Machado Teixeira intitulada *Editoração colaborativa e revisão aberta de textos científicos*, defendida em agosto de 2011. Na dissertação encontramos a discussão de modelos de *open review* prontos para serem implementados e uma interessante bibliografia. Em particular o artigo “Uma Proposta para Editoração, Indexação e Busca de Documentos Científicos em um Processo de Avaliação Aberta” (OLIVEIRA, 2005) (<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/bdbcomp/servlet/Trabalho?id=4071>) poderia sugerir bons direcionamentos para as autoridades das entidades públicas.

Nos elementos colocados acima, evidenciamos que a discussão sobre as diversas modalidades de revisão por pares e as experiências de revisão aberta, não são novas, como pode aparentar o silêncio das autoridades da FAPESP em relação a esta modalidade nas

respostas recebidas neste processo de acesso à informação pública. Embora devam ainda desenvolver-se as modalidades de sua *implementação*, resulta inadmissível a ideia de que o modelo do sistema fechado é *indiscutível* e *inamovível*. Ao contrário, fica mais do que evidente que, nas instituições públicas de apoio à pesquisa, a mudança para o padrão de avaliação aberto já demorou demais. A permanência do sistema do anonimato, em tempos de Lei de Acesso a informação Pública, é uma afronta não só ao espírito e ao texto da LAI, mas também à própria prática científica.

Um final aberto: a dura batalha pelo fim do anonimato

Em 28 de outubro de 2012 protocolei o pedido de recurso em terceira instância. A partir desse momento ao dia de hoje enviei inúmeros e-mail e realizei mais de 25 ligações às autoridades do sistema de acesso à informação pública. A primeira estação da via crucis, foi a indecisão do SIC-SP sobre qual seria a instância superior que deveria julgar o recurso. Depois, uma milagrosa *multiplicação dos prazos processuais* em favor dos órgãos estaduais que, de cinco dias para responder ao cidadão segundo a lei, se transformaram em quase trinta dias, evidenciando-se neste ponto uma assimetria insustentável entre a posição do cidadão e a posição do agente estatal: se o caso fosse inverso e eu como requerente tivesse excedido apenas um segundo o limite do prazo para entrar com recurso, o sistema teria rejeitado liminarmente meu pedido de maneira inapelável.

Contudo, depois de quase um mês de espera e reclamações, em 26 de novembro de 2012, finalmente arribou a resposta da CGA paulista. Na mensagem eletrônica na qual foi veiculada a resposta se encontravam dois pareceres. Um deles, do Diretor Técnico do Departamento de Assuntos Jurídicos e disciplinares da CGA, Sr. Levi de Mello quem, através da Manifestação nº 33/2012 (“sub censura”) se pronuncia pelo *provimento* da solicitação do requerente: isto é pela liberação da informação pública solicitada. O segundo, do Presidente da CGA-SP, Sr. Gustavo Ungaro, contrariando o parecer de seu assessor jurídico, mantendo o *indeferimento* da solicitação.

A primeira e necessária observação geral inicial é referida à própria *discordância* entre a Manifestação do Diretor Levi de Mello e da decisão final do Presidente da CGA Gustavo Ungaro. A primeira, uma longa e circunstanciada peça 33 páginas e 65 parágrafos, onde, além do estudo minucioso expresso na *letra* da manifestação, é possível perceber um *espírito* do pronunciamento carregado de preocupação republicana por se prender ao espírito da Lei 12527, que prima pela facilitação ao cidadão dos caminhos de acesso à informação pública (*ex parte populi*, para expressá-lo na alocução latina cara a Norberto Bobbio). Na decisão do Presidente Gustavo Ungaro, é possível perceber, contrariamente, na *letra* e no *espírito*, um posicionamento marcado pela preservação dos interesses das

instâncias estatais (*ex parte principii*, completando a dupla possibilidade do posicionamento político – uma “ascendente” e outra “descendente” – tematizada pelo insigne Filósofo do Direito italiano). Enquanto o primeiro se esforça na busca de documentação e informação que reforcem o ponto de vista do cidadão, o segundo se esforça por encontrar argumentos que sustentem a posição oficial. Vejamos uma breve síntese das posições.

A decisão denegatória do Presidente da CGA Gustavo Ungaro

Dois elementos centrais sustentam a denegatória: a) a aceitação da tese da FAPESP do “ato jurídico Perfeito”; b) a aceitação da validade da ação classificatória da informação solicitada como “pessoal”. Como encaminhamento final, a decisão do Presidente Gustavo Ungaro, ratifica a “regularidade procedimental das medidas administrativas adotados no âmbito da Fapesp” e conclui pela “impossibilidade de alteração da presente situação fática por esta instância recursal [a CGA], desprovida de competência revisional desclassificatória, vez que a atribuição para tanto se encontra prevista no artigo 34 do Decreto”, orientando para o encaminhamento de recurso a instância superior, já que “depreendendo-se que tal exame é cabível à autoridade classificadora e à autoridade hierarquicamente superior ou, se enquadrada na hipótese do §3º do artigo 33º, à Comissão Estadual de Acesso à Informação”. (Decisão do Presidente Gustavo Ungaro, parágrafo 20).

É importante trazer à análise, um fragmento da decisão do Presidente Ungaro na qual, num movimento de acolhimento de elementos da minha demanda – cujo conteúdo poderia, se guiado por um espírito *ex parte populi*, haver orientado uma decisão que acolhesse a recomendação do Diretor Levi de Mello – que merece destaque interpretativo:

Das demais informações trazidas aos autos, percebe-se que a preservação do nome de consultores especializados incumbidos de funções avaliadoras constitui-se em prática tradicional da comunidade científica nacional, *não obstante sejam os conteúdos das respectivas avaliações acessíveis e recoráveis*. Contudo, eventuais impugnações do avaliador por impedimento, suspeição e outras hipóteses diretamente ligadas à sua personalidade - capazes de comprometer a lisura do parecer exarado - *ficam fragilizadas no modelo até agora vigente em nosso país*, o qual há de ter buscado tutelar com primazia elevados valores caros ao avanço da pesquisa científica. Mas a presente demanda, dentre possíveis outras, *pode ter o condão de despertar nova reflexão da comunidade acadêmica, à luz dos renovados postulados da transparência pública e da ética*, sem nunca descurar do almejado progresso científico que a toda a humanidade muito interessa. (Decisão do Presidente Gustavo Ungaro, parágrafo 19. Grifos meus).

Lamentavelmente, a CGA, se guiada pela manifestação do Diretor Levi de Mello, poderia ter-se colocado à dianteira dessa imprescindível – e *inevitável* sob a ótica da Lei 12527 –, “nova reflexão da comunidade acadêmica, à luz dos renovados postulados da

transparência pública e da ética”. Se bem é verdade que a arcaica figura do anonimato como *fundamento decisório no uso de recursos públicos* tem sido “prática tradicional da comunidade científica nacional”, – prática surgida, diga-se de passagem, em tempos históricos no Brasil marcados por um Estado de caráter autoritário, impensável nos tempos atuais, de uma organização estatal em vias de democratização substancial – isto não pode ser usado como argumento para sua manutenção *no âmbito das instituições públicas*. No próprio âmbito das entidades privadas (sobre tudo em publicações científicas) a instituição do anonimato sofre fortíssimas críticas e tem sido substituída em diversos casos pelo uso de *sistemas abertos* de avaliação da qualidade dos trabalhos como vimos na seção anterior. O sistema de anonimato não apenas *fragiliza* “eventuais impugnações do avaliador por impedimento, suspeição e outras hipóteses diretamente ligadas à sua personalidade”, mas *impede*, o controle social do uso de recursos públicos.

Mostramos acima como, apesar da crença institucional do Presidente Ungaro em que “sejam os conteúdos das respectivas avaliações acessíveis e recoráveis”, no caso em pauta (Processo n. 92/3900-4 da FAPESP) a instância de recurso foi de caráter meramente decorativo, uma vez que, longe de acolher as solicitações de *revisão substancial* da decisão – elevadas tanto seja por mim quanto pela orientadora na época, Prof^a. Evelina Dagnino e institucionalmente pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas – a FAPESP não fez mais do que ratificar, sem intervenção crítica qualificada da instituição, a decisão de caráter marcadamente ideológica realizada pelo parecerista. Se estas evidências constantes nos autos do processo, quisessem ser entendidas como *de caráter historicamente superado*, mostramos como, no caso do parecer da CAPES, a instituição do anonimato continua, nos tempos atuais, como uma *figura institucional perversa* no âmbito das instituições públicas de financiamento da pesquisa com recursos públicos, capaz de abrigar, no segredo de sigilo, verdadeiras “patrulhas ideológicas”, alheias à necessárias pluralidade teórica dentro das instituições científicas. Trata-se de uma instituição *incorrigível*.

A manifestação favorável ao deferimento da solicitação de informação pública exarada pelo Diretor de assuntos jurídicos da CGA, Sr. Levi de Mello

Contrariamente à decisão do Presidente da CGA, o Diretor de Assuntos jurídicos se pronuncia pelo *deferimento* da informação solicitada. Em primeiro lugar, entre os parágrafos 17 e 41 de sua argumentação, Levi de Mello desmonta a tese do “ato jurídico perfeito”, afirmado pela FAPESP e acolhida pelo Presidente da CGA-SP, demonstrando pela análise jurídica que, de fato, este “ato perfeito” nunca aconteceu, determinando em consequência que a FAPESP “forneça ao interessado o acesso à identidade dos pareceristas” (Levi de Mello, Manifestação, parágrafo 39).

A seguir o Diretor de Assuntos Jurídicos passa a analisar (entre os parágrafos 42 e 48) a validade do ato classificatório da informação solicitada como “informação pessoal”. Depois de constatar que o Conselho Técnico Administrativo da FAPESP, após consulta ao CADA¹⁰, – na sua resolução relativa ao *Proc. Nº 12/353-M – FAPESP: Classificação de Informação pelo Regime da Lei Federal nº 12.527* –, classifica os nomes dos pareceristas como “informação pessoal” (ata da reunião do CTA de 26/10/2012), passa a verificar a validade do procedimento.

46. Assim, a partir momento em que a autoridade máxima, no exercício de sua regular atribuição, competência e discricionariedade, entende por bem em classificar uma informação de sigilosa, rompendo com a regra legalmente prevista, há a necessidade inafastável de ser dada publicidade a esse ato de exceção. É o imperativo legal contido no artigo 32, inciso I, da Lei Federal 12.527, de 18.11.2011, *verbis*:-

Artigo 32 - A classificação de sigilo de documentos, dados e informações no âmbito da Administração Pública Estadual deverá ser realizada mediante:

I - **publicação oficial**, pela autoridade máxima do órgão ou entidade, de tabela de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, que em razão de seu teor e de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade e do Estado ou à proteção da intimidade, da vida privada, da honra e imagem das pessoas, sejam passíveis de restrição de acesso, a partir do momento de sua produção (...).

47. Ocorre, que não obstante o extrato da Ata da Reunião do Conselho Técnico Administrativo da FAPESP, **inexiste nos autos qualquer notícia quanto à publicação oficial do sigilo de que dá conta este expediente**. Por outras palavras, não há prova de que a FAPESP tenha dado integral cumprimento ao citado dispositivo, razão pela estaria maculado o procedimento nela previsto.

A partir desta conclusão, o Diretor de Assuntos jurídicos da CGA se pronuncia, mais uma vez, pelo deferimento da solicitação de informação pública.

48. Por tal razão, opina-se que o recurso ora sob análise seja CONHECIDO (artigo 20, inciso III, do Decreto 58.052, de 16.05.2012) e PROVIDO, determinando à FAPESP que proceda a regularização do ato praticado [...]

Importa ainda mencionar nesta solicitação de recurso duas questões de alta relevância na Manifestação do Diretor Levi de Mello.

1 - A *primeira*, referente às peripécias – verdadeiro *via crucis*, denominei em outro lugar – padecido pelo solicitante para a obtenção de informação pública, mostra cabal da preocupação republicana do autor da Manifestação:

55. Ultrapassada a matéria aqui versada em âmbito recursal, cumpre salientar que a conduta do interessado em sua incessante busca por informação demonstra o quanto a ausência de transparência na Administração Pública pode afetar a vida dos cidadãos.

¹⁰ Os documentos relativos a este pronunciamento do CADA ainda não foram revelados neste processo, nem na DECISÃO-PR Nº 01/2012 do presidente da FAPESP Celso Lafer, nem na manifestação do Diretor Levi de Mello.

Neste sentido, o Diretor Levi de Mello, sabendo o caráter “sub censura” de sua manifestação, salienta e destaca as possibilidades recursais cabíveis ao solicitante em caso de decisão denegatória do Presidente da CGA.

57. Ocorre, “*ad argumentandum*”, que mesmo na hipótese de ser negado provimento integral ao recurso interposto pelo interessado, ou vir a ser regularizada o procedimento adotado pela FAPESP, a Lei Federal 12.527, de 18.11.2011 e o Decreto n. 58.052, de 16.05.2012, ainda lhe asseguram a possibilidade de pleitear a **desclassificação** da informação, por procedimento próprio, diverso do presente. É o que assegura o artigo 34, do Decreto 58.052, de 16.05.2012 (...).

Posicionando-se hipoteticamente nesta possibilidade denegatória do Presidente da CGA (finalmente efetivada na sua decisão contrária ao provimento da informação) acolhe nos seus argumentos o texto da manifestação da CGU de 15 de outubro de 2012, mencionada anteriormente neste artigo.

58. Caso assim ocorra, por certo a Comissão Estadual de Acesso à Informação haverá de levar em consideração a resposta recebida pelo interessado, quando do questionamento à Corregedoria Geral da União, por intermédio do Protocolo: 00075.000873/2012-91 acerca da possibilidade de acesso à identidade dos pareceristas, nos moldes aqui pretendidos.

Depois de citar integralmente a resposta da CGU ao autor, Levi de Mello afirma sobre este ponto chave no pleito em questão:

59. Vale dizer, que “*s.m.j.*”, a mesma interpretação pode ser dada no âmbito de nosso Estado, considerando que o Decreto n. 58.052, de 16.05.2012 assim estabelece em seu artigo 10, § 3º:-

Artigo 10 - O acesso aos documentos, dados e informações compreende, entre outros, os direitos de obter: [...]

§ 3º - O direito de acesso aos documentos, aos dados ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

60. Dessa forma, a partir do momento em que a autoridade ou órgão competente exara a decisão acerca da concessão ou não de bolsa destinada à pesquisa, **ao interessado resta assegurado o direito de acesso não só às razões, mas também à identidade daqueles profissionais que emitiram os pareceres nos quais a decisão foi embasada.** (Grifos: RB)

61. Por outro lado, “*s.m.j.*”, não se vislumbra que a divulgação da identidade do parecerista possa ser considerada como desrespeito à intimidade, vida privada, honra ou imagem.

E assinala finalmente os riscos que, para o exercício do direito ao *controle social* do uso dos recursos públicos, acarreta a decisão de declarar a inacessibilidade de informação sob os nomes dos pareceristas:

62. Com efeito, a partir do momento em que não se permite ao interessado o amplo acesso ao conteúdo de uma decisão que lhe foi desfavorável, proferida em procedimento administrativo que tramita por uma fundação pública, estar-se-á cerceando o seu direito à ampla defesa de seus direitos, ferindo frontalmente preceitos fundamentais insculpidos no artigo, incisos XXXIII e XXXIV, da Carta Maior.

2 - A *segunda* consideração final da Manifestação que consideramos de alta relevância para nosso pedido de acesso à informação pública, extrapola a dimensão estadual e nos mostra como o Diretor Levi de Mello, preocupado com as consequências perversas da consideração dos nomes dos assessores *ad hoc* como “informação pessoal” vai analisar criticamente recentes disposições normativas de uma das agências nacionais de apoio à pesquisa:

63. Apenas para exemplificar uma hipótese em que a impossibilidade de acesso à identidade dos pareceristas causa prejuízo ao interessado, traz-se ao debate recente normatização do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq, que no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 do Estatuto aprovado pelo Decreto n. 4.728, de 09.06.2003, editou em 20.03.2012 a RESOLUÇÃO NORMATIVA 009/2012, estabelecendo as atribuições, finalidades, composição e funcionamento do Corpo de Assessores, dos Comitês de Assessoramento, dos Comitês Temáticos, do Núcleo de Assessores em Tecnologia e Inovação, do Núcleo de Assessores para Cooperação Internacional e da consultoria *ad hoc*.

Verificando que no Art. 39 da Resolução normativa 009/2012 “O consultor *ad hoc* responsável pela emissão de parecer terá preservada sua identificação pelo CNPq”, Levi de Mello tece as seguintes conclusões:

64. Ora, sem que o interessado saiba da identidade do parecerista, cuja previsão de preservação de identidade está prevista no artigo 39 acima, será impossível que aquele que tiver recusado projeto de pesquisa verifique as hipóteses de impedimento – em especial quanto à existência de conflito de interesses entre a sua pessoa e o parecerista –, bem como justificativa a afastar a análise por parte de profissional que não atue na área em que o pedido está classificado. Por outras palavras, não seria possível ao interessado aferir se o parecerista possui realmente a qualificação e o conhecimento necessário à devida e isenta análise do projeto apresentado. Destaque-se, que de modo arbitrário e temerário a suscitação do conflito de interesse fica na dependência exclusiva daquele que injustamente de acoberta do anonimato. Aqui sim, estar-se-á diante de grave violação a direito pessoal, honra e imagem do verdadeiro lesado: o interessado.

Com base nas considerações gerais da sua Manifestação, o Diretor Levi de Mello conclui:

65. Posto isso, opina-se pelo CONHECIMENTO do recurso, dada a tempestividade, e, no tocante ao mérito, seja PROVIDO, nos moldes antes elencados.

É a manifestação, “sub censura”. São Paulo, 12 de Novembro de 2012.

Como visto acima, o presidente da CGA-SP, finalmente “censurou” e recusou praticamente *in totum* esta manifestação do Diretor Levi de Mello, denegando o acesso à informação pública. Em 2 de dezembro de 2012 o autor registrou solicitação de recurso em *quarta instância*, dirigido à *Comissão Estadual de Acesso à Informação – CEAI*, a que, aparentemente, não estava criada nessa data, razão pela qual só Deus sabe quando será julgado o recurso.

Como o leitor da *Pensata* poderá perceber nas questões levantadas pelo artigo que aqui finaliza – sem encontrar um final –, as ferramentas trazidas pela LAI se mostram de um enorme potencial democratizador ao criar a obrigação dos entes públicos de responder efetivamente às demandas de acesso à informação. No caso central em pauta no artigo – a questão do fim do anonimato - parece haver evidências mais do que suficientes para reafirmar que essa instituição não pode durar. Em relação ao uso das ferramentas da LAI, as evidências também parecem mostrar que ainda há um caminho longo para o cumprimento pleno da lei, coisa que irá se concretizar, mais veloz e vigorosamente, com o uso efetivo da mesma por parte dos cidadãos.

Referências Bibliográficas

BIOMED CENTRAL. Disponível em: <http://www.biomedcentral.com/authors/bmcseries>. Acesso em: 9/12/2012.

BRASIL, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Parecer do Processo CAPES AEX 4985/12-5. Brasília, 5 de Junho de 2012.

BRASIL, Lei 12527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DOU de 18 de novembro de 2011.

BRASIL. Corregedoria Geral da União - Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. Resposta à solicitação de Informação Pública, protocolo Nº 00075.000873/2012-91, datado em 15/10/2012.

BRITISH MEDICAL JOURNAL. Disponível em: <<http://www.bmj.com>>. Acesso em: 25/10/2012

BURGOS, Raúl. Solicitação de reconsideração à negativa de apoio à pesquisa, 5/3/93. In: **FAPESP documentação do Processo nº 92/3900-4**, enviada ao autor em 22/9/2012.

BURGOS, Raúl. **As peripécias de Gramsci entre Gulliver e o Pequeno Polegar. Um estudo sobre os projetos políticos do PT e da FMLN**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - Instituto de Filosofia e Ciência Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

BURGOS, Raúl. **Recurso em Primeira Instância dirigido ao Conselho Técnico Administrativo da FAPESP** em 1º de outubro de 2012.

BURGOS, Raúl. **Recurso em Segunda Instância dirigido à Presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo** – FAPESP em 19/10/2012.

BURGOS, Raúl **Recurso em Terceira Instância dirigido à Corregedoria Geral Administrativa do Estado de São Paulo** – CGA em 28/10/2012.

BURGOS, Raúl. **E-mail enviado à Central de Atendimento ao Cidadão –CAC**, em 30/10/2012.

BURGOS, Raúl. **E-mail dirigido à Corregedoria Geral Administrativa do Estado de São Paulo** (via a ferramenta “Fale Conosco”), em 7/11/2012.

BURGOS, Raúl. **E-mail dirigido à Corregedoria Geral Administrativa do Estado de São Paulo** (com cópia para outras autoridades do SIC-SP), em 9/11/2012.

COHEN, Patricia. **Scholars Test Web Alternative to Peer Review**. In: The New York Times, 2010. Disponível em: http://www.nytimes.com/2010/08/24/arts/24peer.html?pagewanted=all&_r=1&>. Acesso em 22/11/2012.

DAGNINO, Evelina. **Solicitação de reconsideração enviada à FAPESP em 22/3/1993**. In: FAPESP, Processo nº 92/3900-4. Documentação enviada ao autor em 22/09/2012.

DAGNINO, Evelina. Resposta à resposta da FAPESP enviada em 30/4/1993. In: **FAPESP, Processo nº 92/3900-4**. Documentação enviada ao autor em 22/09/2012.

EUROPEAN COORDINATING COMMITTEE FOR ARTIFICIAL INTELLIGENCE. **Journal Electronic Transactions on Artificial Intelligence**. Disponível em: <http://www.etaij.org>>. Acesso em: 27/10/2012.

EUROPEAN GEOSCIENCES UNION. **Atmospheric Chemistry and Physics**. Disponível em: <http://www.atmospheric-chemistry-and-physics.net/review/review_process_and_interactive_public_discussion.html>. Acesso em: 9/12/2012.

JOURNAL OF MEDICAL INTERNET RESEARCH. Disponível em: <<http://www.jmir.org/>>. Acesso em: 27/10/2012.

MELLO, Levi de. **Manifestação nº 33/2012 (“sub censura”)**. Processo SIC FAPESP 3909212100. São Paulo, 12 de novembro de 2012.

NATURE. Editorial. Nº **444**, 971, 21/28, dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/journal/v444/n7122/full/444971b.html>>. Acesso em: 9/12/2012.

NATURE. **Nature’s peer review debate**. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/peerreview/debate/>>. Acesso em: 9/12/2012.

OLIVEIRA, José Palazzo Moreira de; GALANTE, Renata de Matos; MUSA, Daniela Leal; EDELWEISS, Nina. **Uma Proposta para Editoração, Indexação e Busca de Documentos Científicos em um Processo de Avaliação Aberta**. In: Anais do 1º Workshop em Bibliotecas Digitais, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: (<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/bdbcomp/servlet/Trabalho?id=4071>). Acesso 6/12/2012.

PRADO, Gilmar Fernandes do; et alii. **Editorial: Revisão Aberta**. In: *Revista Neurociências*, Nº 17(2):99-100. São Paulo, **2009**. Disponível em: <<http://www.revistaneurociencias.com.br/edicoes/2009/RN%2017%2002/editorial%20gilmar.pdf>>. Acesso em: 9/12/2012.

SÃO PAULO. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Processo nº 92/3900-4. Documentação enviada ao autor em 22/09/2012.

SÃO PAULO. UNICAMP - Departamento de Ciência Política – IFCH. Ofício Nº008/93/ DCP, de 23/3/1993. In: FAPESP, Processo nº 92/3900-4. Documentação enviada ao autor em 22/09/2012

SÃO PAULO. Decreto Nº 58052, 16 DE MAIO DE 2012. Regulamenta a Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas. Publicado na Casa Civil, São Paulo, 16 de maio de 2012.

SÃO PAULO. Central de Atendimento ao Cidadão. E-mail enviado pela Central de Atendimento ao Cidadão ao autor em 30/10/2012.

SÃO PAULO. Central de Atendimento ao Cidadão - CAC. E-mail enviado pela CAC à Corregedoria Geral Administrativa do Estado de São Paulo em 30/10/2012. Constante em E-mail enviado pela Central de Atendimento ao Cidadão ao autor em 30/10/2012.

SÃO PAULO. Corregedoria Geral Administrativa do Estado de São Paulo. E-mail enviado pela CGA à CAC (com cópia para o autor) em 8/11/2012.

SÃO PAULO. Corregedoria Geral Administrativa do Estado de São Paulo. E-mail enviado ao autor em 9/11/2012.

SÃO PAULO. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Parecer nº 256/2012, 19/9/ 2012.

SÃO PAULO. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. Parecer nº 292/2012, de 2/10/2012. Resposta à solicitação de informação pública com negação parcial da informação.

SÃO PAULO. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo FAPESP, Decisão-PR Nº 01/2012, de 26 de outubro de 2012.

TEIXEIRA, Juliano Machado. Editoração colaborativa e revisão aberta de textos científicos. 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Computação, Instituto de Informática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

UNGARO, Gustavo. Decisão do processo SIC FAPESP 3909212100. São Paulo, 23 de novembro de 2012.

Construindo um *website* – dilemas e desafios deste fazer etnográfico com pesquisadoras de comunidades muçulmanas¹

Francirosy Campos Barbosa Ferreira²

Resumo: Este artigo tem dois objetivos: o primeiro é traçar os *dilemas e desafios* que o fazer etnográfico tem evidenciado na construção de um *website*, que tem como tema central as pesquisas produzidas por pesquisadoras de Islã. O segundo objetivo é enunciar ainda de forma breve como a Antropologia vem lidando com essas novas formas de produção de conhecimento.

Palavras-chave: Website, etnografia, pesquisadoras de Islã.

Abstract: This paper has two aims: the first is trace the dilemmas and challenges that make ethnography has shown in building a website that is focused on the research conducted by researchers of Islam. The second aim is to enunciate even briefly how anthropology has been dealing with these new forms of knowledge production.

Keywords: Website, ethnography, researchers of Islam.

El etnógrafo es un poco como Hermes: Um mensajero que, mediante técnicas, metodologías para desvelar la máscara, profundiza en lo inconsciente obteniendo los datos para la elaboración de su menaje a través de lo que permanece oculto, em secreto... (CRAPANZANO, 1991, p. 91)

O objetivo deste artigo é traçar os *dilemas e desafios* que o fazer etnográfico tem evidenciado na construção de um *website*, que tem como tema central as pesquisas produzidas por pesquisadoras de Islã.

O caminho para construção do *website* Antropologia e Islam³ foi iniciado em 1999 com meu mestrado em Antropologia, no qual as fotografias produzidas por famílias muçulmanas eram o centro da pesquisa (FERREIRA, 2001, 2002). No doutorado, a produção de documentários sobre as comunidades muçulmanas em São Paulo foram o grande estímulo ao trabalho (FERREIRA, 2007, 2009). Mas sentia que faltava algo “mais” que pudesse não só dar vazão às minhas pesquisas, mas que propiciasse, sobretudo, um diálogo mais amplo ao apresentar pesquisas que vinham sendo realizadas no Brasil. Três coisas me mobilizavam: em primeiro lugar, o fato de ser sempre relacionada com uma

¹ Este texto foi apresentado [no] 54 International Congress of Americanist “Building dialogues in the Americas” Viena, Áustria [de] 15-20 [de julho de] 2012. No Simpósio 902 - Imagem e sociedade: antropologia visual e mídia participativa nas Américas, coordenado por Edgar Teodoro da Cunha (UNESP-Araraquara) e Peter Zoetl (CRIA-IUL, Portugal, Lisboa) a quem agradeço a oportunidade.

² Antropóloga, docente do Departamento de Psicologia da FFCLRP, USP, Coordenadora do GRACIAS – Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes, Pesquisadora do GRAVI – Grupo de Antropologia Visual e NAPEDRA – Núcleo de antropologia, performance e Drama. Email: franci@ffclrp.usp.br; francirosy@gmail.com.

³ <http://www.antropologiaeislam.com.br/>

pesquisadora que estuda mulheres muçulmanas; segundo, colocar em evidência o campo de pesquisa sobre comunidades islâmicas no Brasil e fora dele; terceiro, os dilemas de campo e o modo como pesquisadoras se relacionam em uma sociedade homossocial.

Diante destas motivações, conforme as experiências do campo e com o fomento da FAPESP, foi possível a construção da versão inicial do site, disponibilizada em maio de 2012. Neste sentido temos uma pesquisa que trata de imagem e texto virtuais (*website*), gênero e Islã, elementos que deram tom ao produto “finalizado”. Finalizado entre aspas, porque fui contemplada com a continuação da pesquisa⁴, agora sendo possível fazer um campo fora do Brasil e assim, produzir outros filmes que compõem o *antropologiaeislam*.⁵



O site tem o objetivo de socializar o material de pesquisa de algumas pesquisadoras, incluindo as minhas e os produtos gerados. Embora tenha surgido a partir da ideia de construir uma meta-antropologia, antropologia da antropologia, colocando em espelho pesquisas próximas e distantes e o modo de fazer etnografia em comunidades islâmicas. Cabe dizer ainda que a produção de um *site* consolida a antropologia visual num patamar que é, não apenas, o modo diferente de comunicar interesses já estabelecidos pela antropologia escrita, como nos alerta MacDougall (2005, p. 23), mas também uma antropologia performativa, que se refere à apresentação dos objetos e à reconstituição das experiências no mundo (p. 28). De alguma forma, portanto, o *site* traz “para perto” pesquisadoras, suas falas, suas questões, além dos seus textos e imagens.

⁴ A FAPESP financia o projeto “Pesquisadores Performers: olhando para o feminino no Islã” (Processo 2010/18577-4).

⁵ Acesso das imagens do site em 27 de Novembro de 2012.

Para a pesquisa iniciada em 2008⁶, escolhi seis colegas em diferentes estágios de experiências acadêmicas e de campo. Na época, três faziam doutorado, hoje já concluído, e três já eram doutoras. Silvia Montenegro (Conicet - Argentina), Claudia Voigt Espínola (Florianópolis - UFSC), Vera Marques (Belo Horizonte - UFMG), Sonia Hamid (Brasília - UnB), Giselle Guilhon Antunes Camargo (Belém - UFPA) e Gisele Fonseca Chagas (pós-doutoranda UFF - Niterói). A escolha destas pesquisadoras se deu pela proximidade que tenho com cada uma e por serem de cidades diferentes possibilitando maior dimensão do campo pesquisado. Os *links* correspondentes às pesquisadoras podem ser acessados em <http://www.antropologiaeislam.com.br/pagina%20pesquisadoras.html>.



Há limites na antropologia compartilhada: agendas, imagens, textos...

[...] sobre os frágeis fios de Ariadne: que a utilização das técnicas de pesquisa ou a decisão sobre o que ver e ouvir e como registrar, não depende somente do antropólogo, mas da representação que os grupos observados fazem sobre essas técnicas que determinam as restrições impostas ou os consentimentos dados (SILVA, 2000, p.58-59).

Já imaginava, a partir da leitura do livro **O antropólogo e sua magia**, de Vagner Gonçalves da Silva (2000), que transformar pesquisadoras em objeto, era, sobretudo, uma tarefa complexa, “o pisar em ovos”, estaria presente o tempo todo, relações de amizades e

⁶ O projeto inicial “Porque eu não sou muçulmana” foi financiado pela FAPESP e compõe o Projeto Temático: Antropologia da Performance – Drama, Estética e Ritual, coordenado por John Dawsey e a Regina Polo Müller a quem agradeço o estímulo a esta pesquisa.

proximidades poderiam ser abaladas. Mas, considerando, que as interlocutoras aceitaram o convite para participar, resolvi “encarar” este desafio.

Em artigo escrito por mim para o livro **Olhares femininos sobre o Islã** (FERREIRA, 2010), descrevi o roteiro de perguntas inspirados no trabalho de Silva (2000). Com este rol de questões que permeava a trajetória de cada pesquisadora, suas técnicas, bibliografias preferidas, a discussão de gênero, etc. determinei que passaria alguns dias nas casas de minhas interlocutoras ou hospedada próxima de suas residências, pois desta forma imaginei que a conversa “correria solta”, e assim, mais do que determinar horário e espaço formais para o diálogo, esse aconteceria o *tempo todo*, com a câmera ligada ou não. Até aqui, não há o que compartilhar, a não ser “submetê-las” às perguntas obtusas, onde nem eu mesma tinha a certeza aonde chegaria.

No entanto, o primeiro entrave se impôs que era definir a *agenda*, confesso que com duas foi muito tranquilo e de pronto definimos datas para outubro de 2008, minha primeira visita. Com outras duas definir a agenda foi um pouco mais complicado, tivemos que nos adaptar a períodos de congressos. O que não previa foram duas situações: a primeira seria não conseguir realizar a entrevista completa com duas delas, isto é, não seguir o roteiro previsto, uma inclusive resolveu na hora desistir da gravação já autorizada, a outra por conta do trabalho, não conseguiu definir uma agenda compatível entre nós duas.

Quando pensei no uso da câmera de vídeo defini que não gravaria mais que 5 horas, isto é, levava para campo cinco mini DVs para não correr o risco de produzir mais material que essas cinco horas, que considerava suficiente para conversarmos e para fazer as devidas imagens de cobertura para os vídeos que seriam produzidos. Para que filmar? A ideia era de fato produzir pequenos vídeos sobre as pesquisadoras, o campo e a sua cidade relacionada. Depois de editados eles passariam pela avaliação de cada uma. Também deixei em aberto que elas sugerissem *onde* gravar e *com quem*. Antropólogos não visuais podem ainda estranhar este modo de produzir conhecimento, talvez, por aquilo que Etienne Samain chamou de uma antropologia que padece de *miopia crônica*, isto é, não interroga suas posturas cognitivas e discursivas em face das exigências plurais de enunciação e de aproximação do “real” (2005, p.127, grifos meus).

Uma das questões que elas acabavam fazendo era por que eu tinha selecionado apenas mulheres e excluído os homens da minha pesquisa. Para mim era simples esta justificativa, pois, assim como a cineasta e feminista Trinh T. Minh-ha (1989, 1991), que em seus filmes e textos pretendia deixar em relevo uma crítica à produção de conhecimento ocidental/masculino sobre “o outro”, eu também estava estimulada em falar sobre pesquisa, religião, gênero na perspectiva de mulheres, pois em se tratando de comunidades

muçulmanas onde o lugar masculino parece estar em maior destaque que o feminino, isto pareceria bem estimulante. Desta forma, eu objetivava compreender como minhas colegas-interlocutoras observavam as relações entre o feminino e o masculino nas comunidades por elas pesquisadas e como se dava a inserção delas em campo sendo mulheres. Esses objetivos não foram construídos gratuitamente, mas por meio de observações que ouvi de um pesquisador que teve que levar a esposa para entrevistar mulheres e de uma pesquisadora jovem que passou a usar uma aliança de compromisso para frequentar a comunidade e, assim, ter a simpatia das mulheres, afinal, ela não estava ali para conseguir um marido, o que criava sempre um “estranhamento” das muçulmanas.

Para Trinh Minh-ha a prática de “falar sobre” (*speaking about*) vem carregada de profundas camadas de pressupostos, implicações e jogos/demonstrações de poder: “o ‘falar sobre’ somente compartilha da conservação de sistemas de oposição binária (sujeito/objeto; Eu/Ele; Nós/Eles) de que depende o conhecimento territorializado... assegurando uma posição de dominação para aquele que fala” (1991, p. 12). Interessava-me ouvir as pesquisadoras, pois como bem pontuou Miriam Moreira Leite no filme *Caminhos da Memória*⁷: “A natureza é cruel com as mulheres”. Ela se referia ao fato das mulheres terem filhos e o quanto isto pesava na vida acadêmica. Das seis mulheres entrevistadas, três são mães e em suas falas relatam que a experiência da maternidade foi importante na inserção no campo. Este dado e outros relacionados ao campo realizado por mulheres sempre são deixados de lado⁸.

Fazer o filme, contar histórias

Importante destacar que escrita, oralidade e visualidade são meios de comunicação humana, embora sejam técnicas diferentes, como pontua Samain (2005, p. 119), e assim, como podemos imaginar, há limites nessas técnicas e estamos buscando sempre outros modos de comunicação e interação social. Essas diferenças perdem esses limites quando se trata da construção de *website*, pois aqui esses meios se misturam e enunciam outros modos de percepção.

Para ir além desta separação entre escrita, oralidade e visualidade é que propus um roteiro de perguntas e com todos os apetrechos da captação: câmera de vídeo, tripé, iniciava a entrevista, o diálogo entre duas pesquisadoras. Geralmente, gravávamos em suas

⁷ Documentário produzido por mim, Andrea Barbosa e Ana Lúcia Ferraz (LISA, 2008).

⁸ Não vou avançar esta questão aqui, pois trata de temática a ser abordada futuramente, sobre como pesquisadoras equacionam família e academia. O que pode ser adiantado é que a escolha de algumas pelo objeto próximo de casa tem relação com a maternidade e com a vida conjugal. Quanto mais perto de casa, mais fácil de “administrar” os problemas domésticos.

casas, na mesquita onde fizeram suas pesquisas, ou em algum lugar que demarcasse a cidade na qual vivem. Defini que os vídeos não poderiam passar de 10 ou 15 minutos. Eram muitas as temáticas que apareciam naquelas cinco horas de gravação. Resolvi então delimitar dois temas: *trajetória* e *gênero*. Trajetória, porque, considerei que seria interessante ter uma apresentação dos caminhos que a pesquisadora fez para a escolha do seu objeto, da sua profissão; gênero, porque, a pesquisa tem este tema como um dos elementos a serem trabalhados numa dimensão mais aprofundada: olhar para o feminino requer essas várias formas de observação ampliadas: escrita, oralidade e visualidade. Consulte o *link* aqui <http://www.antropologiaeislam.com.br/claudia%20videos.html>



Fizemos então dois vídeos de cada uma, o que *a priori* resultaria em 12 vídeos, mas resultou em dez, pois conforme explicado uma não gravou a entrevista, e outra pouco falou de gênero o que inviabilizou a construção do material a respeito. De janeiro a abril de 2012, eu e Leo Fuser⁹ editamos este material. Conforme íamos finalizando o material, encaminhávamos cada vídeo para aprovação das pesquisadoras, que retornavam com observações, sugestões, etc.

A cada devolutiva da pesquisadora tínhamos uma surpresa diferente: ou aquilo que foi narrado por ela, não condizia com a “veracidade”, erros de nomes, lugares e pessoas, que a partir do momento que se transformasse em vídeo e que estaria na rede, seria problemático. Em alguns vídeos achamos até que o ideal seria gravar novamente, mas

⁹ Editor do LISA Laboratório de Imagem e Som em Antropologia, USP.

como fazer isto a mais de mil quilômetros de distância? Foi então que fizemos alguns recortes e coberturas até conseguirmos chegar a um consenso e poder contar “aquela” história que nos era fascinante.

Outra observação interessante era em relação à própria imagem, mesmo tentando dar o maior cuidado, algumas sempre se referiam a sua própria imagem: “Hoje estou mais magra!”, ou “Este cabelo não está bom!”, julgamentos bem humorados sobre sua própria aparência. Ainda tinham aquelas que faziam questão de determinada fala, sequência. Tudo foi respeitado, guardadas as devidas possibilidades da edição. O mais complicado sem dúvida foi o retorno com os comentários, muitas demoravam a ver o vídeo e comentar, outras foram rápidas e didáticas nas suas observações. Todo este processo foi me ensinando a ver particularidades do fazer de cada uma. Resoluções de problemas muitas vezes imprimem um pouco da personalidade das interlocutoras. Tal qual a epígrafe deste texto escrita por Crapanzano (1991), no qual revela que o antropólogo é um pouco Hermes, isto é, mensageiro, que diante de determinadas técnicas busca desvendar a máscara, o inconsciente, aquilo que está oculto. No entanto, nem tudo pode ser dito, ou revelado, na etnografia. Crapanzano (1991, p. 93) diz que quando Hermes tomou o posto de mensageiro prometeu a Zeus não mentir, mas não prometeu dizer a verdade. Etnografia é ficção no sentido de algo construído, como afirma Geertz (1989). A construção de uma etnografia, não está só naquilo que se revela ou não, mas também, nos próprios elementos acionados na elaboração deste processo criativo. No caso do meu fazer etnográfico esses elementos estão sempre vinculados à poesia, à imagem, à performance. O que descrevo um pouco a partir de agora...

Enquanto as edições se avolumavam na ilha, estávamos cobertos por papéis, fitas, fotografias. Resolvi passar o final de semana assistindo a quatro filmes da Trint Minh ha¹⁰, para ver se advinha alguma inspiração para aquelas montagens. Para minha surpresa, a inspiração veio não para aquelas edições, mas sim, para a construção de um “vídeo-art”, designação que Leo Fuser atribuiu a esta produção. Terminado de assistir aos quatro filmes da Trint Minh-ha escrevi um texto poético sobre aquele projeto que envolvia pesquisadoras-performers:

Uma pesquisadora performer – porque eu não sou muçulmana

Transformar, permitir poéticas, metodologias, compreender performatividades...

Pesquisadora performer: sente, olha, escuta, toca, degusta...
o corpo se molda, se recupera... se restaura

¹⁰ **Reassemblage** (40 mins, 1982); **Surname Viet Given Name Nam** (108 mins, 1989); **Shoot for the Contents** (102 mins, 1991); **A Tale of Love** (108 mins, 1995) ("fiction").

A transformação do *ser* e ou da consciência

Alteridade

Transformado e Transportado

ser e não ser muçulmana ...

“não-eu e não não-eu – um estado de subjuntividade de “como se”...”¹¹

A ideia do poema que se transforma em imagem me agradava muito, e de uma locução também. Já tinha experimentado isto no filme **Sacrifício**¹², que produzi em 2007 (FERREIRA, 2007). Para Trint Minh-ha, o poder da poesia está em todos os lugares e a teoria pode alcançá-lo quando se aproxima dela (1992, p. 156). Com a intenção de que o projeto desenvolvido por mim fosse melhor entendido lancei mão da poesia para construção das imagens, para colocar em prática este *insight*. A possibilidade desta criação poderia afinar não só a escuta do projeto, mas o olhar sobre tudo aquilo que brotava da criação. O vídeo aqui era o projeto proposto em imagem, esta era/é a concepção do vídeo de abertura, aquele que contaria poeticamente o projeto e o investimento que fiz para pensar na *performance* de pesquisadoras.

Neste vídeo compilei imagens que produzi desde o início da minha pesquisa que estão presentes em outros vídeos e viagens recentes de campo, assim como a pesquisa junto a essas interlocutoras.

O site apresenta então 10 vídeos inéditos, sendo a “vídeo-arte” aquele que aparece na primeira página. Os demais podem ser acessados entrando primeiramente no link *Pesquisadoras* e depois em cada página individual, o navegador encontrará vídeos, textos e *links*. Na página de Silvia Montenegro haverá artigos e fotografias¹³. Além do material delas, há uma página em que são apresentados todos os meus artigos que estão *on line*, tese, e, por fim, vídeos produzidos por mim e entrevistas concedidas, dando assim um universo ampliado do que venho realizando¹⁴, assim como o *link* do Grupo de Pesquisa que constitui Gracias¹⁵ - Grupo de Antropologia em Contexto Islâmico e Árabe (FFCLRP-USP) e Neci (Núcleo de Estudos em Contextos Islâmicos) ligado ao CRIA (Centro em Rede de Investigação em Antropologia)¹⁶.

A disponibilização de material no site teve a orientação das próprias pesquisadoras. Com a montagem deste material foi possível verificar qual o tipo de inserção que cada uma tem dentro deste patamar científico.

¹¹ Ver o vídeo <http://www.antropologiaeislam.com.br/>

¹² Ver o vídeo aqui <http://www.antropologiaeislam.com.br/franci%20videos.html>

¹³ Conferir aqui <http://www.antropologiaeislam.com.br/silvia%20fotos.html>

¹⁴ Conferir aqui <http://www.antropologiaeislam.com.br/franci%20videos.html>

¹⁵ <http://www.antropologiaeislam.com.br/gracias.html> acesso em 27.11.12

¹⁶ <http://www.antropologiaeislam.com.br/cria.html>

Religião e Ciência na web, desafios de uma “meta-etnografia”

Contra aqueles que querem passar depressa longe da noção de experimentalismo, continuo convencido de que a forma assumida pela etnografia permanece uma preocupação fundamental na criação de discussões teóricas e de pesquisa, que confrontam as questões do estilo pós-moderno de produção do conhecimento com as condições sociais reais da pós-modernidade junto aos nossos objetos [...]. Mas pode ter certeza de que o objeto de estudo sempre ultrapassa sua delimitação analítica, especialmente sob as condições da pós-modernidade (MARCUS, 1994, p. 15)

Venho acompanhando com interesse a presença dos muçulmanos na *web* desde o doutorado. Eles tomaram conta das redes (MSN, Facebook, Twitter, Orkut), mas tem me chamado muito a atenção as comunidades no Facebook, principalmente aquelas formadas por revertidos que usam o espaço virtual para trocar informações sobre o Islã, para tomar ciência do que é “correto” ou não na prática religiosa, denunciar práticas de intolerância religiosa que sofrem (principalmente as mulheres) e vender roupas islâmicas. Outro dia fui adicionada em uma comunidade chamada “Muçulmanas brasileiras que usam hijab”¹⁷. Achei engraçado e disse à moderadora da comunidade que estava contente com o convite, mas que eu não era nem muçulmana e tampouco usava *hijab*. Ela me respondeu dizendo que sabia *quem eu era*, e que a minha presença seria importante naquele espaço.

Considero a minha presença virtual um sinalizador de que as narrativas etnográficas diante do caráter descentralizado das redes mundiais de computadores podem potencializar o uso destas tecnologias no tratamento documental da memória, e de outras formas de escuta e de observação do cotidiano. E desta forma compartilho com Rocha e Eckert (2006, p.6):

Os conceitos de complexidade e intertextualidade são, portanto, conceitos fundamentais para se operar com a produção da escrita etnográfica em hipertextos como forma de divulgação do resultado de estudos antropológicos em *websites*, implicando a construção de uma escrita etnográfica mais aberta e mais dinâmica, pelo fato da sua leitura se converter para o usuário da Internet, numa ação de busca onde o leitor-navegador não consegue jamais ver globalmente todo conjunto de dados documentais, tendo dele apenas uma visão local.

Este “novo” modo de dialogar e produzir etnografias é instigante, principalmente no contexto da antropologia visual, que há muito tempo vem fazendo suas conexões entre texto, imagem e som. Entretanto, sabemos que tudo que é “novo” vem acompanhado de

¹⁷ Conferir página no Facebook Muçulmanas e Brasileiras: “Respeitem o nosso Hijab” <https://www.facebook.com/groups/464558920227210/> acesso em 27.11.12

desconfiança ou como chamou Lewgoy (2009) de um “reposicionamento discursivo”, como já havia acontecido com a escrita (oralidade); fotografia (pintura de retratos), e-books (livros) entre outros. Hoje é possível falar em etnografia *online* ou *offline* para espanto de antropólogos tradicionais que ainda consideram o mundo *online* (“menos-real”) (Cf. Lewgoy, 2009). Deve-se ressaltar a importância de considerarmos as tecnologias não apenas como meros objetos, mas parte das culturas onde elas são concebidas e utilizadas (Cf. GUIMARÃES Jr. 2004,152). O *website*, no meu entender, está neste registro, além de ser, também, dinâmico e fluido, constituindo um espaço interessante entre uma arena onde “homens” e “objetos” se misturam e se confundem.

Cabe registrar que a comunidade científica vem sendo estimulada a divulgar seu material também via internet. Recentemente expediu-se um comunicado que haverá dois novos critérios de avaliação do pesquisador na Plataforma Lattes¹⁸. O CNPq avaliará na aba divulgação, por exemplo, se os cientistas têm blogs pessoais sobre ciência, se divulgam à mídia os resultados dos seus trabalhos, se proferem palestras ou participam de feiras de ciências em escolas, por exemplo. Como levar para um público amplo aquilo que fazemos? A pioneira deste caminho da “popularização” da Antropologia nos EUA foi sem dúvida Margaret Mead (1962), e por coincidência, uma das antropólogas que incentivou o nascimento da antropologia visual, principalmente o uso da câmera fotográfica em campo.

No entanto, podemos considerar que a divulgação da produção intelectual pode ser interessante se vier atrelada à valorização desta produção, conforme apresentou Caiuby Novaes (2010) a respeito da produção audiovisual. A antropologia visual ainda parece ter que reivindicar a sua visibilidade, os produtos audiovisuais produzidos por antropólogos, ainda não têm o mesmo peso de um artigo publicado. Se já se reconhecem os meios audiovisuais como contribuições à disciplina em termos de ensino, pesquisa acadêmica e antropologia aplicada, o *lattes* ainda é uma barreira como aponta Caiuby Novaes. Onde devemos postar nossas produções audiovisuais? A autora nos aponta que na rubrica “produção bibliográfica” não é possível, se colocamos em “produções artística/cultural” esta não é importada pela Capes para avaliação, o que resta, portanto é “demais tipos de produção bibliográfica”.

Como equacionar essas questões sobre a valorização dos nossos produtos audiovisuais, ainda é um caminho a ser iluminado, não há nada concreto, mas sim, o desejo de uma área em pleno desenvolvimento, de todo modo é estimulante pensar as pesquisas que realizamos em diferentes formatos. Em janeiro de 2011, fiz um blog <http://francirosy.tumblr.com/> para acompanhar a telenovela *O Clone*, que trata entre outras

¹⁸<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/29770> acesso em 11 de junho de 2012.

coisas sobre o universo islâmico. A experiência de acompanhar cenas da telenovela e comentá-las (*post*) no blog acabou possibilitando a escrita de um artigo sobre o tema: **Vale a pena ver de novo**: O Clone 2011 (FERREIRA, no prelo), que trata sobre as imagens produzidas do grupo muçulmano na telenovela, além da direção etc. Mesmo após o término da reprise da telenovela, tem sido interessante o retorno dado por quem o acompanha. Quando posto alguma coisa sobre o mundo islâmico, sejam matérias jornalísticas, textos acadêmicos, fotos etc. sempre há algum comentário em minha página do Facebook ou do Twitter. A resposta de um público diferente, não só acadêmico, tem me estimulado a permanecer com ele, pois tem se mostrado um espaço profícuo no diálogo entre quem pesquisa um determinado tema, e quem tem interesse em conhecer a temática.

Corroboro a ideia de Devos e Vedana (2010) quando afirmam que as hipermídias não são respostas para perguntas que a *antropologia escrita ou visual não respondem, são mais perguntas, novas questões*. É necessário enfrentar essas novas tecnologias em nossos trabalhos cotidianos, ampliando assim outros diálogos e outros dilemas na produção etnográfica.

Considerações finais: quando se cai na rede é peixe

Como disse Peter Fry ao arguir o trabalho de Vagner Gonçalves da Silva (2000, p. 18):

Fazer uma “meta-etnografia”, como você mesmo chama, é uma imensa responsabilidade nos ombros do autor. Afinal, o autor tem de ser tão ou mais crítico em relação a sua própria pesquisa quanto à pesquisa de seus nativos. Afinal, se a pesquisa sobre terreiros é um a relação sem verdade nenhuma, o mesmo não seria verdade sobre uma pesquisa sobre os antropólogos? Estamos apenas lendo um trabalho que representa o efeito dos diálogos do Vagner e seus nativos? Creio que não, pois a tese, ao não questionar o que quer dizer antropólogo, a não ser aquele que faz observação participante, acaba por reificar os antropólogos da mesma forma que os pesquisadores da macumba constroem, como você mostra, o campo afro-brasileiro.

Para finalizar, cabe dizer, que os dilemas e desafios deste fazer etnográfico carregam especificidades diferentes, pois “quando se cai na rede é peixe”, portanto, é visto e passa estar em evidência, sendo muitas vezes aceito como “verdade” que engendram *modos de ver*. É sempre um dilema, tratar da imagem do outro, do pensamento do outro, afinal, ao falar do “outro” estamos também nos remetendo a nós mesmos. A reflexividade me interessa tal qual, a alteridade. A busca neste caso é sempre de uma antropologia compartilhada, que tem limites presentes no campo como pude constatar. Por exemplo,

quando o interlocutor desiste de gravar seu depoimento, limites na ilha de edição, se esses interlocutores estão distantes, limite na escrita, que embora eu tenha tentado fazê-la mais compartilhada, ainda não funcionou, não há problema nesses limites, o importante é saber administrá-los, conduzi-los a uma perspectiva dialógica, reflexiva e (d)tensa. Como é possível perceber Hermes não mente, mas isto não implica em dizer a verdade. São sempre emendas suspeitas, desbotadas, como diria Geertz (1989) que são (estão) justapostas, quando se tem uma meta-etnologia. Ainda ressoa em mim a pergunta feita pelo Sheik Jihad durante um acampamento islâmico do qual participei em 2004.

Sheik Jihad: Este acampamento está sendo bom para sua pesquisa apenas ou também para você como pessoa?

Franci: Não há como separar a pessoa da pesquisadora... Aprendemos Juntas.

Assim como ressoa fortemente a convicção com que respondi à muçulmana, dizendo que eu posso “adorar”¹⁹ filmes iranianos, *porque eu não sou muçulmana*.

Para retomar as provocações de Fry considero que, se jogamos responsabilidade aos ombros dos nativos, estamos também, jogando aos nossos ombros a mesma responsabilidade. Não há como escapar desta *relação*, que é intrínseca ao fazer antropológico: construir relações, mesmo que mediadas pela internet. Este desafio teremos que enfrentar..., pois sempre seremos “provocadas” a responder sobre o nosso fazer seja ele em qual contexto for.

Referências bibliográficas

CAIUBY NOVAES, Sylvia. O Brasil em Imagem: caminhos que antecedem e marcam a antropologia visual no Brasil. In: **Antropologia** – horizontes das ciências sociais no Brasil. São Paulo: Discurso Editorial/ANPOCS, 2010. p. 457-487.

_____. Jogo de Espelhos. São Paulo: EDUSP, 1993.

CRAPANZANO, Vincent. Diálogo. **Anuário Antropológico**, n. 88, Brasília, 1991, p. 59-80.

CRAPANZANO, Vincent. Réflexions sur une anthropologie des émotions. **Terrain**, 22 mars 1994, p. 109-117

¹⁹ No Islã só se adora a Deus. Ela tentava me corrigir enquanto eu falava dos filmes iranianos. Como eu estava de véu, a correção dela era legítima, pois a seu ver tratava-se de uma muçulmana.

CLIFFORD, James; MARCUS, George E. **Retóricas de la Antropología**. Madrid: Série Antropologías, Jucar Universidad, 1991 (1986).

DEVOS, R; VEDANA, V. Do audiovisual à hipermídia. **Antropologia em primeira mão**. UFSC: 2010.

FABIAN, J. **Time and the other**. How anthropology makes its object. New York: Columbia University Press, 1983.

FERREIRA, Francirosy C. B. **Imagem oculta** – reflexões sobre a relação dos muçulmanos com as imagens fotográficas. 2001. 156f. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social), FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. A Linguagem fotográfica no Islã. **Revista Travessia** – revista do migrante, publicação do CEM – Ano XV, número 42, p. 22-28, Janeiro – Abril/2002.

_____. Entre Mesquitas e Arabescos. **Cadernos de Campo**, São Paulo: PPGAS USP, n. 11. s/n, 2003.

_____. Cavalo de bronze: caligrafia e palavra. In: BARBOSA, Andréa *et alli* (Orgs.). **Escrituras da Imagem**. São Paulo: EDUSP, 2004, p.121-131.

_____. A imagem do Profeta – Proibir por quê? **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro: UERJ, vol.22. 2006, p.95-111

_____. Entre Arabescos, luas e tâmaras: performances islâmicas em São Paulo. São Paulo: FFLCH –USP, tese de doutorado. 2007.

_____. Abelhas, aranhas e pássaros: imagens islâmicas em movimento. In: **Imagem-conhecimento: antropologia, cinema e outros diálogos**, BARBOSA, A *et al.* São Paulo: Papyrus, 2009a.

_____. Vale a pena ver O Clone 2011. In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**. (prelo)

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GUIMARÃES Jr., Mário J. L. De pés descalços no ciberespaço: tecnologia e cultura no cotidiano de um grupo social on-line. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 123-154, jan./jun. 2004

LEWGOY, Bernardo. **A invenção da (ciber)cultura**: Virtualização, aura e práticas etnográficas pós-tradicionais no ciberespaço. In: *Civitas*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 185-196, maio-ago. 2009.

MACDOUGALL, David. Novos princípios da antropologia visual. In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**, vol. 21, 2005, p.19-31.

MARCUS, G.E. "Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial". In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, FFLCH/USP, vol.34, 1991.

MEAD, Margaret and BATESON, Gregory. 1962 [1942]. **Balinese Character. A Photographic Analysis**. New York: Special Publications of New York Academy of Sciences, vol. 2.

MINHA-HA. Trinh T. **When the Moon Waxes Red**: representation, gender, and cultural politics. Routledge, 1991.

_____. **Woman, Native, Other**: writing postcoloniality and feminism. Indiana University Press, 1989.

_____. **Reassemblage** (40 mins, 1982)

_____. **Surname Viet Given Name Nam** (108 mins, 1989)

_____. **Shoot for the Contents** (102 mins, 1991)

_____. **A Tale of Love** (108 mins, 1995) ("fiction")

ROCHA, Ana Luisa C; ECKERT, C. A natureza da representação etnográfica e a conhecimento antropológica na WEB. In: **Iluminuras**, V. 7, n.16, 2006.

SAMAIN, Etienne. Antropologia visual e fotografia no Brasil: vinte anos e muitos mais. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*, 2005, p.115-132.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O antropólogo e sua magia**: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras. São Paulo: Edusp, 2000.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo, "O nativo relativo", **Mana**, 8 (1): 113-148, 2002.

**“Se a mente adocece, o corpo padece”: reflexões sobre dor e sofrimento
a partir das noções contemporâneas de corpo e pessoa**

Clara Zeferino Garcia¹

Resumo: Partindo da concepção durkheimiana de “homem total”, o artigo expõe a necessidade de superarmos certa noção de pessoa humana. Trata-se de perceber o homem não mais a partir da contraposição corpo *versus* alma, mas como uma existência costurada por fatores de ordens indissociáveis: fisiológica, psicológica e sociológica. Nesse sentido, problematizo a separação entre dor física e espiritual – extensão da cisão em corpo e alma –, dando ênfase ao sofrimento do homem como ressonância íntima da dor, aquilo que ele faz de sua dor. Afinal, a dor que é sofrimento nunca é o mero prolongamento de uma alteração orgânica, mas o resultado de um trabalho de significação do indivíduo. A experiência etnográfica com mulheres que realizaram cirurgias de lipoaspiração demonstra como a dor pós-cirúrgica é positivada em seus relatos, sendo parte de um processo de purificação corporal. Como no caso da vacina – outra técnica corporal perfeitamente significada pelo indivíduo em seu meio – trata-se de uma “dor boa”, que não ameaça seu sentido de mundo e de identidade, mas que, pelo contrário, vem para “corrigir” aquilo que os ameaça.

Palavras-chave: Antropologia da dor, Cirurgia plástica, Identidade, Corporeidade.

Abstract: Starting with Durkheim's concept of "total man", the article exposes the necessity of overcoming a certain notion of human person. It's about no longer define the man applying the antagonism body *versus* soul, but as an unique existence formed by inseparable orders: physiological, psychological and sociological. Considering that, the article comes to question the typical pain split-up into physical and spiritual one – a derivation from body *versus* soul antagonism – emphasizing on the man's suffering, the pain's intimate resonance, what he creates from his pain. After all, the pain that means suffering is never the mere extension of an organic change, but the result of an individual signifying labor. The ethnographic experience with women who have performed liposuction surgeries shows how the post-surgical pain is positively valued in their reports, being part of a body purification process. Similar to the vaccine's case – which is another body technique perfectly signified by the individual in his social environment – this is a "good pain", that does not threaten ones sense of identity and world, on the contrary, it comes to “correct” whatever is threatening them.

Keywords: Anthropology of pain; Plastic surgery; Identity; Embodiment.

“O poeta é um fingidor
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente”
Fernando Pessoa

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, campus Guarulhos.
Contato: clarazg@live.co.uk.

1. Introdução

Dirigindo-se à Sociedade de Psicologia, Durkheim (1981) falava de uma urgência que não poderia ser ignorada pelo pensamento científico de sua época. Ainda que falasse diretamente a um campo específico – o que é próprio do momento histórico, em que a Sociologia precisava definir suas fronteiras com a Psicologia –, o problema colocado por ele estende-se a todo saber científico que se proponha a estudar o próprio homem, o humano, e inclusive, contemporaneamente.

Segundo Durkheim, é preciso superar certa noção de pessoa humana que, podemos dizer, vem sendo arrastada até os dias de hoje. Trata-se de perceber o homem não mais a partir da contraposição entre corpo e alma, o “homo duplex”, mas como uma existência costurada por fatores de, no mínimo, três ordens: fisiológica, psicológica e sociológica. O “homem total” pertence a uma cultura e a um lugar social específico, internaliza sua coletividade por mecanismos psicológicos e porta um corpo que é só seu, marca de sua identidade. Nenhuma das “partes” pode ser isolada da outra porque, na verdade, apesar de comporem um todo, não são partes, como partes de uma máquina, são antes de tudo categorias do pensamento. “O que encontramos é um homem que vive em carne e em espírito num ponto determinado do tempo, do espaço, numa sociedade determinada...” (DURKHEIM, 1981, p.334).

Por um lado, desde a “convocação” de Durkheim, alguns avanços na direção desse “homem total” são notáveis – como, por exemplo, a criação da Organização Mundial da Saúde, baseada numa concepção de saúde que engloba “um estado de bem-estar físico, mental e social completo e não meramente a ausência de doença ou enfermidade” [<http://www.who.int>] –. Por outro lado, a medicina ocidental parece padecer como fonte de “verdade” indiscutível sobre o corpo, exatamente por atribuir a ele um estatuto de realidade objetiva que é, em si, uma construção simbólica necessária ao próprio desenvolvimento do saber biomédico.

Nesse trabalho, tratarei de demonstrar primeiramente como essa particular concepção de corpo se consolidou no pensamento ocidental, sobretudo em paralelo com a emergência de certa concepção de pessoa humana, de indivíduo. Afinal, é sempre em consonância com suas noções de corpo e pessoa, que diferentes sistemas simbólicos integram a dor à sua visão de mundo. Posteriormente, buscarei problematizar as noções de dor física e dor espiritual – extensão da concepção de um homem cindido em corpo e alma –, trazendo para o centro da análise o sofrimento do homem como ressonância íntima de uma dor, sua medida subjetiva, aquilo que o homem faz da sua dor (LE BRETON, 2005). No

entanto, não se trata de confundir sofrimento com dor espiritual ou psicológica, mas lançar mão de uma categoria mais abrangente, que parece dar conta dessa confluência de fatores biológicos e simbólicos da dor. O sofrimento nunca é o mero prolongamento de uma alteração orgânica, mas o resultado de um trabalho de significação do homem que sofre.

2. Corpo & Pessoa

Não há uma existência corporal prévia, ou seja, uma ordem natural que anteceda à intervenção cultural. O corpo faz-se humano porque está constitutivamente inscrito em um sistema simbólico. (SARTI, 2010, p.84).

Antes que possamos falar das diferentes concepções de dor, é preciso mostrar como as noções de corpo e pessoa, das quais a dor é tributária, construíram-se historicamente. Nesse sentido, podemos dizer que as noções de corpo e indivíduo caminharam lado a lado nesse processo histórico.

Mauss (2003), em seu clássico estudo acerca da construção da noção de pessoa, tal como a conhecemos hoje nas sociedades ocidentais, parte de sociedades indígenas tidas como primitivas, onde o sistema classificatório operava basicamente através da formação de clãs, dentro dos quais figurava sempre um determinado número de “personagens”, caracterizados por nomes que se repetiam ao longo dos anos. Aqui, não há indivíduo, o homem é membro inseparável de seu corpo social.

Num segundo momento desse processo histórico, Mauss destaca a contribuição advinda do Direito Romano, a *persona* latina, uma pessoa moral, dotada de nome próprio, direitos e deveres. Porém, faltava à noção de pessoa uma base metafísica segura. Como assinala o autor, é ao cristianismo que ela deve esse fundamento.

Através do mistério da santíssima trindade, que rege a unidade das duas naturezas de Cristo – humana e divina –, a pessoa torna-se um ser *uno*, composto por um corpo (humano) e uma alma (divino). Eis aqui o nascimento da pessoa, “substância racional individual”.

A partir daí coube ao trabalho de pensadores e filósofos transformar essa “substância racional individual” em uma consciência individual, dando origem ao ser psicológico, o “eu” interior de cada um, envolto numa carne sem valor moral. À dessacralização da natureza soma-se a dessacralização do próprio corpo humano que, anatomizado, consolida-se como objeto preferencialmente das ciências naturais e, mais especificamente, das ciências biológicas.

Como nos lembra Le Breton (2011), a individuação pela matéria, pelo corpo, só faz-se possível com o desenvolvimento do individualismo. Ocasão em que o homem passa a ter um corpo, deixando de ser um corpo. Ainda segundo o antropólogo, essa perspectiva material e objetiva do corpo humano é anterior ao dualismo cartesiano, que opõe corpo e espírito. Tal concepção mecanicista do corpo concretiza-se no século XVII, com o desenvolvimento da anatomia: “O saber anatômico torna o corpo superficial (...) A correspondência entre a carne do homem e a carne do mundo é rompida. O corpo não remete a mais do que a ele mesmo” (p.95).

Desse modo, nossas concepções atuais do corpo estão ligadas, sobretudo, ao avanço do individualismo enquanto estrutura social, a dessacralização na natureza pelo pensamento racional positivista e à trajetória da medicina ocidental, que acaba instituindo-se como um saber, de certa forma, oficial sobre o corpo.

3. Dor & Sofrimento

Após realizarem uma consulta acerca das definições de dor em vocabulários de língua portuguesa, inglesa, francesa e espanhola, Consigliere e Guerci (1999), afirmam que há em todas as definições de dor uma implícita bipartição de sentidos:

A dor física é ativada pela resposta de determinados receptores às modificações no ambiente externo e interno do corpo físico do sujeito; O espiritual é causado pelo impacto sobre a sua mente de eventos graves e inelutáveis. Duas causas, dois tipos de dor, dois modos de sofrer: é até surpreendente o quanto se deve ainda a Descartes o nosso modo coletivo de representarmos o mundo. (p.60).

A bipartição da dor em dor física, caída sobre a carne, e dor espiritual, caída sobre a psique, é simultaneamente cômoda e ambígua, uma vez que opõe corpo e pessoa como duas realidades distintas, fazendo do indivíduo o produto de uma bizarra colagem entre uma alma e um corpo. Tais noções advêm da percepção de indivíduo cindido entre natureza e cultura, corpo e ser psicológico, conduzindo-nos a uma concepção de corpo anatomizado e objeto das ciências biomédicas, numa lógica que o aproxima de uma máquina composta por peças que, quando não funcionam perfeitamente, produzem ruídos estridentes, as dores.

Contudo, inúmeras pesquisas comprovam que o limiar da dor, isto é, a capacidade individual de resistência a ela, bem como sua expressividade, variam de um caso a outro, não podendo ser estipulada uma medida precisa, nem mesmo entre “doenças” idênticas. Poderíamos, inclusive, dizer que a expressividade da dor depende muito menos da dor física do que esta última depende dela, pois, a dor que sofremos na pele é precisamente

aquela que podemos descrever, apontar. A dor, transformada em sentimento passível de expressão individual e de compreensão coletiva, é resultado de um processo dialético entre aquele que sofre e seu meio. Nesse processo, fundamentalmente simbólico, o indivíduo dá sentido a sua dor, integrando seu sofrimento ao seu sistema de classificação de mundo. Como destaca Le Breton (2005), “toda dor conduz uma metamorfose, ela transforma profundamente para melhor ou para pior o homem que é atingido por ela” (p.65).

A dor que é sofrimento, isto é, que não se confunde com a dor nas ciências biomédicas, supostamente presa à carne, é um sentimento. Como todo sentimento humano, a dor só se torna inteligível, nomeável, palpável, a partir da sua expressividade. Desse modo, não é na gravidade das feridas de um doente que se deve buscar a medida de sua dor, mas no próprio sofrimento expressado por ele, em suas queixas, que nunca poderão ser consideradas desproporcionais ou exageradas, pois, ao mesmo tempo em que exteriorizam a dor, dão a ela uma forma, um tamanho.

Ora, se é todo sofrimento que coloca o indivíduo numa crise simbólica, ou se é toda crise simbólica que coloca o indivíduo em sofrimento e dor, não importa. O que importa é dizer que entre “A” e “B” existe uma relação de inerência. Todos nos submetemos a alguns processos que, apesar de serem sabidamente dolorosos, são desejados ou imprescindíveis. Por exemplo, um adulto geralmente não se amedronta antes de uma vacina, não faz cara feia na hora da injeção e quando lhe perguntam –“doeu?” – ele não diz que não. Afinal, enfiaram uma agulha no seu braço, ele deve ter sentido alguma coisa! E, então, descreve o que sentiu: “Ah! Foi só uma picadinha”. A dor é completamente minimizada, não há sofrimento e a prática da vacina é perfeitamente legítima. Já para uma criança, cuja prática da vacina ainda não fora completamente assimilada em universo simbólico, a picadinha não parece valer a pena. Ela chora, grita, bate o pé; ela sofre e sente dor.

E mais, considerando que as primeiras interpretações culturais da dor – como as presentes em mitologias arcaicas – a compreendiam como uma manifestação do mal, em contraposição ao domínio do bem (bem x mal), podemos dizer que a dor legítima, isto é, parte de uma técnica do corpo perfeitamente significada pelo indivíduo em seu meio (como a vacina), e que é sentida de maneira irrisória, sem sofrimento, trata-se de uma “dor boa”.

Historicamente, diferentes religiões e cosmologias vêm atribuindo diferentes estatutos ao mal, a dor e ao sofrimento humano. Na tradição cristã, especialmente na católica, a dor aproxima-se das idéias de pecado e punição, uma vez que todo sofrimento humano na terra deve-se à condição mortal do homem, isto é, ao rompimento entre humano e divino provocado pelo pecado original.

Para ilustrar como toda dor sofrida na carne é, antes de tudo, fruto de um esforço desesperado de (re)significação de mundo, Le Breton (2011) se apropria de uma passagem bíblica, a história de Jó.

A história de Jó é emblemática, pois, retrata a dor de um homem que nunca duvidara da justiça divina, tendo sido fiel às leis de Deus por toda sua vida. Porém, ao deparar-se com uma seqüência de desgraças – empobrecimento, morte dos filhos e, por fim, seu próprio adoecimento –, Jó passa a questionar seu Deus, num ato desesperado de busca por algo que pudesse explicar a sua dor, dar ao seu sofrimento um significado, um sentido. Afinal, admitir que tamanha desgraça e dor pudessem recair sobre homens inocentes, sem que houvesse, no mínimo, uma finalidade de Deus para aquilo, era como admitir que toda sua concepção de mundo era falsa, todos seus símbolos e valores distorcidos e, no limite, que nem mesmo existisse um Deus. A angústia de Jó deve-se à impossibilidade de significar o que sente a partir de sua principal fonte de símbolos, sua religião, fazendo desse sentimento uma imensa negação de si mesmo. O mundo de Jó “vira de cabeça para baixo”, porque seu aparato simbólico demonstra-se impotente, ineficaz.

Se formos um pouco o raciocínio e imaginarmos, por um instante, a medicina ocidental como um fiel, ao modo de Jó, temos que: enquanto Jó faz da religião sua principal fonte de símbolos para significar o mundo e a si mesmo, a medicina ocidental confere mesma importância aos saberes biológicos do corpo. Diante de casos de dores que não podem ser atribuídas a nenhum mal funcionamento biológico, nos quais suas explicações fisiológicas e patológicas demonstram-se impotentes, a medicina se contorce de dor e, num ato de auto preservação, empurra tais casos para fora de si, ou melhor, para suas bordas, conservando a intocabilidade do corpo anatomizado, seu objeto por excelência. Tal movimento se verifica na constante emergência de novas doenças psicológicas ou mentais, as chamadas doenças da modernidade, como a síndrome do pânico, a depressão, o estresse, os transtornos alimentares e o obsessivo compulsivo, só para citar alguns exemplos. Assim, do mesmo modo que Deus está para Jó, o corpo-máquina está para a medicina: não importa o que aconteça, sua existência não será questionada.

Um pouco como fez Le Breton, ao se apropriar da história de Jó, gostaria de utilizar uma obra literária para analisar como, entre dois tipos diferentes de tortura, nem sempre a mais fisicamente violenta é a mais dolorosa. No thriller francês “Tarântula”, publicado pela primeira vez em 1984, Thierry Jonquet narra a história de Vicent, um jovem que, após atravessar um momento de dores extremamente traumáticas, reinventa a si mesmo, adaptando, (re)significando, até não sentir mais dor.

Capturado na estrada por um homem desconhecido, Vincent acorda acorrentado e nu em um quarto escuro, um ambiente hostil no qual passava a maior parte do tempo sozinho, com fome e sede. Nessa parte do romance, com Vincent em seu cativeiro, a narração é feita sempre na segunda pessoa, como se o jovem estivesse “falando sozinho”, ou repetindo para si mesmo tudo aquilo que via, sentia, percebia, num esforço desesperado de atribuir à crueldade que o acometia um sentido.

Progressivamente, as visitas de seu sequestrador tornavam-se mais frequentes, Richard Lafargue, cirurgião plástico que o raptara, aparecia sempre para tratar de seus ferimentos, o alimentar, aplicar nele algumas injeções e o que mais parecesse necessário para que continuasse vivo. Nesse primeiro momento, quase não havia interação humana propriamente dita entre eles. Richard raramente o dirigia a palavra, sem responder os questionamentos de Vincent, que tanto queria saber o porquê de estar sendo mantido em cativeiro. Nos trechos que seguem abaixo, o jovem seqüestrado narra seu sofrimento, nessa tortura conduzida por uma mistura bizarra de cuidados médicos e desumanidade, gerando uma devastadora violência psicológica.

Passado um tempo, você ganhou coragem. Timidamente, perguntou a data, e soube há quanto tempo estava confinado naquele lugar. Ele lhe respondeu, sem rodeios, sorrindo: 23 de outubro... Era prisioneiro há mais de dois meses (...) quanto tempo comendo com as mãos, lambendo a cuia instalada a seus pés, tomando banhos de esguicho... Você chorou (...) Ele entrava na sua prisão e ali quedava-se, sentado, impassível (...) Talvez ele dissolvesse calmantes na gororoba. Claro, a angústia continuava, mas deslocara-se: você tinha certeza de que continuaria vivo, senão, pensava, ele já o teria matado. (p.61-62).

Mentalmente, você dera um nome a seu amo. Não se atrevia a usá-lo em sua presença. Naturalmente. Chamava-o de ‘Tarântula’ (...) porque ele era como a aranha, lenta e secreta, cruel e feroz, ávida e imponderável em seus desígnios, escondido em algum lugar naquele covil onde o mantinha seqüestrado há meses. (p.65-66).

Você confundiu exame com carícia. Você ainda estava acorrentado, lembre-se, era bem no início. Timidamente, você estendeu-lhe a mão. E ele o esbofeteou! Você ficou atônito. Por que ele o mantinha cativo a não ser para servir-se de você, usá-lo como brinquedo sexual? Era a única explicação que você via para aquele tratamento que ele lhe impunha... (p.117).

Richard demorou dois anos para, finalmente, responder aos anseios de Vincent, explicando a ele que se tratava de uma vingança planejada minuciosamente. Alguns meses antes de ser seqüestrado, Vincent havia participado do estupro de Viviane, filha de Richard. Porém, o que o cirurgião não sabia é que ele não o havia feito sozinho, mas com a ajuda de

um amigo com quem costumava “dividir” as mulheres que conquistava. Para proteger Alex (seu amigo), Vincent assumiu toda a culpa.

A vingança de Richard consistia em realizar em Vincent um processo completo de mudança de sexo e, posteriormente, prostituí-lo (a). Vincent é, assim, transformado em Ève, deixando de viver acorrentado em um porão, para morar na mansão com Richard, onde era mantida como prisioneira em seu próprio quarto. Se antes de tornar-se Ève, Vincent foi obrigado a portar-se como um animal, sem nunca usar roupas, agora era obrigada a vestir-se como mulher, maquiar-se, pentear-se, tudo para agradar seu “amo” e os homens com quem ele a obrigava se prostituir.

Passaremos, agora, aos dois tipos de tortura que Vincent/Ève sofre. A primeira delas, como já vimos, é devastadora. Ainda como Vincent, o protagonista é obrigado a se submeter à humilhação de ser reduzido a um animal, a conviver com aquele que lhe infligia a dor sem motivo aparente, teve que acostumar-se com as mãos desse homem constantemente manipulando seu corpo, transformando-o em algo que ele ainda não podia entender o que era. Entre correntes, injeções, bofetadas, cirurgias e lapsos de memória (devido ao uso excessivo de narcóticos), Vincent não conseguia traçar uma única conexão. A dor doía muito mais.

Horrorizado, você viu seu peito inchar, ganhar forma. Dia após dia, você acompanhava a expansão dos seus mamilos e apertava seu sexo cada vez mais desesperadamente flácido. Chorava muito (...) A corda irrita seus seios e os comprime. Dói. Seus seios... (p.113).

Suas coxas estão abertas, você sofre (...) Você não vê nada, nada senão um monte de compressas empapadas de sangue, e dois tubos, conectados a garrafas... (...) Sim... Você sabe o que ele lhe fez. As picadas, seus seios que cresceram e, agora, aquilo. Quando o efeito da anestesia extinguiu-se totalmente, quando você recuperou a consciência, você gritou, gritou longamente. (p.137-138).

Por outro lado, Ève foi atacada por atos bem mais nefastos e fisicamente violentos, passando por sessões de chicotada e espancamento, sem demonstrar lá muita dificuldade. A submissão incondicional de Ève, que muitas vezes até fingia gostar de prostituir-se, enfurecia Richard. Ela o desafiava com seu corpo, tentava seduzi-lo e cantarolava a música que o fazia lembrar do estupro de Viviane.

A dor insuportável de Vincent começa a cessar no momento em que ele se refaz como criatura de seu amo que, no fim das contas, não o castigava sem razão, pois tinha um propósito para sua nova existência: Richard não podia suportar a dor de ver a filha enlouquecer em consequência do estupro que sofrera, pelo menos não sem Ève, sem ela sucumbiria completamente. Ser Ève e resistir a toda forma de violência a qual era

submetida, de repente, ganhava sentido, nem melhor nem pior, simplesmente o primeiro e único, trazendo de volta o conforto de uma existência tolerável, admissível, possível.

O final da história é tão incrível quanto todo o resto. Depois de uma sequência de acasos, os detalhes do estupro cometido por Alex e Vincent são revelados e, surpreendentemente, Richard mostra-se comovido ao perceber que Ève aguentou todo tipo de tortura, sem nunca reivindicar sua parcela de “não-culpa”, especialmente diante de um Alex que por muito pouco não a violentara sexualmente. Pela primeira vez, Richard demonstra fraqueza diante de Ève, que até ameaça matá-lo, mas que acaba assumindo-se como sua mulher.

Em um ano, Viviane tivera três crises nervosas e de automutilação. Richard, ferido na carne, não podia agüentar aquilo. Tinha que compensar a dor. Ève não existia senão para cumprir aquela missão (...) O tratamento que Varneroy lhe infligia não permitia uma sucessão de visitas em intervalos muito próximos. Ève então só lhe telefonava na esteira dos surtos de Viviane (...) O chicote estalou. Richard batia palmas. (p.79-81).
Uma vez que tinha seios e aquele buraco, ali entre as coxas, precisava jogar o jogo. Fugir? Voltar para casa depois de tanto tempo? Casa? Era realmente sua casa aquele lugar onde Vincent morara? (p.142).

4. Reflexões sobre dor e cirurgia plástica²

4.a. Da harmonia corporal e a gordura impura

Segundo Douglas (1966), nossa concepção de higiene, pautada em conhecimentos científicos de patologia, é muito recente e, certamente, nossas concepções de impureza e sujeira antecedem, e muito, esse conhecimento. A partir de exemplos – como o do par de sapatos que não são impuros em si mesmos, mas que se colocados sobre a mesa de jantar, tornam-se imediatamente impuros –, a autora demonstra que se escondem por trás das concepções de pureza e sujeira as ideias de ordem e desordem: “quando tivermos abstraído a patogenia e a higiene das nossas ideias sobre a impureza, ficaremos com a velha definição nas mãos: qualquer coisa que não está no seu lugar” (p.50).

Assim, temos que a impureza é essencialmente desordem e nunca um fenômeno isolado, pois, constitui-se sempre em relação ao sistema classificatório do qual faz parte, à ordem. Por “ordenar” entende-se repelir os elementos não apropriados e, nesse sentido, o poluente, o impuro, constitui-se naquilo que não pode ser incluído mantendo-se esta ou

² O trabalho aqui apresentado é parte de minha pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que estuda a plástica como técnica corporal implicada num processo de (re)construção de si. Para isso, foram colhidos depoimentos de mulheres que realizaram tais procedimentos cirúrgicos. Nesse artigo, apenas um desses depoimentos será abordado.

aquela ordem. Toda regra de poluição e purificação serve, primordialmente, para assegurar que membros de determinada coletividade cumpram com seus devidos papéis sociais, “um poder inerente à estrutura de ideias, através do qual se espera que a estrutura proteja a si mesma” (p.140).

O ideal de harmonia corporal prescreve um corpo de formas bem contornadas, um corpo “definido”, no qual cada fragmento deve ser visualizado em seu início e término. Nesse sentido, a gordura acumulada nas áreas de transição, como entre o bumbum e as coxas (culotes), ou entre os seios e a pélvis (barriga saliente), são verdadeiros obstáculos que, por não estarem em seus devidos lugares, tornam-se impuros. É, inclusive, extremamente curioso como certas partes do corpo podem ser tratadas como verdadeiros “corpos estranhos”, sendo até chamadas por nomes de coisas absolutamente exógenas ao corpo humano, como é o caso do “pneu”, por exemplo.

A cirurgia plástica de lipoaspiração consiste na retirada da gordura acumulada em algumas partes do corpo, tendo como “inestetismo”³ correspondente a gordura localizada que, de modo geral, pode ser entendida como resultado de um consumo de energia (via alimentação) superior àquela que o corpo biológico realmente necessita. Ainda que a medicina entenda a formação de reservas de energia como um mecanismo automático do organismo humano, estando homens e mulheres sujeitos a predisposições biológicas distintas no que diz respeito às regiões onde a gordura mais se deposita, prevalece a ideia de que o acúmulo excessivo de gordura decorre de maus hábitos alimentares, sedentarismo, consumo elevado de álcool e até do fumo. Portanto, prevalece a concepção moral do estilo de vida. Assim, podemos constatar a existência de uma íntima ligação entre saúde e beleza, onde se fazem ver pares de oposições valorativas, como saudável/higiênico/belo/ versus degenerado/sujo/feio, ou puro versus impuro.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo *IBOPE Inteligência*⁴, para o *XI Simpósio Internacional de Cirurgia Plástica*, 29% das plásticas realizadas pelas mulheres em 2009 foram de lipoaspiração. Contudo, se somarmos a esse número as cirurgias do abdômen (abdominoplastias), que também se concentram na retirada de gordura do corpo, mas através de outras tecnologias, temos que 45% das intervenções cirúrgicas estéticas visaram à correção de “inestetismos” relacionados ao excesso de gordura. Tais números servem para ilustrar o que Fischler (2005) chama de lipofobia. Segundo o sociólogo, nas sociedades ocidentais contemporâneas “os gordos são considerados transgressores; eles parecem

³ Termo da Medicina Estética para designar as partes fragmentadas do corpo humano que podem, ou devem, ser aperfeiçoadas, corrigidas.

⁴ Os resultados completos da pesquisa estão disponíveis em: [http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/apresentacao_cirurgia_plastica.pdf].

violar constantemente as regras que governam o comer, o prazer, o trabalho e o esforço, a vontade e o controle de si” (p.74).

Nesse sentido, temos que a plástica de lipoaspiração é parte de um rito de purificação corporal, tendo sido inclusive aproximada de uma ação profilática na própria fala nativa: uma “faxina”, uma “limpeza geral”.

4.b. Da Lipoaspiração: a dor que purifica

O caso de Mariana, de 27 anos de idade, é exemplar para ilustrar o caráter purificador da lipoaspiração. Ela começa seu relato dizendo que sempre tivera um estilo de vida saudável, pelo menos até se mudar para São Carlos, onde passou cinco anos morando em uma residência compartilhada por estudantes (república), e cursou Enfermagem na Universidade Federal.

Enquanto ainda morava com seus pais, Mariana era praticante de natação e, ressaltava, uma “verdadeira atleta”, chegando até a participar de competições regionais. No entanto, ela diz ter “se perdido” nos anos de república, alimentando-se mal e frequentando muitas festas, nas quais bebia e fumava demais.

Em sua fala, nota-se sempre a narração de um processo de perda de saúde, de degeneração, que se constitui como eixo do relato. Todos os outros acontecimentos são organizados como partes, ou fases, dessa linha que sai de uma jovem atleta e termina em uma mulher adulta, que parece buscar retornar ao ponto de partida. Na perspectiva de Mariana, voltar, isto é, aproximar-se da jovem atleta, é sempre uma coisa essencialmente boa.

Ao referir-se a uma das partes lipoaspiradas como “pancinha da federal”, a entrevistada deixa transparecer tudo aquilo que a lipoaspiração viria retirar de seu ser, junto com a gordura localizada. Para ela, nada poderia ser mais insustentável que portar em seu corpo as marcas desses excessos do passado, com o qual não mais se identificava: “voltei a treinar, comecei no ‘pilates’, mas não consegui perder a ‘pancinha da federal’... daí, parti pra ‘lipo’”.

Ao descrever sua recuperação pós-cirúrgica, Mariana deixa claro que não foi nada tão simples e rápido “como dizem por aí”, pois, para que o resultado da cirurgia fosse o melhor possível, foi necessário que incluísse em sua rotina sessões de drenagem – massagem que estimula a circulação linfática –, lipocavitação – tratamento com ultrassom que dissipa a gordura – e musculação. Ela explica que, por um período superior a dois meses, as áreas lipoaspiradas (pernas, abdome e costas) permaneceram doloridas, como

se estivesse recuperando-se de “uma surra”. Contudo, para Mariana, toda dor causada pela plástica “valeu a pena” e, na medida em que as esquimoses (manchas roxas), fibroses (ondulações) e edemas (inchaço) diminuía, diminuía também a sua dor.

A dor é constante e você acaba se acostumando com ela... e como foi uma escolha pessoal, fica mais fácil de suportar. Nada que eu já não tenha passado no ‘pilates’, só que o resultado pode durar muito mais, só depende de mim, é a minha segunda chance. (MARIANA).

A recuperação pós-cirúrgica da lipoaspiração é descrita como um processo arrastado e doloroso, pois se trata de uma dor que vem para purificar o “ser” como um todo. No caso de Mariana, podemos claramente notar como o ganho de peso está intimamente ligado a uma conduta impura, imoral: “me perdi nos anos de república”.

Na contemporaneidade, o rito de purificação corporal por excelência é a prática de exercícios físicos em academias, onde certas doses de dor, suor e cansaço são sempre bem vindas, uma vez que, além da gordura, afastam também a culpa, o pecado: malha-se o corpo, como malha-se o Judas. Assim, descrever a lipoaspiração como parte de um processo maior de emagrecimento, algo dispendioso e certamente doloroso, faz com que o rito seja inclusive mais eficaz, isto é, que purifique mais e melhor. Estamos diante de uma dor da qual vale a pena falar, uma vez que aproxima a “lipo” da “malhação”, dando a ela mais legitimidade. Assim como a dor da vacina, trata-se de uma “dor boa” que não ameaça seu sentido de mundo e de identidade, mas que, pelo contrário, vem para “corrigir” aquilo que os ameaça.

5. Considerações finais

Embora numerosos estudos apontem para a variabilidade da dor humana de acordo com fatores culturais e psicológicos, os avanços da medicina (ocidental) em relação à dor ainda se restringem ao desenvolvimento de analgésicos cada vez mais potentes. Presa em suas descrições fisiológicas e patológicas, a medicina moderna deixa de explicar nesses mesmos termos casos onde há dor, ainda que nenhuma disfunção orgânica possa ser identificada. Dores consideradas crônicas ou “psicológicas” são, assim, generalizadas.

Segundo Le Breton (2011), a “crise” da medicina moderna, atestada pelo afluxo contínuo de doentes às medicinas tidas como paralelas ou alternativas, deve-se ao fato dela esquecer-se que o homem é um ser essencialmente simbólico, não um corpo que precisa ser consertado. “A medicina paga aí pelo seu desconhecimento dos dados antropológicos elementares” (p.290).

Alguns estudos de fisiologistas, como Henry Beecher, que sempre problematizaram as formas de se tratar a dor, não parecem ser lembrados, senão por antropólogos da dor e da saúde. Ao defender o uso do “efeito placebo”, Beecher (1955) salienta a importância da forma como os medicamentos e os cuidados são administrados ao doente, isto é, a importância de se buscar explicar a ação dos medicamentos em termos que façam sentido para o doente, que possam ser compreendidos pelo seu aparato simbólico. Porém, ao admitir que o placebo aumenta a eficácia do tratamento da dor, o discurso médico quase sempre atribui tal aumento à credulidade do paciente, sua fé, sua ignorância, neutralizando o verdadeiro problema colocado pelo “efeito placebo”: repensar uma prática clínica que realmente corrobore com a concepção total de saúde anunciada pela OMS.

Como a Fenomenologia já fizera, a Antropologia de hoje – seja ela da dor, da saúde ou da doença – deve vir sempre para reafirmar o corpo como condição elementar do ser, da pessoa humana, o lugar de sua identidade e que, portanto, tudo que lhe é subtraído, ou acrescentado, modifica sua relação com o mundo, podendo afetar toda uma existência.

Referências bibliográficas

BEECHER, H. The Powerful Placebo. **Journal of the American Medical Association**, Boston, n. 17, v. 159, p. 1602-1606, 1955.

CONSIGLIERE, S.; GUERCI, A. Por uma antropologia da dor: nota preliminar. **Ilha**, Florianópolis, n. 1, v. 1, p. 57-72, 1999.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo, Perspectiva: 1966.

DURKHEIM, E. Alocução à Sociedade de Psicologia. In: MAUSS. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo, Perspectiva, 1981, p.333-335.

_____. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**, São Paulo: Paulinas, 1989.

FISCHLER, C. Obeso benigno, obeso maligno. In: SANT'ANNA. [Org.]. **Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p.69-80.

JONQUET, T. **Tarântula**, Rio de Janeiro: Record, 2011.

LE BRETON, D. **Antropología del dolor**, Barcelona : Seix Barral S.A., 1999.

_____. Entretien. **Historie et Anthropologie**, Paris, n. 23, p. 197-208, 2001.

_____. Douleur et anthropologie. **United against pain: prevention, treatment and management of pain** © 2005 Elsevier SAS. In: [<http://www.institut-servier.com/download/douleur/8.pdf>] acessado em: 27/07/2012.

_____. **Antropologia do corpo e modernidade**, Petrópolis: Vozes, 2011.

MAUSS, M. A expressão obrigatória dos sentimentos (rituais orais funerários). In: _____. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981, p. 325-335.

_____. **Sociologia e Antropologia**, São Paulo: Cosac Naify, 2003.

SARTI, C. A. Corpo e doença no trânsito de saberes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. n. 74, v. 25, p. 77-191, 2010.

A Construção da Participação Democrática na Província da Catalunha (Espanha) e no Brasil: Clivagens e Consensos

Rodrigo Alberto Toledo¹

Resumo: O artigo busca lançar algumas análises e indagações sobre o alcance histórico de processos participativos engendrados na Espanha e no Brasil durante as décadas de 1980 e 1990. Evidentemente, ambos os processos se desenrolaram em contextos históricos, sociais, econômicos e políticos distintos, mas, mesmo assim, guardam algumas aproximações às quais pretendemos dar destaque no presente artigo. A mobilização popular, nos dois casos apresentados, ocorreu após um longo período de supressão/não atendimento de demandas sociais. Da mesma forma, os processos de renovação democrática de ambos estão relacionados com os marcos históricos “fim da guerra fria” e o dismantelamento do Estado de bem-estar, que introduziu novas dinâmicas racionalistas na relação entre governantes e governados, sobretudo na cunhagem e na oferta de políticas públicas. Quanto ao dismantelamento do Estado de bem-estar social, apresentamos ainda que, no caso da Espanha, provocou reflexos no *modus operandi* do processo de formulação e implementação de políticas públicas. Ocorreu, em outras palavras, uma descentralização de seu arranjo decisório formulador de políticas públicas, que passou a contar com a participação de atores sociais no denominado município relacional (BECERRA, 2011). No caso do Brasil, o período ditatorial (1964-1985), o rápido crescimento urbano e a geração de periferias precárias nas principais cidades, a distensão e a Constituinte (1986-1988) geraram as forças de pressão suficientes para que, paulatinamente, incorporassem-se os arranjos participativos no processo decisório. Identificamos que, em ambos os casos, guardadas as proporções, a instauração de um cenário crítico de supressão/ausência de políticas públicas formuladas a partir de uma interface com os movimentos sociais foi a mola propulsora das transformações nos mecanismos decisórios de formulação e implementação de políticas públicas.

Palavras-chave: democracia participativa, políticas públicas, processo decisório, Estado de bem-estar social, Brasil e Espanha.

Abstract: The article searches to launch some analyses and investigations on the historical reach of produced participative processes in Spain and Brazil. Evidently, both the processes if had uncurled in historical, social, economic contexts and distinct politicians, but, exactly thus, keep some approaches that we intend to give prominence in the present article. For example, the popular mobilization in the two presented cases after occurred a long period of not attendance of social demands socials. In the same way, the processes of democratic renewal of both are related with historical landmarks “end of the cold war” and the dismantlement of the State of well-being that introduced new rationalists in the relation between governing and governed dynamic, over all in the coinage and offer of public politics. How much to the dismantlement of the State of social welfare, we present, still, that in the case of Spain occurred a decentralization of its formulator power to decide arrangement of public politics that started to count on the participation of social actors in the called relational city (BECERRA, 2011). In the case of Brazil, the dictatorial period (1964-1985), the fast urban growth and the generation of precarious peripheries in the main cities, the distension

¹Este artigo é uma versão revista do que foi publicado no Cadernos do Logepa, v. 7, n. 1, p. 40-71, jan./jun. de 2012, ISSN 2237-7522, sob o título “Espanha e Brasil na construção da participação democrática: clivagens e consensos”. A pesquisa que serviu de base para este artigo contou com o financiamento do programa CAPES-PDSE com período de estágio doutoral na Universidade de Salamanca, USAL, Espanha, no Instituto de Iberoamérica e no Centro de Estudios Brasileños durante o ano de 2012.

and the Constituent (1986-1988) had generated the enough forces of pressure so that, gradually, if it incorporated the participative arrangement in the power to decide process. We identify that in both the cases, kept the had ratios, the instauration of a critical scene of suppression/absence of formulated public politics from an interface with the social movements were the propeller spring of the transformations in the power to decide mechanisms of formularization and implementation of public politics.

Keywords: participative democracy, public politics, power to decide process, State of social welfare, Brazil and Spain.

Introdução

O presente artigo pretende analisar os processos participativos engendrados na Espanha (Província da Catalunha) e no Brasil, durante as décadas de 1980 e 1990. Em ambos os casos, enfocaremos os processos de renovação democrática que emergiram das novas dinâmicas racionalistas na relação entre governantes e governados.

Na primeira seção, **Democracia e participação na Espanha**, apontaremos que o debate sobre a administração dos municípios vem de longa data. No século XVIII, Jeremy Benthan (2012)² se referia aos municípios como organizações funcionais que contribuíam e eram protagonistas da descentralização administrativa do Estado e, por conseguinte, melhoravam as ações públicas. Já Stuart Mill (2012)³ descrevia-os como escolas de cidadania, como espaços de proximidades entre governantes e governados. Mill (2012) entendia-os como instrumentos destinados a favorecer a dispersão do poder político sobre o território. Os municípios, desde essa época, não se justificavam por seu comprometimento com a eficiência administrativa, mas por sua capacidade de impulsionar e favorecer a democracia. Os municípios eram, então, compreendidos como, simultaneamente, administrações e governos locais. Nesse sentido, tanto a tradição anglo-saxã quanto a espanhola, na avaliação da eficiência dos governos locais, consideravam o espírito democrático como principal critério de identificação do grau de proximidade entre governantes e governados.

Para Becerra (2011, p.26), *“podríamos afirmar que el habermos decantado por el espíritu eficientista nos coloca en un escenario dominado pela lógica de la democracia representativa, mientras a los ideales de la democracia participativa.”*

A democracia representativa poderia ser interpretada como um mecanismo de legitimação que permitiria selecionar aquelas elites de governantes que, a partir de sua

² Consultar: BENTHAN, J. **Um fragmento sobre el gobierno**. Borrador de um prefacio previsto para la segunda edición. Salamanca: Editora Tecnos, 2012. (Colección clásicos del pensamiento).

³ Consultar: MILL, J. S. **Filosofía y teoría del derecho**. Salamanca: Editora Tecnos, 2012.

efetivação em um processo eleitoral, assumiriam as responsabilidades de governo. Ao contrário, o conceito de democracia participativa supõe que a inclusão dos cidadãos nas tarefas de governo não pode ser apenas eletiva (limitada à eleição dos representantes), mas que seja canalizada rotineiramente nas decisões governamentais.

Entretanto, segundo Becerra (2011, p.16), o fortalecimento do modelo democrático representativo ou participativo se relaciona com “[...] *la tradición de cada nación, pero también de la conjuntura y del momento histórico donde nos encontremos; es decir, los ayuntamientos británicos o los ayuntamientos franceses se caracterizan por otorgar a cada uno de sus espíritus un peso del tiempo dentro de cada país.*”

Essa observação é importante já que nos permite notar como têm evoluído os governos locais e como, em paralelo, estão redefinindo as visões sobre o que é e como funciona a democracia nos municípios.

No entanto, para compreendermos em mais profundidade como a democracia vem se transformando ao longo dos anos, principalmente durante as décadas de 1980 e 1990 nos municípios catalães, utilizamos o conceito de bem-estar social e seu posterior desmantelamento, a partir da política “thatcherista”⁴, originando pressões que impulsionaram o redimensionamento das práticas democráticas nos municípios espanhóis.

No caso do Brasil, tema da nossa segunda seção, **Democracia e participação no Brasil**, as questões tematizadas e as proposições construídas no âmbito da sociedade civil organizada e os avanços institucionais relativos aos marcos jurídicos-institucionais das políticas urbanas, assim como os processos de formulação e implementação destas políticas, sugerem transformações que indicam um aumento da democratização do processo decisório. O processo de aumento do cânone democrático, no caso brasileiro, pode ser compreendido por meio da análise do padrão de intervenção urbana nas três últimas décadas do século XX. Utilizaremos como referencial de análise os padrões tradicionais e anteriores de intervenção estatal e das relações entre Estado e sociedade. O processo de crescimento urbano e metropolização entre o final dos anos 1960 e início dos 1980, foi orientado por um ambiente de modernização conservadora e centralizadora do governo militar. O rompimento com o ciclo autoritário constituiu o cenário do qual emergiram os movimentos sociais, voltados para reivindicações relacionadas à esfera do consumo coletivo de condições de vida.

⁴ Becerra (2011) faz referência à Margaret Hilda Thatcher, Baronesa Thatcher, (nascida em Lincolnshire, Inglaterra, em 13 de outubro de 1925), primeira-ministra britânica de 1979 a 1990. Ao liderar o governo do Reino Unido, Thatcher impôs uma política de reversão do que via como o declínio nacional de seu país. Suas políticas econômicas foram centradas na desregulamentação do setor financeiro, na flexibilização do mercado de trabalho e na privatização das empresas estatais.

Por fim, já nas **Conclusões**, apresentaremos as discrepâncias e similitudes entre os dois processos de aprofundamento democrático participativo, o espanhol e o brasileiro. No caso espanhol, o desmanche do Estado de bem-estar social pós-ditadura franquista, influenciado pela política neoliberal “thatcherista”, provocou um aumento do cânone democrático participativo.

No Brasil, o rompimento com o padrão de intervenção estatal cunhado no período ditatorial (1964-1985) foi à força que atuou na implantação de instrumentos participativos previstos na elaboração do texto constitucional de 1988.

Democracia e participação na Espanha

O termo bem-estar é utilizado para referirmos a uma combinação de elementos econômicos, tecnológicos, produtivos e políticos que, uma vez somados e oportunamente combinados, geraram uma situação de crescimento econômico e estabilidade social. Nesse arranjo, também denominado de Estado-providência, o Estado assume o papel de agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia em parceria com sindicatos e empresas privadas. Os estados de bem-estar social se desenvolveram principalmente na Europa, onde seus princípios foram defendidos pela social-democracia, e foram implementados com maior intensidade nos Estados escandinavos (ou países nórdicos) tais como Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia, sob a orientação do economista e sociólogo sueco Karl Gunnar Myrdal (SCHUMPETER, 1908).

Como pano de fundo desse crescimento e dessa estabilidade social espanhola, que foram chancelados pelo Estado de bem-estar a partir de meados da década de 1970, tivemos um pacto entre governantes e governados, segundo o qual os primeiros se comprometiam a oferecer um volume crescente de serviços em troca de que os segundos limitassem sua participação política somente ao momento do voto. Dito de outra forma, tratava-se de uma permuta de eficiência por passividade política, que foi a justa medida do modelo de democracia elitista e representativa na Espanha pós a redemocratização (excluir) a partir de meados da década de 1970. Nesses termos, o Estado de bem-estar veio acompanhado por dinâmicas democráticas caracterizadas tanto por uma condição de depressão do possível dinamismo da sociedade civil, quanto por uma potencialização da acumulação de responsabilidades públicas nas mãos de elites políticas e burocráticas. O resultado desse processo foi a aparição de uma democracia instrumental, uma democracia útil para eleger líderes dentre as elites governantes, mas longe do debate sobre aquilo que

estas fazem ou deixam de fazer no governo. Nesse arranjo democrático, a participação da sociedade civil se vê seriamente limitada, já que seu papel fica absorvido pelo setor público.

Este modelo, do Estado que ocupa todo o espaço político e administrativo, encontra sua manifestação mais clara no âmbito municipal, já que a arquitetura institucional que dá forma ao Estado de bem-estar nos municípios tem assumido um papel eminentemente executor, pois *“los ayuntamientos – en tanto que parte del Estado – acaparan actividades administrativas y marginan el potencial participativo de la ciudadanía a un segundo plano”* (BECERRA, 2001, p.17). Essa é a situação que mais caracteriza o municipalismo catalão dos anos 1980, uma época em que se construiu o Estado de bem-estar, pois foi nesse período que os municípios democráticos se impuseram a necessidade de superar o déficit e o raquitismo herdado dos anos franquistas.⁵ Em consequência desse raquitismo, floresceram administrações locais centradas em tarefas de construção dos principais equipamentos, infraestruturas e serviços municipais. Essas características foram determinantes para a sedimentação de uma lógica efficientista, já que o importante era reconstruir os municípios, pois haviam sofrido um desmonte durante os anos franquistas. Não é estranho, portanto, que o espírito democrático fique limitado ao exercício periódico do voto, pois as associações da sociedade civil passam de um papel reivindicativo – central nos primórdios de uma democracia municipal – a uma situação de desativação e, inclusive, domesticação. Durante a transição democrática, as associações possuíam um papel muito dinâmico, representando o espaço onde a população manifestava suas inquietudes e suas demandas acumuladas. Nesse período, as associações se converteram em refúgio de ativistas e de pessoas comprometidas com a transformação da comunidade. As associações da sociedade civil, em definitivo, representavam um panorama marcado por altos níveis de atividade e participação política dos cidadãos.

A desarticulação e a domesticação dessas associações estão relacionadas com as práticas das próprias prefeituras municipais, as quais esvaziavam as associações tanto de conteúdo (a administração municipal assumia as reivindicações e suas propostas), como de líderes (os quais passaram a formar quadros de equipes municipais).

Por outro lado, também há a compreensão de que as associações estavam em outro momento de maturidade, pois não necessitavam mais fazer ouvir suas queixas e reivindicações para estabelecer novas relações de colaboração com os poderes públicos. Assim, as novas relações com o poder público não se baseavam mais no confronto de

⁵ Franquismo foi um regime político aplicado na Espanha entre 1939 e 1975, durante a ditadura do General Francisco Franco (falecido em 1975). Após a sua morte, o regime foi sucedido na chefia do Estado espanhol pelo atual Rei Juan Carlos I que instaurou uma Monarquia Constitucional e conduziu um longo processo de redemocratização do país.

opiniões e na exigência de responsabilidades, mas, na coprodução de serviços e das subvenções. Temos como resultado desse processo uma nova desativação do tradicional potencial participativo das associações catalãs, as quais se converteram em um tipo de pseudo-administração (BECERRA, 2011). O domínio da lógica eficientista de uma visão estritamente representativa e institucional da democracia impregnou nas dinâmicas municipais que se produziram no marco da construção do Estado de bem-estar espanhol.

Entretanto, os anos 1980 trarão outro impacto para o Estado de bem-estar, o “thatcherismo”, as recomendações do Banco Mundial e demais instituições multilaterais⁶. A política conservadora da primeira ministra britânica se orientava para o desmonte do Estado de bem-estar e, com esse objetivo, concentrava seus esforços em dois âmbitos: 1) na destruição dos sindicatos, seus principais defensores; 2) na destruição dos governos locais, seus principais executores. É desse contexto que surge a orientação que as prefeituras municipais espanholas não deviam dedicar-se à provisão de bens e serviços, mas sim habilitar, coordenar, contratar ou capacitar outros para que realizassem essas atividades (RIDLEY, 1988; STOKER, 1988).

Becerra (2011) classifica essa nova administração municipal como **relacional**, ou seja, uma nova forma de administrar que não deveria ser obcecada em ser administrativamente eficiente, já que são outros atores que se responsabilizariam pela execução de boa parte dos serviços municipais. Entretanto o município relacional abre possibilidades para a sociedade e suas organizações. Estas podem despertar do longo estado de hibernação a que foram submetidas pelo Estado de bem-estar e reencontrar um novo espaço de participação na gestão dos serviços municipais. Em outras palavras, o município relacional abre as portas para uma ampla constelação de atores e, por consequência, possibilita a sua incorporação na gestão dos serviços municipais. O que não está claro, por outro lado, é se esta participação de caráter funcional chega ao âmbito da tomada de decisões. De qualquer forma, existe um consenso de que algo transformador está ocorrendo nos governos locais, a passagem da democracia representativa para uma nova forma de democracia participativa.

O ataque “thatcherista” ao governo local, para além de seus êxitos e seus fracassos, teve a capacidade de colocar em xeque o fervor técnico e administrativo das últimas décadas, anos 1980 e 1990. Nesse período, ocorreu um processo de politização dos

⁶ O desmanche do Estado de bem-estar social e sua substituição pelo município relacional foi explicitamente recomendado pelo Banco Mundial e demais instituições multilaterais, tendo como carro-chefe dessa política as Organizações Não Governamentais (ONGs).

municípios, ou seja, o aprofundamento de uma vertente repleta de instrumentos variados de inovação democrática participativa.

É necessário, antes de continuarmos nossas reflexões, buscarmos definições conceituais de participação. Para Gyford (1991), não existe um único tipo de participação, mas sim escalas de participação. Em um nível mais baixo, estão os instrumentos participativos que só objetivam oferecer informações, com intenções manipuladoras, a um cidadão eminentemente passivo. Intermediariamente, está o tipo que conta com mecanismos que pretendem dar voz aos cidadãos e às suas organizações, mas somente para saber o que opinam sem compromisso de implementação. No nível mais alto de participação, o mais potente, está aquele que permite trasladar o poder e, portanto, a capacidade para tomar decisões para a sociedade civil.

No município de bem-estar, onde é predominante a lógica representativa, a participação direta do cidadão no processo decisório não consegue ir além dos primeiros dois passos ou níveis, ou seja, não rompe com o direito a ser informado e ser ouvido. Gyford (1991) reforça que o pacto de bem-estar supervaloriza a passividade dos cidadãos, uma vez que estes necessitam estar apenas informados da oferta de serviços municipais. Na atualidade, o direito a ser informado já foi superado, especialmente quanto a politização do âmbito local desperta fortes questionamentos não somente sobre como se fazem as coisas (perspectiva tecnocrática), mas sobre que coisas se hão de fazer (perspectiva política). Está em curso a sedimentação de uma perspectiva que defende um aprofundamento democrático participativo, em que o próprio cidadão exerça a capacidade para tomar decisões, e que critica os rituais baseados apenas na atenção dada às demandas sem o compromisso de implementá-las.

Gyford (1991) aponta que os governantes aumentariam o seu aporte de legitimidade política e melhorariam a qualidade de suas decisões, se estas fossem tomadas após a consulta de múltiplas vozes e opiniões, não somente porque seriam incorporados mais pontos de vista, mas porque o próprio consenso rebaixaria as resistências e aumentaria as possibilidades de êxito da decisão a ser tomada.

Segundo Brugué e Gallego (2001, p.25), *“Es decir, la participación tiene como objetivo directo escuchar a los ciudadanos, aunque indirectamente sirve también para otra cosa, quizás incluso más importante: generar el capital social que ha de garantizar el buen funcionamiento de nuestra sociedad.”*

Desde que Putman (1993) popularizou o conceito de capital social, entendido como um conjunto de características intangíveis de uma comunidade (densidade associativa, níveis de confiança interna etc.), úteis para explicar seu rendimento institucional, econômico

e social, o questionamento tem sido precisamente como produzir esse capital social. Não existem respostas claras a respeito, mas a própria participação cidadã parece ser um fator chave no desenvolvimento das comunidades. O capital social, portanto, faz referência a uma cidadania que adquire maturidade democrática e dinamismo socioeconômico por meio da própria participação nos assuntos coletivos.

Os atores dessa dita participação são cidadãos mais ativos, mais exigentes e suas relações com as instâncias político-administrativas. Inglegart (1991) apresenta a aparição de uma cidadania mais preparada e sofisticada. Somado a esse cenário, nos municípios espanhóis, os governantes também estão mais dispostos a ativar suas relações com os governados nas mais diferentes dimensões econômicas, políticas e administrativas.

Gyford (1991, p.27) afirma que

Finalmente, los ciudadanos ya no se conformarían con emitir un voto, cada equis año, sino que querrían asumir su condición de ciudadanos con opiniones que se quieren expresar y proyectar en el día a día de las actuaciones publicas (ámbito político). Por tanto, existe un nuevo proceso participativo en que el individuo posuía voluntad y capacidad para fortalecer sus relaciones con las instancias político-administrativas que han de canalizar las demandas y las opiniones de una ciudadanía más exigente y sensibilizada.

Esse processo de ativação das participações individuais dos cidadãos e as pressões produzidas geraram um tipo de participação democrática em que o cidadão se vê no direito de tomar parte do processo decisório. A participação democrática, para Fox e Millar (1995) deve superar as fases de **monólogo** (tipologia que segue os ritos de um discurso dominante de uma elite que transmite mensagens a uma cidadania apática e sem capacidade para emitir opiniões próprias). Deve também superar a fase **demagógica** (*palabrería*) (tipologia em que os atores sociais se manifestam, mas não há um processo institucionalizado capaz de canalizar as demandas para a obtenção de um resultado concreto). Por fim, o nível ideal **diálogo** é aquele instituído a partir de conflitos bem definidos com a presença de cidadãos bem informados e interessados nos assuntos objeto do debate. O diálogo focaliza a atenção dos participantes em uma gama limitada de temas, clarifica as suas posições a respeito e, através de escutas e debates, permite chegar a conclusões e resultados operativos.

A participação nos municípios espanhóis aparece ofuscada pela introdução de um conjunto de instrumentos demasiadamente formalistas, como os próprios regulamentos de participação cidadã, os conselhos consultivos e os planos estratégicos.

As primeiras experiências espanholas possuíam uma forte tendência ao monólogo. Entretanto foram criadas ações para impulsionar espaços participativos fortemente

dominados pelos discursos e pela agenda dos atores políticos que os haviam criado. Em uma segunda etapa, apareceu um conjunto de novos instrumentos vinculados ao discurso da inovação democrática.

Para Becerra (2011, p.31), tratam-se de “*Los nucleos de intervención participativa, los consejos ciudadanos, los planes comunitarios, los presupuestos participativos, etc. Se trata de un conjunto de herramientas destinadas a trasladar un poder efectivo a los ciudadanos.*”

O desenvolvimento da participação e da democracia local reclama para si uma forte sintonia entre as justificativas (os “porquês”), os protagonistas (os que estão envolvidos) e os instrumentos (como a participação é estruturada). Becerra (2011) sintetiza, no quadro a seguir, as formas participativas existentes nos municípios espanhóis.

Quadro 1 – Tipología de fórmulas participativas

Base asociativa			Base mixta	Base personal	
Sectorial		Territorial		Intensiva	Intensiva
En el diagnóstico	Forums y mesas sectoriales	Planes estratégicos, procesos participativos temáticos (agendas 21, planes educativos de ciudad, etc.)	Planes estratégicos, procesos participativos temáticos (agenda 21, planes educativos de ciudad, etc.)	Forums temáticos, círculos de estudio, conferencias de consenso	Asambleas, audiencias, teledemocracia
En las decisiones	Consejos, comisiones y ponencias sectoriales	Consejos municipales de barrio o distrito, planes integrales	Consejos, territoriales mixtos, jurados ciudadanos mixtos Gestión compartida de servicios	Presupuestos participativos, jurados ciudadanos, paneles de ciudadanos, encuestas deliberativas	Referéndum, consultas populares, teledemocracia
En la gestión	Gestión asociativa de servicios	Gestión asociativa de Centros Cívicos	Gestión comparativa de conjunto	Gestión con voluntariado de servicios o programas municipales	Co-producción personalizada de servicios.

Fonte: Gomà e Font (2001, p.70).

As diferentes fórmulas de participação que foram sistematizadas no quadro 1 apresentam três bases distintas que apontam para o processo de atuação pública na canalização das demandas sociais. A primeira, denominada **base associativa** (base associativa), ocorre quando a participação é conduzida por meio da participação de grupos organizados de cidadãos. A segunda, **base mixta**, ocorre de duas formas: por meio da participação de indivíduos que representam instituições/associações ou de indivíduos movidos por interesses particulares. A terceira base, a **base pessoal**, ocorre quando os cidadãos participam sem vínculo institucionalizado, movidos pelo interesse em manifestar demandas pessoais.

No entanto a participação de **base associativa** pode dividir-se entre aquela que corresponde a uma lógica setorial e aquela que se articula territorialmente. A participação de **base pessoal**, por sua vez, pode ser intensiva (quando exige de um grupo de cidadãos uma forte dedicação no processo participativo) ou extensiva (quando envolve um amplo número de pessoas, mas não exige uma participação intensa das mesmas).

Já quanto ao segundo critério, a **base mixta**, Becerra (2011) diferencia entre a de participação que se dirige ao diagnóstico dos problemas e a formação da agenda local; a que se ocupa de influenciar nas decisões e na formulação de políticas e aquela que se concentra na gestão dos equipamentos e dos serviços.

Procuramos, nessas notas preliminares sobre a participação nos municípios espanhóis, apresentar o confronto entre o denominado modelo de município de bem-estar com o atual município relacional. Em contraste com as diversas visões sobre o municipalismo, destacamos, em primeiro lugar, sua relação com determinadas conjunturas históricas e, em segundo lugar, suas implicações sobre a democracia local.

Passemos agora para a análise do contexto de introdução de procedimentos participativos no processo decisório das realidades municipais brasileiras.

Partiremos de uma análise de teóricos a respeito da inevitabilidade da burocracia, como resultado da crescente complexibilização do processo decisório das democracias representativas para, posteriormente, enfocarmos suas implicações em um novo arranjo democrático participativo que se incorpora no discurso dos movimentos sociais a partir da redemocratização brasileira de meados da década de 1980.

Democracia e participação no Brasil

Ao longo do século XX, mais precisamente na sua segunda metade, a discussão sobre complexidade e inevitabilidade da burocracia foi se fortalecendo na medida em que as

funções do Estado foram crescendo com a instituição do *Welfare State* nos países europeus. O Estado cresceu em funções ligadas ao bem-estar social, como demonstramos no caso dos municípios espanhóis. Esse enfoque levou à constituição de uma teoria hegemônica de democracia que privilegiasse o papel dos sistemas eleitorais na representação do eleitorado (LIPJART, 1984). No entanto a concepção hegemônica de democracia, ao contemplar o problema das tendências do eleitorado em escala ampliada, ignora suas três dimensões a saber: a autorização, a identidade e a prestação de contas (recentemente introduzida no debate democrático).

Nesse sentido, o pessimismo de Weber (1978) sofre uma mudança de perspectiva, ou seja, a inevitabilidade do crescimento da burocracia foi mudando de tom, assumindo uma conotação positiva.

Bobbio (1986) sintetizou a mudança de perspectiva em relação à desconfiança weberiana com o aumento da capacidade de controle da burocracia. O autor construiu uma interpretação que considera as transformações pelas quais as sociedades passam como fundamentais para o surgimento de competências técnicas. Segundo ele,

[...] à medida que as sociedades passaram de uma economia familiar para uma economia de mercado, de uma economia de mercado para uma economia protegida, regulada e planificada, aumentaram os problemas políticos que requerem competências técnicas. Os problemas técnicos exigem, por sua vez, expertos, especialistas... Tecnocracia e democracia são antitéticas: se o protagonista da sociedade industrial é o especialista, impossível que venha a ser o cidadão comum. (BOBBIO, 1986, p.33-34).

Há, nesse trecho, uma clara radicalização do conceito weberiano de burocracia. Bobbio (1986) compreende que, a partir do momento em que o cidadão optou por fazer parte da sociedade de consumo de massa e do Estado de bem-estar social, está abrindo mão do controle sobre as atividades políticas e econômicas por ele exercidas em favor de burocracias privadas e públicas.

Há ainda um terceiro elemento que constitui a concepção hegemônica da democracia. Essa concepção afirma ser a representatividade a única solução possível nas democracias de grande escala. Dahl (1998, p.110) defende essa posição com maior ênfase afirmando que

[...] quanto menor for uma unidade democrática maior será o potencial para a participação do cidadão e menor será a necessidade para os cidadãos de delegar as decisões do governo para os seus representantes. Quanto maior for a unidade, maior será a capacidade de lidar com problemas relevantes para os cidadãos e maior será a necessidade dos cidadãos de delegar decisões para os seus representantes.

O fundamento da representação pela teoria hegemônica de democracia é a autorização. Nesse sentido, constituem-se dois pilares que sustentam a autorização. O primeiro, que diz respeito ao problema do consenso dos representantes, surge dentro da teoria democrática clássica, em contradição às formas de rodízio no processo de tomada de decisão característico às formas de democracia direta (MANIN, 1997). No contexto dessa concepção, o exercício direto da gestão própria das antigas cidades-estado ou das repúblicas italianas estava envolto pela falta de autorização a qual era substituída pela ideia do igual direito à ocupação dos cargos de decisão política. Quando surge a noção de consenso no interior dos debates sobre uma teoria racional da política, o sorteio, o conceito de exercício direto deixa de fazer sentido e é substituído pelo consenso, que se constitui enquanto um mecanismo racional de autorização.

Mills (1977) trará a segunda forma de justificação da questão da representação juntamente com a questão da capacidade das formas de representação de se refletirem as opiniões no âmbito da sociedade. Para Mills (1977), a assembleia é uma miniatura do eleitorado e toda assembleia representativa é capaz de expressar as principais tendências do eleitorado. Esse enfoque levou à constituição de uma teoria hegemônica de democracia que privilegiasse o papel dos sistemas eleitorais na representação do eleitorado (LIPJART, 1984). No entanto a concepção hegemônica de democracia, ao contemplar o problema das tendências do eleitorado em escala ampliada, ignora suas três dimensões, a saber: a autorização, a identidade e a prestação de contas (recentemente introduzida no debate democrático). Se por um lado, como afirma Dahl (1998), a autorização via representação possibilita o exercício da democracia em escala ampliada, por outro lado dificulta a prestação de contas e a representação de múltiplas identidades, ou seja, a representação, pelo método da tomada de decisão pela maioria, não contempla as identidades minoritárias que não terão expressão no parlamento. No que diz respeito à prestação de contas, ao diluí-la no processo de reapresentação no interior de um bloco de questões, compromete a desagregação do processo de prestação de contas. É nesse momento que se desenha um terceiro limite da teoria democrática hegemônica: limitação em apresentar agendas e identidades específicas.

Dessa forma, os marcos históricos “fim da guerra fria” e “aprofundamento do processo de globalização” reabrem o debate entre democracia representativa e democracia participativa o qual se aprofunda mais nos países em que a diversidade étnica é maior. Neles, formaram-se grupos que têm maior dificuldade para ter os seus direitos básicos reconhecidos (BENHAIBIB, 1996; YOUNG, 2000), o que ocorre, em certa medida, pela

questão de a diversidade de interesses chocar-se com o particularismo de elites econômicas (BÓRON, 1994).

Esse contexto abre uma reinterpretação da teoria democrática hegemônica, denominada por Santos (2003) de concepções não hegemônicas da democracia. Na segunda metade do século XX, surgirá uma concepção que reconhecerá que a democracia não constitui um mero acidente ou uma simples obra de arquitetura institucional. Essa percepção é formatada em resposta ao arcabouço teórico construído pela teoria democrática hegemônica que vincula procedimento com forma de vida e compreende a democracia como mecanismo de aperfeiçoamento da convivência humana (SANTOS, 2003). Nessa concepção, encontrada nas obras de autores como Lefort (1986), Castoriadis (1986) e Habermas (1995), Lechner (1988), Bóron (1994) e Nun (2000), a democracia assume uma gramática de organização da sociedade e da relação entre o Estado e a sociedade. As concepções não hegemônicas apresentam as mesmas preocupações que as hegemônicas: como reconhecer a pluralidade humana, não apenas a partir da suspensão da idéia de bem comum, mas a partir dos critérios que, primeiro, enfatizam a criação de uma nova gramática social e cultural e, em segundo, buscam a compreensão da inovação social articulada com a inovação institucional com a procura de uma nova institucionalidade da democracia (SANTOS, 2003).

Nessa concepção, Castoriadis (1986, p.274) fornece elementos críticos à teoria de democracia hegemônica: “[...] alguns pensam hoje que a democracia ou a investigação racional são autoevidentes, projetando, assim, de maneira ingênua a excepcional situação da própria sociedade para a história em seu conjunto.”

Castoriadis (1986) aponta que a democracia sempre indica uma ruptura com tradições estabelecidas e, portanto, a tentativa de instituição de novas determinações, novas normas e novas leis. Dessa forma, a indeterminação não se refere apenas ao ocupante da posição de poder, mas às dimensões societárias de discussão dos procedimentos democráticos. Essa discussão rompe com o procedimentalismo produzido pela teoria hegemônica de democracia. Habermas (1995) foi o autor que abriu espaço para se pensar o procedimentalismo como prática social e não como método de constituição de governos. Para tanto, ele propôs um elemento no debate democrático contemporâneo: a pluricidade, capaz de gerar uma gramática societária. A esfera pública é um espaço no qual indivíduos podem problematizar, em público, uma condição de desigualdade no âmbito privado. O princípio “D” de Habermas (1995) permite discutir as ações em público dos indivíduos excluídos de arranjos políticos através de um princípio de deliberação societária. Para o autor, apenas são válidas aquelas normas-ações que contam com o assentimento de todos

os indivíduos participantes de um discurso racional. Ao discutir um princípio de deliberação amplo, Habermas (1995) recoloca, no interior do debate democrático, um procedimentalismo social e participativo. Esse debate é tributário da pluralidade das formas de vida existentes nas sociedades contemporâneas, pois, para ser plural, a política tem de contar com o assentimento desses atores em processos racionais de discussão e deliberação (SANTOS, 2003). Em outras palavras, o procedimentalismo democrático de Bobbio (1986) não pode ser visto como um método de autorização de governos. Ao contrário, tem de ser, como afirma Cohen (1997), uma forma de exercício coletivo do poder político com uma base pertencente a um processo livre de apresentação de razão entre iguais. Assim, a conexão entre procedimentalismo e participação reside no pluralismo e nas diferentes experiências de democracia representativa com procedimentos participativos.

Há outro elemento que, segundo Santos (2003), deve ser levado em conta ao analisar a questão das teorias não hegemônicas de democracia: refere-se ao papel de movimentos sociais na institucionalização da diversidade cultural. O autor constrói uma análise dessa vertente partindo de Williams (1981), o qual entende que cultura compreende uma dimensão de todas as instituições – econômicas, sociais e políticas – que envolvem uma disputa sobre um conjunto de significações culturais. Os movimentos sociais estariam envolvidos em uma contenda pela ampliação do campo político o qual, por sua vez, engendraria uma disputa pela ressignificação de práticas (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 1998). A ampliação do campo político tem uma relação direta com a atuação dos movimentos sociais que, no limite, possibilitaram a transformação de práticas dominantes, o aumento da cidadania e a inserção política de atores sociais excluídos.

Para Dagnino (2002), a construção da democracia brasileira, nas últimas duas décadas, tem se configurado na possibilidade de trânsito de projetos formatados no interior da sociedade civil para o âmbito do Estado, endereçados à democratização das políticas públicas, às premissas de inclusão, cidadania e equidade, sobretudo na esfera local.

Assim, no Brasil, as interseções entre as questões tematizadas e as proposições construídas no âmbito da sociedade civil organizada e os avanços institucionais relativos aos marcos jurídico-institucionais das políticas urbanas no país, bem como os processos de formulação e implementação destas políticas, pressupõem transformações que indicam um aumento da democratização do processo decisório.

Portanto, para compreendermos as experiências de aumento do cânone democrático no Brasil, focalizaremos o padrão de intervenção urbana no decurso do século XX. Utilizaremos como referencial de análise desse processo os padrões tradicionais e anteriores de intervenção estatal e de relações entre Estado e sociedade. Nesse sentido, as

características que se destacam são a centralização das decisões e recursos, a fragmentação institucional, a segmentação no atendimento dos serviços públicos, a atuação de cunho estritamente setorial, a impermeabilidade das políticas e agências públicas aos cidadãos, a penetração dos interesses privados na esfera estatal e a ausência do controle público e de avaliação das políticas, dentre outros aspectos.

Esses padrões são utilizados como referência por Farah (1997, p.3) ao interpretar as possibilidades de inflexão e de inovação, no que se refere à ampliação da oferta e tipologia das políticas e de seu

conteúdo substantivo; ao seu formato e as suas características institucionais; e aos processos de formulação e de gestão, os quais envolvem a incorporação de novos atores, apontando, portanto, para a democratização das políticas públicas e para as possibilidades de inclusão sociopolítica.

O padrão tradicional de intervenção na área urbana, por exemplo, pode ser caracterizado pelo forte cunho tecnocrático em suas práticas, a presença marcante dos interesses imobiliários e vinculados à acumulação urbana, e à ausência de possibilidades de participação cidadã na cunhagem das políticas produzidas e ofertadas. O quadro socioespacial brasileiro também se precarizou, principalmente, em virtude da ineficiência e omissão do poder público no enfrentamento da problemática urbana no curso da urbanização brasileira. Essa ineficiência e a omissão resultaram em desigualdades e processos de exclusão, pela magnitude do déficit habitacional e da informalidade de ocupação, dentre outros aspectos.

O direito à cidade, as políticas mais justas e includentes e a democratização das relações entre Estado e sociedade apresentam-se em três eixos de avanços: a possibilidade da democratização das relações entre Estado e sociedade por meio da criação de instâncias participativas; mudanças nas lógicas de planejamento, principalmente em relação ao instrumento do Plano Diretor; a sedimentação do conceito de direito à cidade por meio da inclusão socioespacial das áreas informais e de seus moradores.

As análises de Ribeiro e Cardoso (1996) confirmam que a questão urbana não chega a se constituir como objeto de intervenção e de reforma social incorporado à agenda governamental. Apresentam uma análise do processo histórico de como a questão urbana foi utilizada como um instrumento de construção de cidades, mas não de cidadãos.

No curso do século XX, as intervenções nas cidades brasileiras ocorrem sob o rótulo de urbanismo em sua versão higienista. Para Pechman (1994), o urbanismo se legitima, no

ambiente brasileiro, como saber científico sobre a cidade à margem de qualquer debate político e da possibilidade de colocar em foco a questão da cidadania e do direito à cidade.

Do pós-Segunda Guerra Mundial até 1964, segundo ciclo socioeconômico, as estratégias de modernização produtiva atreladas à estratégia de substituição das importações são as tônicas do período. O molde **keynesiano-desenvolvimentista** sedimenta um modelo de desenvolvimento econômico ancorado no mercado de bens de consumo duráveis. O Estado assume uma postura de investidor em produção pública de infraestruturas endereçadas ao desenvolvimento do setor privado da economia.

No governo de Juscelino Kubstichek (1955-1960), de matriz populista, o planejamento transforma-se em instrumento para a resolução dos problemas brasileiros. A questão urbana passa a ser estruturada sob a baliza do objetivismo tecnocrático, dirigido ao projeto nacional desenvolvimentista e à primazia do eixo econômico (RIBEIRO; CARDOSO, 1996).

No entanto, as políticas urbanas voltadas para a equidade e com viés redistributivo não comparecem a esse cenário, ainda que, especialmente no início dos anos 1960, a questão habitacional configure-se como objeto emergente de tematização em espaços da sociedade civil.

Entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1980, com o aumento dos fluxos migratórios campo-cidade, ocorre o ápice do processo de crescimento urbano e metropolização revelador da problemática socioespacial atual: a expansão urbana, por meio da constituição de periferias precárias e distantes, conformadas pelas dinâmicas especulativas que se alimentam da provisão pública de infraestruturas, e a multiplicação de favelas e de outras tipologias de informalidade, destituídas das mínimas condições de habitabilidade.

O ambiente de modernização conservadora e centralizadora do governo militar impõe novos arranjos administrativos e burocráticos, tais como: intervenção do Estado nas cidades nas áreas de saneamento, transporte e habitação; implantação de novas estruturas governamentais federais e subnacionais, voltadas para as políticas urbanas, como o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), criado em 1964 e extinto em 1974, e o Banco Nacional da Habitação (BNH), da mesma época.

Em meados da década de 70 são criadas iniciativas que podem ser configuradas como ensaios na direção de uma política urbana de cunho compreensivo, como a criação da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana, de composição multissetorial, e, adiante, sua reconfiguração como Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. De qualquer forma, essas iniciativas de criação de estruturas não revelam a

presença mais atuante da União nas atividades urbanas e não implicam na formatação de uma política urbana integrada. Maricato (2000) afirma que a questão urbana, sob total influência do urbanismo modernista-progressista e dos determinantes do contexto fordista-keinesiano, imputa ao Estado o papel central do desenvolvimento e considera-o portador privilegiado de racionalidade.

Chega-se a uma estrutura estratégica espacial de desenvolvimento urbano dentro do contexto de uma política de desenvolvimento econômico regional centrado, principalmente, em três aspectos.

Primeiramente, o planejamento regional, referente às diretrizes voltadas para o fortalecimento dos pólos nacionais e regionais de desenvolvimento. Em segundo, com a promoção do planejamento integrado no âmbito local, realiza-se o financiamento dos planos locais integrados e a assistência técnica para sua elaboração.

Os planos locais integrados recodificam o planejamento urbano em pressupostos racionalista-compreensivos e produzem extensos diagnósticos multissetoriais que abrangem todos os aspectos das cidades. No entanto apresentam pontos de disjunção entre os planos da realidade em que visam intervir, desconsiderando o tecido informal. Outra disjunção está localizada na relação entre planejamento e gestão que juntamente com a sobre-determinação da capacidade estatal efetiva no âmbito local e subdeterminação da atuação dos agentes privados e dos fatores institucionais e burocráticos resultam no descompromisso quanto à implementação.

O terceiro aspecto remete ao centralismo decisório e à valorização da concepção tecnocrática do planejamento.

O quadro de recessão do final da década de 1970 e as crescentes tensões entre o Estado e a sociedade brasileira desembocarão na gradual abertura política e na redemocratização do país. O rompimento com o ciclo autoritário, marcado pela restrição à participação política e a repressão à organização e à ação social, constitui o terreno do qual emergem os movimentos sociais, voltados para reivindicações relativas à esfera do consumo coletivo e condições de vida.

O Movimento Nacional de Reforma Urbana⁷ (MNRU) destaca-se como o articulador de atores coletivos, atuantes no contexto da constituinte, elaboradores de propostas de intervenção urbana que se solidificarão em alguns artigos da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, no Estatuto das Cidades. O contexto de elaboração de uma nova carta

⁷ O MNRU foi um dos que se destacou no período da transição e na Constituinte, pois outros – como o movimento de saúde/sanitarista, o de educação, dos direitos das crianças e adolescentes, da mulher, dos trabalhadores etc – também foram importantes na aprovação de alguns direitos sociais presentes na nova *carta magna*.

constitucional iniciada em 1986 solidifica a atuação da sociedade civil como uma plataforma de cunho democratizante e voltada para a inclusão e ampliação dos direitos sociais.

No campo urbano, o MNRU introduz os princípios do direito à moradia e à cidade bem como o da função social da propriedade. A articulação desse movimento, conectado às demandas oriundas de uma rede de organizações, constitui-se como uma novidade no que se refere às formas de organização e ação coletiva. Os pilares da plataforma de reforma urbana do período são o direito à moradia e à cidade e o planejamento e a gestão democrática das cidades. Quanto à questão urbana, podem ser apontados avanços e inflexões significativos no texto constitucional (MARICATO, 2000):

a) ampliação das competências municipais e o papel central reservado aos municípios no enfrentamento da questão urbana, garantindo-lhes autonomia legal, ressalvadas competências e responsabilidades para os demais níveis de governo relativas à produção de normas gerais de cooperação conjunta na oferta de políticas públicas;

b) possibilidades de participação cidadã, inclusive no âmbito da política urbana, assinaladas no art. 29, que prevê a cooperação de associações no planejamento municipal e a iniciativa popular de projetos de leis e programas; e, mais genericamente no art. 5º, que trata do reconhecimento dos direitos difusos, nos quais se pode remeter à questão urbano-ambiental;

c) os artigos 182 e 183, que podem ser tomados como marco jurídico para o direito urbano, na medida em que explicitam o princípio da função social da propriedade e da cidade e o vinculam às exigências dos planos diretores, obrigatórios para municípios de mais de 20 mil habitantes e reservam aos governos locais a faculdade de elaboração de legislação para disciplinar o uso e a ocupação do solo e garantir o cumprimento da função social da cidade;

d) o artigo 183 reconhece o direito à ocupação informal, por meio do usucapião urbano, inclusive coletivo, após cinco anos.

Entretanto a ausência da legislação complementar, que se estende até a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001, implicou um obstáculo expressivo à autonomia dos governos locais quanto à aplicação de dispositivos constitucionais e ao descompromisso das esferas de governo no caso das competências e atribuições compartilhadas.

O Estatuto da Cidade aprofunda os avanços constitucionais, dotando de conteúdo o princípio da função social da propriedade, pois permitiu (MARICATO, 2000):

a) a regulamentação de instrumentos de desenvolvimento urbano voltados para o controle e a coibição da especulação imobiliária e da captura da mais-valia do solo urbano;

b) a regulamentação de instrumentos voltados para a regularização fundiária das áreas informais, especificamente o usucapião urbano e, adiante, por meio de medida provisória, a concessão de uso especial para fins de moradia, ao lado da identificação de outros instrumentos que já vinham sendo empregados no âmbito local, como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);

c) o reconhecimento da participação social no planejamento e na elaboração de planos diretores, bem como a previsão da criação de canais de participação – órgãos colegiados, gestão participativa do orçamento, conferências, audiências e debates públicos, dentre outros – em seu capítulo de gestão democrática das cidades;

d) a recomendação de articulação do plano diretor com instrumentos orçamentários bem como a previsão de sua revisão periódica, no máximo a cada dez anos.

O Estatuto da Cidade reenquadra os modelos de planos diretores anteriores, colocando como requisito a participação e a gestão democrática por compatibilização com o planejamento orçamentário ou por meio da disponibilização dos instrumentos mencionados. Assim, o novo paradigma de planejamento reconecta o planejamento e a gestão, bem como as dimensões técnica e política. Villaça (1978, p.235-236), afirma que essa “[...] politização imprime, à década de 90, o caráter de um possível marco divisor na história do planejamento brasileiro, ancorado na superação dos modelos tradicionais”. (VILLAÇA, 1999, p.15).

Com essas premissas, o Plano Diretor define-se a partir de uma leitura da cidade como um conjunto de regras orientadas para a ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano e aponta para a dimensão política e pactuada do planejamento e da gestão urbana.

Segundo o Instituto Pólis (2001, p.40),

As novas práticas substituem o plano que prioriza tudo – ou seja, não prioriza nada – pela ideia de plano como processo político, por meio do qual o poder público canaliza esforços, capacidade técnica e potencialidades locais em torno de alguns objetivos prioritários.

Ribeiro e Cardoso (2003) exploram as mesmas premissas por meio do conceito de “planejamento politizado” como ferramenta de análise do processo iniciado pelo movimento da reforma urbana. Segundo eles, a dimensão de pacto territorial é influenciada pelos direitos urbanos, pelo enfrentamento das desigualdades socioespaciais e por parâmetros de qualidade de vida e de preservação ambiental. As forças sociais e os interesses gravitam em torno da nova estrutura do Plano Diretor que assume uma feição politizada. Para os autores, o planejamento politizado

[...] pressupõe uma nova concepção de plano e gestão, uma nova metodologia de elaboração e novos instrumentos. Para tanto é fundamental partir-se de um quadro de referências que coloque a cidade como palco e objeto dos conflitos no centro do 'diagnóstico dos problemas urbanos' e da formulação das 'diretrizes de desenvolvimento urbano'. O plano constituir-se-á no mapeamento dos interesses e do palco territorial e servirá de base para a gestão democrática da cidade. (RIBEIRO; CARDOSO, 2003, p.111).

No entanto esses avanços não deixam escapar o grau de complexidade dos instrumentos regulamentados pelo Estatuto da Cidade. Esse grau de complexidade torna-se uma barreira para alguns governos locais, assim como para atores sociais envolvidos nos processos de participação. O discurso técnico-especializado converte-se em uma barreira de difícil transposição pelos atores sociais que clamam por um arranjo institucional participativo.

As principais inflexões na atuação federal do Governo Lula foram à criação do Ministério das Cidades, o ciclo de Conferências das Cidades e o Conselho das Cidades. O Ministério das Cidades significou redefinições e reformulações para o escopo das políticas federais. O ciclo de Conferências das Cidades, promovido em 2003, teve como pressuposto a participação dos diversos atores sociais e visou ao estabelecimento de diretrizes de atuação governamental, a partir da realização de conferências municipais e estaduais, finalizando na realização da conferência nacional. O Conselho das Cidades, regulamentado em 2006 pelo Decreto 5790/2006, não possuiu caráter deliberativo mais amplo, mas consultivo para alguns temas. Mesmo assim, o ConCidades vem produzindo um conjunto de resoluções relativas às políticas urbanas e habitacionais, que constituem avanços normativos.

Farah (1997, p.18) argumenta que “os governos locais não apenas têm ampliado sua esfera de ação, mas têm atuado de forma distinta em relação aos padrões anteriores e produzido inovações em seus diversos campos de intervenção”. Segundo o autor, a partir das experiências locais, é possível identificar algumas vertentes de inovações às mudanças nas características institucionais e desenho das políticas, programas e projetos: 1. O cunho intersetorial; 2. A inclusão de novos atores nos processos de formulação e gestão; 3. A democratização das relações entre Estado e sociedade.

Nessa concepção de democratização das relações entre o Estado e a sociedade, o autor ainda aborda três tendências mais gerais de inovação observadas no contexto brasileiro: 1. A criação de instâncias de participação voltadas para as políticas urbanas; 2. As novas lógicas e processos envolvidos na elaboração dos planos diretores; 3. A

incorporação da “cidade informal” como objeto de planejamento e de políticas urbanas; 3.1. As instâncias institucionais de participação cidadã nas políticas urbanas.

A participação cidadã nos governos locais constitui um ponto central de tematização no campo das políticas urbanas, pois contempla a perspectiva de publicitação de conflitos, a negociação de interesses distintos dos segmentos sociais e a afirmação e (re)construção de identidades coletivas.

Podemos interpretar que a participação tem sido entendida como um ponto de partida para a democratização das políticas públicas e possibilita a garantia dos direitos sociais e a redução das desigualdades.

Portanto, a criação de espaços de participação tem sido elemento nuclear na reformulação da relação entre Estado e sociedade, configurando um quadro de avanços nas políticas públicas urbanas que vão do conteúdo à democratização dos processos de formulação e gestão.

Há iniciativas autônomas de criação de espaços de participação de governos locais como ocorrem nos casos dos Conselhos de Política Urbana ou de Desenvolvimento Urbano, presentes em 6% dos municípios em 2001 (IBGE, 2003).

Entendemos que existe uma mudança na condução do processo de elaboração do Plano Diretor, no final do século XX, a partir da consolidação do princípio da função social da terra, da previsão dos novos instrumentos urbanísticos e dos preceitos de gestão democrática das cidades. O caráter participativo de elaboração do Plano Diretor também revela uma lógica distinta de planejamento em relação às práticas anteriores.

Nesse sentido, identificamos que o processo de elaboração do Plano Diretor não sofreu uma simples renovação metodológica, mas rupturas conceituais com o formato tecnocrático da década de 1970; foram criadas novas lógicas de formulação de instrumentos urbanos de democratização do uso e ocupação do solo e gestão, assentadas na participação de diversos atores vinculados, ou não, a movimentos sociais. Portanto, o núcleo das inflexões presentes nos planos diretores de várias cidades brasileiras nos anos 1990 ancora-se, principalmente, na democratização do planejamento e na gestão das cidades, o que já se anunciava no conteúdo das Leis Orgânicas Municipais.

É importante destacar que o processo de democratização e de constituição de novos atores comunitários surgiu de modo semelhante à concepção do direito a ter direitos (SADER, 1988; DAGNINO, 1994), como componente da redefinição de novos atores sociais.

A questão urbana está umbilicalmente conectada ao desenvolvimento de um procedimento democrático-participativo de elaboração de políticas públicas urbanas. Tanto o

desenvolvimento quanto a aplicação de instrumentos que normatizem o uso e a ocupação do solo estão inseridos em um padrão de intervenção estatal e de relações entre Estado e sociedade que precisam ser compreendidos. O padrão de intervenção estatal urbana no Brasil foi desenhado pelo processo de construção de instrumentos de planejamento urbano que, ao longo do século XX, variaram em centralização das decisões e recursos, em fragmentação institucional e, principalmente, em sua impermeabilidade das políticas e agências públicas criadas para o atendimento das demandas dos cidadãos. O caráter impermeável aos cidadãos das políticas contribuiu para a penetração de interesses privados na esfera estatal e para a ausência de controle público. Em muitos casos, o poder público, pressionado por atores sociais de relevância econômica, acabou cedendo na concessão de benesses como perdões de dívidas geradas pela tributação territorial urbana.

Conclusões

As análises do processo de instituição de democracias participativas na Espanha, mais especificamente na Província da Catalunha, apontaram que a superação do município de bem-estar com a chegada do município relacional tem valorizado o papel dos atores sociais no âmbito local. A participação cidadã representou uma forma de superar os déficits administrativos e políticos que têm acompanhado a crise do Estado de bem-estar por meio do impulso da cogestão e do capital social.

Portanto o fim do Estado de bem-estar é um marco histórico-teórico importante para analisarmos a guinada de uma democracia fortemente representativa para a sua forma participativa durante as décadas de 1980 e 1990 na Espanha.

O desenvolvimento de uma democracia participativa local passa, em primeiro lugar, pela ativação dos interesses individuais dos cidadãos e, em segundo lugar, por um processo de dotação de sentido coletivo e intensificação das relações entre governantes e governados.

A revalorização da participação no âmbito local encontra dificuldades no momento da identificação dos instrumentos que levarão à prática participativa. Mesmo assim, a proliferação de experiências nos últimos anos nos municípios catalães mostra que alguns caminhos estão alcançando êxito no despertar dos interesses individuais para participar ativamente de debates.

O papel da equidade e da honestidade na comunicação entre os que impulsionam processos de participação cidadã e os atores sociais é fundamental, pois sem isso muitos dos processos podem ficar opacos ou simplesmente tendenciosos. Sem esses requisitos, as

políticas de participação e as experiências podem degenerar em simples encontros que cancelam decisões tomadas *a priori*.

As análises da instituição dos processos democráticos participativos no Brasil, assim como na Espanha, também partem da segunda metade do século XX, com a instituição do Estado do *Welfare State* nos países europeus. Esse processo também é apontado por Bobbio (1986) como uma mudança de perspectiva em relação à desconfiança weberiana com o aumento da capacidade de controle da burocracia. No caso espanhol, isso se degenerou para o fortalecimento do caráter representativo e técnico da burocracia, que atuou eficientemente no atendimento das demandas sociais dos municípios catalães o que, por seu turno, contribuiu para o fortalecimento do que Bobbio (1986) denominou de concepção hegemônica de democracia, uma tipologia em que o cidadão abre mão do controle sobre as atividades políticas e econômicas por ele exercidas em favor de burocracias privadas e públicas.

Portanto, os processos de aprofundamento da democracia participativa em ambos os casos, Brasil e Espanha, estão ligados aos marcos históricos “fim da guerra fria” e aprofundamento do processo de “globalização”, sobretudo com as gestões de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América do Norte, de desmantelamento do Estado de bem-estar social. Esse debate se aprofunda mais nos países em que a diversidade étnica é maior, pois neles há grupos que têm maior dificuldade para ter os seus direitos básicos reconhecidos, caso do Brasil e da Espanha.

A instituição de uma democracia de caráter participativo no Brasil, guardando as proporções, parece ter seguido as mesmas intempéries espanholas. Assim como na Espanha – que viveu um longo período sob a égide da ditadura franquista (1939-1975) –, o recente processo de democratização pelo qual o Brasil passou, após um também longo período ditatorial (1964-1985), não lhe conduziu imediatamente a um processo de radicalização da democracia.

No caso brasileiro, o processo de democratização e de constituição de novos atores sociais beneficiou-se do momento da constituinte em 1986, quando diversas demandas sociais reprimidas se organizaram no formato de movimentos como o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU).

A diferença entre os dois processos de aprofundamento democrático-participativo, o espanhol e o brasileiro, reside, principalmente, no fato de, na Espanha, ter sido instituído um período de Estado de bem-estar social pós-ditadura e, com o seu posterior desmanche, influenciado pela política neoliberal “thatcherista”, ocorreu um aprofundamento democrático participativo com o surgimento do denominado **município relacional**.

O Estado de bem-estar social instituído nos municípios espanhóis e o consequente recrudescimento da democracia representativa foram à mola propulsora para o desmantelamento da possibilidade de instituição de uma radicalização da democracia participativa imediatamente após o término do regime franquista (1975).

No Brasil, o padrão de intervenção estatal e das relações entre Estado e sociedade fundadas na centralização das decisões e recursos, a fragmentação institucional, a segmentação no atendimento dos serviços públicos, a impermeabilidade das políticas e agências públicas aos cidadãos, a penetração dos interesses privados na esfera estatal e a ausência do controle público, somados à supressão do Estado de Direito democrático, no período de 1964-1985, foram às forças que atuaram na implantação de instrumentos participativos na elaboração do texto constitucional de 1988. Esse painel do período ditatorial conduziu o Estado para um padrão de intervenção, principalmente na área urbana, tecnocrático em suas práticas, vinculado aos interesses imobiliários de acumulação urbana e impermeável à instituição de possibilidades de participação cidadã na cunhagem das políticas públicas.

Entretanto o processo de aprofundamento democrático no Brasil com indícios de rompimento da lógica acima descrita, diferentemente do que ocorreu na Espanha, está relacionado com, principalmente, com três forças. Primeiramente com a necessidade de implantação de políticas urbanas voltadas para a equidade e com o viés redistributivo especialmente com a emergente questão habitacional como objeto de tematização da sociedade civil. Em segundo, com o aumento dos fluxos migratórios campo-cidade, e seu reflexo no processo de crescimento urbano e a formação de periferias precárias de infraestruturas. Em terceiro, pelo ambiente de modernização conservadora e centralizadora do governo militar que impôs novos arranjos administrativos e burocráticos. Essas três forças, com o rompimento do ciclo autoritário em 1985 e com a constituinte a partir de 1986, dão a amplitude do terreno no qual emergem os movimentos sociais que pressionam para a formação de um novo arranjo democrático no processo de formulação e implementação de políticas públicas participativas em alguns municípios brasileiros. Destacamos o já citado MNRU como um articulador de atores coletivos, no período da Constituinte, elaborador de propostas de intervenção urbana. O Estatuto da Cidade que, em certa medida, aprofunda os avanços obtidos pelo MNRU na Constituinte, principalmente no que diz respeito à regulamentação de instrumentos voltados para o controle e coibição da especulação imobiliária, é um importante mecanismo para a reversão de uma característica marcante das cidades brasileiras: a segregação espacial.

Como atesta Farah (1997), as experiências locais inovam seus processos de desenho das políticas, programas e projetos sociais inéditos nos processos de formulação e gestão após esse período da Constituinte.

Portanto, no Brasil, a questão de fundo que promoveu a base e a substância da reformulação dos processos participativos de geração, implementação e gestão de políticas públicas, é urbana. No caso da Espanha, a crise do Estado de bem-estar e o consequente surgimento do município relacional, gerido a partir de um contexto de amplificação da participação cidadã na formulação, implementação e gestão das políticas públicas, impulsionou uma reconfiguração desse processo. Os cidadãos espanhóis foram expropriados de um conjunto de serviços públicos, antes oferecidos como moeda de troca pelo seu envolvimento apenas formal com o processo democrático. Em que pesem as explicações tradicionais, esse contexto impulsionou os cidadãos a se mobilizarem para canalizar seus interesses e assim tentar superar o déficit administrativo e político que acompanhou a crise do Estado de bem-estar.

Clara está, em ambos os processos, que a instauração de um cenário crítico de supressão ou a ausência de políticas públicas focadas foi à mola propulsora das transformações operadas no arranjo democrático que rompe seu caráter formal representativo e oxigena-se com a proposta participativa.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. **Cultures of politics, politics of cultures:** revisioning Latin American social movements. Boulder: Westview Press, 1998.

BECERRA, C. A. B. (Coord.). **Presupuesto participativo:** herramienta para la democracia. Congreso del Estado de Jalisco. Guadalajara: Instituto Electoral e de Participación Ciudadana del Estado de Jalisco, 2011.

BENHABIB, S. Toward a deliberative model of democratic legitimacy. In: BENHABIB, S. (Org.). **Democracy and difference.** Princeton: Princeton University Press, 1996. p. 67-94.

BENTHAN, J. **Um fragmento sobre el gobierno.** Borrador de um prefácio previsto para la segunda edición. Salamanca: Editora Tecnos, 2012. (Colección clásicos del pensamiento).

BOBBIO, N. **O futuro da democracia.** São Paulo: Paz e Terra, 1986.

BÓRON, A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BRASIL. **Assembleia Nacional Constituinte**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1989.

BRUGUÉ, Q. El gobierno local en Catalunya: construcción y reconstrucción del municipio de bienestar. In: AAVV. **La nova Europa social e els municipis**. Barcelona: Patronat Flor de Maig, 1997.

BRUGUÉ, Q.; GALLEGO, R. Una administración pública democrática? In: FONT, J. (Ed.). **Ciudadanos y decisiones públicas**. Barcelona: Ariel, 2001. p.43-58.

BRUGUÉ, Q.; GÓMA, R. (Ed.). **Gobiernos locales y políticas públicas**. Barcelona: Ariel, 1998.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

COHEN, J. **Procedure and substance in deliberative democracy**. Cambridge: MIT, 1997.

DAGNINO, E. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAHL, R. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FARAH, M. F. S. Estado e habitação no Brasil: o caso dos Institutos da Previdência. **Espaço & Debates**, n.16, a.5, p.73-82, 1985.

FOX, C.; MILLER, H. **Posmodern public administration**. Londres: Sage, 1995.

GOMÀ, R. El estado de bienestar y los gobiernos locales. In: AAVV. **La nueva Europa social i els municipis**. Barcelona: Patronat Flor de Maig, 1997. p.20.

GOMÀ, R.; FONT, J. La democracia local: un mapa de experiencias participativas. In: FONT, J. (Ed.). **Ciudadanos y decisiones públicas**. Barcelona: Ariel, 2001. p.61-76.

GOSS, S. **Making local governance work**. Londres: Palgrave, 2001.

GYFORD, J. **Citizens, consumers and councils**. Londres: Macmillan, 1991.

HABERMAS, J. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania. **Novos estudos do CEBRAP**, São Paulo, n.43, p.87-101, 1995.

IBGE. **Dados dos municípios brasileiros**: banco de dados cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

INGLEGART, R. **El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas**. Madrid: CIS, 1991.

LECHNER, N. **Los patios interiores de la democracia**. México: Fondo de Cultura Economica, 1988.

LEFORT, C. **Pensando o político**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

LIJPHART, A. **Democracies**. Patterns of majoritarian and consensus government in twenty-one countries. New Haven: Yale University Press, 1984.

MANIN, B. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p.121-192.

MILL, J. S. **Filosofía y teoría del derecho**. Salamanca: Editora Tecnos, 2012.

MILLS, C. W. A sociedade de massas. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia. São Paulo: LTC, 1977. p.307-325.

NUN, J. **Democracia gobierno del pueblo o gobierno de los políticos?** Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2000.

PECHMAN, R. M. **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

POLIS. **Estatuto da cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001; Glasgow: Fontana, 1981.

PUTMAN, R. **Making democracy word**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, L. C. Q.; PECHMAN, R. (Org.). **Cidade, povo e nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p.53-78.

_____. O estatuto da cidade e a questão urbana brasileira. In: _____. **Reforma urbana e gestão democrática**. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p.11-26.

RIDLEY, N. **The local rigth enabling not providing**. Londres: Centre for Policy Analysis, 1998.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHUMPETER, J. E. On the concept of social value. **Quarterly Journal of Economics**, v.23, 1908-1909, p.213-232.

STEWART, J.; STOKER, G. (Ed.). **The future of local government**. Londres: Macmillan, 1989.

STOKER, G. (Ed.). **The politics of local government**. Londres: Macmillan, 1988.

SUBIRATS, J. **Nous mecanismes participatius i democràcia**: promeses i ameaces. Londres: Macmillan, 1998.

SUBIRATS, J. et al. **Experiències de participació ciutadana en les municipis catalans**. Barcelona: Escola d'Administració Pública de Catalunya, 2001.

VILLAÇA, F. **A estruturação de metrópole sul-brasileira**. 1978. 120 páginas. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

_____. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 1999.

WEBER, M. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, E. **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.15-28.

WILLIAMS, E. On the notion “lexically related” and “head of a Word”. **Linguistic Inquiry**, n.12, p. 245-74, 1981.

YOUNG, I. M. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Conferência

Elias, Freud e a Ciência do Homem¹Por Bernard Lahire²Apresentação³

Bernard Lahire é professor da École Normale Supérieure (ENS), de Lyon. Membro de diversos comitês científicos de revistas importantes como *Cahiers Internationaux de Sociologie*, publicou dezenas de livros, dentre os quais eu citarei apenas alguns que foram traduzidos para o português: **Sucesso escolar nos meios populares**, publicada pela editora Ática; **A cultura dos indivíduos** e **Retratos sociológicos**, publicados pela editora Artmed, e **Homem plural**, pela editora Vozes.

Gostaria de chamar a atenção também para o livro do qual ele vai tratar hoje: **Au-delà de Freud: sociologie, psychologie, psychanalyse**. Neste livro estão reunidos textos de Norbert Elias escritos entre os anos 70 e 90, dentre os quais destaco um texto de 1990, inacabado em função de sua morte e que foi reorganizado para ser publicado⁴. Este texto está relacionado ao tema da palestra do Prof. Lahire: a relação entre Sigmund Freud e Norbert Elias.

Agradeço imensamente pela presença do professor Lahire em nosso campus e espero que esse momento seja o início de um relacionamento acadêmico longo. Agradeço também à Márcia Consolim que se dispôs a esse árduo trabalho que é o de tradução.

Elias, Freud e a Ciência do Homem⁵

¹ A presente conferência foi proferida em novembro de 2011 na Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, campus de Guarulhos. O evento foi organizado pela professora Tatiana Landini, e a tradução consecutiva da palestra foi realizada pela professora Márcia Consolim, ambas do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. Transcrição e notas de Bruna A. Scaramboni, mestranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-graduação da UNIFESP.

² Bernard Lahire é diretor do Grupo de pesquisa sobre socialização (CNRS). Seus livros publicados recentemente na França são **Franz Kafka** : éléments pour une théorie de création littéraire. Paris: La Découverte, 2010, e **Monde Pluriel** : penser l'unité des sciences sociales. Paris: Seuil, 2012.

³ A abertura da conferência foi realizada pela professora Tatiana Landini.

⁴ Norbert Elias produziu uma série de textos que versam sobre a relação entre especialidades científicas como a Sociologia, a Psicanálise e a Psiquiatria. Um desses textos ao qual Tatiana Landini se refere é originalmente parte de um manuscrito de uma centena de páginas intitulado **Freud's concept of society and beyond** de 1990, encontrado nos arquivos Norbert Elias, em Marbach, Alemanha, originalmente em inglês. A versão inglesa foi devidamente editada e publicada em francês com o título **Le concept freudien de société et au-delà**. Ver: ELIAS, Norbert. *Au-delà de Freud: Sociologie, psychologie, psychanalyse*. Paris: La Découverte, 2010. P. 131-185. Tradução do inglês por Nicolas Guilhot e Marc Joly.

⁵ No original: Freud, Elias et la science de l'homme. In: ELIAS, Norbert. **Au-delà de Freud: Sociologie, psychologie, psychanalyse**. Paris: La Découverte, 2010. P.187-214.

Bom, eu apresentarei um trabalho elaborado na ocasião da publicação de um texto inédito de Norbert Elias. Trata-se de um texto encontrado nos arquivos do sociólogo alemão em Marbach, produzido em 1990, e que não havia sido descoberto nem publicado por ninguém antes. Sua intenção era fazer uma crítica a Freud e à noção freudiana de sociedade. O que é bastante extraordinário é que não raramente se esquece a ligação existente entre Freud e Elias. Na França, o sociólogo alemão foi primeiro considerado durante muito tempo como um historiador, devido ao seu trabalho sobre a sociedade de corte ⁶, e só depois descobriu-se que ele era um sociólogo. Desde então o associaram a Max Weber. Posteriormente, perceberam também que a obra de Freud é central em seu pensamento.

Em **Civilisation des mœurs** ⁷, Elias faz em uma nota o seguinte comentário sobre Freud: “É inútil sublinhar aqui os elementos que nos fazem devedores de Freud e da escola psicanalítica [...]. Todos aqueles que conhecem bem a literatura psicanalítica não terão nenhuma dificuldade para discernir os pontos de convergência; [...]” ⁸

Os comentadores de Elias, de forma um tanto precipitada, acabaram por esquecer de Freud. Quando se começou a trabalhar na biografia de Elias percebeu-se que a psicanálise freudiana foi um elemento determinante em sua trajetória intelectual. O sociólogo era um grande admirador de Freud, e ao publicar pela primeira vez **O Processo Civilizador**⁹, é ao médico e psicanalista a quem ele envia a sua obra. Freud era para Elias um revolucionário, alguém que desprezou as fronteiras disciplinares, provocou as autoridades acadêmicas, e criou o modelo mais completo da economia psíquica individual. É engraçado o fato de Elias ser por um lado um admirador da invenção da Psicanálise e do modelo freudiano, ao mesmo tempo em que ele deseja confrontar Freud, criticando os pressupostos e todos os aspectos da teoria psicanalítica freudiana.

Volto agora a atenção a um diferente aspecto do nosso tema: Elias julga que Freud naturaliza o que é produto da história. Segundo o sociólogo, as concepções de Freud inscrevem-se em uma visão bastante convencional de seu tempo, própria aos médicos, psiquiatras e psicólogos, por conceber a existência de uma espécie de natureza do homem que se opõe à sociedade ou à cultura. Nesse sentido, a sociedade seria um objeto exterior e

⁶ Ver: ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

⁷ Versão francesa do primeiro volume de **O Processo Civilizador**. ELIAS, Norbert. **La Civilisation des mœurs**. Calmann-Lévy, Paris, 1973.

⁸ Tradução livre. No original: “Il est inutile de relever ici les éléments dont nous sommes redevables à Freud et à l'école psychanalytique. [...] Tous les familiers de la littérature psychanalytique n'auront aucune peine à discerner les points de convergence; [...]” (ELIAS, 1973: 387, n. 75 apud LAHIRE, 2010: 187). Ver: LAHIRE, Bernard. Freud, Elias et la science de l'homme. In: ELIAS, Norbert. **Au-delà de Freud**: Sociologie, psychologie, psychanalyse. Paris: La Découverte, 2010. P.187-214.

⁹ Obra publicada em um único volume em 1939, na Suíça, intitulada **Über den Prozess der Zivilisation**.

hostil à natureza do homem... E quanto a isso Elias não está absolutamente de acordo com Freud.

Outra crítica de Elias deve-se ao fato de Freud explicar as origens da vida em sociedade com base em mitos, e, além disso, reificar o inconsciente. Elias critica também o papel das pulsões sexuais: tudo em Freud, segundo ele, é reduzido às pulsões sexuais! Contudo, para o sociólogo alemão as pulsões são de naturezas diferentes, não apenas sexuais. Para alguém que é admirador, isso não é pouco! Ao mesmo tempo em que admira a teoria freudiana, Elias critica todos os seus aspectos. É mais ou menos como em uma luta de boxe, em que Elias e Freud estão no mesmo ringue.

Agora vou falar mais especificamente sobre a proximidade entre ambos e sobre a crítica que Elias dirige a Freud.

Se vocês tiverem a oportunidade de ler, Freud escreveu, em setembro de 1932, uma carta a Albert Einstein a pedido da Liga das Nações¹⁰, com o fim de discutirem o problema das guerras e se posicionarem quanto às formas de se evitar ou de impedir esse tipo de conflito. Ao ler esta carta de 1932, e conhecendo a sociologia eliasiana, vocês poderão identificar as teses de Elias. Nesta carta escrita por Freud encontramos todos os elementos da Sociologia de Norbert Elias.

De que fala Freud nesta carta? Ele relata a história das maneiras de regular os conflitos nas sociedades humanas. Segundo ele, no curso da história passou-se do uso da violência física ao Direito¹¹. Freud afirma que, primeiramente, a força muscular era predominante na pequena horda humana. Ainda segundo ele, passamos em seguida e de certa maneira, do uso de armas, como um meio de ameaça e de destruição do adversário. Sendo assim, lançamos mão da força para intimidar o adversário. A Guerra-Fria ilustra isso: duas partes opostas entre si ameaçam permanentemente a outra, mas por fim nenhuma das partes se destrói, visto que ambas possuíam os meios de destruição.

Para além dessa forma de intimidar o inimigo, diz Freud, há o Direito que se constitui no poder da comunidade. Claro que se trata sem dúvida de uma forma de violência. Afinal, se não respeitamos as leis há uma punição. Porém, trata-se de uma forma de violência extremamente civilizada. Existe, desse modo, a possibilidade de cada um respeitar as regras. O direito, nesse sentido, é nada mais que os próprios indivíduos: grupos que

¹⁰ Ver: FREUD, Sigmund. Por que a guerra? [carta a Einstein, 1932]. In: _____. **O Mal-estar na Civilização, Novas Conferências introdutórias à Psicanálise e outros textos**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010. Vol. 18. Tradução: Paulo César de Souza.

¹¹ Ver: FREUD, Sigmund. Totem e Tabu, Contribuição à História do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914). São Paulo: Companhia da Letras, 2012. Vol. 11. E também, O Mal-estar na Civilização. In: FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na Civilização, Novas Conferências introdutórias à Psicanálise e outros textos**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010. Vol. 18. Tradução: Paulo César de Souza.

concedem a uma instância transcendente e acima de qualquer vontade individual ou particular o direito de punir àqueles que não se comportam conforme as regras. Freud fala, eu cito, de uma “superação da violência ao se transferir o poder a uma unidade maior”¹². Trata-se, especificamente, da concentração pelo e no Estado dos meios de repressão, sendo este o meio legítimo de exercício da violência física. É dessa forma que Max Weber definia o Estado. Assim, o Estado, com o exército e a polícia, desempenha seu papel.

E Freud diz à Liga das Nações que ela poderia ser tal instância transcendente em que cada um abdicaria de seu poder. Se eu delego meu poder a um árbitro, por exemplo, a uma instância que está acima de mim, eu perco o meio de exercício da violência física. O interessante é que aí encontramos a tese de Elias sobre o processo de pacificação do espaço social: a passagem da violência física ao direito pode ser entendida, nessa lógica, como o processo de pacificação da vida social que engendra a construção de uma unidade política mais ampla.

Nesta carta, Freud alude ao processo de civilização, e utiliza-se deste termo. Ele fala do processo de sublimação das pulsões agressivas no sentido de um domínio simbólico, cultural e artístico, assim como, de uma reversão interior da pulsão destrutiva, ou seja, de uma pulsão que se exerce no próprio indivíduo. Por exemplo, um indivíduo que sente vergonha de fazer algo é alguém que interiorizou regras que dizem a partir dele mesmo o que é certo e errado, bom ou mau – ele é assim dotado de um autocontrole.

E nós encontramos todos esses termos em toda a obra Norbert Elias. Ele aborda o fenômeno do esporte como um meio de exercício dessa pulsão agressiva: em vez de matarmos uns aos outros, organizamos então uma competição esportiva; inventam-se disputas ou querelas orais, polêmicas intelectuais, controvérsias artísticas, etc. Ou seja, sublimam-se as pulsões agressivas que poderiam, em uma sociedade, dar origem a atos criminais. Tem-se, portanto, um movimento progressivo descrito tanto por Freud como por Elias de uma passagem do exercício direto do controle pela violência física ao autocontrole dos indivíduos. Podemos entender o *supereu*, conforme Freud, como a interiorização do julgamento exterior pelos indivíduos. Para ilustrar o que ele entende por essa instância, Freud evoca a imagem de uma tropa situada em uma vila conquistada, que a vigia e a protege. Os indivíduos, desse modo, aprendem cada vez mais a recorrer ao discurso, ao direito, e tendem a recorrer menos à prática direta de suas pulsões agressivas, recalcadas pelos indivíduos que, por sua vez, adotam hábitos de contenção e controle de si mesmos.

¹² Tradução livre. No original: “*surmontement de la violence par transfert de la puissance à une unité plus grande*”. LAHIRE, Bernard. Freud, Elias et la science de l’homme. P. 189. In: ELIAS, Norbert. **Au-delà de Freud**: Sociologie, psychologie, psychanalyse. Paris: La Découverte, 2010. P.187-214.

Bom, o que fez Elias em relação a Freud? Ele historiciza todo o modelo freudiano, sustentando que todos os elementos da tópica freudiana são elementos históricos e que variam historicamente. O *id* ou *isso*, por exemplo, como reservatório das pulsões, o *eu* ou *ego* como estrutura psíquica consciente, e o *supereu* ou *superego*, como julgamento moral interiorizado. Em suma, Elias busca historicizar todos os elementos freudianos: para ele as pulsões são históricas ou sociais, o *eu* é histórico ou social e o *supereu* é obviamente histórico e social. Com isso, Elias não quer dizer que o *supereu* foi inventado em determinada sociedade. Ele acredita que as diferentes sociedades não atribuem a mesma importância ao *supereu* em relação às outras instâncias. As diferentes sociedades não funcionam da mesma maneira com relação ao autocontrole. Ilustro esse fato com um exemplo anedótico: Na França, quando tomamos o metro, há muito poucos vigilantes. Isso sem dúvida facilita pegar o metro gratuitamente. No entanto, a grande maioria das pessoas compra o bilhete. Isso é um tanto estranho! [risos]. Há algum tempo, eu estava em um colóquio em Marrocos, e um colega me disse que se isso ocorresse lá, provavelmente ninguém compraria o bilhete. Isso significa que se por um lado não há um controle externo do ato de compra, de outro lado, não há um *supereu* suficientemente forte que leve o indivíduo a comprar o bilhete mesmo que não se sinta constrangido a fazê-lo. Eu mesmo sei que tenho um *supereu* extremamente desenvolvido. Eu tenho tanto medo de ser abordado por um vigilante que eu sempre comprei meus bilhetes! [risos] Eu fui educado para agir desse modo.

Retomando a ligação entre Elias e Freud, o que é marcante em Elias é a sua historicização das pulsões: os desejos são para ele, sociais... as pulsões são sociais, ou seja, elas são formadas socialmente. E se constituem desde as primeiras experiências no seio familiar. Enquanto que para Freud, as pulsões, e particularmente, a *libido* são naturais e universais. O que Elias chama de energias pulsionais, portanto, são tão sociais quanto o *eu* e o *supereu*. É claro que em Freud, o *supereu* é social e constitui-se, de certa forma, no representante da sociedade. No modelo freudiano há uma sociedade que julga e controla as pulsões que por sua vez são parte da natureza e se opõe à sociedade. Contrariamente à ideia freudiana de que as pulsões são naturais, Elias sustenta que as pulsões são sociais. Podemos, portanto, trabalhar sobre as pulsões nas crianças a fim de dirigir sua atenção e energia às artes, ao esporte e a uma série de atividades. Sendo assim, a *libido* é, para Elias, socialmente construída, pois ele não acredita em uma natureza humana constante.

Libido, *instinto de agressividade*, *pulsão de morte* são termos que Elias rejeita e critica, pois, segundo ele, são concebidos por Freud como naturais. Em certos momentos, Freud alude a uma herança arcaica ou a predisposições hereditárias, ou inatas. E em

outros, Freud atribui importância às experiências e influências parentais. Desse modo, Elias afirma que nesse aspecto Freud tem razão por atentar aos efeitos do meio familiar por que é aí que se constituem as pulsões. Elias diz que: “nada abalou sua crença [Freud] em um mundo dual, dividido entre a libido concebida como uma força totalmente natural e seu controle entendido como uma força cultural ou civilizadora intrinsecamente estrangeira à natureza”¹³. Elias considera as pulsões como socialmente construídas primeiramente na família, e posteriormente continuam a ser modificadas por diversas instituições. Uma vez que os indivíduos singulares são constituídos de pulsões eles deparam-se com pressões e controles sociais, que são contrárias às suas pulsões socialmente construídas. Assim, podemos dizer que Elias não vê uma oposição na relação entre natureza e cultura, mas no encontro entre dois domínios que são antes de tudo sociais.

O que é interessante em Elias é a sua insistência no uso das palavras ou conceitos, seja na Sociologia, na História, enfim, nas Ciências Sociais de modo geral, o que o torna bastante próximo a um filósofo austríaco chamado Wittgenstein. Segundo ele, os filósofos sofrem de uma doença de linguagem, ou seja, uma boa parte da filosofia consiste em uma maneira patológica de falar. E podemos dizer que Elias pensa de forma semelhante: não só os filósofos, como também os sociólogos, psicólogos, historiadores utilizam palavras inadequadas... Utilizam-se mal das palavras para falar do mundo social. Por exemplo, opõe-se indivíduo e sociedade, interioridade e exterioridade, subjetivo e objetivo. De um lado, portanto tem-se os indivíduos e de outro o meio ou contexto social. Nessa lógica, os sociólogos se perguntam acerca da relação existente entre os indivíduos e o contexto, os indivíduos e o meio a que pertencem, etc. Mas, tal como nos ensina Elias, o indivíduo e a sociedade não são objetos separados: a sociedade é em primeiro lugar constituída de indivíduos. Quando se concebe um antagonismo entre indivíduo e sociedade, opõe-se um indivíduo isolado aos demais. No entanto, a sociedade não existe independentemente dos indivíduos que a constituem. E ao perguntarmos acerca da influência da sociedade sobre os indivíduos pensa-se como se o indivíduo existisse independentemente dela.

Elias nos diz também que ainda é corrente pensar nos adultos como se nunca tivessem sido um dia crianças. O adulto é alguém que aprendeu a amar, a falar, a comer, a gostar e a detestar... Sabemos que todas essas coisas são aprendidas na sociedade. A totalidade de sua estrutura afetiva, cognitiva, emocional, etc. é formada nas relações humanas. E não existem, portanto, independentemente delas. Um adulto que não viveu em

¹³ Tradução livre. No original: “[...] rien ne sut ébranler sa [Freud] croyance en un monde dual, divisé entre la libido conçue comme une force purement naturelle et son contrôle conçu comme une force culturelle ou civilisatrice intrinsèquement étrangère à la nature”. ELIAS, Norbert. Le concept freudien de société et au-delà (1990). P. 176. In: _____. **Au-delà de Freud: Sociologie, psychologie, psychanalyse**. Paris: La Découverte, 2010. P. 131-185.

uma sociedade é algo próximo a um animal, uma criatura improvável. Lembremos do caso das crianças selvagens que foram separadas da vida social, durante seu desenvolvimento, e por isso não aprenderam a falar e fazer uma série de coisas que só se aprende dentro de um grupo de seres humanos. A sociedade, portanto, está no indivíduo. E não lhe é algo exterior. O indivíduo é uma parte da sociedade e a sociedade está no indivíduo. Então por que opor indivíduo a sociedade? É exatamente essa uma das questões de Elias. Para ele, falamos mal, enquanto sociólogos.

Além disso, lançamos mão de imagens que não são adequadas. Imaginamos por exemplo que os indivíduos são uma espécie de sistema fechado, dotado de uma consciência, uma razão... E na verdade, este indivíduo não é senão uma ficção. Até mesmo uma ficção jurídica e filosófica. Não passa de uma ficção o indivíduo jurídico totalmente responsável por seus atos diante de um tribunal. Pois, na vida real, na dinâmica da vida social, o indivíduo não é, de modo algum, um sistema fechado. O indivíduo não existe como tal, sem os laços que são tecidos permanentemente e que o ligam aos outros indivíduos. Pensemos em um bebê que é totalmente dependente de seus pais: a criança aprende a interagir com seus cuidadores, e em um dado momento ingressa em uma instituição escolar. Posteriormente passa a freqüentar outras instituições religiosas, culturais, esportivas, etc. Diante disso, vale ressaltar que o processo de socialização continua até o fim da vida dos seres humanos. Isso significa que os indivíduos não existem enquanto sistemas fechados, ou uma espécie de átomos fechados em si mesmos. Ao pensarmos em indivíduos, é preciso antes pensar em toda a rede de relações passadas e presentes.

Elias nos diz também que por vezes utilizamos o modelo da ligação entre postes para pensarmos a relação entre os indivíduos: imaginemos os postes como os indivíduos e a corda que os liga entre si como os laços sociais. Contudo, esse modelo não se aplica ao indivíduo, pois um poste existe independentemente da corda que o liga a outro poste. E ao rompermos os laços que unem um indivíduo aos outros, ele não pode existir... E pode até mesmo morrer. Sem as relações com os outros não aprendemos a falar, a gostar das coisas, etc... Se quisermos aproximar esse modelo da realidade, podemos imaginar então que a corda que liga os postes é uma espécie de cordão umbilical que os alimenta. Desse modo, a existência dos postes passa a depender do vínculo, sem o qual os indivíduos não podem existir. Do mesmo modo não poderia existir o indivíduo consciente, tal como concebemos.

Um outro exemplo fornecido por Elias consiste na interação entre as bolas de bilhar. Segundo ele, os sociólogos e interacionistas consideram com freqüência que os indivíduos interagem uns com os outros, tal como as bolas de bilhar em movimento sobre uma mesa. E

nesse caso, as bolas de bilhar também permanecem como substâncias, fechadas em si mesmas e independentes umas em relação às outras. É preciso fazer um tipo de ficção científica para se chegar a um modelo um pouco mais preciso de indivíduo. Podemos imaginar, por exemplo, que a partir das interações entre as bolas de bilhar, elas mudam a forma, o tamanho, as cores... Seria preciso visualizar isso para se ter uma idéia dos efeitos permanentes das interações sobre os indivíduos, tendo em vista que eles são permanentemente transformados pelas relações que eles mantêm com os outros.

Elias utiliza-se de um termo um pouco estranho e de difícil tradução: a noção de *valência*. É uma espécie de força de atração e de repulsão, uma energia positiva e negativa. Em um texto inédito¹⁴, Elias, aborda a socialização das crianças, e sustenta que esse processo tem fim somente com a morte. Mas, segundo ele, é na família que começa a se formar no indivíduo o que ele chama de configuração de *valências*¹⁵. Uma parte dessas *valências* é libido sexual, mas não é só isso. Pois, para Elias, se reduzimos tudo à *libido sexualis* não se pode compreender o mundo social. É necessário reconhecer que existem forças de atração de natureza diversa como a necessidade de contato físico entre pais e filhos, casais, e que não são necessariamente de natureza sexual¹⁶: pode ser desejo intelectual, pode ser desejos que vão se dirigir a atividades esportivas, artísticas... Enfim, diferentes tipos de instituições, de atividades que existem no mundo social.

Imaginemos uma cena comum de uma família camponesa nas sociedades européias entre os séculos XIX e XX: o filho que aprende a caçar com o pai. Nessa dada situação, as crianças aprendem com o pai – meninos e não meninas – a gostar de matar animais, e com a mãe elas aprendem outros tipos de atividades e outros interesses. As crianças aprendem em suas experiências com os adultos, em uma configuração familiar específica, uma série de *valências* que se tornam específicas em função do tipo de configuração familiar. Logo, formam-se diferentes configurações de *valência* em diferentes tipos de configurações familiares. Pertencer a uma família de intelectuais não é a mesma coisa que ser parte de uma família camponesa ou operária. Nesse sentido, forma-se desde muito cedo nos indivíduos uma configuração pessoal de *valências* que os leva em direção aos objetos e atividades muito diferentes ou até mesmo opostas.

¹⁴ Lahire faz referência ao texto *La civilisation des parents* (1980). In: ELIAS, Norbert. **Au-delà de Freud: Sociologie, psychologie, psychanalyse**. Paris: La Découverte, 2010. P. 81-112.

¹⁵ O conceito de configuração de *valências* foi introduzido por Elias em *Introdução à Sociologia* em 1970, no capítulo sobre as interdependências humanas, onde ele trata das ligações afetivas. No entanto, em **Sociologie e Psychiatrie** Elias enfrenta a questão com maior profundidade. Ver: ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008. E também: ELIAS, Norbert. **Sociologie et psychiatrie (1969-1972)**. Tradução do inglês por Nicolas Guilhot e do alemão por Marc Joly. In : **Au-delà de Freud: sociologie, psychologie, psychanalyse**. Paris: La Découverte, 2010. P. 47-79.

¹⁶ “[...] seria certamente um erro imaginar que esta dependência elementar e biológica relativamente aos outros se limita à satisfação das necessidades sexuais. Uma série de evidências mostram que para além e acima da imediata satisfação das necessidades sexuais, procuramos os outros para a realização de toda uma gama de necessidades emocionais”. ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008. p. 148.

Citarei agora integralmente a definição de Elias sobre valências, porque acho este excerto bastante preciso como análise:

Talvez possamos oferecer uma melhor formulação conceitual desse aspecto dos seres humanos, dizendo que cada indivíduo dispõe de valências abertas prontas a se unirem as de outros indivíduos, segundo um esquema, cujos fundamentos foram estabelecidos através das experiências da tenra infância no seio da família, que evolui em função do destino ulterior das valências das pessoas envolvidas em outras configurações. Vemos desenvolver assim progressivamente um esquema de base mais sólida e mais individualizado de valências dirigidas ao outro. Algumas podem estar firmemente ligadas às valências de uma outra pessoa em uma relação afetiva recíproca e durável. Outras podem permanecer abertas, no estado de valências disponíveis, permanentemente em busca, sempre em relações efêmeras; elas podem permanecer sem um ponto fixo; elas podem realizar-se em tarefas ou objetivos relativamente impessoais, em atividades profissionais, em hobbies ou em ideais sociais; enfim, elas podem fixar-se em alguma figura imaginária¹⁷.

Quando alguém morre em uma dada configuração ou em uma relação de interdependência, no caso de uma pessoa amada, como um cônjuge, amigo ou um ente querido, significa, segundo o raciocínio de Elias, que a totalidade da configuração de *valências* da pessoa que sofre pela perda é desequilibrada. Isso porque uma parte das *valências* investidas nessa relação específica deixa de ter sentido e como que desaparece¹⁸. De maneira bastante geral, as pessoas são dotadas de uma estrutura mental que as fazem vincular-se ou ligar-se às coisas ou aos objetos. As pessoas tendem a buscar em outro lugar o que falta ou o que perdeu. A meu ver, o fato de que todos os nossos diferentes investimentos na vida social são ligados uns aos outros é um aspecto muito interessante para compreender a vida social. Não é por acaso que os sociólogos comparam as mudanças profissionais e as mudanças familiares, pois há, por exemplo, divórcios que decorrem de mudanças profissionais. Isso porque tudo está ligado. Se um dos elementos de uma parte da configuração de *valências* sofre mudanças, o restante dela também se

¹⁷ Tradução livre. No original: "Peut-être offrira-on une meilleure formulation conceptuelle de cet aspect des êtres humains en disant que chaque individu dispose de valences ouvertes prêtes à se joindre à celles d'autres individus, selon un schéma dont les fondements ont été posés par les expériences de la prime enfance au sein de la famille et qui est amené à évoluer en fonction du destin ultérieur des valences des personnes concernées dans d'autres configurations. On voit ainsi progressivement se développer un schéma de base plus solide et plus individualisé de valences dirigées vers autrui. Certaines peuvent être fermement liées à celles d'une autre personne dans une relation affective réciproque et durable. D'autres peuvent rester ouvertes, à l'état de valences disponibles, perpétuellement en quête, toujours prise dans des rapports éphémères; elles peuvent rester sans point d'ancrage; elles peuvent trouver leur accomplissement dans des tâches et des objectifs relativement impersonnels, dans des activités professionnelles, des hobbies ou des idéaux sociaux; elles peuvent enfin être fixées sur quelque figure imaginaire". ELIAS, Norbert. *Sociologie et psychiatrie (1969-1972)*. P. 64. In : _____. **Au-delà de Freud: sociologie, psychologie, psychanalyse**. Paris: La Découverte, 2010. P. 47-79.

¹⁸ "A valência que se afeiçoara ao outro foi destruída. Como resultado, houve uma alteração da configuração particular de todas as valências do sobrevivente e mudou-se o equilíbrio de toda a teia de relações pessoais. A sua relação com outra pessoa que anteriormente apenas ocupara um lugar marginal na configuração de suas valências, pode tornar-se muito mais cordial. [...] Assim, é verdadeira a afirmação de que quando morre alguém que muito amamos, toda a configuração das valências do sobrevivente e todo o equilíbrio de sua teia de relações se altera". ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008. p. 149.

modifica. Podemos dizer que Elias deve tudo isso aos ensinamentos de Freud. Ao partir da ideia de que há energias pulsionais, Elias amplia o conceito de pulsão e o torna social e histórico.

Por último, gostaria de abordar mais um aspecto que, a meu ver, permitiu que Elias fosse mais longe que Freud do ponto de vista do que o sociólogo alemão chama da criação de uma *ciência do homem*. Podemos dizer então que se Elias apóia-se sobre Freud é para romper com a fronteira entre a Psicologia ou a Psicanálise e a Sociologia e ir em direção a uma ciência unificadora, em que a História, a Sociologia e a Psicologia não mais se distinguiriam.

É importante saber também que Elias formou-se em uma época e na mesma Instituição em que se desenvolveu a Escola de Frankfurt. Esta era uma época bastante extraordinária porque marxistas, sociólogos, historiadores, psiquiatras, psicanalistas estavam nas mesmas instituições e queriam trabalhar juntos. Não se pensava, portanto, em dissociar a estrutura mental da estrutura social: a economia psíquica deve ser ligada às formas de organização social. Elias foi obrigado a deixar a Alemanha, devido a sua origem judaica¹⁹. Vai a Londres e lá se integra muito cedo ao grupo de psicoterapeutas e psiquiatras, ainda que seja sociólogo de formação²⁰. Ele chega a pensar em fazer uma carreira na Psicologia Social. E ele próprio criou um instituto em 1965 que se intitulava Instituto de pesquisa de psicoterapia e Sociologia. Ele pensava em ser o diretor e fez uma lista de todos os trabalhos que seriam interessantes de se realizar entre psicoterapeutas, psiquiatras, psicanalistas, sociólogos... Ele evoca, por exemplo, questões de saúde: para Elias seria interessante relacionar algumas doenças denominadas de psicossomáticas a evolução do processo de civilização e chama atenção ao fato de que existem doenças que são ligadas a conflitos sociais ou a tensões sociais interiorizados. Ele propõe também um trabalho sobre o suicídio, e um outro sobre a menopausa. Outro interesse de Elias são as mudanças no equilíbrio de poder entre os homens e as mulheres, e a sua influência na educação das crianças. Todos esses são objetos extremamente contemporâneos e poderiam ser trabalhados em teses hoje em dia. Pode-se ver que Elias tem uma visão extremamente moderna das ciências humanas e sociais. E ele gostaria que parássemos de fragmentar os homens em pequenos pedaços. Alguns trabalham, segundo ele, sobre o

¹⁹ Norbert Elias partiu da Alemanha em 1933, rumo à Paris, após tentativas infrutíferas na Suíça de conseguir um cargo universitário. ELIAS, Norbert. **Norbert Elias**: por ele mesmo. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 58.

²⁰ Após a II Guerra, juntamente com seu amigo psicanalista Fuchs, Elias ajudou a fundar a Group Analytical Society e contribuiu na formulação de uma teoria de terapia de grupo. E a contribuição de Elias consistiu na ideia, que segundo ele fora incorporada à técnica da análise de grupo, de que "não se pode separar o indivíduo de sociedade, que eles constituem de fato dois níveis de observações distintas. Os fenômenos de grupo têm certas particularidades que se distinguem daquelas dos fenômenos individuais, mas sempre é preciso considerar os dois níveis simultaneamente". ELIAS, Norbert. **Norbert Elias**: por ele mesmo. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. P. 73.

homo oeconomicus, outros sobre o *homo juridicus*, e ainda sobre o *homo sexualis*... Ocorre que cada disciplina científica toma um pedaço do ser humano e constrói a partir desse fragmento uma teoria geral do comportamento social. Não se pode, portanto, dissociar nos indivíduos, os aspectos sexuais dos aspectos profissionais, dos econômicos, etc.

Sabe-se hoje que os modelos econômicos são verdadeira catástrofe em termos explicativos. Eles falam de um ator totalmente abstrato no mundo social, como se nas relações de compra e venda, por exemplo, não pesassem as questões culturais, morais, religiosas. Dizem no mundo dos negócios que o dinheiro não tem cheiro. Contudo, percebemos o contrário, que o dinheiro sempre tem um cheiro. Quando estudamos a maneira como as pessoas utilizam o dinheiro percebemos que não se utiliza o dinheiro da mesma maneira segundo sua fonte de origem, que pode ser uma herança de família, produto do trabalho, ou um prêmio da loteria, ou seja, o dinheiro não é um equivalente abstrato universal. Os seres humanos sempre mantêm relações complexas diante da economia. E isso vale para todas as outras dimensões da vida. Elias, portanto, luta por uma ciência do homem unificada.

Bom, vou parar por aqui e respondo agora às questões.

Entrevista com Bernard Lahire¹Bruna A. Scaramboni² e Darbi M. Suficier³

Revista Pensata: Para começar, partiremos de questões aparentemente simples e que são fundamentais para refletir sobre a nossa prática. O que é a Sociologia, segundo Bernard Lahire? Quais são os elementos que definem a Sociologia como uma especialidade científica? Ao supormos, como Elias, que existe certa afinidade entre a estrutura da personalidade e a estrutura disciplinar e social de uma especialidade científica, o que o senhor diria sobre as disposições de um pesquisador em Sociologia ou em Ciências Sociais?

Bernard Lahire: A ciência é uma prática, e por isso é preciso ser muito prudente quando se declara que um *corpus* de discurso é um *corpus* científico. Se eu dissesse que a sociologia é uma ciência, daria a impressão de uma situação muito homogênea, o que não é absolutamente o caso nos dias de hoje. Para ser preciso, todos aqueles que hoje, declaram-se sociólogos nem sempre exercem uma prática científica da sociologia. Para mim, a melhor maneira de definir a sociologia como ciência, consiste em diferenciá-la de discursos ou saberes vizinhos, que não visam à cientificidade. A sociologia científica não é *filosofia* (social ou política): ela não é apenas uma atividade conceitual ou teórica, mas supõe métodos, produção de dados empíricos e um trabalho de interpretação desse material.

A sociologia não é *jornalismo investigativo*: observa, interroga, coleta vestígios de atividades, registra discursos espontâneos ou solicitados. Contudo, a sociologia desempenha tais procedimentos com método e reflexividade sobre as condições de produção da informação, e assim constrói teoricamente seus objetos, apoiando-se sobre um patrimônio de trabalhos científicos já existentes, e questionando ideias preconcebidas. A sociologia não é *literatura*: embora ela possa compartilhar com algumas formas romanescas uma determinada maneira de entrar na vida cotidiana dos atores estudados, a sociologia investiga efetivamente, formula hipóteses a respeito do que ela busca mostrar ou provar, teoriza com base em seus resultados, etc. Tudo isso caminha por si, e no entanto, essa simples lista de critérios exclui alguns “sociólogos” do universo científico (“sociólogos” sem pesquisa, sem método, sem construção teórica de seu objeto, etc.).

Certamente que isso tem conseqüências nas disposições sociais próprias ao sociólogo ou, de forma mais geral, do pesquisador em ciências sociais. O trabalho

¹ Entrevista realizada no início de 2012 via e-mail e elaborada por Darbi M. Suficier e Bruna A. Scaramboni. Tradução de Bruna A. Scaramboni e Revisão geral e técnica de Bruno Konder Comparato, professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNIFESP.

² Mestranda em Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação da UNIFESP e membro da Comissão Editorial e Executiva da Revista Pensata.

³ Mestrando em Educação Escolar do Programa de Pós-graduação da UNESP – campus de Araraquara.

sociológico, quando bem realizado, exige competências ou qualidades sociais raramente compatíveis nas sociedades em que a instituição escolar faz uma triagem um tanto quanto rápida: por um lado, entre aqueles que estão no domínio do “concreto” e aqueles que estão no domínio do “abstrato”, e por outro lado, entre os “partidários das exatas e das humanidades”⁴. De fato, a pesquisa em ciências sociais exige que se seja ao mesmo tempo muito “teórico” (qualidade que é normalmente ligada mais aos filósofos ou aos matemáticos) e muito “prático” (saber fazer uma entrevista e observação *in situ*, o que supõe qualidades “relacionais”; trabalhar com documentos, transcrever entrevistas, decodificar questionários, etc.); e também rigoroso, metódico, racional e muito imaginativo.

Em suma, há socialmente poucas oportunidades para que existam bons pesquisadores em ciências sociais, já que a excelência escolar caminha lado a lado com o acesso ao “teórico” e dispensa, na maior parte do tempo, aqueles que nele ingressam de desenvolver competências técnicas, práticas ou relacionais que são, contudo parte integrante do ofício de sociólogo. Por outro lado, o sistema de ensino é concebido de tal forma que, mesmo os “bons alunos”, excelentes na escola tanto em francês como em matemática, são progressivamente conduzidos a escolher o seu campo (e frequentemente – o que vem junto a isso – a detestar o outro).

Para praticar as ciências sociais, é preciso, portanto, ser teórico, “sábio”, conhecer o mais completamente possível as diferentes maneiras teóricas e metodológicas de construir os objetos de pesquisa, mas também não ficar satisfeito com essa cultura teórica e metodológica livresca, e “pagar o preço” para testar concretamente, através das pesquisas empíricas, hipóteses, esquemas interpretativos, modelos de inteligibilidade, etc. Do mesmo modo, é preciso combinar qualidades (escolarmente e socialmente construídas) tão escolarmente opostas como a preocupação com o rigor e a inventividade, o amor pela argumentação racional e a sutileza interpretativa... Em consequência, por causa de seu caráter socialmente e escolarmente híbrido, mestiço, complexo e “completo”, o trabalho de pesquisa em ciências sociais constitui em si um *modelo educativo* particularmente interessante que convoca a ultrapassar uma série de oposições estéreis (tanto socialmente como cientificamente).

Pensata: Em *Homem plural*⁵ lê-se que “o ator é sem dúvida a realidade social mais complexa de se compreender”. Sua abordagem sociológica indica claramente que o progresso da Sociologia consiste em levar em conta os indivíduos, ou seja, explorar e analisar a dimensão social singularizada, a fim de atingir a complexidade do real. O que uma

⁴ No original: “Les ‘scientifiques’ et les ‘littéraires’”. O Prof. Lahire parece fazer aqui referência ao sistema de ensino francês.

⁵ LAHIRE, Bernard. *Homem plural*: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

abordagem sociológica à escala individual pode proporcionar ao desenvolvimento futuro da Sociologia?

Lahire: Debruçando-se sobre as realidades individuais, que em primeiro lugar haviam sido excluídas de seu campo de investigação (com Durkheim particularmente), a Sociologia mostra que é capaz de avançar em terras desconhecidas. O indivíduo era naturalmente associado à Psicologia ou à Psicanálise. Doravante, esse não é mais o caso. A sociologia à escala individual que eu desenvolvo – que introduz na área sociológica o estudo das variações inter-individuais e intra-individuais dos comportamentos, parece-me constituir um avanço científico importante.

Mas, fora a dinâmica própria ao universo científico, que faz com que um tal interesse signifique um progresso da autonomia científica das ciências sociais, é no entanto evidente que essa sociologia responde a uma necessidade histórica de pensar o social em uma sociedade extremamente individualizante. No momento em que o homem tende a ser cada vez mais concebido como um ser isolado, autônomo, dotado de razão, “sem vínculo nem raiz”, e em oposição à “sociedade”, contra a qual ele defenderia a sua “autenticidade” radical, a Sociologia tem o dever (e o desafio) de explicitar a fabricação social dos indivíduos (e das concepções que dela nós fazemos) e de mostrar que o social não se reduz ao coletivo ou ao geral, mas que ele subjaz nas pregas mais singulares de cada indivíduo.

Desse ponto de vista, a sociologia pode esforçar-se para produzir uma visão de homem em sociedade mais precisa cientificamente que as necessárias caricaturas que se produz quando se imagina o indivíduo a partir das imagens idealtípicas tiradas dos trabalhos sobre os grupos sociais, épocas históricas ou instituições. O mundo social é diferenciado e os indivíduos de nossas sociedades não se reduzem nunca a uma única inscrição social. Eles transitam sucessivamente ou alternativamente de um microcosmo ao outro (da família à escola, do trabalho às práticas de lazer, etc.), fato que complexifica o estudo das práticas sociais. Qual a concepção do determinismo social deve-se ter para que se dê razão à indeterminação relativa do comportamento individual? De fato, é impossível prever o surgimento de um comportamento social como se prevê a queda dos corpos a partir da lei universal da gravidade.

Essa situação é o produto da combinação de dois elementos: de um lado a impossibilidade de reduzir um contexto social a uma série limitada de parâmetros pertinentes, como no caso das experiências físicas ou químicas, e por outro lado, a pluralidade interna dos indivíduos cujo patrimônio de disposições é mais ou menos heterogêneo, constituído de elementos mais ou menos contraditórios. É portanto difícil

prever com certeza o que, em um contexto específico, pode “influenciar” ou “pesar” sobre cada indivíduo, e das múltiplas disposições incorporadas por ele, o que será desencadeado em ou por um tal contexto. A constatação sociológica – que somos obrigados a tomar do nosso conhecimento atual do mundo social – é de que o indivíduo é demasiado multi-socializado e multi-determinado para que ele possa ser consciente desses determinismos. É, desse ponto de vista, (socio)lógico ver os indivíduos resistirem amplamente à ideia de um determinismo social. E porque eles têm grandes chances de serem plurais, e se exercem sobre eles “forças” diferentes segundo as situações sociais nas quais eles se encontram, que os indivíduos podem ter o sentimento de uma liberdade de comportamento.

Pensata: Em 2010, foi publicada a biografia sociológica **Franz Kafka**: éléments pour une théorie de la création littéraire ⁶. Sabemos que o objetivo desse estudo vai além da interpretação clássica dos textos literários. Uma das questões centrais do estudo consiste em analisar e compreender não somente como foi produzido um tipo específico de texto literário, mas também como o autor desses textos foi ele próprio, produzido. Portanto, o senhor propõe compreender a obra de Franz Kafka partindo da seguinte questão: Quem foi Kafka? Nesse sentido você concebe, tal como Elias em **Mozart** : Sociologia de um gênio ⁷, o artista e o ser humano como elementos indissociáveis. Como definir biografia sociológica? Poderia nos dizer sobre o que o motivou a produzir uma tal biografia de Kafka?

Lahire: Eu poderia definir negativamente a “biografia sociológica” dizendo o que ela não é. Não se trata de biografia literária selvagem (sem princípio de construção), como também não consiste em uma biografia “anedotizante” ou de acontecimentos que mais frequentemente é praticada por aqueles que chamamos “biógrafos”. A biografia sociológica consiste em uma reconstrução minuciosa de um percurso individual que se esforça em situar o indivíduo no conjunto dos quadros sociais pelos quais ele passou e que deixaram marcas em suas maneiras de ver, sentir e agir. Estudar sociologicamente um caso individual jamais significa analisar uma realidade isolada, desvinculada de seus laços múltiplos com toda uma série de outras realidades. O caso em questão é compreensível somente se o ligamos ao conjunto dos contextos sociais passados ou presentes, contextos socializadores que fizeram dele o que ele é.

Diferentemente do gênero literário que consiste sempre em destacar uma vida autonomizada que parece ter sua própria lógica, independente de suas relações com o “exterior”, o sociólogo deve propor uma biografia que nos revele, a partir de um trabalho de reconstrução, as diferentes condições sociais de fabricação da pessoa. Para o sociólogo, a biografia é a descrição de um indivíduo constituído num tecido de laços de interdependência

⁶ LAHIRE, Bernard. **Franz Kafka** : éléments pour une théorie de la création littéraire. Paris, La Découverte, 2010.

⁷ ELIAS, Norbert. **Mozart**: Sociologia de um gênio. SCHRÖTER, M. (Org.). Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

múltiplos. Compreender um caso consiste em compreender tudo que, do mundo social, nele refratou-se ou redobrou-se pouco a pouco; ou seja reconstituir as marcas nele deixadas pelas suas experiências socializadoras nos quadros familiares, escolares, profissionais, políticos, religiosos, literários, e assim por diante; a lista sendo mais ou menos longa em função da variedade e da diversidade dos grupos, instituições ou meios frequentados.

Pouco a pouco, conseguimos compreender como as diferentes experiências sucessivas ou simultâneas nos quadros de socialização específicos fizeram com que o indivíduo em questão se tornasse o que ele é. Para compreender o social no estado “dobrado”⁸, individualizado, é preciso ter um conhecimento do social no estado “desdobrado”⁹ e saber quais foram os elementos estruturantes de suas vidas familiar, escolar, sentimental, de amizade, profissional, religiosa, e assim por diante.

Então, por que se aventurar na biografia sociológica de Kafka? A resposta é clara: essa era a única maneira de poder compreender as motivações que levaram Kafka a desejar escrever e as razões que explicam que ele tenha escrito aquilo que escreveu (os temas de suas obras) e como ele o escreveu (os aspectos formais – de composição e estilo – de suas obras). Se pretendemos compreender a singularidade literária de Kafka, o sociólogo deve trabalhar o mais próximo daquilo que formou seus desejos, suas obsessões, suas ambições, sua “maneira”.

Pensata: No Posfácio para **Au-dèla de Freud**¹⁰, o senhor discutiu a presença de elementos freudianos na Sociologia de Norbert Elias. Para o senhor, qual a importância e o lugar da psicanálise para a Sociologia à escala individual? E de que modo e a que ponto a psicanálise freudiana pode contribuir ao progresso da Sociologia?

Lahire: O conjunto da minha abordagem construiu-se independentemente da Psicanálise. Todo o meu raciocínio é ancorado na tradição sociológica que vai de Durkheim e Weber a Bourdieu, passando por Mauss e Elias. No entanto, eu estimo hoje que a Sociologia à escala individual e a Psicanálise compartilham interesses comuns, e por isso deveriam esforçar-se para se aproximar ou, em todo caso, dialogar mais do que fazem. Elas adotam a mesma escala de observação e de análise e ambas se interessam pela construção psíquica-relacional dos indivíduos.

O principal defeito da Psicanálise, de um ponto de vista sociológico, reside no fato de que, primeiro, ela esquece com frequência o caráter social e histórico dos quadros nos quais

⁸ No original: *plié*.

⁹ No original: *deplié*.

¹⁰ LAHIRE, Bernard. Freud, Elias et la science de l'homme. In: ELIAS, Norbert. **Au-delà de Freud: sociologie, psychologie et psychanalyse**. Paris: La Découverte, 2010. P. 187-214. Tradução do inglês e alemão por Nicolas Guilhot, Marc Joly e Valentine Meunier. Apresentação Marc Joly.

se constroem os indivíduos, e segundo, ela universaliza e naturaliza tais quadros de socialização. Aliás, a Psicanálise concentra-se na família, quando na realidade a experiência social dos indivíduos não se interrompe às portas do espaço familiar. Inversamente, a Sociologia costuma sobrevoar os assuntos e ser por demais desatenta às reconstruções precisas, minuciosas das experiências socializadoras. A Sociologia não leva suficientemente em conta a especificidade das experiências em jogo no seio do universo familiar, da natureza das relações constitutivas que se instauram entre os filhos e seus pais.

Logo, seria necessário que os psicanalistas convencidos da necessidade de ancorar socialmente os indivíduos e os sociólogos sensíveis à fabricação das singularidades individuais possam trabalhar juntos e dividir os frutos de sua experiência. O que não é algo fácil, pois além das diferenças “teóricas” ou “interpretativas” entre as duas tradições, há também diferenças metodológicas: a cura analítica não é a pesquisa sociológica (observação, entrevista, etc.).

Pensata: Os termos “sociologia psicológica” e “sociologia à escala individual” são equivalentes, e tem-se a impressão que o senhor prefere utilizar-se do segundo termo. Poderia nos dizer sobre como a expressão sociologia psicológica foi recebida pelo meio acadêmico, sobretudo, pelos sociólogos? Quais são os principais mal-entendidos com relação ao seu projeto intelectual de uma sociologia psicológica? Poderia nos dizer sobre algumas das principais críticas dirigidas ao seu pensamento?

Lahire: A abordagem que guia uma grande parte de minhas pesquisas repousa sobre a ideia segundo a qual o social ganha ao ser captado tanto a partir da escala dos indivíduos quanto a partir das categorias ou dos grupos. O que aprendemos ou vemos do mundo social quando o observamos o mais sistematicamente possível do ponto de vista da variação intra-individual dos comportamentos? A ideia que consiste em indagar o que fazem, sentem, creem ou pensam os mesmos indivíduos em domínios ou subdomínios diferentes de práticas é aparentemente simples.

Não se trata, contudo, de algo óbvio em Sociologia. Buscando explicitar e nomear o tipo de abordagem que eu colocava em prática, utilizei o termo “sociologia psicológica” em **O homem plural**, sem ter em mente no início que Durkheim e Mauss haviam utilizado algumas vezes essa expressão ou expressões próximas (Durkheim fala em “socio-psicologia”). Minha principal intenção era sublinhar a legitimidade da questão da variação individual dos comportamentos – mais evidente em uma parte da Psicologia que no domínio da Sociologia – indicando ao mesmo tempo que meu projeto científico não fugia ao domínio da Sociologia, e que consistia em uma resposta lógica aos problemas levantados pela teoria

do *habitus* e que não havia, portanto, nenhuma razão para situá-lo sob a bandeira disciplinar da Psicologia Diferencial, Social ou outra.

Utilizando desde então com maior frequência a expressão “sociologia à escala individual”, busco evitar todas as expectativas (frustradas) que provoca a expressão “sociologia psicológica”. Muito já me foi perguntado sobre o que eu fazia de uma parte dos trabalhos de Psicologia Social. Não há dúvida de que uma parte do que se faz e se pensa em Psicologia Social (de forma, no entanto, menos evidente quando é estritamente experimental) poderia hoje em dia ser considerado como legitimamente sociológico, e isso, apesar de seus vínculos institucionais com a Psicologia. Mas a minha abordagem é o puro produto de um raciocínio sociológico.

Toda mudança de escala de observação e de modo de recorte dos objetos não pode deixar de acionar uma série de questões e de inquietações. O “indivíduo” não é um campo reservado às diferentes Psicologias (da Psicologia cognitiva à Psicanálise passando pela Psicologia Social e pela Psicologia Diferencial)? A Sociologia não deve ocupar-se exclusivamente das realidades coletivas, quer dizer, de objetos nos quais os indivíduos desaparecem enquanto seres socialmente singulares em proveito de agregados, categorias, grupos, instituições, campos, quadros de interações, etc.? Em que as variações individuais poderiam constituir-se em um objeto específico para a Sociologia? Eis as questões ou objeções que me foram feitas.

A única maneira para o sociólogo de responder a esse tipo de perguntas é convencer da natureza social do que ele estuda. Nesse caso, trata-se de mostrar que as realidades individuais são socialmente produzidas, e isto, até nas pregas¹¹ mais singulares. É preciso, no fundo, aplicar ao pé da letra a fórmula de Durkheim quando ele define o ponto de vista sociológico pelo fato de “explicar o social pelo social”, e destacar assim as origens e as causas sociais das variações individuais (inter-individuais como intra-individuais) dos comportamentos e das atitudes.

Pensata: Em **Retratos sociológicos**¹² o senhor classificou as disposições, tais como discursivas, mentais, perceptivas, sensório-motoras, apreciativas, etc. De maneira geral, como o senhor nos explicaria a noção de “patrimônio de disposições”?

Lahire: Se me pareceu necessário examinar o mundo social à escala dos indivíduos e recortar os objetos dessa maneira, é porque eu partia ao mesmo tempo do interesse pelo tipo de problemas-soluções inscrito na teoria do *habitus* como teoria da socialização e da

¹¹ No original: *plis*.

¹² LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

prática (o interesse pelo social ou a história no estado incorporado, sob formas de disposições para agir, crer, sentir, etc.), e do questionamento – de maneira empiricamente fundada – de certo número de aspectos dessa teoria. O ponto principal que me levou a sistematizar a mudança de escala e de ponto de vista, concerne à questão da transferibilidade das disposições (ou dos esquemas disposicionais) postulada (mais que verificada empiricamente) pela teoria do *habitus* como “sistema de disposições duráveis e transferíveis” [Bourdieu].

Observando o mundo social à escala individual, tem-se rapidamente consciência do fato de que as influências socializadoras que engendram os indivíduos estão longe de serem perfeitamente coerentes – o que se pressupõe com frequência quando se evoca abstratamente as “classes de condições de existência” constitutivas dos *habitus* – que os indivíduos raramente têm patrimônios de disposições homogêneos e enfim, que as disposições (mais ou menos fortemente constituídas e mais ou menos heterogêneas) de que os indivíduos são portadores, não são sistematicamente transferidas qualquer que seja o tipo de situação na qual eles são levados a agir. A noção de “patrimônio de disposições e competências” é, portanto, uma maneira de fazer do *habitus* um caso particular do possível. Alguns patrimônios de disposições muito homogêneos, formados de disposições fortes, duráveis e transferíveis assemelham-se ao que Bourdieu chama de um *habitus*. Contudo, nem todos os patrimônios entram neste modelo.

Pensata: O conceito de “configuração pessoal de valências” de Norbert Elias destaca os laços afetivos e a perspectiva daqueles que estão envolvidos em uma configuração específica – perspectiva do “eu” ou do “nós”. Pode-se considerar que existe uma proximidade entre o conceito de “configuração pessoal de valências” e “patrimônio individual de disposições”? Poderia nos indicar alguns elementos que aproximam e que separam uma noção da outra?

Lahire: Pelo que eu saiba, há somente dois textos em que Elias falou em “configurações de valências”: **Introdução à Sociologia**¹³ e **Sociologie et Psychiatrie**¹⁴. Eu havia lido há bastante tempo **Introdução à Sociologia** e esta noção não havia me prendido a atenção. Elias dizia muito pouco sobre ela para que eu pudesse encontrar algo que alimentasse minha reflexão. Em compensação, na ocasião da tradução de **Sociologie et Psychiatrie** para minha coleção nas edições La Découverte, eu fiquei muito atraído pelo modo como Elias definia essa noção. Elias debate essencialmente com Freud e pensa que desde as

¹³ ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

¹⁴ ELIAS, Norbert. **Sociologie et psychiatrie** (1969-1972). Tradução do inglês por Nicolas Guilhot e do alemão por Marc Joly. In : _____. **Au-delà de Freud: sociologie, psychologie, psychanalyse**. Paris: La Découverte, 2010. P. 47-79.

primeiras experiências familiares a criança tece variados tipos de “ligações emocionais” que não são todas de natureza sexual.

Para Elias, o psiquismo de cada ser humano apresenta-se como uma configuração de “valências” de naturezas muito diferentes (libidinais, afetivas, intelectuais, estéticas), e que podem realizar-se ou fixar-se, de forma durável ou efêmera, nas relações interpessoais ou em tipos de atividade muito variadas. Essa noção de “configuração pessoal de valências”, muito próxima do que eu denomino de patrimônio individual de disposições e competências, toma sua primeira forma desde a tenra infância, no seio da estrutura familiar. Ela é, portanto, de imediato, muito dependente dos tipos de relações e de atividades – historicamente e socialmente muito variáveis – que se instauram na família.

Como a teoria unívoca do *homo oeconomicus* que vê apenas o interesse econômico em todas as condutas humanas, o *homo psychanalyticus* é claramente reduzido à sua *libido sexualis*. E Elias busca restabelecer uma pluralidade de “valências”. Atualmente eu trabalho em uma reaproximação possível dos elementos de reflexão de Norbert Elias sobre a configuração de valências e minha teoria dos patrimônios de disposições e de competências. Isso requer um trabalho de reflexão e de crítica aprofundado a fim de não cair na síntese eclética ou na colagem sem coerência. Se eu atingir esse objetivo, a releitura crítica das conquistas psicanalíticas será ainda mais frutífera.

Pensata: Em seu artigo *Champ, hors-champ, contrechamp*¹⁵ o senhor destaca certos limites do conceito de campo. Aparentemente, esse conceito parece ainda ser válido para analisarmos situações específicas de disputa de poder dentro dos campos científico, artístico ou político. Qual a sua posição sobre isso?

Lahire: O conceito de campo parece-me ser um conceito que pode ser muito útil aos pesquisadores se, todavia não se faz dele uma “senha” universal. Em alguns usos que fazem dele os pesquisadores, e por vezes o próprio Bourdieu em alguns de seus textos, o conceito de campo parece ser o “bom contexto” no qual seria necessário recolocar sistematicamente os atores a fim de compreender as práticas. Quando se diz, por exemplo, que as práticas dos atores (quaisquer que sejam os atores e as práticas) devem ser compreendidos no cruzamento dos *habitus* e de um campo, deixa-se entender que todo contexto de ação é necessariamente um campo. No entanto, o conceito de campo tem limites sócio-históricos de utilização e de pertinência: há sociedades sem campo (as sociedades tradicionais estudadas pelos antropólogos são sociedades sem Estado, sem escrita e sem campo) e, nas sociedades onde existem campos, todo espaço social não se

¹⁵ Ver: LAHIRE, Bernard. *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu: dettes et critiques*. Paris: La Decouverte, 1999.

organiza necessariamente sob a forma de um campo. Os campos correspondem a espaços de lutas pelo poder e situam-se essencialmente no espaço das classes dominantes. Há, portanto, numerosos setores da sociedade que não se pode compreender a partir do conceito de campo.

Para complicar a questão, a noção de campo compromete-se com um determinado ponto de vista de conhecimento e negligencia outros pontos de vista. Por exemplo, a noção de “mundo” (Becker e Strauss), que por sua vez é uma noção falsamente aparentada à noção de campo – não se interessa, de fato, pelos mesmos tipos de atores e pelos mesmos tipos de relações entre eles que a noção de “campo” se interessa. Penso, portanto que o que se pode dizer, sem correr riscos, é que toda prática deve ser compreendida no cruzamento das disposições incorporadas (do passado incorporado) dos atores e dos contextos de suas ações. Mas esses contextos não são necessariamente campos: pode ser também o espaço das relações de classe, um mundo, uma instituição, um micro-grupo, um quadro de interação, etc. Não se deve recortar (ou reconstruir) o mesmo contexto segundo o problema que buscamos resolver e as práticas que nos esforçamos por compreender.

Pensata: Para avançar na compreensão das práticas, o senhor propôs a noção de disposições no lugar da noção de *habitus*, e a noção de contexto no lugar da noção de campo. Em seu mais recente livro **Monde Pluriel** : penser l'unité des sciences sociales ¹⁶, lançado nesse ano, o senhor propõe uma perspectiva mais ampla da noção de campo de Bourdieu. Qual a importância da noção de contexto em sua perspectiva sociológica, e qual a novidade e interesse desta noção para a Sociologia contemporânea?

Lahire: Não há propriamente falando nenhuma “novidade” no que concerne a essa noção. Eu constato simplesmente que o que fazem os pesquisadores – historiadores, antropólogos, sociólogos, etc. – quando tentam compreender as práticas, consiste em uma tentativa de situar as práticas em questão em um “conjunto” ou “quadro” no qual elas ganham sentido. Do mesmo modo que o sentido de uma palavra depende do contexto verbal no qual ela é utilizada (o sentido da palavra “operação” não é o mesmo no âmbito escolar, militar ou cirúrgico) e mesmo do contexto extra-verbal imediato, as práticas se inscrevem sempre nos “contextos” (espaço social global, domínios de práticas, instituição ou organização, grupo, rede ou micro-grupo, quadro local de ação, etc.). “Contextualizar”: trata-se da operação científica mais comum, a mais banal e ao mesmo tempo a menos refletida que existe. Alguns autores desenvolveram teorias sobre alguns tipos de contextos, pensando dar conta de todos os contextos possíveis: é o caso da teoria dos campos (Bourdieu), da teoria dos

¹⁶ LAHIRE, Bernard. **Monde Pluriel**: penser l'unité des sciences sociales. Paris: Seuil, 2012.

mundos (Becker e Strauss), da teoria dos sistemas (Parsons ou Luhmann), da teoria dos quadros de interação (Goffman, Collins, etc.), da teoria das redes (White ou Granovetter), etc. Meu trabalho, portanto, consiste simplesmente em explicitar a operação geral de contextualização e em empreender uma reflexão sobre uma contextualização pertinente em função dos tipos de objeto estudados, das escalas de observação e dos níveis (mais ou menos micro ou macro) de análise.

Pensata: Pierre Bourdieu, como outros intelectuais, despertou paixões que vão além da análise e da interpretação de sua obra científica. Ele é venerado por alguns, e por outro lado, duramente criticado, talvez, em sua totalidade, ou mesmo ignorado por outros. Há uma razão sociológica que explica tais comportamentos com relação a Bourdieu?

Lahire: Os motivos de tais paixões estão evidentemente ligados à posição central que Bourdieu ocupou no espaço científico e público francês. Professor no Collège de France durante quase vinte anos, engajado intensamente nos debates públicos a partir dos anos de 1990 (e sobretudo a partir de 1995), foi alvo de críticas no seio do universo intelectual, mas também foi criticado pelos jornalistas e em menor medida pelos atores políticos. Nos anos de 1990, Bourdieu havia se tornado o novo Sartre, a imagem do intelectual total, e os ataques que sofria eram a maior parte do tempo um tanto quanto irracionais. Seu engajamento público contribuiu para uma leitura um tanto distorcida de sua obra científica realizada para o essencial, longe do “som e da fúria” da atualidade social e política. O problema é que mesmo no interior do universo das Ciências Sociais, a situação não foi cientificamente muito sadia. Na Sociologia, particularmente, as afiliações dos pesquisadores a “campos” ou a “clãs” assemelham-se por vezes mais a afiliações religiosas que a oposições científicas. Poucos pesquisadores discutem as teses de seus concorrentes. O gosto pela refutação, pela contra-argumentação é de fato bastante rara, e ao mesmo tempo, os adversários ou concorrentes se lêem pouco ou mal.

Pensata: Em sua opinião, os discípulos de Pierre Bourdieu, sobretudo, aqueles que trabalharam com ele, não se permitem confrontar, criticar e mesmo avançar a partir de sua obra. Uma das consequências é a aplicação mecânica desses conceitos. Poderia comentar esse tipo de comportamento e seus efeitos sobre a Sociologia na França?

Lahire: Os dois grandes exemplos diante da Sociologia de Bourdieu são os seguintes: de um lado, os *admiradores* ou os *usuários*, que conhecem bem a obra mas não tem interesse em criticá-la (eles não têm nem as boas posições institucionais nem as boas disposições); e, de outro lado, os *adversários* (ferozes ou indiferentes) que teriam interesse em criticar, mas

que nem sempre se esforçam suficientemente para ler seriamente a obra ou que a ignoram magnificamente. Aqueles que poderiam ser os melhores críticos do trabalho de Bourdieu por serem assíduos freqüentadores de sua obra de modo geral não se autorizam a criticá-la: não ocupam boas posições no universo científico para tal.

E todos aqueles que criticam a obra têm a distância social, institucional, necessária à crítica, e até mesmo motivações para fazê-lo, contudo, não apresentam conhecimento suficiente da obra ou uma prática suficientemente alimentada pela pesquisa empírica. Pessoalmente, eu tive a sorte – em parte devido às propriedades objetivas de meu percurso que não escolhi – de poder acumular as propriedades dos dois campos: investimento intenso na obra e disposição para enfrentá-la; admiração e crítica. Como dizia Bachelard, no domínio da ciência “pode-se amar o que se destrói, pode-se venerar seu mestre contradizendo-o”¹⁷.

Diria até que devemos criticar o que admiramos, e destruir uma parte daquilo com o que nos construímos. Ao menos se queremos evitar guiar em círculos... Para aqueles que se situam nessa improvável terceira posição tudo é potencialmente criticável, corrigível, discutível. Isso é normal. Um autor é incapaz de pensar sobre todas as coisas; ele está sujeito à contradição, e à generalização precipitada a partir de casos singulares, etc.

Pensata: É evidente que a Sociologia da Educação praticada no Brasil ainda é dependente da produção francesa. Autores como o senhor, Pierre Bourdieu, Raymond Boudon, François Dubet, etc., são referências importantes. Seus respectivos métodos e conceitos são amplamente utilizados, e podemos encontrar as mesmas citações e referências em inúmeros e diferentes trabalhos. Quais são os riscos de tal importação científica, e das tentativas de aplicação de análises sobre outras realidades sociais?

Lahire: A aplicação cega de modelos teóricos é um erro científico clássico. Como Max Weber ou Norbert Elias, penso que os conceitos são históricos e que eles contêm em si uma parte da realidade sócio-histórica acerca das quais eles foram construídos. As teorias sociológicas européias são necessariamente, e antes de tudo, enraizadas nas realidades européias. Ao mesmo tempo, creio que as questões que os pesquisadores europeus se colocam são adaptáveis a outros contextos. Seria tão absurdo dizer que a teoria de Max Weber é “alemã” e que se aplica somente à Alemanha ou que a Sociologia de Bourdieu é estritamente “francesa”, quanto pensar que elas podem exportar-se diretamente sem sofrer transformações.

¹⁷ Bachelard, G. *La Formation de l'esprit scientifique. Contribution à une psychanalyse de la connaissance*, Vrin, Paris, 1999, p. 252. (Nota do entrevistado).

Penso que se pode trabalhar sobre campos históricos e sociais muito específicos (o caso da França, como o do Brasil são necessariamente particulares) e ao mesmo tempo buscar construir questionamentos científicos e conceitos universalmente pertinentes. Contudo, é preciso debruçar-se sobre o que se considera “universal”. Se fazemos questão de visar a certa “universalidade” nas Ciências Humanas e Sociais, não é na ordem de improváveis “regras” ou “leis” que supostamente possam guiar todas as sociedades humanas que se deve buscá-la. Toda tentativa de caracterizar alguma coisa como as formas elementares ou invariantes do laço social que caracterizaria o conjunto das sociedades é uma tarefa de uma pretensão científica desmesurada e inevitavelmente destinada ao fracasso. Com efeito, quem pode pretender conhecer suficientemente o conjunto das sociedades existentes, ou que já existiam, para poder destacar tais leis universais? Para atingir o “universal”, os pesquisadores são, não raro, forçados a grandes abstrações que não têm mais nenhum interesse para a pesquisa.

Em compensação, em todas as sociedades humanas, existem grupos, formas de vida e de atividades coletivas e indivíduos que são socializados e atuam nesses grupos ou nessas formas de vida coletiva. Em todas as sociedades humanas, articulam-se disposições e competências (produtos da frequência mais ou menos durável das diferentes formas de vida social, e, ao mesmo tempo, produtos de uma socialização implícita ou de aprendizagens expressas) e “contextos de ação”, cuja natureza varia segundo o tipo de sociedade, e no seio mesmo de uma dada sociedade. A “universalidade” de uma tal articulação não está desconectada das capacidades naturais, biológicas do homem, das suas capacidades mnemônicas, do tipo de cérebro de que dispõe e que o diferencia de outros animais.

No entanto, devo precisar que ao dizer isso não me situo evidentemente no mesmo nível de generalidade conceitual que aquele em que se situa um autor como Max Weber para apresentar a natureza dos conceitos históricos enquanto construções idealtípicas. “Disposição”, “competência” ou “contexto de ação” são conceitos de aplicabilidade geral, qualquer que seja a natureza da configuração socio-histórica estudada. Tornam-se conceitos idealtípicos, no sentido de Weber, apenas quando são utilizados para designar disposições, competências, e contextos de ação sóciohistoricamente determinados: disposições ascéticas ou hedonistas, competências práticas ou retóricas particulares, contextos de ação específicos tais como o mundo da arte, o jogo literário ou o campo jurídico, a forma escolar de relação de aprendizagem própria a um tipo particular de escola ou instituição religiosa, organização burocrática do trabalho ou quadro de interação comercial em certas lojas de departamentos, etc. É situando-se nesse nível intermediário de

realidade teórico-empírica que Max Weber podia escrever que “existem ciências destinadas a permanecer eternamente jovens”. Ele queria desse modo sublinhar o fato de que os conceitos idealtípicos dependem sempre das realidades históricas, suscetíveis de transformação, às quais eles remetem ou sobre os quais se apóiam. Essas ciências eternamente jovens são as “disciplinas históricas”. Isso não deveria impedir, no entanto, os pesquisadores de erguer a cabeça e pensar um pouco para além da multiplicidade e da incessante variação dos conceitos históricos, em vista de uma melhor percepção e de uma maior articulação de seus trabalhos.

Pensata: Pode-se pensar o caso de êxito escolar, profissional ou econômico nos meios populares como contraexemplos em relação à teoria da reprodução social. As pequenas e grandes mobilidades, às vezes pouco prováveis, constituem-se em um tipo de desvio, como uma regularidade social, ou decorrem, sobretudo, das experiências individuais? Quais os limites da autonomia individual face à reprodução social?

Lahire: Eu não penso que tais casos de mobilidades sociais improváveis explicam-se pela autonomia individual. Os casos dos trânsfugas de classe não são menos produto dos determinismos sociais que os casos mais freqüentes de reprodução social. É preciso ir buscar nos percursos individuais, nas condições singulares da socialização familiar, escolar, profissional, política, religiosa, etc. dos indivíduos em questão, as condições e as razões de um sucesso improvável. Isso significa que as grandes estruturas que produzem os fatos de reprodução social não se impõem como quadros incontornáveis. Os “mecanismos” da reprodução não são o produto de uma espécie de “máquina” impiedosa e que nunca falha. Há sempre exceções, casos que escapam às mais fortes tendências estatísticas, simplesmente porque o mundo social é mais complexo do que se imagina. A consideração dos casos atípicos não nos conduz em direção a uma saída dos determinismos e a uma reabilitação do ator individual (de sua autonomia, liberdade, e *agency*) mas sim em direção a uma análise mais fina, mais rigorosa e precisa dos determinismos sociais.

Pensata: Finalizamos com uma questão dedicada a Pierre Bourdieu. Sabemos que ele está entre os sociólogos que exerceram uma forte influência em seu pensamento. Em sua opinião, o que de fundamental Pierre Bourdieu transmitiu aos sociólogos e aos pesquisadores em Ciências Humanas?

Lahire: Da obra de Pierre Bourdieu, eu retenho pessoalmente e antes de tudo sua atitude face ao trabalho intelectual. É a atitude de quem era oriundo de um meio familiar socialmente e geograficamente dominado. Ele insistia, por exemplo, na relação prática que

o sociólogo deve manter com a teoria (ele criticava assim “a arrogância do teórico que recusa sujar suas mãos na cozinha da empiria” [Bourdieu]) e mobilizava as ferramentas teóricas as mais sofisticadas para apreender os objetos os mais concretos, ou socialmente considerados como menores. Ele evocava também de forma constante a ascese do trabalho científico, a seriedade e o rigor na construção do objeto e da investigação com, em consequência, o conselho dado aos pesquisadores de limitar o tempo e a energia consagrados ao *show business* em prol do aprimoramento de sua “produtividade científica”.

Relação concreta com a abstração e uso das abstrações para explicar as dimensões mais concretas e prosaicas de nossas existências sociais; ascese científica (sempre alegre e apaixonada); anti-academicismo e anti-intelectualismo face às pretensões, às arrogâncias e as mais diversas formas de mundaneidades – tais disposições morais não escapam aos leitores que, por motivos semelhantes ou parcialmente análogos, são sensíveis a esse iconoclasmo anti-acadêmico que repousa ao mesmo tempo na apropriação das técnicas intelectuais e dos saberes escolares e na recusa de poses de importância e dos usos puramente pretensiosos e ostentatórios das competências escolares. Eu não teria desejado tanto fazer sociologia se, pelos acasos da localização geográfica, eu tivesse tomado contato desde meu ingresso na universidade com uma sociologia menos entusiasmante e cativante como esta.

Por outro lado, do “irresumível” aporte teórico de P. Bourdieu, eu gostaria simplesmente de destacar um aspecto que está na origem de uma parte dos meus trabalhos, a saber seu conceito de *habitus*. Através dessa ferramenta teórica, o sociólogo pretendia apreender o social sob a sua forma incorporada (o que o mundo social deixa em cada um de nós sob a forma de propensões a agir e a reagir de uma certa maneira, preferências e rejeições, formas de perceber, de pensar e de sentir) e atacava assim pela base o mito da liberdade individual. Na longa tradição “disposicionalista” (aquela que trás para a lógica sociológica as disposições sociais incorporadas, os hábitos, o ethos, as inclinações, as “tendências” contraídas no curso das experiências sociais repetidas), é de toda evidência nos trabalhos de P. Bourdieu, que encontrávamos nos anos de 1980 o maior esforço de explicitação em matéria de teoria da ação. Descobri sua obra nesse momento e não cessei em seguida de me confrontar com ela. Evidentemente, quanto mais uma obra é monumental, maior o risco de ser “esmagado” por seu peso. Mas é preciso, no entanto, esforçar-se para manter o espírito crítico e ter a lucidez para adequar o seu esforço de trabalho em função da grandeza da tarefa.

Do marxismo ao pós-marxismo? de Göran Therborn¹Camila Massaro de Góes²

Com um expressivo conhecimento das análises sociais de esquerda feitas ao redor do mundo, Göran Therborn nos oferece em **Do marxismo ao pós-marxismo?** um panorama geral da teoria social marxista, na tentativa de entender “as mudanças sociais e intelectuais radicais entre o século XX [...] e o século XXI” (THERBORN, 2012, p.9). Os dois propósitos estabelecidos pelo crítico sueco concernem, em primeiro lugar, a prática política e o pensamento de esquerda do início do século XXI, situada no marco do século anterior. Em segundo lugar, busca oferecer um panorama sistemático do pensamento de esquerda no Norte no começo deste século e compará-lo com o marxismo do período precedente.

A questão central para Therborn diz respeito ao novo significado que a teoria marxista adquire no século XXI, em um novo contexto político, econômico e sob circunstâncias sociais muito distintas daquelas presentes no século anterior, o “século do marxismo”. Ao longo dos três extensos capítulos presentes no livro do sociólogo sueco, é saliente em sua argumentação a afirmação da atual relevância do pensamento social marxista. Sua defesa intelectual não se faz de outro modo senão a partir de um viés eminentemente crítico e bem fundamentado nos recentes desenvolvimentos da teoria social em escala mundial. Therborn esmiúça as principais polêmicas em torno do marxismo desde a modernidade – sempre as localizando e contextualizando – destacando os seus principais desafios e obstáculos, chegando até à análise da chamada “pós-modernidade” e do “pós-marxismo”. Com isso, nos oferece uma valiosa e contundente análise teórica e política, ressoando a máxima de Antonio Gramsci, que quando encarcerado pelo fascismo italiano afirmou: “é preciso atrair violentamente a atenção para o presente do modo como ele é, se se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade” (GRAMSCI, 1975, p.1131)³.

O primeiro e mais longo capítulo, “Rumo ao século XXI: os novos parâmetros da política global”, apresenta um importante resultado de pesquisa em torno das circunstâncias políticas que mapearam o campo da esquerda e da direita desde os anos 1960, dentro do que o autor denominou “espaço global”. Esse espaço, na argumentação de Therborn,

¹Resenha da obra Therborn, Göran. *Do marxismo ao pós-marxismo?*. Tradução Rodrigo Nobile. São Paulo: Boitempo, 2012.

²Bacharel em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Mestranda bolsista Fapesp em Ciência Política na Universidade de São Paulo. Contato: carolinegomesleme@gmail.com

³GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere* a cura de Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1975.

compreende três planos principais pelos quais sua análise se desenvolverá: o socioeconômico, o cultural e o geopolítico.

O novo espaço social da política não se tornou unipolar, embora os Estados Unidos tenham se mantido enquanto única superpotência mundial. Pelo contrário, esse novo espaço assumiu novas formas, possuindo três parâmetros cruciais – Estados, mercados e “formações sociais” – dentro dos quais as ideias políticas ganham ascensão e ocorre a “ação política”. Na visão do autor, o Estado permanece enquanto principal força política neste âmbito.

Ao longo dos anos 1960, se conformou dois modelos bem-sucedidos de Estado: o de bem-estar social, predominante na Europa Ocidental, baseado em direitos sociais generosos e financiado pelo poder público; e o de desenvolvimento “voltado para o exterior”, predominante no Leste Asiático, voltado para as exportações para o mercado mundial, sobretudo para a indústria de manufatura pesada, caracterizado pelo controle e pelo planejamento estatal dos bancos e do crédito e, em alguns casos, como o da Coreia, pela propriedade total do Estado. Tanto o primeiro quanto o segundo modelo de Estado, com suas diferentes formas de capitalismo, emergiram de um contexto regional comum: “ser uma das fronteiras da Guerra Fria e receber dos Estados Unidos uma ajuda econômica (e militar) substancial” (THERBORN, 2012, p.17). Esse legado dos anos 1960 é, para Therborn, uma das principais características do mundo atual.

Por outro lado, os Estados voltados para o mercado interno e pouco comércio passam por uma “crise letal”. Os modelos comunistas implodiram, com a exceção da Coreia do Norte, que se mantém a dura penas. A China, o Vietnã, o Camboja e o Laos enveredaram por um caminho novo: a China tem agora uma massa de investimentos diretos proporcionalmente maior que a América Latina. Cuba conseguiu sobreviver, apesar do bloqueio dos Estados Unidos, em grande medida por ter se transformado em um “polo turístico, com a ajuda de capital italiano, canadense e espanhol” (*idem*, p.19).

Ainda em sua análise dos Estados ao longo do século XX, o crítico sueco julga necessário destacar a importância relativa que as grandes empresas adquiriam ao longo da história – criando uma concentração de capital “justamente como Marx previu”. Mais do que as empresas, Therborn destaca que o que vem crescendo são os mercados transnacionais, não apenas graças às inovações tecnológicas na área da comunicação, mas por causa das mudanças institucionais. Há 150 anos, diz o autor, Marx teve um vislumbre da tendência histórica do desenvolvimento – “as forças produtivas adquiririam um caráter mais social e, assim, entrariam cada vez mais em contradição com a propriedade privada dos meios de produção” (*idem*, p.22-23). Argumenta o autor que até a década de 1980 esta tendência se

confirmava na socialização e/ou regulação pública dos meios de produção, transporte e comunicação. No entanto, tem retrocedido desde então, com fracassos e derrotas desde a Suécia até o Chile, desde a França até a Tanzânia e a Índia, acompanhada de uma crise gradual nos países comunistas.

Para que isso acontecesse, houve uma confluência de três processos sistêmicos. O primeiro diz respeito ao esgotamento do programa de desenvolvimento dos Estados comunistas, dependente de recursos naturais e humanos com auxílio de tecnologia própria ou emprestada. O segundo processo consistiu na competência e na integridade dos Estados pós-coloniais que se mostraram inadequadas às necessidades do planejamento social e do desenvolvimento econômico patrocinado pelo Estado. Por fim, têm-se as novas fontes de geração de capital e tecnologias de gerenciamento, nos países capitalistas centrais, que desafiaram a capacidade do Estado.

Essas três tendências sistêmicas convergiram nos anos 1980. A privatização ganhou confiança política através da emergência de duas tendências, vistas pelo crítico sueco como “particularmente cruéis e inescrupulosas”, que surgiram com a crise de gerenciamento da esquerda: o *pinochetismo* no Chile e o *thatcherismo* na Inglaterra. Acima de tudo, o impulso para a privatização ganhou força com o novo capital privado, fortemente amparado pelo que o autor denominou “modismo ideológico”.

Therborn assinala também o processo “dramático” de desindustrialização que teve lugar nos anos 1980. O chamado “coletivismo irreverente”, cuja principal locomotiva era o movimento da classe trabalhadora industrial, teve seu auge e então começou a enfraquecer, embora isso seja “apenas parte da história”. Outro desenvolvimento crucial nesse período foi a corrosão da deferência tradicional, tanto religiosa quanto sociopolítica. O domínio do patriarcado também caiu de maneira significativa: o direito das mulheres e a questão da igualdade dos gêneros entraram na agenda política em quase todo mundo.

Desde os anos 1960, há a criação de novas formas de “coletivismo rebelde”. Isso é visível nos protestos de 1968 e, posteriormente, pelo movimento de mulheres que veio em seu rastro. Houve também o surgimento de novas formas de autoritarismo ou fundamentalismo com o declínio da antiga autoridade, particularmente significativo no protestantismo norte-americano, no islamismo asiático-oriental e norte-africano e no judaísmo israelense.

Da perspectiva da esquerda, para Therborn, esses processos oferecem não apenas um reforço potencial de aliados contra a deferência, mas também o desafio de um questionamento individualista ou neocoletivista do coletivismo tradicional de esquerda, dos movimentos anti-imperialistas e trabalhistas. O autor aponta o ambientalismo e as políticas

identitárias, por exemplo, como novas questões que podem entrar em choque com o desenvolvimento e o igualitarismo da esquerda clássica. Do mesmo modo, a irreverência pode se manifestar de forma repulsiva, como violência xenofóbica e delinquência.

As formas de política, para o sociólogo sueco, dependem agora de conhecimento e tecnologia. A eugenia, a sociobiologia antifeminista e os avanços biológicos recentes levantam uma série de novas questões que podem ser resumidas como “política de vida”. Proibir o aborto, nesse âmbito, é a plataforma principal da direita cristã, mas a maioria das questões da “política de vida” ainda não encontrou um tom político estável.

A revolução das comunicações, denominada por Therborn como “cyberpolítica”, ao tornar possível uma comunicação interpessoal em grande escala, se mostrou também uma importante ferramenta de mobilização política. Nessas coordenadas, foram impostas novas dinâmicas à política de esquerda.

No que diz respeito às possibilidades de crítica, o sociólogo sueco destaca a dependência de um solo cultural para que o pensamento possa crescer. Após a Segunda Guerra Mundial, o modernismo foi majoritariamente de centro-esquerda em todas as partes do mundo. Depois, por volta de 1980, houve a avalanche do pós-modernismo. Therborn julga que, embora tenha uma fértil contribuição, o pós-modernismo tornou-se um conjunto de ataques político-culturais à modernidade e ao moderno. Além do público específico de arte e arquitetura, dirigia-se amplamente à esquerda e à ex-esquerda, inclusive o feminismo, e deu uma atenção assombrosa ao crescimento simultâneo do modernismo de direita na forma do neoliberalismo ou capitalismo assertivo.

Embora a onda intelectual do pós-modernismo tenha baixado, a retomada da modernidade pela direita persiste. A globalização é apresentada como a sobrevivência dos mais aptos, acompanhada de um sonoro rufar de tambores neoimperialistas – Therborn afirma em tom de alarme: “o ‘moderno’ está se tornando propriedade da reação liberal” (*idem*, p.35). Contudo, não deixa de expor um amplo número de movimentos críticos ao modernismo que não são defesas de direita do privilégio e do poder tradicionais, dentre os quais figuram os trabalhos dos brasileiros Octavio Ianni e Renato Ortiz, bem como o antimodernismo subalterno de E.P. Thompson e dos *Subaltern Studies*.

O antidesenvolvimentismo é apresentando enquanto batalhas isoladas de minorias com apoio limitado. Os Fóruns Sociais Mundiais também são citados como importantes movimentos que criaram uma cultura crítica de resistência ao modernismo neoliberal. Movimentos urbanos também tiveram lugar, com participação da esquerda radical – a ironia é que essas coalizões também incluem um forte componente de conservadorismo cultural de centro-direita. A crítica ecológica ao desenvolvimentismo, por exemplo, liga-se com

facilidade tanto à defesa do modo de vida tradicional quanto ao esteticismo da comunidade urbana.

O argumento de Göran Therborn é o de que de diferentes formas, essas novas tendências culturais – que debocham do autoconfiante evolucionismo secular da modernidade – restringem severamente o pensamento crítico radical. Para ele, Marx, Engels e os grandes marxistas que os seguiram sempre foram muito mais perspicazes e circunspectos do que sugerem os sumários dos livros-texto sobre o materialismo histórico. A etnicidade, as nações e os conflitos são importantes, como o foram para os grandes marxistas, mas para Therborn a “eticidade em si não promove pensamento crítico e radical. Ao contrário, as mobilizações étnicas/nacionais tendem a encorajar o isolamento étnico e cultural” (*idem*, p.40). O antagonismo cultural quase sempre encobriu as questões sociais comuns, como a pobreza e a miséria.

Em suma, o espaço cultural da esquerda mudou consideravelmente no último quarto de século. No geral, esse espaço diminuiu, mas os novos desafios do modernismo iluminista indicam novas tarefas e possibilidades para o pensamento e a prática de esquerda, bem como um chamado à autoavaliação crítica das limitações e lacunas inerentes do modernismo de esquerda. No fim do primeiro capítulo, o sociólogo sueco faz um chamado à esquerda para a necessidade de começar a pensar a partir de uma perspectiva “transocialista”:

o transocialismo é uma perspectiva de transformação social que vai além das estratégias e das instituições históricas do socialismo, da centralidade da classe trabalhadora e da atuação do movimento trabalhista, da propriedade pública e do planejamento coletivo da produção em larga escala [...] Ele guarda a ideia marxiana fundamental de que a emancipação humana da exploração, da opressão, da discriminação e do elo inevitável entre privilégio e miséria só pode surgir da luta dos próprios explorados e desprivilegiados. E continua no reconhecimento de que o século XXI começa a parecer muito diferente do século XX – não mais igual ou mais justo, mas com novas constelações de poder e novas possibilidades de resistência. (*idem*, p.59).

A principal marca do livro de Göran Therborn revela-se em sua insistência na necessidade de enfrentar criticamente o novo e desistir das velhas formas de luta da esquerda clássica, embora legitime sua memória de lutas, sucessos e fracassos. É nessa característica que ressoa a máxima gramsciana anunciada no início desta resenha, da necessidade de nos atentarmos desesperadamente para o presente como ele realmente o é para poder mudá-lo.

O segundo capítulo, “O marxismo do século XX e a dialética da modernidade”, investiga mais prioritariamente o significado que o marxismo passa a adquirir após o colapso

da União Soviética no mundo “euro-americano”. Como o faz ao longo de todo o livro, Therborn associa o marxismo com o projeto da modernidade – afirma o autor que “o marxismo é a maior manifestação da dialética da modernidade, tanto no sentido sociológico quanto no teórico” (*idem*, p.61). Para o sociólogo, embora nunca tendo sido teorizada ou admitida nos cânones do marxismo clássico, há certa concepção de modernidade no pensamento de Marx. É interessante notar que, nessa característica, Therborn aponta uma afinidade entre Marx e Habermas, uma vez que este não abandona a defesa da modernidade.

A tradição marxista, para Therborn, tende a ir de uma caracterização a outra em sua prática da dialética da modernidade, de uma interpretação positiva à negativa. As correntes puramente intelectuais da teoria crítica – a Escola de Frankfurt – enfatizaram os aspectos contraditórios e negativos da modernidade, e, portanto, se situam no coração da exploração da dialética da modernidade, muito embora não tenham apontado um futuro melhor.

Para o autor, a dialética da teoria crítica desenvolveu-se para além da crítica marxiana da economia política, na medida em que Horkheimer abandonou o projeto de escrever um grande tratado sobre dialética e, em vez disso, ele e Adorno coligiram ensaios e fragmentos numa **Dialética do esclarecimento** (1944). O tema definiu o tom da Escola de Frankfurt no período pós-guerra, ou seja, a autodestruição do Iluminismo escrita a partir de um compromisso para “salvar o Iluminismo”.

A teoria crítica é parte do que comumente se considera o “marxismo ocidental” ao longo do século XX. O núcleo deste segundo capítulo consiste na tentativa de Therborn em defender as conquistas da teoria crítica e do marxismo ocidental contra as alegações de que suas realizações filosóficas vieram ao custo de uma derrota política: a mudança das barricadas para a sala de aula, da política à teoria. Essa é a visão oferecida por Perry Anderson, que argumenta ser a “característica secreta” do marxismo ocidental sua derrota. O objetivo de Therborn é “tentar situar o fenômeno qualificado de ‘marxismo ocidental’ de forma um pouco diferente” (*idem*, p.75).

Therborn julga a caracterização de Anderson como “obviamente falsa”. Ressalta o sociólogo sueco que todos os membros pertencentes ao “marxismo ocidental” tornaram-se marxistas porque consideravam a Revolução de Outubro um acontecimento histórico decisivo. A grande maioria dos intelectuais listados por Anderson como pertencentes ao “marxismo ocidental” eram comunistas militantes. O círculo de Horkheimer, por sua vez, nunca teve ligações políticas, mas era claramente simpático à URSS antes da Segunda Guerra Mundial e nunca deu atenção às sirenes anticomunistas da Guerra Fria. Apenas ter levado em conta o trabalho dos filósofos, não considerando o trabalho teórico de feministas,

movimentos trabalhistas e movimentos anticoloniais é também problematizado por Therborn.

Este capítulo apresenta uma visão geral da tradição marxista ocidental que se tornou mais acadêmica e menos política ao longo do século XX. Para Therborn, um dos motivos disso foi que a política e a teoria se tornaram muito diferentes – “mesmo os escritos mais brilhantes e reflexivos políticos deste período foram, em grande parte, empíricos. Os trabalhos teóricos e escolásticos, até mesmo os de autores ativos politicamente, eram muito acadêmicos” (*idem*, p. 86). Por fim, o autor volta a afirmar a necessidade de repensar a relevância da dialética marxiana da modernidade, afirmando não ter lógica a divisão da saga da humanidade em “história e pós-história”. Afirma Therborn:

Já que não parece provável que o capitalismo ou suas polarizações de percurso de vida venham a desaparecer no futuro próximo, há uma boa chance de que o fantasma de Marx continue a perseguir o pensamento social. O modo mais óbvio de seguir a teorização social inspirada em Marx será olhar para o que acontece hoje com o venerável dístico das forças e relações de produção em escala global e seus efeitos conflituosos sobre as relações sociais. O marxismo pode não ter mais soluções prontas, mas sua agudeza crítica não perdeu necessariamente o fio (*idem*, p.94).

O terceiro e último capítulo, denominado “Depois da dialética: a teoria social radical no Norte no alvorecer do século XXI”, consiste majoritariamente na discussão de uma variedade contemporânea do pensamento de esquerda, a partir da década de 1990. Therborn propõe entender a história do marxismo como uma “triangulação” de três diferentes pólos, representados pela ciência social histórica, pela filosofia das contradições ou dialética e pelo modo de política da classe trabalhadora socialista, sendo a política o vértice dominante do triângulo, o que torna o “ismo” uma corrente social e não apenas uma linguagem intelectual.

A maior parte do capítulo é o catálogo da teoria social marxista das últimas duas décadas. Os nomes que Therborn discute são Alain Badiou, Slavoj Žižek, Fredric Jameson, David Harvey, Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein, Étienne Balibar, Judith Butler, Michael Hardt e Antonio Negri, Manuel Castells – e seu balanço dos sucessos e fracassos não é inesperado. O conceito de classe deslocou-se nos últimos anos e ficou quase irreconhecível depois de jogada no ácido da política pura, como na filosofia política da hegemonia discursiva desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe em **Hegemonia e estratégia socialista** – considerada por Therborn como a maior contribuição intelectual da teoria política pós-marxista.

Outra conclusão diz respeito ao fato da onda de pós-modernismo literário-filosófico ter rompido a maioria dos elos entre a teoria feminista e a esquerda, que anteriormente surgiram sob a liderança do feminismo socialista. No tocante ao conceito de estrutura, o autor ressalta sua substituição pela categoria *rede*, que embora seja crucial para a teorização “neomarxista”, “a ‘rede’ por si só não tem afiliação política” (*idem*, p.128).

Therborn apresenta, ainda, como resultado de sua produtiva pesquisa, uma útil grade conceitual de posições teóricas de esquerda dividida em quatro quadrantes: o pós-marxismo; a marxologia e o marxismo científico; a esquerda não marxista e o pós-socialismo. O argumento, novamente afirmado, é o de que a teoria e a política se tornaram duas dimensões diferentes, mesmo entre teóricos sociais politicamente ativos – afirma o crítico sueco que “elaborar uma alternativa socialista tornou-se uma preocupação minoritária entre a esquerda intelectual, embora, isso não implique, na maioria dos casos, um passo em direção ao invólucro capitalista” (*idem*, p.132).

O que surge desse panorama é, antes de tudo, para Therborn, o efeito incerto do triângulo rompido do marxismo clássico – isto é, entre a filosofia, a ciência e a política. Na região do Atlântico Norte – e no resto do mundo não é muito diferente, com algumas exceções na América Latina – a política marxista desapareceu ou foi completamente marginalizada. Como afirma o autor, “o horizonte socialista vermelho vivo de três décadas atrás desapareceu” (*idem*, p.147). No entanto, o autor assume o segundo elemento da máxima gramsciana, nos lembrando que a criatividade intelectual de esquerda não acabou. Já passamos do marxismo ao pós-marxismo? O título é colocado, não por acaso, como uma questão.

O livro deixa pouca dúvida sobre a necessidade de tal medida. Para Therborn, o “pós-marxismo” não precisa ser visto como um abandono das ideias de Marx e da tradição marxista nas operações do capitalismo ou na dialética permanente da modernidade, tanto como uma mudança de velhas problemáticas históricas, quanto como um confronto direto com os nossos dias. Therborn afirma modestamente que seu livro “pode ser visto mais como um diário de viajante, com notas despretensiosas colocadas no papel após uma longa e árdua viagem por montes, desfiladeiros, ladeiras e becos do marxismo do século XX – e início do século XXI” (*idem*, p.9). Não se poderia esperar um melhor guia para a difícil jornada que ainda está por vir.

Referências bibliográficas

GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere** a cura de Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1975.

THERBORN, G. **Do marxismo ao pós-marxismo?** Tradução Rodrigo Nobile. São Paulo: Boitempo, 2012.

Metrópole, cinema, imaginário social: São Paulo cidade azul de**Andréa Barbosa**Caroline Gomes Leme¹

Uma visada antropológica sobre São Paulo, um exercício de reflexão acerca da construção social e cultural da cidade, em imagem e experiência: eis o que apresenta o recém-lançado **São Paulo cidade azul**. Tendo como eixo o cinema paulista dos anos 1980, o livro de Andréa Barbosa, editado pela Alameda, distingue-se de outros trabalhos dedicados aos filmes daquele período pela sua abordagem singular. Neste livro, como ressalta a autora em diversas passagens, o cinema é tomado menos como um objeto de pesquisa e mais como um “interlocutor” para se pensar a cidade e sua construção no entrelaçamento entre imaginário e realidade. Em suas palavras:

Buscando a especificidade de São Paulo de e nas imagens, procuro problematizar o lugar do significado dessas imagens no denso fluxo entre memória, imagem, imaginário e experiência vivida, ou seja, busco problematizar a relação dos indivíduos com a São Paulo vivida, cada vez mais informada por uma São Paulo de imagens. (BARBOSA, 2012, p.36).

Trata-se, portanto, de um estudo antropológico sobre a experiência urbana, particularmente paulistana, no qual o cinema aparece como um dos mediadores da reflexão. O intuito não é esquadriñar os filmes na busca por uma estilística própria a ser identificada e nomeada, como fizeram trabalhos na área de estudos cinematográficos que se debruçaram sobre a filmografia paulistana dos anos 1980², mas sim “transformar a São Paulo cinematográfica num mundo etnográfico paralelo capaz de complexificar o olhar antropológico preocupado em decifrar enigmas da metrópole e suas vidas mentais.” (Ibid, p.40). A análise de questões estéticas não é abandonada – e a primordial alusão ao azul que recobre a cidade na fotografia dos filmes analisados atesta isso – mas ela faz parte da preocupação mais ampla em relacionar cinema e sociedade, imagens e imaginário, memória e experiência.

O olhar sobre os filmes é, assim, apenas uma das dimensões do trabalho de Barbosa (2012) que distingue em seu percurso de pesquisa três movimentos reflexivos: “ver, olhar e enxergar” (Ibid, p.38). O primeiro movimento, nos explica a autora, diz respeito a uma reflexão sobre sua própria experiência como moradora da cidade de São Paulo, ou

¹ Doutoranda em Sociologia UNICAMP. Bolsista FAPESP. Contato: carolinegomesleme@gmail.com

² Destaca-se nesta linha o trabalho de Renato Luiz Pucci Jr.(2008) que designa como pós-moderno um conjunto de filmes brasileiros dos anos 1980, entre os quais aqueles que compõem a chamada “trilogia paulistana da noite”, marcada por um “neon-realismo”: **Cidade Oculta** (Chico Botelho, 1986); **Anjos da noite** (Wilson Barros, 1987) e **A dama do Cine Shangai** (Guilherme de Almeida Prado, 1988), filmes também analisados por Andréa Barbosa (2012), com outro enfoque.

seja, é um exercício de observação atenta da cidade que perpassa o cotidiano, num processo de “desnaturalização” da visão sobre seu entorno. O segundo movimento consiste na análise dos filmes em si, com o olhar se dirigindo para a cidade que se apresenta nas telas em imagens recorrentes ou singulares. Partindo de um universo de 52 filmes e vídeos – ficamos instigados a saber quais são eles, mas eles não são arrolados – a autora seleciona sete filmes para constituir seu *corpus* de análise, quais sejam: **Disaster movie** (Wilson Barros, 1979); **Diversões solitárias** (Wilson Barros, 1983); **Cidade oculta** (Chico Botelho, 1986); **Anjos da noite** (Wilson Barros, 1987); **Anjos do arrabalde** (Carlos Reichenbach, 1987); **A dama do Cine Shangai** (Guilherme de Almeida Prado, 1988) e **Wholes** (Cecílio Neto, 1991). Segundo a antropóloga, esses foram os filmes que melhor atendiam aos questionamentos de sua pesquisa, que tinha em seu horizonte “considerar alguns elementos recorrentes na construção do imaginário das metrópoles como solidão, fragmentação, relação tensa entre tempo e espaço e suas formas de resignificação operadas por esta produção.” (Ibid, p.102 e 103). São, essencialmente, os resultados dessa análise que acompanhamos no livro, embora esta não se dissocie do primeiro movimento da reflexão e incorpore deliberadamente a experiência subjetiva da autora como moradora da metrópole paulistana. O processo se desdobra ainda no terceiro movimento, o enxergar, que, no percurso de Barbosa, consistiu na realização do documentário **O resto é o dia a dia**³, produzido no âmbito do projeto temático “Imagem em foco nas Ciências Sociais”, que propiciou à pesquisadora construir a sua própria abordagem de São Paulo, valendo-se de imagens e depoimentos numa construção que parte de uma perspectiva mais externa, impessoal e estereotipada da cidade até se aproximar das vivências pessoais e afetivas dos paulistanos.

Fruto de uma tese de doutorado⁴, o livro não guarda o peso do estilo acadêmico. Os sete capítulos apresentam tom ensaístico e de leitura fluente, ainda que sejam informados por referenciais teóricos consistentes, como Georg Simmel, Edgar Morin, Walter Benjamin, Pierre Sorlin e Gilberto Velho.

No primeiro capítulo, “O cinema da cidade ou a cidade do cinema”, encontramos uma reflexão geral sobre as relações historicamente desenvolvidas entre cinema e cidade. Essa relação, afirma a autora, esteve desde seus primórdios marcada por um “fascínio mútuo”, ou seja, desde seus primeiros momentos o cinema se encanta com a cidade, transformando-a em sua “vedete”, protagonista de uma miríade de *city films*, e, ao mesmo tempo, a cidade também “se encanta com sua imagem cinematográfica e, como narciso, mergulha nessa

³ O filme pode ser visto na íntegra no seguinte endereço:

<<http://www.lisa.usp.br/producao/videos/catalogoRestoDiaWMV.shtml>> Acesso em: 11 de novembro de 2012.

⁴ Cf. Barbosa (2003).

imagem misturando-se a ela.” (Ibid, p.58). De tal modo, a própria experiência urbana é estetizada e há um imbricamento entre cidade imaginada e cidade real: “A cidade experimentada no cinema passa a fazer parte da cidade vivida pelos indivíduos”. (Ibid, p.58). Ainda neste capítulo, a autora traça um breve histórico da relação entre o cinema e a cidade de São Paulo, distinguindo alguns momentos dessa relação e elegendo filmes representativos de cada período. O período que vai do início do século XX até os anos 1950 seria marcado por um ideal cosmopolita e pelo otimismo com relação a São Paulo, vista como “cidade promessa”. Destaca-se neste sentido **São Paulo, sinfonia da metrópole** (Adalberto Kemeny e Rodolfo Rex Lustig, 1929), realizado na esteira de **Berlim, Sinfonia da Metrópole** (Walther Ruttmann, 1927) e que apostava no desenvolvimento da técnica e no progresso capitalista. No final dos anos 1950, com **O grande momento** (Roberto Santos, 1957), e notadamente nos anos 1960, surgem novas referências e o otimismo que marcara o olhar com relação à cidade de São Paulo vai dando lugar a perspectivas mais críticas, como em **Noite Vazia** (Walter Hugo Khouri, 1965); **São Paulo S.A.** (Luiz Sérgio Person, 1965) e **A Margem** (Ozualdo Candeias, 1967). Nos anos 1970, a São Paulo que aparece nas telas é, segundo a autora, uma “São Paulo feia e poluída” (Ibid., p.75), sendo o filme citado por ela o curta-metragem **Migrantes** (João Batista de Andrade, 1973) que coloca em foco a questão da migração nordestina e registra um diálogo-embate entre um imigrante, abrigado com a família sob um viaduto, e um paulistano que questiona a vinda dos nordestinos para São Paulo, sendo contra-argumentado por aquele. Chega-se então aos anos 1980, período privilegiado no livro, que se caracteriza, na expressão da autora, pela “produção de um cinema com ‘a cara’ de São Paulo” (Ibid., p.75). Em larga medida realizados por jovens cineastas egressos da escola de cinema da Universidade de São Paulo e congregados no bairro paulistano Vila Madalena – o que lhes rendeu a designação de “jovem cinema paulista” ou “Cinema da Vila” – esses filmes, embora longe de constituir um conjunto homogêneo temática ou estilisticamente, teriam em comum uma determinada relação com a cidade, tomada não meramente como cenário, “mas como um personagem que através de suas características plásticas e imagéticas ajuda a dar forma a uma possível identidade para este grupo de jovens cineastas”. (Ibid., p.75). Afastados do otimismo das primeiras épocas e da crítica social dos anos 1960, esses filmes dos anos 1980 constroem uma São Paulo múltipla, marcada pela ambivalência. Ambivalência e ambiguidade são palavras recorrentes ao longo do livro de Barbosa que a todo momento remete aos contrastes e contradições da São Paulo trabalhada pelo cinema oitentista: noturna e diurna, sombria e iluminada, da ordem e da desordem, do trabalho e da contravenção, próxima e distante, acolhedora e indiferente, múltipla e específica, cosmopolita e brasileira.

O segundo capítulo, “Antropologia da cidade cinematográfica”, apresenta os pressupostos teóricos sobre os quais o trabalho está fundamentado, trazendo à discussão questões sobre a abordagem antropológica em relação ao cinema, à cidade e à cidade no cinema. De antemão, esclarece-se que a relação entre cinema e sociedade é compreendida em seu duplo trânsito, ou seja, o cinema não é mero reflexo de uma sociedade, ele é também parte constituinte dessa sociedade. Conforme ressalta a autora:

O cinema é, sim, produto das formas pelas quais uma sociedade constrói suas representações e idealizações. Um filme opera os códigos culturais da sociedade da qual é originário. Ele é parte do mundo, possui uma historicidade. Mas esse mesmo filme, por suas características de interação com o indivíduo e com a sociedade por meio de sua linguagem, possibilita um retorno, de forma “digerida” ou “resignificada”, dessas representações para a sociedade. Neste sentido, o cinema é parte fundante dessa realidade, e como parte irredutível do social, constitui uma dimensão através da qual os homens dão sentido ao mundo e a si mesmos.” (Ibid., p.81 e 82).

Como artefato cultural, o cinema, nos afirma a antropóloga, cria e recria realidades a partir de um referente, trabalhando com o imaginário individual e coletivo numa complexa rede de significações constituída pelas intenções dos realizadores, pelo apresentado na obra em si e pelas apreensões dos espectadores que mobilizam suas próprias memórias e cargas simbólicas ao se relacionar com os filmes.

Objeto de fascínio do cinema, como vimos no capítulo 1, a cidade deteve também a atenção das Ciências Sociais que se dedicaram ao estudo da experiência urbana e de suas consequências para a sociabilidade humana. Considerando desde Georg Simmel até estudos recentes, passando pelos pesquisadores da Universidade de Chicago nos anos 1920 a 1940 – estes contemporâneos dos chamados filmes *noir* que, a seu modo, também colocavam em questão a complexidade da vida urbana e a tensão entre indivíduo e metrópole – Barbosa (2012, p.75) observa que há uma “trajetória que vai do conceito genérico de personalidade metropolitana à noção de redes variadas de sociabilidade”, o que, segundo ela, pode ser percebido tanto na Antropologia como no cinema.

No capítulo 3, “Sete filmes à procura de uma cidade”, somos apresentados aos filmes paulistanos selecionados para análise particularizada. Antes de dar a conhecer os enredos e problemáticas dos filmes, a autora tece algumas considerações gerais sobre o cinema brasileiro dos anos 1980, focando sua atenção nas realizações dos “jovens paulistas” cuja produção, ainda que não constitua um movimento ou escola cinematográfica, parece abrigar em si uma marca geracional que se apresenta na busca de distinção tanto dos movimentos anteriores, o Cinema Novo e o Cinema Marginal, como do cinema

financiado pelo Estado, via Embrafilme. Valendo-se por vezes da estrutura de produção publicitária para a realização de suas obras, esses jovens cineastas produziram filmes bastante diversos, nos quais, porém, podem ser identificados traços comuns, tais como: associação entre verossimilhança e desnudamento da ficção; presença da ironia e da ambiguidade; tensão entre linearidade e fragmentação; preocupação técnica e estética, sendo destacado o papel da fotografia; absorção de outras linguagens como a da história em quadrinhos e incorporação dos meios de comunicação como elementos importantes nas narrativas.⁵ Quanto aos sete filmes escolhidos, para além de seus enredos específicos, a autora assinala alguns aspectos recorrentes: o predomínio de imagens noturnas (particularmente em **Cidade Oculta**, **Anjos da noite**, **A dama do Cine Shangai** e **Wholes**) que apontam para uma cidade que é o avesso da cidade diurna, a do trabalho, da produtividade e da ordem, mostrando, reversamente, seus lados subterrâneos e marginais; o destaque para a referência ao anjo, presente já nos títulos de **Anjos da noite** e **Anjos do arrabalde**, e que se transforma em nome próprio para o protagonista de **Cidade Oculta**, sendo também elemento importante na sequência final de **Wholes** quando, nas fronteiras entre um bueiro e o mundo exterior, um morcego figura como anjo para um filhote de rato; o contraste entre os *skylines* que colocam em tela, em imagens amplas e abertas, os altos prédios, ícones da metrópole, e as imagens fechadas sobre lugares angulosos e labirínticos, como becos e muros aparentemente intermináveis; a presença de personagens marcados por uma “solidão negociada” que, segundo a autora, caracteriza-se não como um “mal irremediável da vida urbana, mas uma contingência a qual é possível dar um significado pessoal e mesmo burlar”. (Ibid., p.111). Ao final do capítulo a autora posiciona-se contra a classificação desse cinema como “pós-moderno”, embora não dialogue diretamente com o trabalho de Pucci Jr. (2008). O cerne de seu argumento é que esses filmes afastam-se da postura pós-moderna de investimento exclusivo no presente em detrimento do futuro e do passado. Cabe aqui recuperar na íntegra suas palavras:

Para além dos temas e de uma certa ‘primeira imagem’ vinculada à incomunicabilidade e à falta de perspectiva, os filmes estão recheados de uma discussão sobre o amanhã e as estratégias para viver e construir esse estar na cidade. Sem grandes utopias, mas decerto repleto de projetos. Temas pós-modernos estão presentes o tempo todo nesta produção que, no entanto, os tratam de forma clássica. Percebo uma vontade de discutir questões como o niilismo, a solidão e a presença da mídia e da tecnologia na vida, mas mobilizando para isso um leque de referências que vai além do imediato vivido pelos autores. O passado é importante. A releitura dos filmes clássicos e também de filmes europeus contemporâneos para a construção de um presente cinematográfico paulista não alija o olhar para o futuro, e esta postura nada tem de pós-moderna. (Ibid., p.113).

⁵ Barbosa (2012) apoia-se aqui no texto pioneiro de Jean-Claude Bernardet (1985) sobre o jovem cinema paulista.

Barbosa (2012) retoma essa questão no capítulo 6, ao discutir a construção das subjetividades e sociabilidades nos filmes em pauta. Antes disso, entretanto, temos, nos capítulos 4 e 5, respectivamente, uma discussão sobre o tempo e sobre o espaço nesses filmes. No entendimento da autora, tais filmes, cada um com uma elaboração própria, ao “cinematizar” o tempo da cidade, subvertem o tempo acelerado e sucessivo do mundo capitalista trabalhando com tempos desiguais, pessoais, individuais e simultâneos. No que concerne à espacialidade, a antropóloga destaca algumas dimensões da cidade: “cidade-cenário”; “cidade-movimento”; “cidade observadora”; “cidade-mulher”. Há a São Paulo das construções-ícone, como o prédio central do Banespa, o edifício Itália ou o Viaduto do Chá, das ruas, túneis e edificações que figuram como plano de fundo ou mesmo como elemento central nos enquadramentos cinematográficos; há a São Paulo que não pára, por onde tudo circula incessantemente, lugar de passagem, mas também do encontro; há a São Paulo onipresente, que espreita pelas janelas e faz parte da experiência das figuras humanas, tornando-se ela mesma uma personagem; e há a São Paulo misteriosa e multifacetada, “cidade-mulher [que] se oferece ao olhar de quem se dispõe a procurar sua alma” (Ibid.,p.175). Cidade objetiva ou da experiência individual, distante ou próxima, indiferente ou íntima, São Paulo não é única, assumindo múltiplos significados que não aparecem isolados, mas que coexistem tanto nos filmes como nas experiências, a permear imaginários e constituir memórias. Segundo Barbosa (2012, p.149):

Nas cidades do cinema, percebemos o espaço tornando-se tempo e tempo se tornando experiência. [...] O espaço ‘real’ da cidade é recortado, decomposto, recriado, sonhado, lembrado e, por fim, vivido como parte de uma experiência que une as histórias cotidianas, as memórias de vida e as histórias da cidade e seus personagens, contadas pelo cinema.

Em “Anjos e outsiders”, capítulo 6, adentramos mais diretamente no universo dos filmes e seus personagens, com subcapítulos específicos dedicados aos protagonistas dos cinco filmes que apresentam personagens demarcados: Anjo, Shirley e Japa, de **Cidade oculta**; Ted, Ciça, Malu, Mauro, Marta Bloom, de **Anjos da noite**; Lucas e Suzana, de **A dama do Cine Shangai**; Dália, Rosa e Carmo de **Anjos do arrabalde**; e Patinador, de **Diversões Solitárias – Wholes e Disaster Movie** constroem-se de maneira difusa e sem personagens bem definidos e por isso não são objeto de subcapítulos específicos. Preocupada em analisar as formas de subjetividade e sociabilidade construídas nos filmes paulistanos, Barbosa (2012) mobiliza como referenciais teóricos Georg Simmel e Michel Maffesoli e conclui haver nessas obras fílmicas tanto elementos do individualismo moderno, trabalhado pelo teórico alemão, como aspectos da sensibilidade pós-moderna tal como

descrita pelo sociólogo francês. Entretanto, mais do que classificar os filmes e as formas de interação que eles apresentam, interessa à autora ressaltar a multiplicidade de caminhos apresentados por eles, tomando a cidade como campo de manobra das escolhas individuais. “Várias são as saídas encontradas para lidar com a tensão entre a individualização e a totalização social, mas nos nossos personagens percebemos que todas elas passam pela construção de uma cidade possível” (Ibid., p.211), afirma ela.

Percebe-se no texto da antropóloga uma certa simpatia para com os filmes e personagens analisados, bem como um otimismo em relação ao “poder de escolha dos indivíduos” (Ibid., p.114) neles exaltado. O indivíduo, reconhece ela, é nesses filmes “a unidade moral básica”, um valor primordial” (Ibid., p.186), mas, em sua perspectiva, isso não exclui a relação permanente com o outro e com o todo social: “Pensar o indivíduo como unidade básica é também, nesse sentido, pensá-lo como parte de um todo e que, é através desta interação que a potencialidade individual pode se efetivar” (Ibid., p.187). A seu ver, a fragmentação não exclui a possibilidade de uma sociabilidade comunitarista, o que faria de São Paulo não uma “cidade cindida” mas uma “cidade múltipla”, na qual o “conjunto de referências escolhidas na e da cidade pelos indivíduos formam não um amontoado de fragmentos mas uma totalidade” (Ibid., p.211).

Consideramos que seria interessante para o adensamento dessa discussão que a autora explorasse mais a fundo o contraponto constituído por *Anjos do arrabalde* ante os seis outros filmes do *corpus*. Esse filme se distingue do conjunto não só por ter sido realizado por um cineasta veterano, Carlos Reichenbach, mas também por constituir, conforme assinala a autora, “um contraponto à cidade noturna e paralela dos filmes comentados anteriormente e apresentar o cotidiano de pessoas comuns moradores de um bairro periférico de São Paulo”. (Ibid., p.108). Não cabe aqui adentrar nessa discussão a respeito dos filmes, mas apenas observar que ao longo do texto sentimos que **Anjos do arrabalde** fica um tanto deslocado perante os demais. Aspecto significativo – ainda que possa ser decorrente de dificuldades formais quanto a obtenção das imagens – é a ausência de qualquer fotograma do filme de Reichenbach, enquanto que fotogramas dos outros filmes ilustram ricamente a obra. Distinto em cenário e fotografia, **Anjos do arrabalde** distingue-se também na construção de suas personagens e do entorno social que as abriga. Além do fato de serem de alguma forma *outsiders*, por habitarem a periferia de São Paulo, as professoras protagonistas desse filme têm muito pouco em comum com os protagonistas dos demais filmes. O universo e as relações estabelecidas por elas também nos parecem muito distintos daqueles dos outros filmes, em que os laços, quando existem, são tênues e efêmeros e os personagens fluidos e atomizados – tomemos o Patinador de **Diversões**

solitárias que interage apenas com seus artefatos eletrônicos, flanando sozinho pela cidade e deixando recados para si mesmo em sua secretária eletrônica; ou Anjo de **Cidade oculta** que, conforme descreve Barbosa (2012, p.198), é “um sujeito intermediário e pleno de ambiguidade. Seu lugar não está claro. [...] Não adere a nenhum conjunto simbólico específico, embora circule por vários que nos são apresentados ao longo do filme [...] anda sempre na fronteira e desconfia o tempo todo dos que o cercam.” A antropóloga reconhece a diferença do filme de Reichenbach quanto à abordagem da relação entre indivíduo e sociedade, entendendo que **Anjos do arrabalde**:

é um filme que trabalha de forma bem mais complexa que os demais aqui analisados com as diversas instâncias das relações e interações sociais e o conflito a elas inerente. Com preocupações que extrapolam as questões existencialistas dos personagens, o filme os situa como indivíduos numa estrutura social e em conjuntos simbólicos e desenvolve justamente as estratégias construídas por eles para viver e ser feliz. (Ibid., p.206).

Parece-nos, contudo, que esse contraponto não é explorado em toda a sua potencialidade e os filmes e as formas de sociabilidade e subjetividade apresentadas acabam de alguma forma se equivalendo, como escolhas singulares a compor uma multiplicidade onde tudo é relativo, ambíguo e ambivalente.

O capítulo conclusivo, “Memória canibalizada”, desenvolve reflexões acerca da relação entre imagem, imaginário e memória, instâncias por meio das quais os indivíduos e coletividades se apropriam e dão significado ao mundo e à vida. Essas três dimensões, segundo a autora, alimentam-se num movimento circular do qual participa ainda a experiência vivida e que “não deixa que percebamos onde começa e onde se finda, qual é a fonte e quem dela se alimenta”. (Ibid., p. 223). Canibalizada pelo cinema, a memória individual e coletiva também se alimenta das imagens cinematográficas e, nesse fluxo, convivem a cidade imaginada no cinema e a cidade experienciada no cotidiano. E, dessa maneira, conforme assinala Barbosa (2012, p.219), “a articulação entre elementos da cultura e da subjetividade – imagem, imaginário, memória e experiência vivida – nos possibilita criar e constituir o que há de mais significativo: a cidade de cada um”.

Trabalhando com o cinema de maneira frutífera, *São Paulo cidade azul* nos oferece um instigante percurso de análise cinematográfica sob o viés das Ciências Sociais, sendo de grande interesse para pesquisadores da área. É também uma leitura proveitosa para todos aqueles interessados em incursionar numa reflexão sobre a vida urbana experimentada concreta e imaginariamente, sobre o cinema brasileiro dos anos 1980 e sobre a cidade de São de Paulo, musa desse cinema e dessa pesquisa.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Andréa. **São Paulo - cidade azul**: imagens da cidade construídas pelo cinema paulista dos anos 80. 2003. 198 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. **São Paulo cidade azul**: ensaios sobre as imagens da cidade no cinema paulista dos anos 1980. São Paulo: Alameda, 2012. 256 pp.

BERNARDET, Jean-Claude. “Os jovens paulistas”. In: XAVIER, Ismail; BERNARDET, Jean-Claude; PEREIRA, Miguel. **O desafio do cinema**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 65-91.

PUCCI JR., Renato. **Cinema Brasileiro Pós-Moderno – O Neon-Realismo**. Porto Alegre: Sulina, 2008.